

Carolina Belli Amorim
Lorenzo Petrocchi Charpinel
(Organizadores)



A GESTÃO e
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
no mundo contemporâneo



AYA EDITORA
2023

Carolina Belli Amorim
Lorenzo Petrocchi Charpinel
(Organizadores)

A Gestão e Administração Financeira no mundo contemporâneo

Ponta Grossa
2023

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizadores

Prof.ª Ma. Carolina Belli Amorim

Prof.º Esp. Lorenzo Petrocchi Charpinel

Capa

AYA Editora©

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva

Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa

Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão

Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior

Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

**Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros
Rodrigues**

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

**Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira
Miranda Santos**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

© 2023 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). As ilustrações e demais informações contidas nos capítulos deste Livro, bem como as opiniões nele emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam necessariamente a opinião desta editora.

G3937 A gestão e administração financeira no mundo contemporâneo [recurso eletrônico]. Carolina Belli Amorim, Lorenzo Petrocchi Charpinel (organizadores). -- Ponta Grossa: Aya, 2023. 204 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-305-7

DOI: 10.47573/aya.5379.2.218

1. Administração financeira. 2. Administração pública. I. Amorim, Carolina Belli. II. Charpinel, Lorenzo Petrocchi. III. Título

CDD: 340.07

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação..... 9

01

Gestão de custo na administração pública 10

Juliana da Silva Vidinho
Adenes Teixeira Alves

DOI: 10.47573/aya.5379.2.218.1

02

**Controle financeiro: um estudo de caso de uma
microempresa familiar no ramo de doces em geral.... 22**

Rodrigo Ribeiro Bezerra
Marcos Bandeira Amorim
Lucélia Pontes e Pontes

DOI: 10.47573/aya.5379.2.218.2

03

**Déficit de assessoria contábil nas instituições
filantrópicas: estudo de caso APAE Manaus 39**

Maria Giovanna Martins Lacerda
Lucas Francisco Gonçalves Martins
Marcos Bandeira Amorim
Elton Vieira Pinheiro

DOI: 10.47573/aya.5379.2.218.3

04

Impacto da COVID-19 na empresa Arezzo S/A: análise dos ciclos operacionais e financeiros 48

Davi Teles Vêras Saldanha
Joélcio Braga de Sousa
Gesiel Rios Lopes
Ítalo Rodrigo Monte Soares
Thiago Edirsandro Albuquerque Normando
Jandson Vieira Costa
Christiane Carvalho Veloso
Márcio Henrique Yacyszyn
Daniella Batista Galvão de Barros
Gabriel Oliveira Marques da Costa

DOI: 10.47573/aya.5379.2.218.4

05

Análise da viabilidade econômica e financeira de um empreendimento: um estudo de caso na empresa LCQ Soluções de Engenharia 60

Julia Amaral Alves
Laura Caixeta Carvalho
Lucas Gouvêa Campos
Smyle Ormondes Quirino Gonçalves
Marcos Roberto Alves da Silva

DOI: 10.47573/aya.5379.2.218.5

06

Privatização do currículo: desafios e implicações na educação contemporânea..... 79

Rizonilda Sales Natividade
André Guimarães
Albert Alan de Sousa Cordeiro

DOI: 10.47573/aya.5379.2.218.6

07

**Relações interpessoais no ambiente de trabalho:
um estudo sobre a influência na satisfação dos
colaboradores..... 90**

Douglas Henrique de Souza Goldschmidt
Bruna Pasqualotto

DOI: 10.47573/aya.5379.2.218.7

08

**Mindset de crescimento e sua fundamental
colaboração no desenvolvimento pessoal e profissional
..... 111**

Carlos Melo de Andrade Junior

DOI: 10.47573/aya.5379.2.218.8

09

**Benefícios de um modelo de apresentação de
indicadores de finanças públicas a ser apresentado
em um portal de transparência, utilizando-se como
comparação o Portal Ceará Transparente 119**

Vitor Hugo Gaspar Pinto
Nuno Magalhães Ribeiro

DOI: 10.47573/aya.5379.2.218.9

10

**A saúde ocupacional no âmbito da tecnologia da
gestão de qualidade 138**

Carlos Alan Fontoura de Freitas
Pedro Henrique Coitinho Marcondes de Andrade

DOI: 10.47573/aya.5379.2.218.10

11

Capital social e desenvolvimento 153

Elias Nunes de Oliveira

DOI: 10.47573/aya.5379.2.218.11

12

Inovação no comércio de materiais para construção nos municípios de Pimenta Bueno e Vilhena - Rondônia 163

Elias Nunes de Oliveira

DOI: 10.47573/aya.5379.2.218.12

13

Estratégias de inovação no comércio de confecções em Cacoal e Rolim de Moura - Rondônia 174

Elias Nunes de Oliveira

DOI: 10.47573/aya.5379.2.218.13

14

Planejamento econômico e desenvolvimento no Brasil: do plano de metas ao II PND..... 183

Elias Nunes de Oliveira

DOI: 10.47573/aya.5379.2.218.14

Organizadores 195

Índice Remissivo 196

Apresentação

É com grande prazer que apresentamos o livro *“A Gestão e Administração Financeira no Mundo Contemporâneo”*. Este livro explora de forma detalhada como lidamos com a gestão e com os recursos financeiros em tempos modernos, abordando diversos temas importantes.

Nos capítulos, você encontrará informações sobre como as instituições públicas controlam seus gastos, como uma pequena empresa de doces pode gerenciar suas finanças, e até mesmo como a falta de ajuda contábil afeta organizações beneficentes. Além disso, vamos analisar como a pandemia da COVID-19 afetou uma empresa famosa, como decisões financeiras influenciam negócios, e até mesmo como nossas relações com os outros no trabalho afetam nosso sucesso.

Falaremos sobre como a educação está mudando com a privatização do ensino, como nossa mentalidade pode afetar nosso crescimento pessoal e profissional, e como é importante manter as finanças públicas transparentes. Vamos entender a importância da saúde no trabalho, como o capital social contribui para o desenvolvimento, e como a inovação está afetando o comércio em diferentes lugares.

Finalmente, vamos explorar o planejamento econômico do Brasil ao longo do tempo. Cada capítulo oferece uma visão única e valiosa das finanças e administração nos dias de hoje, ajudando você a entender melhor como esses assuntos impactam nossa vida cotidiana e o mundo ao nosso redor.

Boa leitura!

Gestão de custo na administração pública

Cost management in public administration

Juliana da Silva Vidinho

Bacharelanda do Curso de Contabilidade da Universidade Federal do Amazonas

Adenes Teixeira Alves

Professor da Universidade Federal do Amazonas, Mestre em Contabilidade e Controladoria

RESUMO

A presente pesquisa engloba a importância do gerenciamento de custo na administração pública, vez que as tomadas de decisão devem se pautar pela eficiência na alocação de recursos. A investigação busca responder quais as principais dificuldades suportadas pelos entes públicos quanto à gestão de custo. O objetivo geral consiste em estabelecer qual a principal dificuldade quanto à gestão de custo e apontar ferramentas que auxiliem em sua solução, sendo os objetivos específicos realizar um panorama da gestão de custo quanto a sua aplicação no nosso país em relação e traçar um paralelo internacional, apontar quais os principais desafios na gestão de custo quanto ao serviço público, indicar os benefícios da gestão de custo para o serviço público e relacionar a eficácia do usufruto dos recursos do Estado pertinente à gestão de custo. Justifica-se pela necessidade de que a máquina pública estabeleça um sistema de custeamento que otimize e auxilie no alocamento de recurso para gerenciamento de seus gastos, potencializando a utilização de recursos escassos e podendo cortar custos sem comprometer o serviço fornecido. Foi utilizado de revisão bibliográfica e da análise de casos, utilizando como fonte de dados livros, artigos, monografias, de autores que pesquisam sobre a área de custo quanto àqueles que tratam do funcionamento da administração pública.

Palavras-chave: gestão. custo. recursos. eficiência. estrutura gestacional.

INTRODUÇÃO

Durante o reinado de Dom Pedro II no Brasil, ainda havia resquícios do modelo monárquico de divisão dos bens reais e estatais para administrar os bens públicos. Passado o século XX, a nação de hoje está a anos-luz da época em que o rei era responsável por administrar e organizar os bens da nação. A análise do consumo de recursos nas atividades e serviços prestados pelo Estado é feita com base no orçamento e sua divisão em atividades e projetos, portanto não há resultados claros e pormenorizados. Embora o aporte do orçamento público seja pequeno,



visto como um ponto de partida para atingir a meta de introduzir sistemas de custos nos gastos do governo.

Em consonância a dicotomia entre o Estado mínimo e a influência em vários setores da sociedade, face a um dilema estatal, surge outro dilema: o custo de qualquer um deles. Para Alan T. Peacock e Jack Wiseman (*apud* GIACOMONI, 2002), o governo cresce como resultado da demanda progressiva da sociedade por serviços públicos e seus indivíduos devem estar dispostos a contribuir para a produção de recursos. No entanto, segundo o mesmo autor, a condição mínima é baseada na 'indisposição' do indivíduo em pagar impostos. Menos gastos do governo, menos necessidade de receita. Em outras palavras, os cidadãos são culpados pela falta de serviços públicos do Estado porque não querem pagar impostos mais altos.

Tendo em vista que o setor público não exerce suas funções com fins lucrativos, a compreensão do custeio dos serviços prestados pelo Estado assume outras funções, objetivos e características. No entanto, no setor público, o papel do Estado na promoção do bem-estar social influencia o sucesso da definição de custos em unidades de serviços públicos prestados. Por exemplo, a manutenção do sistema de saúde, independentemente de sua forma ou valor, é tarefa inegociável do Estado. Para atender a uma população crescente e mais exigente, os estados estão deduzindo obrigatoriamente parte da riqueza de sua população por meio de impostos.

Nesse cenário, busca demonstrar a racionalização do controle dos gastos do governo através da possível introdução de um sistema de gerenciamento de custos na contabilidade pública.

O estudo dos custos e sua aplicação universal, especialmente em campos altamente competitivos, começou com o modelo industrial moderno do início do século XX. Embora o uso de sistemas de custeio seja comum no setor privado, ainda é incipiente no setor público, e os estudos de viabilidade para implementação ainda estão em seus estágios iniciais.

Após essa etapa, estudiosos como Adam Smith e David Ricardo questionaram o tamanho do estado. O conhecimento dessa dimensão é a base para a análise deste artigo, pois dá uma indicação de quanto será gasto do governo e quanto dinheiro dos impostos será "arrancado" da sociedade para custear aquela estrutura. Os economistas citados defenderam a falta de influência do Estado sobre os mercados, entendida pela autorregulação, com visível resultado de menor tributação da sociedade. Ao contrário da era liberal, desde o século XX as instituições governamentais cresceram em diferentes campos e dimensões, intervindo na economia, na sociedade e na produção de bens e serviços, sendo esta última o foco desta investigação.

Destarte, torna-se imprescindível uma gestão administrativa voltada para as necessidades dos usuários e baseada em um planejamento permanente. O estudo propõe que, por meio de controles de custos e sistemas de custos, os estados possam controlar gastos, otimizar recursos escassos e reduzir custos sem comprometer os serviços prestados.

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica baseada em livros, artigos e monografias de autores que atuam tanto na área de custos em geral quanto na área de funcionamento do governo. Busca traçar paralelos e demonstrar

a importância do controle de custos para melhor aproveitamento dos recursos e prestação de serviços públicos.

O presente estudo tem por escopo apresentar uma perspectiva contábil quanto às reformas do setor público, seguido de um breve panorama internacional e finda por tratar da gestão de custo no setor público.

UMA PERSPECTIVA CONTÁBIL QUANTO ÀS REFORMAS DO SETOR PÚBLICO

Decisões baseadas na eficiência de custos e recursos tornaram-se, portanto, essenciais para bons processos de gestão, independentemente da orientação de uma organização, seja ela pública, privada ou social, de gestão e controle. Inicialmente centrado no setor empresarial, rapidamente se reconheceu a necessidade de abranger outros setores públicos e sociais. No setor público brasileiro, de acordo com o prazo de 2014. Estabelecido pelo Secretaria do Tesouro Nacional - STN, essa convergência deve ser implementada primeiro no nível federal e depois nos estados e municípios. Seu objetivo é padronizar as normas brasileiras e alinhá-las às Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pela *International Federation of Accountants* - IFAC.

É uma reforma necessária para alcançar os objetivos de desenvolvimento (CHAN, 2010). Em 2008, o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, elaborou e publicou a Norma Técnica Brasileira de Contabilidade 16 (NBC T 16) com o objetivo de harmonizar e convergir com as normas internacionais. Também é conhecida como Norma Brasileira de Contabilidade Aplicável ao Setor Público - NBCASP. Com base nessas normas, a STN publicou em 2009 o Manual de Contabilidade Aplicável ao Setor Público - MCASP, que deverá entrar em vigor integralmente até 2013. Esses padrões e manuais foram chamados de Novas Contabilidade Pública - NCP.

Um requisito a ser implementado é o desenvolvimento de um sistema computacional. No entanto, os sistemas de custos já eram obrigatórios pela Lei de Responsabilidade Financeira (LRF), mas pouco se sabia sobre o cumprimento deste mandato até 2009 (ALMEIDA; BORBA; FLORES, 2009).

Segundo Fuertes (2008), a Federação Internacional de Contadores (IFAC) publicou um único conjunto de normas internacionais de contabilidade para o setor público e vem promovendo ampla padronização desde a década de 1990 com o objetivo de facilitar a adoção em todos os níveis de governo, tendo executado o programa. O *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB) foi responsável por desenvolver este conjunto de normas internacionais de contabilidade. Além disso, Manes Rossi *et al.* (2014) aponta que os sistemas de contabilidade e informação nas administrações públicas dos países europeus sofreram grandes mudanças nas últimas duas décadas devido à tendência para a Nova Gestão Pública e à harmonização internacional.

Instituições internacionais como a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) são centros de política contábil com uma variedade de padrões e normas internacionais. Eles

acreditam que a contabilidade precisa fornecer dados comparáveis e de alta qualidade para facilitar a governança, combater a corrupção e melhorar a prestação de contas. No mesmo contexto, Rossi *et al.* (2016) aponta que a crise econômica e financeira trouxe à tona a necessidade de sistemas contábeis que possam alertar precocemente sobre problemas financeiros, tornando imprescindível um conjunto de normas contábeis reconhecidas internacionalmente.

Recentemente, a Comissão Europeia e o EUROSTAT (Gabinete Estatístico da União Europeia) fizeram uma série de recomendações para o desenvolvimento da contabilidade de exercício nos países membros da União Europeia, com base nas normas IPSAS, que agora são conhecidas como Normas Contábeis Setor Público Europeu (EPSAS) (FESCHIYAN, 2013).

UM BREVE PANORAMA INTERNACIONAL

O uso da contabilidade de custos na área pública tem mostrado crescimento nos últimos anos, conforme mostram alguns estudos. Eles permitem criar um panorama dessa utilização em diversos países sobre os quais foram encontradas publicações a respeito. Não se pretende retratar com detalhes como o assunto está sendo visto mundialmente, mas apresentar um panorama geral da situação da contabilidade de custos nos países selecionados, como é relatado a seguir:

A iniciativa mais abrangente e avançada de implementação de um sistema de custos público, segundo Nunes (1995), é a da administração pública americana, iniciada no Governo Clinton (1993-2001) e logo seguida pelo governo do Canadá. Desde então as instituições públicas dos EUA e Canadá passaram a utilizar o método ABC.

O IFAC (2000) expõe que nos EUA é utilizada para a elaboração e controle do orçamento e preços públicos, o que já é considerado uma cultura nos EUA, segundo Catelli *et al.* (2001) para que possam ser incluídos critérios de avaliação de desempenho nas três esferas de governo, o que é respaldado pelo IFAC (2000). Parte dessa redefinição pode ser atribuída, conforme Cagle (2002), à norma GASB 34 (Governmental Accounting Standards Board), emitida em 1999 que estabeleceu um novo modelo de informação financeira governamental e novos padrões para ela, onde constem custos históricos, ciclo de vida do objeto, depreciação acumulada e dar ênfase à avaliação das condições físicas atuais e à projeção do custo futuro de manutenção, reparos e substituição da infraestrutura governamental.

Em Portugal está havendo uma grande reforma no sistema de informações contábil público, iniciado em 1990 e denominado Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP). Este plano pretende aproximar a contabilidade pública do modelo empresarial e convertê-la do âmbito financeiro para o denominado “âmbito de mercado”. Com isso o governo pretende dispor de informações econômicas para o planejamento, gerenciamento, controle e auditoria da gestão, observando critérios de economicidade, eficácia e eficiência (MARQUES, 2001, p. 1-16).

Na Inglaterra, Henkel (*apud* CATELLI E SANTOS, 2001) coloca que o governo

tem feito um esforço radical para mudar o setor público. Tenta criar uma cultura de gestão baseada no valor econômico, na eficiência e na efetividade. Uma de suas estratégias concentra-se na criação e evolução de um novo perfil de gestão para o serviço público.

A Austrália adota, segundo Trosa (2001) e o IFAC (2000), a contabilidade de custos como base para a utilização de um orçamento por resultados, onde os custos fixos e variáveis são separados para determinar o orçamento e propiciar o controle mediante comparação entre o planejado e executado. O custo é a base para se criar informação para a gestão e compor indicadores quantitativos, necessários para avaliar, controlar os resultados e estabelecer ligações entre a eficácia da administração e de cada indivíduo. O custo de cada serviço é utilizado como base para comparação com os preços de mercado.

No Uruguai, Pomi (2006) afirma que a presidência da república ensaiou a implantação de um sistema, embasado no custeio ABC. Teria por objetivo obter informações sobre a produtividade e volume das atividades executadas, quem as executa, quais os recursos nelas utilizados, qual seu custo, qual o custo dos serviços para melhor precificar as taxas públicas e proporcionar ferramentas para melhorar as decisões. Porém, em 2006 o programa havia sido suspenso porque o governo fixou novas prioridades.

Em Taiwan, a contabilidade de custos fornece informações para o planejamento orçamentário governamental em médio e longo prazos (IFAC, 2000).

Na Malásia, a contabilidade de custos é parte essencial do conceito gerencial que o governo utiliza a todo o momento: “valor do dinheiro” (IFAC, 2000).

Na Itália a gestão pública está sendo transformada de uma gestão burocrática para uma administração gerencial, tendo como focos principais: o planejamento dos investimentos visando sua viabilidade; implementação de controles internos com a mensuração dos custos dos serviços e auto direcionamento na busca dos objetivos da gestão – inclusive de custos. O modelo de contabilidade atual não oferece informações gerenciais para a tomada de decisões e por isso, a necessidade de mudança, com a utilização de informações de custos num âmbito de gestão econômica e não financeira apenas (MULAZZANI E ROMOLINI, 2022).

Como se pode observar nos relatos anteriores, cada país criou características próprias para sua gestão de custos contábil. O IFAC (2000) conclui que a contabilidade de custos tem várias e importantes funções que possibilitam a eficiência e a efetividade da gestão governamental. É um instrumento valioso para o gerenciamento público da mesma forma que é na atividade privada.

A GESTÃO DE CUSTO NO SETOR PÚBLICO

De acordo com o estudo de Manes Rossi *et al.* (2014), o IPSASB, em conjunto com o IFAC, emitiu um conjunto de 32 normas contábeis, a maioria delas inspiradas nas normas internacionais de contabilidade. Em 2006, o IPSASB iniciou um processo para desenvolver uma estrutura conceitual específica para as normas de contabilidade do setor público. Esse projeto tinha como objetivo esclarecer os princípios, critérios e prazos a serem seguidos na preparação dos relatórios financeiros, com o principal objetivo de fornecer informações

necessárias para aumentar a prestação de contas e apoiar os processos de tomada de decisão. Dessa forma, os sistemas de contabilidade tradicionais precisaram ser adaptados para fornecer mais informações financeiras e não financeiras úteis.

Rodríguez Bolívar e Galera (2016) opinaram que as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público melhoraram a qualidade das informações financeiras reportadas.

A contabilidade de custos desempenha um papel importante na função alocativa, conforme destacado por Adhikari, Kuruppu, e Matilal (2013). Em particular, em países em desenvolvimento, a redução da pobreza é um dos principais desafios, e a contabilidade do setor público pode desempenhar um papel crucial ao ajudar na alocação adequada dos recursos.

Brusca e Martínez (2015) apresentam um conjunto de motivos para a adoção das IPSAS, os quais podem ser relevantes também para a adoção da contabilidade de custos. Entre esses motivos, estão o processo de emissão das normas, a proximidade das IPSAS com as normas de contabilidade da empresa, a consideração de questões específicas para entidades do setor público, o papel ativo do IPSASB, o envolvimento de organizações governamentais internacionais, a crise da dívida soberana e a importância da harmonização internacional de contabilidade. Segundo o estudo de Brusca e Martínez (2015), a adoção da contabilidade com base nas IPSAS realmente proporcionou um aumento da transparência e da responsabilidade.

Arnaboldi e Lapsley (2009) destacam as vantagens da aplicação da contabilidade por competência, especialmente no fornecimento de informações como o custo total, útil para melhorar a gestão interna. Algumas vantagens observadas incluem o orçamento e a alocação de recursos financeiros, as decisões de *outsourcing*, a avaliação dos custos de serviços e a prestação de contas interna, que podem estar diretamente relacionadas à adoção da contabilidade de custos.

Benito *et al.* (2007) ressaltam que a mudança para padrões internacionais de contabilidade é um progresso, mas um processo longo e com resistência significativa. Por sua vez, Catalano *et al.* (2015) criticam as IPSAS, apontando que, em geral, há um baixo grau de conformidade com os princípios contábeis, especialmente no caso das Universidades, e que as IPSASs não fornecem orientações detalhadas para superar problemas de registro e avaliação típicos do setor público.

Dabbicco (2015) enfatiza que a implantação da nova contabilidade pública, incluindo a contabilidade de custos, requer uma análise cuidadosa dos custos e benefícios da informação. A adoção das IPSAS não implica apenas uma mudança no quadro contábil, mas também pode acarretar custos adicionais na produção de informações em comparação com o método atual de produção de demonstrações contábeis para fins gerais da administração pública.

Geiger e Ittner (1996) observaram que a demanda externa por informações está relacionada ao grau de elaboração dos sistemas de contabilidade de custos. Enquanto as agências governamentais precisam ser autossuficientes financeiramente, levando-as a implementar sistemas mais elaborados, as entidades financiadas por outras entidades públicas tendem a usar menos a informação de custos internamente.

A adoção de inovações contábeis, incluindo a contabilidade de custos, implica mudanças comportamentais em resposta a reformas, refletindo a flexibilidade da entidade e seus membros para aplicar novas ferramentas administrativas (LAPSLEY E PALLOT, 2000), mas também pode desencadear resistência natural a essas mudanças.

Fuertes (2008) destaca a importância de considerar as barreiras derivadas dos diferentes ambientes nacionais ao aplicar um novo modelo de contabilidade. Os valores culturais, políticos e administrativos de cada país determinam características especiais nas práticas contábeis governamentais, tornando a convergência mais complexa internacionalmente. O conflito político também pode ser uma barreira para a implantação da contabilidade por competência, assim como destacado por Van-Peursem e Eggleton (2015) em relação ao caso da Indonésia.

Ball (2012) lista alguns obstáculos e dificuldades para a implantação das IPSAS, que podem ser considerados semelhantes para a contabilidade de custos. Entre eles, estão questões políticas, restrições constitucionais e legais, bem como restrições de recursos humanos e sistemas, apontando que países em desenvolvimento podem enfrentar mais dificuldades devido à falta de recursos financeiros necessários para um sistema de contabilidade por competência.

Rossi *et al.* (2016) mencionam fatores que podem ser interpretados como dificuldades para a implantação de novas normas contábeis, incluindo custos com tecnologia da informação e comunicações, treinamento de funcionários públicos, custos relacionados à identificação e avaliação dos ativos na contabilidade por competência e despesas com consultorias. Essas dificuldades podem estar relacionadas também à adoção da contabilidade de custos.

É importante considerar essas diferentes perspectivas e obstáculos ao implementar mudanças nas normas contábeis e sistemas de custos em entidades do setor público, levando em conta as características específicas de cada contexto nacional e suas necessidades.

De acordo com a citação de Ribeiro Filho (2002) e as definições apresentadas para eficiência, eficácia e economicidade aplicadas ao serviço de consulta de um médico, podemos entender os seguintes conceitos:

a) **Eficiência:** Refere-se à capacidade do médico de cumprir as metas físicas de atendimento estabelecidas em seu planejamento, ou seja, realizar o atendimento a um número adequado de pacientes, dentro de um tempo e recursos determinados. Além disso, para ser eficiente, o médico deve realizar esses atendimentos a um custo inferior ao custo-padrão, baseado em referências como o custo de uma empresa privada. A eficiência também leva em consideração a qualidade e a tempestividade dos atendimentos.

b) **Eficácia:** Neste contexto, a eficácia do médico está relacionada ao sucesso no atendimento das necessidades públicas e dos pacientes. Para ser eficaz, o médico deve curar o paciente de sua enfermidade, cumprindo os atendimentos de forma eficiente e econômica, ou seja, utilizando os recursos disponíveis de maneira adequada e alcançando os resultados esperados. Além disso, a eficácia também pode ser avaliada com base nos resultados econômicos fixados como objetivos no planejamento prévio.

c) **Economicidade:** Trata-se do princípio que indica que o custo de um atendimento médico deve ser inferior ao menor preço de mercado à vista para a contratação terceirizada desse serviço. Em outras palavras, a economicidade enfatiza a importância de realizar o atendimento de forma econômica, garantindo que os recursos empregados sejam utilizados da maneira mais eficiente possível e que o custo do serviço não seja superior ao que seria pago para a contratação externa.

Tais conceitos são relevantes para a gestão e o planejamento das atividades no setor público, especialmente na área da saúde, onde o uso eficiente dos recursos é fundamental para garantir o atendimento adequado às necessidades da população. A combinação da eficiência, eficácia e economicidade pode ajudar a alcançar resultados positivos e maximizar o valor entregue à sociedade.

Devido aos recursos limitados, a aplicação de métodos e ferramentas destacados tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento para otimizar o uso de recursos públicos, como a gestão de custos, é um desafio. Esta abordagem difere de outros aspectos da Nova Gestão Pública (NGP). Verbeeten (2011) aponta que os sistemas de gestão de custos são muito úteis para os líderes políticos porque auxiliam na tomada de decisões e permitem a avaliação de programas e projetos concluídos, muitas vezes por meio de *benchmarking*. Além disso, a gestão de custos é essencial para apoiar outras escolhas estratégicas e gerenciais em NPM (MODELL, 2009).

Os gestores do setor público precisam de informações abrangentes e confiáveis em suas tarefas de tomada de decisão para implementar políticas públicas de forma eficaz, eficiente e eficaz (LAPSLEY; WRIGHT, 2004; MACHADO; HOLANDA, 2010). Portanto, é importante criar sistemas de gerenciamento de informações de custos que apoiem as decisões diárias, como compra ou aluguel, implementação ou terceirização e manutenção ou rescisão. Essas informações também devem permitir comparações de custos entre diferentes unidades ou unidades para melhorar o desempenho de seus gestores (MACHADO; HOLANDA, 2010).

Além disso, na elaboração do orçamento devem ser incluídos os custos relativos aos benefícios da ordem pública, indispensáveis à execução dos custos e à execução dos serviços públicos previstos. A informação de custos afeta assim todo o ciclo de gestão e deve ser parte integrante do cotidiano de todas as entidades públicas, conforme sugerem Mättö e Sippola (2016).

Carneiro *et al.* (2012) destacam a interessante questão da falta de tradição de utilização de informações de custos no Brasil: “a maioria dos gestores não sabe se as atividades oferecidas à sociedade são bem-sucedidas ou não”. Este cenário tem consequências negativas em toda a gestão, dificultando e por vezes impedindo decisões cotidianas e mesmo aquelas com grande impacto econômico ou social (CARNEIRO *et al.*, 2012; FRANCO *et al.*, 2013).

É importante observar que, assim como outras mudanças decorrentes do NGP, existem desafios na implementação de ferramentas e estratégias de gestão de custos e na construção de sistemas de informação de custos. Johansson e Siverbo (2009) elencam algumas possíveis explicações, e pesquisas empíricas em órgãos governamentais ao

redor do mundo exploram outras dificuldades que visam reduzir as barreiras que gestores e conselhos enfrentam em jornadas semelhantes. Este estudo discute brevemente alguns casos de aplicação prática e outros que tratam de custos do setor público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de custos no setor público é uma prática essencial para garantir o uso eficiente e responsável dos recursos financeiros do governo. Ela envolve o planejamento, controle e monitoramento dos gastos públicos, visando maximizar o valor gerado para a sociedade e a eficácia na prestação de serviços.

A gestão de custos começa com um orçamento bem elaborado, que define os recursos disponíveis para cada área ou projeto. É fundamental que o orçamento seja realista e baseado em estimativas sólidas para evitar déficits e desequilíbrios nas contas públicas. Com recursos muitas vezes limitados, é necessário priorizar os investimentos em áreas estratégicas e serviços essenciais para a população. A gestão de custos auxilia na identificação e alocação dos recursos para os projetos de maior relevância e impacto social.

Um dos principais objetivos da gestão de custos é eliminar ou minimizar desperdícios e gastos desnecessários. Isso envolve a busca por processos mais eficientes, a otimização das compras e contratações, e a identificação de práticas que possam ser aprimoradas. A gestão de custos requer um acompanhamento constante dos gastos e resultados alcançados. Isso permite que eventuais desvios orçamentários sejam identificados precocemente e medidas corretivas sejam adotadas.

A gestão de custos deve ser transparente, com informações sobre os gastos públicos disponíveis para o público e órgãos de controle. A prestação de contas é fundamental para assegurar que os recursos estão sendo usados de forma ética e em benefício da sociedade. A gestão de custos pode se beneficiar da aplicação de tecnologias e inovações que facilitem a coleta de dados, análise de informações e automação de processos. Isso pode levar a uma gestão mais eficiente e precisa. Investir na capacitação e qualificação dos servidores públicos é importante para garantir que eles tenham as habilidades necessárias para uma gestão de custos eficiente. Isso inclui conhecimentos em finanças públicas, controle interno e ferramentas de análise de dados. Em alguns casos, parcerias com o setor privado podem ser uma opção para otimizar custos e melhorar a entrega de serviços públicos. Essas parcerias devem ser cuidadosamente estruturadas e monitoradas para evitar problemas de integridade e garantir o interesse público.

Outrossim, a gestão de custos no setor público é uma disciplina crítica para garantir o uso eficiente e transparente dos recursos do governo. Uma gestão responsável dos gastos contribui para melhorar a qualidade dos serviços públicos, promover o desenvolvimento socioeconômico e fortalecer a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, André G. de; Borba, José A. Flores, Luiz C. S. A utilização das informações de custos na gestão da saúde pública: um estudo preliminar em secretarias municipais de saúde do estado de Santa Catarina. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, p. 579-607, maio/jun. 2009.
- ADHIKARI, P., KURUPPU, C., e MATILAL, S. (2013). Dissemination and institutionalization of public sector accounting reforms in less developed countries: A comparative study of the Nepalese and Sri Lankan central governments. *Accounting Forum*, 37(3), 213–230. <http://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/j.accfor.2013.01.001>.
- ARNABOLDI, M., e LAPSLEY, I. (2009). On the Implementation of Accrual Accounting: A Study of Conflict and Ambiguity. *European Accounting Review*, 18(4), 809–836. <http://doi.org/10.1080/09638180903136225>
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BALL, I. (2012). New development: Transparency in the public sector. *Public Money e Management*, 32(1), 35–40. <http://doi.org/10.1080/09540962.2012.643054>
- BENITO, B., BRUSCA, I., e MONTESINOS, V. (2007). The harmonization of government financial information systems: the role of the IPSASs. *International Review of Administrative Sciences*, 73(2), 293–317. Retrieved from <http://ras.sagepub.com/content/73/2/293.abstract>
- BRUSCA, I., e MARTÍNEZ, J. C. (2015). Adopting International Public Sector Accounting Standards: a challenge for modernizing and harmonizing public sector accounting. *International Review of Administrative Sciences*. <http://doi.org/10.1177/0020852315600232>
- CAGLE, R. Early experiences: GASB 34 infrastructure reporting. *AACE International Transactions*. Morgantown: p. IT.07.1-IT.07.8, 2002.
- CARNEIRO, A. F. SILVA *et al.* Custos na administração pública: revisão focada na publicação de artigos científicos a partir da promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 9, n. 18, p. 3-22, 2012.
- CATELLI, A. *et al.* Gestão Econômica de Organizações Governamentais. In: Congresso do Instituto Internacional de Custos. 7., 2001. Leon Espanha. In: Congresso da Associação Espanhola de Contabilidade Diretiva. 2., 2001. Leon Espanha. Anais... Leon, 2001.
- CHAN, JAMES L. As NICSPS e a contabilidade governamental de países em desenvolvimento. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*. Brasília, n. 1, p. 1 - 17, jan. / abr. 2010.
- DABBICCO, G. (2015). The Impact of Accrual-Based Public Accounting Harmonization on EU Macroeconomic Surveillance and Governments' Policy Decision-Making. *International Journal of Public Administration*, 38(4), 253–267. <http://doi.org/10.1080/01900692.2015.999581>
- FESCHIYAN, Daniela. (2013). The Process of Harmonization of Public Sector Accounting in the EU. *Economic Alternatives*, (4), 62–72. Retrieved from <http://www.unwe.bg/uploads/Alternatives/a07.pdf>

FRANCO, L. M. G. *et al.* Sistemas de custos: importância, viabilidade e utilidade na concepção dos agentes públicos do Estado do Paraná (Brasil). *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 7, n. 2, p. 167-183, 2013.

FUERTE, Iluminada (2008). Towards Harmonization or Standardization in Governmental Accounting? The International Public Sector Accounting Standards Board Experience. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 10:4, 327-345, DOI: 10.1080/13876980802468766.

GEIGER, D. R., e ITTNER, C. D. (1996). The influence of funding source and legislative requirements on government cost accounting practices. *Accounting, Organizations and Society*, 21(6), 549–567. [http://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/0361-3682\(96\)00008-6](http://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/0361-3682(96)00008-6)

GIACOMONI, James. Orçamento público. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

International Federation of Accountants - IFAC. Perspectives on Cost Accounting for Government: International public sector study. New York, IFAC, 2000.

JOHANSSON, T.; SIVERBO, S. Explaining the utilization of relative performance evaluation in local government: a multi-theoretical study using data from Sweden. *Financial Accountability e Management*, v. 25, n. 2, p. 197-224, 2009.

LAPSLEY I.; WRIGHT, E. The diffusion of management accounting innovations in the public sector: a research agenda. *Management Accounting Research*, v. 15, n. 3, p. 355-374, 2004.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. *Ciência da Informação*, v. 27, n. 2, p. 134-140, 1998.

Machado, N. Holanda, Victor Branco. Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da experiência no governo federal do Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 44, n. 4, p. 791-820, 2010.

MANES ROSSI, FRANCESCA. AVERSANO, NATALIA e CHRISTIAENS, JOHAN (2014). IPSASB's Conceptual Framework: Coherence with Accounting Systems in European Public Administrations. *International Journal of Public Administration*, 37:8, 456-465. DOI: 10.1080/01900692.2014.903269.

MARQUES, M. C. C. A Reforma Administrativa e Financeira e o Novo Enquadramento Contabilístico da Administração Pública em Portugal. *Revista da Administração e da 608 Gestão Pública*. v. II, n. 2, p. 1-16, 2001.

MÄTTÖ, T.; SIPPOLA, K. Cost management in the public sector: legitimation behaviour and relevant decision making. *Financial Accountability e Management*, v. 32, n. 2, p. 179-201, 2016.

MODELL, S. Institutional research on performance measurement and management in the public sector accounting literature: a review and assessment. *Financial Accountability e Management*, v. 25, n. 3, p. 277-303, 2009.

MULAZZANI, M; ROMOLINI, A. Proposals for Evolution in the Accounting: methods of local authorities in Italy. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/budgeting/33684121.pdf>. Acesso: 15/12/2022.

NUNES, M. A. Custos no Serviço Público. São Paulo: MARE, 1995.

POMI, R. L. Costeo de Productos Públicos. In: Congresso Brasileiro de Custos. 13., 2006. Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ABC, 2006.

RIBEIRO FILHO, J. F. Modelo Gerencial para a Eficácia de Hospitais Públicos: Análise do âmbito de uma Entidade de Ensino e Assistência. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, 2002.

RODRÍGUEZ BOLÍVAR, M. P., e Galera, A. N. (2016). The Effect of Changes in Public Sector Accounting Policies on Administrative Reforms Addressed to Citizens. *Administration e Society*, 48 (1), 31–72. <http://doi.org/10.1177/0095399713498751>

ROSSI, Francesca Manes. Cohen, Sandra. Caperchione, Eugenio e Brusca, Isabel. (2016) Harmonizing public sector accounting in Europe: thinking out of the box. *Public Money e Management*, 36:3, 189-196, DOI: 10.1080/09540962.2016.1133976.

TROSA, S. Gestão Pública por Resultados: Quando o Estado se compromete. Rio de Janeiro: Revan. Brasília-DF: ENAP, 2001.

VERBEETEN, F. H. M. Public sector cost management practices in the Netherlands. *International Journal of Public Sector Management*, v. 24, n. 6, p. 492-506, 2011.

VERGARA, Sylvia C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Controle financeiro: um estudo de caso de uma microempresa familiar no ramo de doces em geral

Financial control: a case study of a family microenterprise in the general sweets industry

Rodrigo Ribeiro Bezerra

Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade La Salle Manaus. Projeto Integrador II

Marcos Bandeira Amorim

Professor da Faculdade La Salle Manaus. Orientador

Lucélia Pontes e Pontes

Professora da Faculdade La Salle Manaus. Orientadora

RESUMO

O presente trabalho foi realizado com o objetivo principal de entender como se dá o controle financeiro em uma microempresa, seguido dos objetivos específicos de caracterizar empresas familiares, descrever o princípio contábil da entidade, identificar ferramentas básicas de controle financeiro e verificar a sua influência no negócio. Foi desenvolvido o referencial teórico com base em autores que abordam os temas relacionados aos objetivos e com uma abordagem qualitativa, esse estudo de caso foi conduzido através de uma pesquisa-ação com a interação estreita do autor com a empresa participante, principalmente nos registros das movimentações no caixa, no período de quinze dias. Nos resultados, os objetivos de caracterizar empresas familiares, descrever o princípio contábil da entidade e identificar ferramentas básicas de controle financeiro, foram atendidos, como são demonstrados no referencial teórico e evidenciados como relevantes para situação prática. Já o objetivo de entender como se dá o controle financeiro em uma microempresa e verificar a influencia no negócio, não foi plenamente atingido, muito por conta do tempo limitado. O registro das movimentações no caixa por si só não foi capaz de mudar o gerenciamento do negócio, nesse curto espaço de tempo, porém pode-se dizer que impactos positivos foram gerados para a empresa, que agora pode organizar suas finanças e continuar com a prática.

Palavras-chave: empresa. familiar. caixa. fluxo. financeiro.



ABSTRACT

The present work was carried out with the main objective of understanding how financial control is carried out in a microenterprise, followed by specific objectives of characterizing family businesses, describing the accounting principle of the entity, identifying basic financial control tools, and verifying their influence on the business. The theoretical framework was developed based on authors who address the topics related to the objectives, and with a qualitative approach, this case study was conducted through action research with close interaction between the author and the participating company, especially in recording cash transactions over a period of fifteen days. In the results, the objectives of characterizing family businesses, describing the accounting principle of the entity, and identifying basic financial control tools were achieved, as demonstrated in the theoretical framework and evidenced as relevant to the practical situation. However, the objective of understanding how financial control is carried out in a microenterprise and verifying its influence on the business was not fully achieved, largely due to the limited time. The recording of cash transactions alone was not able to change the management of the business within this short period of time. However, it can be said that positive impacts were generated for the company, which can now organize its finances and continue with the practice.

Keywords: company. family. cash. flow. financial.

INTRODUÇÃO

As microempresas familiares representam uma parcela expressiva do cenário empreendedor. Essas empresas são geralmente caracterizadas por sua estrutura organizacional enxuta, propriedade e administração por membros da mesma família, bem como a busca por autonomia e sustentabilidade financeira. No entanto, a gestão de uma microempresa familiar apresenta desafios específicos, os quais podem afetar diretamente sua sustentabilidade e crescimento.

O controle financeiro é uma questão crucial para qualquer negócio, independentemente do seu porte ou natureza. No caso das microempresas familiares, essa importância é ainda mais evidente, pois elas enfrentam desafios específicos que podem tornar difíceis os meios de controle, o que acaba por limitar muito a conscientização da sua situação financeira e desempenho. A falta de conhecimento e aplicação de ferramentas básicas de controle financeiro pode comprometer a empresa como um todo e ameaçar a continuidade dos negócios.

O presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo de caso sobre o controle financeiro em uma microempresa familiar no ramo de doces. Com o propósito de entender como se dá o controle financeiro em uma microempresa por meio de ferramentas contábeis (livro diário e fluxo de caixa) que atendam as necessidades próprias para as características, o tipo e porte do negócio. Os objetivos específicos são caracterizar empresas familiares, descrever o princípio contábil da entidade, identificar ferramentas básicas de controle financeiro e verificar a influência do controle financeiro no negócio. Inicialmente uma pesquisa bibliográfica busca embasar o trabalho e em uma pesquisa-ação desenvolver medidas com o intuito de aplicar a teoria e verificar a influência do controle financeiro na percepção de seus administradores e no que implicam as alterações feitas.

A estrutura do trabalho faz, principalmente, uma relação com os objetivos específicos,

dividindo em tópicos e subtópicos que abordam cada objetivo específico respectivamente, e ainda tópicos afins de modo complementar. Iniciando com a fundamentação teórica os temas empresa familiar, controle, princípio contábil da entidade, escrituração, fluxo de caixa e pró-labore. Em seguida, uma breve caracterização da empresa, resultados, conclusão e referências.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Empresas Familiares

A empresa familiar se dá basicamente quando um empreendedor inicia uma atividade e estrutura seu negócio com o suporte proporcionado por suas relações familiares. No Brasil, historicamente a empresa familiar se inicia com as capitania hereditárias no século XVI. Por serem hereditárias eram transmitidas por herança pelos administradores destas terras. Mais tarde houve um incremento na quantidade de empresas familiares por conta da grande imigração.

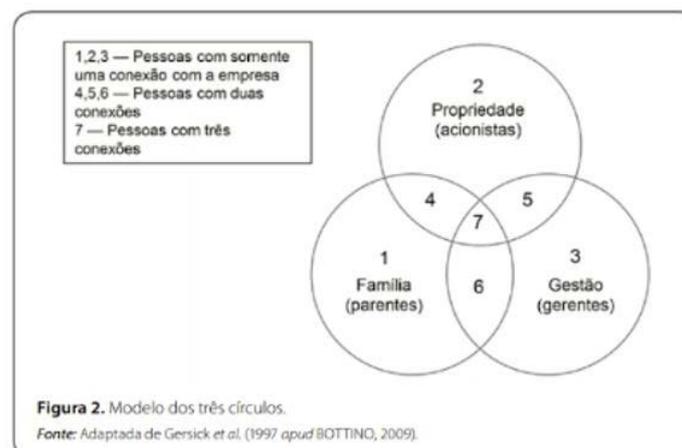
A necessidade de segmentação das companhias hereditárias, para melhor administrá-las, e, conseqüentemente, sua entrega para herdeiros, parentes ou não, incentivou o início de vários outros empreendimentos necessários, tais como a construção de estradas, de centros de distribuição e etc. (OLIVEIRA, 2010, p.7)

As configurações de empresas familiares podem variar como:

- Empresa de controle familiar, quando há 51% ou mais de controle das ações de uma empresa por parte de uma família, que assim tem influência em decisões estratégicas, mas não necessariamente administra o negócio diretamente.
- Empresa de administração familiar, em que a família administra o negócio, mas o controle é de outros proprietários.
- E a empresa familiar tradicional, quando há o controle e administração por parte da família, influenciando de todas as formas e com uma imagem fortemente associada ao empreendimento.

O modelo dos três círculos faz uma relação entre governança corporativa e familiar em que os círculos Família, Gestão e Propriedade interagem em uma intersecção e representam os tipos de configurações de empresas familiares.

Figura 1 – Modelo de Três Círculos.



Fonte: silva, Lozada, Villani (2019).

Não existe uma definição bem estabelecida de empresa familiar, geralmente ela é ligada a história de uma família e por serem relacionadas a fatores multidimensionais suas definições também são baseadas em múltiplos fatores. No entanto, três fatores estão presentes na grande maioria dos casos sendo:

- Propriedade ou controle sobre a empresa;
- Poder exercido, que membros da família desempenham na empresa;
- Intenção de continuidade em futuras gerações.

Empresas familiares, em regra, são aquelas fundadas por uma pessoa, ou um casal, tendo o fundador, o casal fundador, e/ou seus descendentes como principais controladores e gestores da empresa. As empresas familiares podem ter qualquer porte e configuração, desde microempresas até grandes conglomerados com atuação internacional, e atuar em qualquer segmento de negócios – no comércio, na indústria e na prestação de serviços. (PRADO, 2023, p.8)

Assim, é possível concluir de maneira geral que uma empresa familiar é uma forma de organização empresarial na qual a família desempenha um papel central seja na propriedade, gestão do negócio ou ambos. Onde há uma combinação dos laços familiares com os interesses empresariais e são marcadas por uma forte influência em sua cultura e organização vinda dos princípios e valores da família.

Características das Empresas Familiares

Entre as principais características dessas empresas estão a intenção de continuidade, a capacidade de resistir às adversidades, visão no longo prazo e cultura organizacional de um senso de propósito compartilhado. Características como lealdade e compromisso refletem em maior estabilidade na organização por não buscar o retorno tão imediato o foco está na sustentabilidade numa estratégia que permite a resiliência em situações de pressão e consideram o legado da família. No entanto, existem também questões conflitantes e a sobreposição de papéis na relação empresarial geram tensões e dificultam a profissionalização do negócio.

Nas organizações familiares, a estratégia é voltada para a adaptação, e o foco de atuação é atender aos colaboradores e clientes, enquanto, nas organizações comuns, o foco é o crescimento constante e o atendimento aos investidores. As empresas familiares têm a necessidade de preservar seus ativos e, ainda, manter seu patrimônio controlado pela família. Já nas empresas comuns, o objetivo é buscar a satisfação dos acionistas. (SILVA, LOZADA, VILLANI; 2019. p. 16).

Quanto ao Modelo de Gestão

Paternalistas – quando apenas um membro centraliza as decisões e ouve pouco as perspectivas de outros na empresa, frequentemente o fundador do negócio. Acaba se tornando uma fraqueza, pois diminui a capacidade de adaptação e inovação.

Participativa – quando ainda é centralizada, mas com maior participação de membros da família nas decisões favorecendo ideias e soluções mais criativas.

Profissional – costumam obter maior sucesso, pois reconhecem a necessidade de maior racionalidade e inteligência nas decisões e para isso buscam qualificações que ajudem na gestão.

Outras Característica Importantes

Mistura de papéis – é comum acontecer de uma pessoa desempenhar o papel de sócio (o dono da empresa), familiar (seja pai, filho, ou primo, etc.) e o de executivo que está efetivamente nas atividades da empresa.

Relação da imagem da família a imagem do negócio – a comunidade na qual a empresa está inserida acaba enxergando a empresa e a família como uma coisa só e isso significa que a reputação de uma afeta o outro.

Informalidade nos processos – a relação de proximidade que membros de uma família têm exerce grande influência no dia-a-dia. Podendo levar a uma alta informalidade nas decisões e processos com falta de profissionalismo e ruídos de comunicação, entre outros problemas.

Relação familiar influencia nas decisões - A proximidade da relação familiar faz com que as decisões na relação profissional sejam baseadas em sentimentos e pouco na racionalidade.

Controle

A palavra “controle” tem origem no termo em latim “contrarotulus”, que significa “contra-rola” ou “rolamento oposto”. Inicialmente, o termo era usado no contexto de rolagem de documentos ou registros contábeis. Ao longo do tempo, o termo “controle” passou a ser utilizado para descrever a ação de gerenciar e regular processos, atividades, sistemas, pessoas ou recursos, com o objetivo de garantir a eficiência, qualidade, segurança e conformidade. O controle pode envolver a definição de metas, estabelecimento de padrões, monitoramento contínuo, identificação de desvios, implementação de medidas corretivas e avaliação de resultados de forma a garantir que esteja de acordo com o objetivo estabelecido. Segundo Almeida (1996), o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

Essa noção de monitoramento e regulação se tornou cada vez mais presente em diversos campos. Atualmente, a palavra “controle” é amplamente empregada em diversas áreas e contextos, como controle de qualidade, controle financeiro, controle de processos, controle de estoque, entre outros. Controle significa conhecer a realidade, compará-la com o que deveria ser, tomar conhecimento rápido das divergências e suas origens e tomar atitudes para a sua correção. Trata-se de uma ferramenta necessária para organizar métodos auxiliando no atingimento dos objetivos propostos. Controlar algo é ter conhecimento sobre causas e objetivos do objeto controlado, podendo assim prestar informações, bem como orientações sobre os caminhos a percorrer para uma melhor eficiência dos procedimentos a adotar.

Deve-se sempre ter em conta a relação custo benefício na implantação e manutenção de procedimentos de controle. Este deve ser econômico, eficiente e gerar resultados positivos ou será apenas desperdício de energia e de tempo.

A implantação dos próprios procedimentos de controle precisa levar em conta o custo de implementação e o benefício que pode trazer. Embora o cálculo do benefício apresente dificuldade prática de aplicação, devido ao fato de que nem sempre é possível estimar os benefícios que o controle propiciará no futuro, é preciso levá-lo em consideração principalmente nos casos em que a implantação de novos controles pode ter efeito relevante sobre os custos da empresa. (ATTIE, 2000, p.122).

O controle interno deverá ser moldado ao tipo de empresa em que é aplicado, até porque além de características físicas e financeiras diferentes, têm-se também os vários ramos de negócios e transações pertinentes e próprios de cada organização, não podendo assim estabelecer um modelo padrão de controle interno que possa ser utilizado por todas as entidades. Para Atite (2000), os objetivos do controle são:

- Salvar os interesses da empresa
- A precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais
- O estímulo a eficiência operacional
- A aderência as políticas existentes

Princípio Contábil da Entidade

O princípio contábil da entidade é uma das bases fundamentais da contabilidade, que estabelece a necessidade de separação entre o patrimônio da empresa e o patrimônio dos seus sócios ou proprietários. Esse princípio é essencial para garantir a confiabilidade e a transparência das informações contábeis.

De acordo com o princípio da entidade, a empresa é considerada uma entidade distinta e autônoma em relação aos seus proprietários, acionistas ou sócios. Dessa forma, os recursos financeiros e patrimoniais da empresa são tratados separadamente dos recursos pessoais dos seus proprietários. A aplicação desse princípio requer que todas as transações e eventos econômicos relacionados à empresa sejam registrados e contabilizados de forma separada e independente dos assuntos pessoais dos proprietários. Assim, é necessário manter uma contabilidade que reflita exclusivamente as operações da entidade, sem misturar com os interesses pessoais dos indivíduos envolvidos.

O Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição. (SOUZA, 2016, p. 1143)

Por meio do princípio da entidade, é possível estabelecer a identificação clara dos bens, direitos e obrigações pertencentes à empresa, bem como mensurar o seu desempenho financeiro de maneira precisa. Além disso, esse princípio proporciona uma visão objetiva do patrimônio da empresa, o que facilita a tomada de decisões, a prestação de contas e a avaliação da sua situação econômica.

As empresas familiares marcadas pelo patrimonialismo são aquelas sustentadas nos patriarcas da família, ou seja, chefiadas por um representante familiar de personalidade forte, que administra o patrimônio da empresa e da família como se fosse único e privado. (SILVA, LOZADA, VILLANI; 2019 p. 24)

Em uma empresa familiar, o princípio da entidade assume uma importância particular, uma vez que a mistura de assuntos pessoais e empresariais pode ser mais comum devido à proximidade dos relacionamentos familiares. Assim, é fundamental aplicar rigorosamente esse princípio para garantir a transparência e a objetividade nos controles financeiros da empresa familiar.

A aplicação correta do princípio contábil da entidade em uma empresa familiar contribui para a gestão eficiente dos recursos empresariais, o fortalecimento da governança corporativa, a manutenção da continuidade do negócio e a preservação do patrimônio familiar.

Em todos os casos, a separação entre o patrimônio da entidade e o patrimônio dos seus proprietários ou membros é essencial para o adequado controle e registro das transações contábeis.

Escrituração

Segundo Souza (2016), escrituração contábil é a técnica contábil que tem por objetivo o registro de todos os fatos contábeis que alteram de forma qualitativa ou quantitativa o patrimônio, sendo que esses registros são expostos através das demonstrações contábeis. Escrituração refere-se ao processo de registro sistemático e organizado de transações financeiras e contábeis de uma entidade em seus livros contábeis. É o ato de documentar e registrar de forma precisa todas as operações financeiras que ocorrem no decorrer das atividades de uma empresa. Esses registros são fundamentais para a elaboração dos demonstrativos financeiros, como demonstração de resultados e o fluxo de caixa, fornecendo informações essenciais para análise, tomada de decisões e prestação de contas.

Escrituração é uma técnica contábil que consiste em registrar nos livros próprios (Diário, Razão, Caixa etc.) todos os acontecimentos que ocorrem na empresa e que modifiquem ou possam vir a modificar a situação patrimonial. O controle contábil das empresas começa com a escrituração das operações no livro Diário, completando-se, depois, nos demais livros de escrituração. (RIBEIRO, 2015, p.80)

O processo de escrituração envolve a identificação, classificação e registro de todas as transações em livros contábeis adequados, como o livro diário, o livro razão e outros livros auxiliares, dependendo da complexidade e das necessidades da empresa.

A escrituração contábil é uma prática essencial para a transparência, a governança corporativa. Ela permite o controle e o monitoramento das atividades financeiras da empresa, possibilitando a identificação de erros, desvios, fraudes e a adoção de medidas corretivas quando necessário.

Livro Diário

É um registro contábil onde são feitos os lançamentos das transações financeiras de uma empresa de forma cronológica e sequencial. Ele é considerado o principal livro contábil, pois registra todas as operações diárias da empresa, tais como vendas, compras,

pagamentos, recebimentos, despesas, entre outras. O objetivo do livro diário contábil é manter um registro completo e detalhado de todas as transações financeiras realizadas pela empresa, permitindo o controle e a análise posterior das operações. No livro diário devem ser lançadas, em ordem cronológica, com individualização, clareza e referência ao documento probante, todas as operações ocorridas, e quaisquer outros fatos que provoquem variações patrimoniais, Marion (2009).

No livro diário, cada lançamento é registrado identificando-se a data, a conta debitada e a conta creditada, além de uma descrição brevemente resumida da operação. Também é comum incluir informações como o número do documento que comprova a transação, como uma nota fiscal, por exemplo. É importante ressaltar que o livro diário deve seguir as normas contábeis vigentes no país, como as estabelecidas pelas leis contábeis e fiscais. (MARION, 2009, p. 209)

Em cada lançamento no livro diário devem ser especificados a data da operação, o título da conta de débito e da conta de crédito, o valor do débito e do crédito e um histórico com alguns dados que resumem brevemente a operação (número da nota fiscal, etc.).

Figura 2 – Lançamento no Diário.

Data		Títulos das Contas e Histórico	Código da Conta	Diário bicolunado	
				Débito	Crédito
20X5					
Fev.	20	Equipamentos Caixa N. F. 25.451 – Série B de Caligula & Cia.	– –	800.000	800.000
	26	Bancos c/Movimento Caixa	– –	900.000	900.000
	–	Depósito no Banco do Brasil S.A.	–	–	–
		_____	–	–	–
		_____	–	–	–
Mar.	–	_____	–	–	–

Fonte: MARION (2009).

Regime de caixa e livro caixa

O regime de caixa é um método contábil que reconhece as receitas e despesas de uma empresa somente quando o dinheiro é efetivamente recebido ou pago. Em outras palavras, as transações são registradas no momento em que ocorrem as entradas ou saídas de caixa, independentemente de quando a transação foi realmente realizada. Isso significa que uma venda só é registrada como receita quando o pagamento é efetuado pelo cliente. Por exemplo, se uma empresa vende um produto e o cliente paga à vista, a receita é reconhecida imediatamente. No entanto, se o pagamento for a prazo, a receita só será registrada quando o valor for recebido. Da mesma forma, as despesas são registradas no momento em que a empresa efetua o pagamento. Por exemplo, se uma empresa adquire suprimentos e paga no ato da compra, a despesa é registrada imediatamente. No entanto, se a empresa adquirir produtos ou serviços a prazo, a despesa só será registrada quando o pagamento for efetuado. O regime de Caixa, como instrumento de apuração de resultado, é uma forma simplificada de contabilidade, aplicado basicamente às microempresas ou às entidades sem fins lucrativos, tais como igrejas, clubes, sociedades filantrópicas etc. (MARION, 2009)

O livro caixa é um livro auxiliar e sistemático que somente registra os fatos que envolvem movimentação de dinheiro. É uma forma de escrituração contábil fácil, especialmente para pequenas empresas ou microempresas com um volume pequeno de operações. Ao final de cada período, geralmente diário, os valores de entrada e saída de dinheiro são somados para se obter o saldo de caixa. Esse saldo inicial é atualizado de acordo com as transações registradas posteriormente, permitindo assim o controle e a visualização da disponibilidade de dinheiro em espécie na empresa para um acompanhamento mais direto. No entanto, é importante observar que o regime de caixa pode não fornecer uma imagem tão precisa do desempenho financeiro a longo prazo, uma vez que as transações são registradas com base no fluxo de caixa e não no momento em que a transação ocorre. Para uma análise financeira mais abrangente e precisa, o regime de competência, que reconhece as receitas e despesas no momento em que são realizadas, é geralmente preferido.

Figura 3 – Regime de Competência e Regime de Caixa.

DRE	REGIME DE COMPETÊNCIA	REGIME DE CAIXA
Receita	20.000	12.000
(-) Despesas	(16.000)	(10.000)
Lucro	4.000	2.000

Fonte: MARION (2009).

De acordo com Marion (2009) o regime de caixa considera como receitas e despesas do exercício aquelas efetivamente recebidas ou pagas dentro de um período, e que apesar de não ser efetivamente legal, tem grande aderência por parte das empresas como contabilidade auxiliar. No caso das empresas sem fins lucrativos e das micro e pequenas empresas este regime é mais utilizado, uma vez que não se faz obrigatório o uso do Regime de Competência, que contabiliza as receitas e despesas do exercício social no ato do fato gerador, sendo independente a entrada ou saída de recursos financeiros. (MARION, 2009)

Fluxo de caixa

O fluxo de caixa é um instrumento financeiro que registra todas as entradas e saídas de dinheiro de uma empresa durante um determinado período de tempo. Ele acompanha de forma detalhada todas as movimentações financeiras, permitindo que os gestores tenham uma visão clara e atualizada da situação financeira do negócio. O objetivo principal do fluxo de caixa é fornecer informações dinâmicas e precisas sobre a situação financeira de uma empresa, bem como a disponibilidade de recursos financeiros da empresa, ou seja, mostrar quanto dinheiro está entrando e saindo do caixa em um determinado período. Isso inclui não apenas as receitas e despesas operacionais, mas também as atividades de investimento e financiamento.

O fluxo de caixa também é um instrumento de programação financeira, que corresponde às estimativas de entradas e saídas em um determinado período e possibilita: planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos financeiros da empresa. Segundo Marion (2009), entre as principais razões de falências ou insucessos de uma empresa, está a falta

de planejamento financeiro ou a ausência total de fluxo de caixa e a previsão de fluxo de caixa (projetar as receitas e as despesas da empresa).

A demonstração de fluxos de caixa ressalta as principais atividades que causam impacto sobre os fluxos de caixa e, logo, afetam o saldo de caixa geral. Os gerentes se concentram no caixa por um ótimo motivo – sem caixa suficiente nos momentos certos, uma empresa pode perder excelentes oportunidades de investimento ou mesmo ir à falência. (GARRISON; NOREEN; BREWER, 2013, p. 635).

As entradas de caixa no fluxo de caixa podem incluir pagamentos de clientes, recebimentos de vendas, empréstimos recebidos e investimentos realizados. Já as saídas de caixa compreendem pagamentos a fornecedores, despesas operacionais, salários, pagamento de empréstimos, entre outros. Ao analisar o fluxo de caixa, os gestores podem identificar períodos de maior ou menor disponibilidade de recursos financeiros, antecipar necessidades de capital de giro, tomar decisões estratégicas e avaliar a saúde financeira do negócio. Além disso, o fluxo de caixa é fundamental para a elaboração de projeções financeiras, permitindo que a empresa faça planejamentos e previsões futuras, tomar decisões estratégicas quanto ao rumo dos negócios, como reduzir ou aumentar estoques, controlar as contas a receber, criar ações para estimular as vendas à vista e ter uma política eficaz de cobrança.

Controles financeiros básicos de uma empresa

- Controle diário de caixa, com registro de todas as entradas e saídas de dinheiro e apuração de saldo final. Controle dos valores depositados em bancos e controle geral bancário;

- Controle diário de vendas, controle de contas a receber, controle de contas a pagar, controle mensal de despesas e controle de estoques.

Em suma, o controle de caixa é o instrumento crucial para a gestão de estoques, financiamentos, vendas, administração de inadimplências, definição de pró-labore, custos, lucros e etc.

Benefícios de utilizar o fluxo de caixa

Utilizar o fluxo de caixa corretamente traz uma série de benefícios para o gestor, como:

- Verificação da existência de caixa suficiente para as necessidades organizacionais, ou da necessidade de recurso externo;

- Comparação entre números obtidos e o que foi definido no planejamento;

- Verificação dos números do período, permitindo identificar folgas ou falta de recursos;

- Antecipação das decisões referentes à sobra ou à falta de recursos; e estimativa do melhor período para a realização de promoção de vendas.

Quadro 1 – Modelo de Fluxo de Caixa.

Saldo Inicial Disponível
Atividades Operacionais
(+) Vendas a vista
(+) Recebimento de Duplicatas
(-) Pagamento de Juros
(-) Compra de Mercadorias
Atividades de financiamento
(+) Obtenção de Empréstimos
(+) Aporte de Capital Social
Atividades de investimentos
(-) Empréstimos concedidos
(-) Compras de imóvel
Saldo final do disponível
Variação de Fluxo de Caixa

Fonte: Autor (2023).

Pró-Labore

Pró-labore ou Honorários é a remuneração paga a sócios, diretores, administradores ou a titulares de empresas individuais, considerados não trabalhadores da empresa, pelos serviços por eles prestados à empresa (RIBEIRO, 2013).

O pró-labore é a remuneração dos sócios de uma empresa por seu trabalho executado dentro dela. Assim, se o sócio é apenas investidor, e não trabalha na empresa, ele não recebe o pró-labore, participando apenas da divisão de lucros.

Ele se diferencia do salário dos demais funcionários por ser facultativo e não estar atrelado aos encargos trabalhistas. Contudo, o pró-labore deve estar previsto no fluxo de caixa como despesa de pagamento. Retirar o pró-labore é uma forma do empreendedor se remunerar pelo seu trabalho, evitando que ele precise descapitalizar as contas da empresa para quitar dívidas pessoais.

A melhor prática é manter o pró-labore do controle de caixa como valor fixo, no intuito de ser uma despesa mensal, e não algo que o empreendedor “retira quando dá”. É um controle benéfico tanto para o empreendedor quanto para a empresa com a retirada de um valor pré-estipulado mensalmente.

CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A empresa em estudo é de estrutura familiar constituída há cerca de 30 anos no comércio varejista de doces e guloseimas em geral. Atuando na cidade de Manaus no bairro alvorada, trata-se de uma microempresa de único dono e inicialmente com quadro de funcionários totalmente familiar (integrado por seus filhos). Por toda sua trajetória teve o controle totalmente centralizado e paternalista onde as questões pertinentes ao negócio eram pouco discutidas entre os membros e a organização se dava de forma intuitiva e pouco estruturada. Atualmente apenas o dono e um filho estão presentes no negócio, passando

este a assumir o controle gerencial. No entanto, a ausência de ferramentas de controle e administração ainda afeta o negócio e a necessidade de mudança se torna cada vez mais evidente, o que influencia o desempenho da empresa e conseqüentemente ameaça a sua continuidade.

METODOLOGIA

Metodologia é o estudo dos métodos e como eles conduzem uma pesquisa para um determinado fim. Inicialmente a fundamentação teórica realizada através de uma pesquisa bibliográfica, buscando embasamento teórico em livros, artigos acadêmicos, periódicos e outras fontes relevantes. A pesquisa bibliográfica tem como função direcionar a proposta de investigação do tema onde as fontes escolhidas devem ser lidas e interpretadas de acordo com os objetivos específicos em uma linha que leva a sua investigação detalhada.

A fundamentação teórica serve de alicerce teórico ao que o autor da pesquisa deseja demonstrar sobre o assunto estudado. Por isso, é imprescindível que os conteúdos (conceitos, teorias e outros) que integram a fundamentação teórica estejam diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa. (LOZADA; NUNES, 2019, p. 104)

O estudo de caso selecionado foi uma situação específica de uma microempresa familiar no ramo de doces em geral na cidade de Manaus, escolhida pela sua disponibilidade em participar, fornecendo informações claras necessárias ao trabalho. Yin (2002) diz que “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Para Gil (2007) o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”.

Através de uma interação direta com a microempresa não apenas para observar e analisar, mas também para colaborar ativamente com a prática do controle financeiro passando a registrar toda a movimentação diária do caixa. A pesquisa-ação tem base empírica e é concebida por uma relação estreita com os participantes. Por meio de observação sistemática do cotidiano do negócio e entrevista não estruturada com o proprietário, foi constatado que não havia qualquer forma que pudesse ser considerada algum tipo de controle financeiro, onde as retiradas do caixa não eram planejadas ou registradas corretamente, as anotações apenas referenciavam as vendas em dinheiro no dia e frequentemente se misturavam e confundiam as contas pessoais com as da empresa, para em seguida tomar ações necessárias a mudar esse quadro, primeiramente através do registro das movimentações para posteriormente serem revisadas e auxiliarem na definição de um pró-labore e gerenciamento do negócio.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e na qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2017, p. 20)

Durante um período de quinze dias fez-se necessário o acesso a documentos

financeiros da empresa e registros relacionados ao estudo, como registros de transações, notas de compra, comprovantes de pagamento e extratos bancários que trazem informações concretas para as práticas de controle financeiro da empresa. A pesquisa documental é realizada com dados de documentos e relatórios de trabalho não disponíveis para o público geral e podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa (VERGARA, 2007)

Esse trabalho tem como característica uma abordagem qualitativa e estuda aspectos subjetivos dos fenômenos sociais a partir das perspectivas dos participantes e de suas experiências. Dada através de narrativas, descrições e opiniões.

A pesquisa qualitativa usa o texto como material empírico (em vez de números), parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia-a-dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo. (FLICK, 2009, p. 16)

Foi adotado um registro simples das entradas e saídas do dia em um caderno contendo as informações de data, valores, conta e descrição do motivo da operação, todos os valores movimentados no dia eram anotados conferindo-se os comprovantes e extratos das contas bancárias. Ao fim do dia os extratos bancários eram conferidos com os valores de entrada, saída e rendimentos, o dinheiro contado e através da diferença do saldo anterior e as movimentações do dia se apurava o valor das vendas em dinheiro físico e todos os saldos respectivos anotados. No dia seguinte, após a breve recapitulação do dia anterior, o processo se repetia. A observação do diário permitiu que, posteriormente, fossem organizadas e definidas as contas de acordo com as necessidades e características da empresa, para a elaboração de uma planilha que atendesse a essas especificidades. A partir do diário o fluxo de caixa foi elaborado, somando os valores de cada conta e permitindo visualizar a movimentação total do período estudado.

RESULTADOS

A pesquisa teve como objetivo estudar o controle financeiro em uma microempresa familiar durante o período de quinze dias onde verificou-se o antes quando não havia nenhuma forma de controle, além de simples intuição, e depois com formas básicas de controle financeiro. A empresa é um comércio pequeno de doces e balas em geral onde o quadro de funcionários atual é composto pelo próprio dono e um filho.

Antes da implantação do controle

Inicialmente a empresa não possuía nenhuma forma estruturada de controle financeiro sendo este feito de maneira totalmente informal e intuitiva se valendo da percepção apoiada na experiência do gestor, sem que fosse percebido que problemas poderiam ser ocasionados pela ausência de controle.

Apenas um caderno era mantido com registros simples contendo a data e apenas os valores retirados do caixa (gaveta) do estabelecimento para outro local com mais segurança para armazenar valores mais elevados e assim manter na gaveta do caixa apenas o necessário para troco. Não se fazia controle das vendas realizadas em forma eletrônica de pagamento e não se tinha atenção à quantidade de valores pagos aos

fornecedores e outras despesas. Retiradas que podem ser classificadas como pró-labore eram esporádicas e os valores não eram registrados, frequentemente envolviam gastos pessoais e não relacionados às atividades da empresa, o que fere o princípio contábil da entidade, que segundo Souza (2016) afirma a autonomia patrimonial e não se confunde com aqueles de seus sócios ou proprietários

Com o gerenciamento centralizado na figura do dono os controles se baseavam em impressões do cotidiano e pela simples visualização das disponibilidades. A preocupação básica era manter as mercadorias em estoque a disposição dos clientes e manter também dinheiro em caixa o suficiente para pagar todos os fornecedores em dia. Não havia noção de como o dinheiro estava circulando dentro da empresa, quais as entradas, saídas e possíveis desvios e mistura de contas pessoais estavam acontecendo.

Quando as disponibilidades estavam em baixa se tinha a garantia do cumprimento das obrigações com os recursos de contas pessoais e de outras fontes de renda que não da atividade operacional da empresa. As despesas de água e luz eram debitadas da conta pessoal do proprietário e também eram feitas retiradas do caixa semanalmente, para as despesas básicas de casa e da família e também sempre que o dono precisasse não havendo nenhuma forma de registro de datas, valores e descrições. Evidenciando uma empresa familiar patrimonialista, onde se administra o patrimônio da empresa e da família como se fosse único e privado (SILVA, LOZADA, VILLANI; 2019).

Considerado que não há nenhum instrumento concreto para se realizar tal gerenciamento pode-se considerar que não havia controle e a empresa funcionava às cegas no que diz respeito as suas finanças. Segundo o gestor não há um controle sobre todos os gastos, existindo apenas uma preocupação em não gastar mais do que possui. As decisões são suportadas pela experiência, não fazendo o uso de qualquer conhecimento gerencial, da mesma forma que ocorre no planejamento. É apresentado que a principal preocupação gira em torno de manter sempre algum dinheiro em caixa para eventuais despesas não previsíveis. Da mesma maneira que acontece no planejamento, a decisão de comprar é tomada com base nas vendas realizadas e no controle visual de estoques. Segundo Marion (2009), entre as principais razões de falências ou insucessos de uma empresa, está a falta de planejamento financeiro ou a ausência total de fluxo de caixa.

Os recursos que a empresa possui provem exclusivamente da venda de mercadorias, visto que a mesma não investe o capital em nenhuma outra atividade a não ser as que estão relacionadas com a atividade fim da empresa. Para evitar captar recursos de terceiros, procura-se sempre manter uma quantidade de recursos disponíveis em caixa, contudo essa postura adotada faz com que os recursos não sejam maximizados, visto que dinheiro parado não gera receitas financeiras.

Após a implantação do controle

Com a conscientização da ausência de instrumentos de controle financeiro, foram adotadas formas básicas de registro e controle considerando as necessidades e limitações da empresa e de seus donos para como um ponta pé inicial passar a ter um olhar mais atento as finanças. Attie (2000) diz, a implantação dos próprios procedimentos de controle precisa levar em conta o custo de implementação e o benefício que pode trazer.

O controle contábil das empresas começa com a escrituração das operações (RIBEIRO, 2015). O regime de Caixa, como instrumento de apuração de resultado, é uma forma simplificada de contabilidade, aplicado basicamente às microempresas (MARION, 2009). Os registros envolviam apenas as movimentações efetivas no caixa diariamente, e após o período de quinze dias um fluxo de caixa foi elaborado.

A demonstração de fluxos de caixa ressalta as principais atividades que causam impacto sobre os fluxos de caixa e, logo, afetam o saldo de caixa geral (GARRISON; NOREEN; BREWER, 2013). Foi verificado que o fluxo de caixa influenciou de forma sutil a gestão, mas não proporcionou mudanças significativas nas decisões e no gerenciamento. No entanto, algumas informações se tornaram ainda mais evidentes e mensuráveis como o fato de o dinheiro em espécie ser a principal forma de pagamento dos clientes. É possível perceber que a maior saída de dinheiro está relacionada com a compra de mercadorias e que o custo da empresa é muito baixo, o que pode ser visto como uma vantagem.

Também o pró-labore poderá ser fixado em um valor razoável que atenda as necessidades do proprietário e não mais haja quebra do princípio da entidade. Para Ribeiro (2013), pró-labore é a remuneração paga aos administradores pelos serviços por eles prestados à empresa.

O planejamento e controle financeiro realizado pelo proprietário tiveram mudanças pouco significativas, para efeito de reverter em alguma melhora no desempenho da empresa, tendo em mente o período curto de apenas quinze dias. O mesmo ainda continua realizando o planejamento de maneira informal, com base nas necessidades de compras de mercadorias e as despesas a serem pagas.

O fato do fluxo de caixa possibilitar uma melhor visualização do direcionamento do capital proporciona um maior controle sobre as despesas, principalmente as que não estão diretamente relacionadas com a atividade fim da empresa. A ferramenta possibilita a visualização da situação econômica de forma clara no decorrer do tempo, com dados monetários específicos da quantidade que foi vendida, comprada e outros gastos provenientes do mês, que antes não eram materializados, sendo muitas vezes esquecidos em meio às tarefas ao longo do dia. Proporciona a um melhor controle dos gastos, que por sua vez faz com que os recursos sejam alocados de forma a aumentar a capacidade da empresa em gerar lucros.

Controlar e anotar todas as entradas e saídas a princípio pode parecer trabalhoso, mas com o decorrer do tempo se torna uma hábito para o gestor. É evidente que a utilização da ferramenta não causa nenhum impacto negativo, só tende a ajudar, com isso o fluxo de caixa poderá agora passar a fazer parte do gerenciamento do proprietário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atender os objetivos proposto neste estudo, esta pesquisa analisou a maneira como é gerenciado as entradas e saídas de caixa de uma microempresa familiar, para a realização de um controle financeiro básico. A empresa em questão não fazia uso de nenhum instrumento para realizar o controle financeiro, com isso, foi implementada na

mesma, a ferramenta livro caixa e fluxo de caixa.

O objetivo específico de caracterizar uma empresa familiar foi atingido, ao qual a partir da fundamentação teórica foi possível traçar paralelos com o caso em questão, como a forma de gerenciamento informal, paternalista e o patrimonialismo no tratamento das contas da empresa. Em relação ao princípio contábil da entidade, foi descrito e usado como base para que a empresa passasse a tomar uma postura mais rígida para o seu cumprimento. Com relação à identificação de ferramentas básicas de controle financeiro, o livro diário, regime de caixa e o fluxo de caixa se destacaram como meios mais utilizados e com maior efeito prático para microempresas. No entanto, entender como se dá o controle financeiro em uma microempresa e verificar a sua influencia no negócio teve não resultado plenamente atingido, em virtude do período reduzido de apenas quinze dias.

O livro caixa e o fluxo de caixa possibilitaram uma melhor visualização das entradas e saídas de caixa, e definição de contas como pró-labore. Todavia a utilização de uma forma estruturada não alterou, em um primeiro momento, a maneira como o gestor toma as decisões no negócio, bem como não alterou a forma como e gerido o capital da empresa. No que se refere à separação do capital próprio e da empresa pode-se perceber que se modificou o tratamento das contas, respeitando o princípio contábil da entidade.

Como pontos positivos o fluxo de caixa facilitou a visualização das informações que antes não eram estruturadas. Com base nas informações geradas pela ferramenta futuras modificações ainda podem ser aprimoradas, no entanto, envolvem mudança de cultura, hábitos, espera-se que o fluxo de caixa ainda interfira positivamente na gestão da microempresa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. Auditoria: um curso moderno e completo. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ATTIE, William. Auditoria: conceitos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Grupo A, 2009. E-book. ISBN 9788536321356. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536321356/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

GARRISON, Ray H; NOREEN, Eric W; BREWER, Peter C. Contabilidade gerencial. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

GIL, Antonio C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina S. Metodologia científica. Porto Alegre: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788595029576. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Empresa familiar: como fortalecer o empreendimento e

otimizar o processo sucessório. 3. ed. São Paulo: Grupo

GEN, 2010. E-book. ISBN 9788522473076. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522473076/>. Acesso em: 21 mai. 2023.

PRADO, Roberta N. Governança Familiar. v.II. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553625112. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553625112/>. Acesso em: 21 mai. 2023.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica fácil. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de custos fácil. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SEBRAE. Negócios familiares: entenda como eles funcionam. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/as-caracteristicas-de-negocios-familiares,48e89e665b182410VgnVC M100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 21 mai. 2023.

SEBRAE. Empresas Familiares. Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/1a5d95208c89363622e79ce58427f2dc/\\$File/7599.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/1a5d95208c89363622e79ce58427f2dc/$File/7599.pdf)>. Acesso em: 21 mai. 2023.

SEBRAE. Negócios familiares: entenda como eles funcionam. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/as-caracteristicas-de-negocios-familiares,48e89e665b182410VgnVCM100000b272010aRCRD>>>. Acesso em: 21 mai. 2023.

SEBRAE. Os desafios da empresa familiar: gestão e sucessão. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pe/artigos/os-desafios-da-empresa-familiar-gestao-e-sucessao,fae9eabb60719510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 21 mai. 2023.

SEBRAE. Pais e filhos: os desafios e valores entre gerações de empreendedores. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ms/artigos/pais-e-filhos-os-desafios-e-valores-entre-geracoes-de-empreendedores,f646cf80c782c710VgnVCM100000d701210aRCRD>>. Acesso em: 21 mai. 2023.

SILVA, Vanessa F; LOZADA, Gisele; VILLANI, Paulo M. Gestão de empresa familiar. 1. ed. Porto Alegre: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788533500563. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788533500563/>. Acesso em: 21 mai. 2023.

SOUZA, Sergio Adriano de. Contabilidade Geral 3D: Básica, Intermediária e Avançada. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2016

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

VERGARA, Sílvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 9. ed São Paulo: Atlas, 2007.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

Déficit de assessoria contábil nas instituições filantrópicas: estudo de caso APAE Manaus

Lack of accounting advisory in philanthropic institutions: a case study of APAE Manaus

Maria Giovanna Martins Lacerda

Acadêmica em Ciências Contábeis Faculdade La Salle Manaus

Lucas Francisco Gonçalves Martins

Acadêmico em Ciências Contábeis Faculdade La Salle Manaus

Marcos Bandeira Amorim

Professor Orientador do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade La Salle

Elton Vieira Pinheiro

Professor do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade La Salle

RESUMO

Este estudo denota como a ausência de assessoria contábil influencia a Prestação de Contas das Instituições sem fins lucrativos, podendo interferir no recebimento dos benefícios fiscais e recursos que provêm principalmente do Governo e da sociedade. Ademais, foi realizado um estudo de caso na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE MANAUS, onde como técnica de entrevista foi utilizado o questionário qualitativo para verificar a situação da instituição e de como a Contabilidade poderia auxiliar a entidade na elaboração documental.

Palavras-chave: déficit. assessoria contábil. instituições sem fim lucrativo. prestação de contas.

ABSTRACT

This study denotes how the absence of accounting advice influences the Accountability of non-profit institutions, which may interfere with the receipt of tax benefits and resources that come mainly from the Government and society. Furthermore, a case study was carried out at the Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE MANAUS, where a qualitative questionnaire was used as an interview technique to verify the situation of the institution and how Accounting could help the entity in document preparation.

Keywords: déficit. accounting advice. non. profit institutions. accountability.



INTRODUÇÃO

A prestação de contas em instituições filantrópicas é um aspecto fundamental para garantir a transparência e o cumprimento dos objetivos sociais dessas organizações. Essas entidades, que são voltadas para a promoção de causas sociais, devem prestar contas de forma clara e acessível, demonstrando como utilizaram os recursos recebidos e quais foram os resultados alcançados.

O déficit de assessoria contábil em instituições filantrópicas pode ter diversos impactos negativos. Essas organizações sem fins lucrativos precisam lidar com uma série de desafios contábeis específicos, e a falta de assessoria especializada pode agravar essas dificuldades.

É importante ressaltar que a prestação de contas não se limita apenas ao aspecto financeiro, mas abrange também a transparência na gestão, o cumprimento dos objetivos sociais e o monitoramento dos impactos alcançados. As instituições filantrópicas devem demonstrar não apenas como utilizaram os recursos, mas também como estão promovendo mudanças positivas na sociedade.

Este estudo consiste em analisar como a ausência da assessoria contábil influencia na constituição da Prestação de Contas. Para atender o objetivo deste artigo resolveu-se desdobrar em três objetivos específicos: a) propor consultoria contábil para a APAE Manaus; b) organizar palestras de mentoria, orientando sobre o que deve constar nos processos evidenciando a importância da prestação de contas; c) Verificar a parte financeira/contábil da APAE Manaus.

Há uma exigência natural das organizações de se reportar à sociedade, à divulgação de suas ações e à sustentabilidade, enquanto, nas demais organizações com finalidade lucrativas, a divulgação das ações sociais ocorre de forma voluntária. (ORO, VICENTI, E SCARPIN, 2014).

COMO SURTIU O TERCEIRO SETOR

O terceiro setor surgiu como um contraponto aos outros dois setores da economia: o primeiro setor, composto pelo governo e suas instituições, e o segundo setor, formado pelas empresas privadas. A necessidade de ações complementares aos esforços estatais e empresariais para atender a demandas sociais e ambientais específicas levou à criação de organizações não governamentais (ONGs), associações, fundações e outras entidades sem fins lucrativos.

Segundo Salomon (1997) é possível identificar o surgimento de um terceiro setor: “entretanto, não se pode deixar de falar na existência de um terceiro complexo de instituições, definido como “terceiro setor” ocupando um distinto espaço social fora do mercado e do estado”.

No caso brasileiro, a participação da sociedade civil organizada ganha maior evidência a partir de meados da década de 1980, quando se inicia o processo de redemocratização do País depois de mais de 20 anos de ditadura militar (...) O marco desta

transição é a Constituição Federal promulgada em 1988. (IBGE, 2004 p.10)

Segundo Falconer (1999, p. 87): “[...] nos anos noventa, a ideia de terceiro setor aportou com força no Brasil, como na América Latina e em grande parte do mundo em desenvolvimento”

Hoje, o terceiro setor desempenha um papel essencial em diversas áreas, como assistência social, educação, saúde, meio ambiente, cultura e direitos humanos. Suas atividades vão desde a prestação direta de serviços até a advocacia, mobilização de recursos, pesquisa e capacitação.

Vale ressaltar que o terceiro setor continua evoluindo e se adaptando às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. A colaboração entre o primeiro setor (governo), o segundo setor (empresas) e o terceiro setor tem se mostrado cada vez mais importante para enfrentar os desafios contemporâneos e promover o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

DÉFICIT DE ASSESSORIA CONTÁBIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O déficit de assessoria contábil em entidades filantrópicas pode se manifestar de várias formas. Uma delas é a falta de profissionais qualificados na área contábil, o que pode levar a erros e inadequações nos registros contábeis. A ausência de conhecimento especializado também pode resultar em dificuldades na interpretação e aplicação das normas contábeis e fiscais, o que pode levar a erros nas demonstrações financeiras e na prestação de contas.

Além disso, a falta de recursos financeiros para investir em assessoria contábil adequada pode levar as entidades filantrópicas a optarem por soluções mais econômicas, como a contratação de profissionais menos experientes ou a terceirização dos serviços contábeis. Essas alternativas podem não oferecer o suporte necessário para atender às demandas específicas das organizações filantrópicas, resultando em lacunas na prestação de contas.

A consultoria contábil tem como função apoiar as organizações nas principais tomadas de decisões, sendo essencial para as grandes organizações, além de melhorar e aprimorar os resultados patrimoniais da empresa. Ela é capaz de prever as técnicas a respeito das necessidades e inseguranças de um mercado que se modifica constantemente (OLIVEIRA, 2013).

A Contabilidade tem papel fundamental na solução das dificuldades que as entidades de terceiro setor enfrentam neste momento. A Contabilidade deve auxiliar as entidades de terceiro setor no processo de *accountability*, ou seja, devem ser fornecidas as informações necessárias para que os investidores sociais possam verificar o montante de recursos recebidos pelas entidades, bem como, a destinação destes recursos e, conseqüentemente, os resultados alcançados (ASSIS, MELLO, SLOMSKI 2006)

Segundo Bettiol Júnior (2005, p.16): “[...] o benefício obtido pelos indivíduos por meio dos serviços prestados por essas entidades [...] chamam cada vez mais a atenção dos

doadores de recursos e da sociedade [...], portanto, elaborar demonstrações contábeis que possam colaborar para satisfazer essas necessidades torna-se indispensável. ”

O aumento do volume dos recursos arrecadados pelas entidades do terceiro setor sem fins lucrativos é acompanhado por uma maior necessidade de transparência quanto a sua aplicação. (CAMPOS, 2003 p.27)

Campos (2003, p.92) conclui que: “Na medida que a contabilidade suprir as Organizações do Terceiro Setor [...] e proporcionar a clareza dos números para o público externo, serão possíveis prestações de contas que estimulem a entrada de mais recursos e a sustentabilidade daquelas entidades ao longo do tempo. ”

CONSEQUÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A influência do déficit de assessoria contábil na prestação de contas das entidades filantrópicas é significativa. A falta de conhecimento técnico e a ausência de recursos podem levar a imprecisões nos relatórios financeiros, falta de documentação adequada e dificuldades na interpretação das informações contábeis. Esses problemas podem afetar negativamente a credibilidade das organizações perante os doadores, parceiros e órgãos reguladores.

Segundo a professora Rosa Maria Fischer citado por Costa (2004): “A maioria das entidades filantrópicas trabalha com recursos públicos e doações. Nesse caso, a transparência é ponto-chave”, ou, como conclui Falconer (1999, p.131): “Para atingir sucesso e, simultaneamente, maximizar o benefício social de sua atuação, as organizações devem, obrigatoriamente, prestar contas a alguém.”

As entidades que financiam seus projetos através da captação de recursos do setor público e junto a empresas privadas estão sujeitas a prestarem contas e divulgarem suas informações financeiras, podendo essas informações ser consideradas importantes pelos financiadores dos projetos (CUNHA, 2009).

Segundo o artigo 43;

Na hipótese de omissão do dever de prestar contas, da não comprovação de aplicação dos recursos repassados, da ocorrência de desfalque, ou desvio de dinheiro, bens e valores, ou ainda a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo, antieconômico é que resulte danos ao erário, o agente repassador, sob pena de responsabilização solidária, deverá proceder a Tomada de Contas Especial, no prazo de 30 (trinta) dias. (RESOLUÇÃO 12/2012 TCE AM).

No artigo 70 parágrafo único da Constituição Brasileira diz que: “Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumas obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Entende-se que as organizações do terceiro setor estão autorizadas a fazer uso de partes da Lei das SAs, no que se refere, principalmente, às demonstrações contábeis e à escrituração de suas operações. Pode-se inferir que a base legal para a preparação e divulgação das demonstrações contábeis encontra-se na Lei nº 6.404/76. (ARAÚJO, 2006 p. 53)

Entendemos que as principais fontes de recursos das entidades sem fins lucrativos são, basicamente, as seguintes: contribuições, doações, subvenções, receitas de aplicações financeiras, receitas de capital, receita de venda de produtos, mercadorias e serviços. (Olak e Nascimento, 2006, p. 27).

Além disso, a prestação de contas inadequada pode resultar em penalidades legais, perda de isenções fiscais e dificuldades na obtenção de recursos financeiros.

No Art. 69 da Lei 13.019/2014 diz que: “A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.” (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 13.204, DE 2015)

§ 6º As impropriedades que deram causa à rejeição da prestação de contas serão registradas em plataforma eletrônica de acesso público, devendo ser levadas em consideração por ocasião da assinatura de futuras parcerias com a administração pública, conforme definido em regulamento. (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 13.204, DE 2015)

Art. 70. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

QUESTÕES RELATIVAS À PESQUISA

Quadro 1

Questões Relativas à Pesquisa	Participante 1	Participante 2	Considerações
1. Quais são os principais desafios enfrentados pela APAE Manaus em relação ao déficit de assessoria contábil?	É impossível gerir uma instituição seja ela privada ou pública, sem assessoria contábil!	Infelizmente, hoje a Apae Manaus se encontra em uma situação financeira muito precária, para poder fazer esse pagamento a um contador profissional, no momento estamos sendo assistidos pela Federação das APAES.	Afirma a importância da assessoria contábil. Apresenta dificuldades orçamentárias para a contratação de serviços.
2. Como o déficit de assessoria contábil tem afetado a elaboração da prestação de contas da APAE Manaus?	O déficit, dificulta o tempo de ações que temos para realizar os fechamentos contábeis em relação a prestação de contas	No momento, a Apae Manaus não está tendo nenhuma parceria para poder fazer prestação de contas, foi feita uma prestação de contas somente interna, mediante uma doação que ganhamos	Destacam a importância da prestação de contas, para garantir transparência, confiança e responsabilidade na gestão dos recursos e no cumprimento dos objetivos da organização.
3. Quais são as dificuldades específicas encontradas na elaboração da prestação de contas devido ao déficit de assessoria contábil?	As dificuldades, é a própria mão de obra qualificada para realizar tais tarefas! De um simples fluxo de caixa para o encerramento do balanço patrimonial!	Recursos financeiros, profissional. No momento não temos contador trabalhando efetivo na Instituição, somente parceria com a Federação das Apaes	Ausência de um profissional contábil por falta de recursos financeiros;

Fonte: Autora

Quadro 2

Questões Relativas à Pesquisa	Participante 1	Participante 2	Considerações
4. Quais são as consequências de não ter assessoria contábil adequada na prestação de contas da APAE Manaus?	Dificuldades em participar de editais, por não ter uma contabilidade em dias	Pode trazer inúmeras consequências, como bloquear as certidões da Apae, diante dos órgãos públicos, pois mediante esses bloqueios ficamos impossibilitados a Fazer quaisquer tipos de fomentos.	Dificuldades em conseguir recursos financeiros pela falta da não prestação de contas
5. Quais medidas têm sido tomadas para lidar com o déficit de assessoria contábil e melhorar a elaboração da prestação de contas da APAE Manaus?	Parcerias com Faculdades, para termos um número de estagiários da própria área	Estamos com uma assessoria Jurídica, nos dando um suporte, para correremos atrás de melhorias financeiras com os parceiros, empresas privadas e com o nosso Telemarketing.	Considera a importância de ter estagiários da área contábil que possa auxiliar a instituição
6. A APAE Manaus busca parcerias ou recursos adicionais para superar o déficit de assessoria contábil? Se sim, quais são as estratégias adotadas?	Sim, termos de cooperação técnica com faculdades	Sim, sempre, estamos batendo nas portas dos Deputados em buscas de emendas parlamentares, empresas privadas do Distrito Industrial, parceiros de Mercados como Bonna Vitta, Havan, Fazenda esperanças e outros.	Por falta da não prestação de contas em dia, a APAE fica inapta de participar dos editais. Assim , procura parcerias com as faculdades e empresas privadas

Fonte: Autora

Quadro 3

Questões Relativas à Pesquisa	Participante 1	Participante 2	Considerações
7. Existem planos para capacitar a equipe interna da APAE Manaus em aspectos contábeis para ajudar na elaboração da prestação de contas?	Sim, sentimos a dificuldade no nosso dia a dia, a contabilidade do terceiro setor requer conhecimento e prática para o avanço das prestações de contas	No momento não, nossa equipe interna é mais pra elaboração psicopedagogo.	Ausência de capacitação da equipe, o que acaba causando o déficit de entendimento para construir uma prestação de contas
8. Quais são as perspectivas futuras para resolver o déficit de assessoria contábil e melhorar a situação da elaboração da prestação de contas da APAE Manaus?	Contratar técnicos contábeis com experiência no terceiro setor	São várias, queremos coabitar empresas privadas para fazer parcerias, diante dessas parcerias essas empresas vão poder colocar a APAE Manaus no desconto dos seus impostos.	Essencial que a Apae Manaus busque soluções para superar esses desafios financeira e estabelecer parcerias ou estratégias alternativas para cumprir suas prestações de contas de maneira eficaz.

Fonte: Autora

Para desenvolver este estudo foi aplicado um questionário qualitativo para coletar informações detalhadas e aprofundadas sobre as opiniões, percepções e experiências do Presidente. Ao contrário de questionários quantitativos, que se concentram em respostas fechadas e numéricas, os questionários qualitativos permitem que os participantes expressem suas ideias de forma mais ampla e discursiva. Para os autores,

A pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos etc.) em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (BRANDÃO, 2001 p.13).

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões referentes a um conjunto de fenômenos humanos entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2009, p. 21).

Figura 1- Comparação entre pesquisa qualitativa x quantitativa.

Ponto de Comparação	Pesquisa Qualitativa	Pesquisa Quantitativa
Foco da pesquisa	Qualidade (natureza e essência)	Quantidade (quantos, quanto)
Raízes filosóficas	Fenomenologia, interação simbólica	Positivismo, empiricismo, lógico
Frases associadas	Trabalho de campo, etnografia, naturalismo, subjetivismo	Experimental, empírico, estatístico
Metas de investigação	Entendimento, descrição, descoberta, generalização, hipótese	Predição, controle, descrição, confirmação, teste de hipótese
Ambiente	Natural, familiar	Artificial, não-natural
Amostra	Pequena, não-representativa	Grande, ampla
Coleta de dados	Pesquisador como principal instrumento (entrevista, observação)	Instrumentos manipulados (escala, teste, questionário etc.)
Modo de análise	Indutivo (pelo pesquisador)	Dedutivo (pelo método estatístico)

Fonte: Comparação entre pesquisa qualitativa x quantitativa – Metodologia do trabalho científico (2013)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo de caso realizado sobre como o déficit de assessoria contábil influencia na prestação de contas das entidades filantrópicas, podemos concluir que essa deficiência tem impactos significativos na gestão financeira e na transparência dessas organizações. A falta de profissionais qualificados, a ausência de conhecimento especializado e a falta de recursos financeiros para investir em assessoria contábil adequada são alguns dos principais fatores que contribuem para esses problemas.

Uma assessoria contábil eficiente é essencial para garantir a conformidade com as normas contábeis e fiscais, a precisão nos registros financeiros, a elaboração correta das demonstrações contábeis e a transparência na prestação de contas. Sem esse suporte adequado, as entidades filantrópicas podem enfrentar dificuldades na interpretação e aplicação das normas contábeis, resultando em erros e inadequações nos relatórios financeiros.

Além disso, a falta de uma assessoria contábil qualificada pode comprometer a credibilidade das entidades filantrópicas junto aos doadores, parceiros e órgãos reguladores. A transparência e a confiança são fundamentais para atrair recursos financeiros e manter a sustentabilidade dessas organizações. A prestação de contas inadequada pode levar a penalidades legais, perda de isenções fiscais e dificuldades na obtenção de financiamento, o que pode afetar negativamente o alcance e o impacto das atividades filantrópicas.

Portanto, é crucial que as entidades filantrópicas reconheçam a importância de uma assessoria contábil eficiente e busquem investir em profissionais qualificados e recursos adequados nessa área. Além disso, é fundamental que as organizações fortaleçam suas práticas de prestação de contas, adotando procedimentos transparentes, implementando controles internos robustos e buscando aprimorar a governança corporativa.

Somente através de uma assessoria contábil adequada e de uma prestação de contas eficiente, as entidades filantrópicas poderão garantir a confiabilidade das informações

financeiras, fortalecer sua imagem perante os stakeholders e cumprir sua missão de maneira efetiva, contribuindo para o desenvolvimento social e o bem-estar da comunidade que atendem.

REFERÊNCIA

ARAUJO, Osório Cavalcante. Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor. São Paulo: Atlas, 2006.

ASSIS, M. S.; MELLO, Gilmar Ribeiro; SLOMSKI, V. Transparência nas entidades do Terceiro Setor. A demonstração do resultado econômico como instrumento de mensuração do desempenho. In: 3o Congresso USP de Iniciação Científica em Dissertação de Mestrado do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós- Graduação em Ciências Contábeis (UnB, UFPE, UFPB e UFRN). 12 XXI Congresso Brasileiro de Custos – Natal, RN, Brasil, 17 a 19 de novembro de 2014 Contabilidade, 2006, São Paulo. Anais...3o Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2006.

BETTIOL JÚNIOR, Alcides. Formação e destinação do resultado em entidades do terceiro setor: um estudo de caso. São Paulo, 2005. 116p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

BRANDÃO, Z. A dialética macro/micro na sociologia da educação. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, SP, n. 113, p. 153-165, jul. 2001.

BRASIL. Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999”; altera as Leis n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14dez. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm. Acesso em: 12 jan. 2019.

Constituição Brasileira de 1998

COSTA, Robson. Por ONGs mais transparentes e muito mais responsáveis - Gestão Entidades do Terceiro Setor aplicam técnicas de Governança Corporativa. Jornal Valor Econômico. São Paulo, 09 fev. 2004. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br>. Acesso em 15 jul. 2005.

CUNHA, José Humberto da Cruz. Captação de Recursos para Entidades sem Fins Lucrativos: diretrizes para a divulgação de informações. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

FALCONER, Andres Pablo. A promessa do terceiro setor. Um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. São Paulo, 1999. 152p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2002. Gerência de Cadastro de Empresas - Estudos e Pesquisas. Informação Econômica. no. 2a. ed. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 16 jun. 2005.

Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e MINAYO, M. C. O desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. Contabilidade para Entidades Sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor). São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, G. P. de. Contabilidade tributária. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Oro, I.M., Vicenti, T., & Scarpin, J. E. (2014). Balanço social no terceiro setor: análise do modelo lbase com relação à transparência e prestação de contas à sociedade. (Pág. 79)

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. Pesquisa qualitativa na atenção à saúde. 2a edição. Porto Alegre: Artmed, 2005. 118

Resolução 12/2012 TCE AM

SALOMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. Defining the nonprofit sector: A cross-national analysis. (Johns Hopkins nonprofit sector series: 4). Manchester: Manchester University Press, 1997.

Técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Impacto da COVID-19 na empresa Arezzo S/A: análise dos ciclos operacionais e financeiros

Impact of COVID-19 on Arezzo S/A Company: analysis of operational and financial cycles

Davi Teles Vêras Saldanha

Joécio Braga de Sousa

Gesiel Rios Lopes

Ítalo Rodrigo Monte Soares

Thiago Edirsandro Albuquerque Normando

Jandson Vieira Costa

Christiane Carvalho Veloso

Márcio Henrique Yacyszyn

Daniella Batista Galvão de Barros

Gabriel Oliveira Marques da Costa

RESUMO

No contexto da pandemia da COVID-19 novas atitudes e tecnologias tornaram-se essenciais no combate ao desequilíbrio financeiro instalado nas empresas. Destaca-se o impacto que o fechamento físico das lojas, em especial o grupo Arezzo S/A, provocou nos resultados financeiros do grupo. Dessa forma, pergunta-se qual é o impacto que a pandemia causou nas demonstrações contábeis e financeiras deste grupo. Para responder essa indagação, analisou-se os ciclos operacionais e financeiros nos diversos trimestres entre os anos de 2019 e 2021. O estudo tem como objetivo geral, a análise das consequências que a pandemia da COVID-19 causou no resultado financeiro do grupo Arezzo S/A durante os anos de 2020 e 2021, e como objetivos específicos, o estudo de seus índices e de suas demonstrações. O estudo foi realizado através de pesquisa quantitativa com enfoque na análise dos dados das demonstrações contábeis divulgadas, assim como a pesquisa bibliográfica. A importância de o estudo dar-se pela necessidade de uma gestão eficiente de empresas comerciais frente aos problemas inesperados, em especial o surgimento da pandemia da COVID-19.

Palavras-chave: COVID-19. Arezzo S/A. demonstrações financeiras.



ABSTRACT

In the context of the COVID-19 pandemic, new attitudes and technologies have become essential in combating the financial imbalance installed in companies. We highlight the impact that the physical closure of stores, especially the Arezzo S/A group, has on the group's financial results. In this way, one wonders what is the impact that the pandemic has had on the accounting and financial statements of this group. In order to answer this question, the operational and financial cycles were analyzed in the different quarters between 2019 and 2021. The general objective of the study is to analyze the consequences that the COVID-19 pandemic caused on the financial result of the Arezzo S/A group during the years 2020 and 2021, and as specific objectives, the study of its indices and its demonstrations. The study was carried out through quantitative research with a focus on the analysis of data from the published financial statements, as well as bibliographical research. The importance of the study is given by the need for efficient management of commercial companies in the face of unexpected problems, in particular the emergence of the COVID-19 pandemic.

Keywords: COVID-19. Arezzo S/A. financial statements.

INTRODUÇÃO

Em 2019, o surgimento do Coronavírus desencadeou uma crise financeira que modificou as abordagens consumerista do mercado, causando um declínio nas vendas especialmente no setor varejista de moda (ASSUNÇÃO, 2021).

A implementação de medidas de isolamento social em 2020, com o intuito de frear a propagação do vírus, ensejou o fechamento temporário de várias empresas em setores diversos. “Comércios considerados não essenciais tiveram o seu funcionamento restrito ao ambiente online ou puderam abrir com redução de capacidade e de horário. As pessoas, por sua vez, passaram a ficar mais em casa” (ACICI, 2021).

Diante do cenário de mudanças, as empresas precisaram reestruturar suas estratégias de vendas e redefinir suas relações com os clientes. A fim de se adaptar a essa nova realidade, as empresas aumentaram sua presença no meio virtual e nas redes sociais para impulsionar as vendas. O *e-commerce* cresceu em torno de 40% de acordo com pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o aplicativo WhatsApp se tornou o principal canal de vendas direta do Brasil, atingindo 84,7% de participação segundo um estudo encomendado pela Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas (FAVARETTO, 2020).

Além disso, com o aumento do *home office*, os clientes passaram a priorizar roupas mais leves e confortáveis, o que exigiu das empresas uma adaptação rápida em seus estoques e oferta de produtos (ACICI, 2021).

Nesse novo cenário observamos que até as empresas de grande porte foram afetadas pela pandemia, em especial ao estudo destacaremos a empresa Arezzo. Está iniciou suas atividades em 1972, tornando-se uma companhia aberta Arezzo S/A, com ações negociadas em bolsa (ticker ARZZ3) em 2011. Em 2020 houve adaptações no grupo, impulsionadas pela crise desencadeada na pandemia, entre essas estavam a integração de novos grupos e a fortificação de suas marcas Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre

Birman, Fiever, Alme, Vans, AR&CO, TROC, ZZ Mall, Baw Clothing, MyShoes e Carol Bassi (AREZZOCO, 2023).

Nos anos posteriores a 2019 passamos a viver no Brasil uma nova realidade, um crescimento em proporção exponencial das ferramentas tecnológicas na atuação comercial. Especialistas acreditam que o segmento de moda foi uma das áreas mais impactadas pelas ferramentas tecnológicas, o que levou ao crescimento do uso do *E-commerce*, os canais digitais, as retiradas via *Drive-Thru*, entre outras ferramentas de solução ao fechamento físico das empresas. O grupo Arezzo S/A em respeito ao isolamento social teve suas lojas fechadas temporariamente partir de 16 de março de 2020, deixando de vender a estimativa equivalente a R\$ 63,3 milhões, porém apesar disso houve um crescimento de 380% das vendas no *e-commerce* (AREZZOCO, 2020).

Com base na problemática do desequilíbrio financeiro que a pandemia de COVID-19 trouxe ao setor comercial, em especial ao Grupo Arezzo S/A, este estudo tem como objetivo geral demonstrar o impacto da pandemia na liquidez e rentabilidade do grupo. Para atingir esse objetivo, utilizou-se a abordagem quantitativa na análise dos dados apurados nos resultados operacionais e nas demonstrações contábeis divulgadas pelo grupo, com enfoque na liquidez e rentabilidade.

Além disso, como objetivos específicos, buscou-se analisar os indicadores de ciclos financeiro e operacional (CF e CO) dos demonstrativos contábeis, e o impacto da pandemia nesses indicadores.

A justificativa para a realização deste estudo se dá pela escassez de pesquisas que abordem o impacto específico da pandemia da COVID-19 nas empresas, em especial na Arezzo S/A, demonstrando por meio de uma análise comparativa dos indicadores financeiros, o resultado antes e durante a pandemia. Com isso, o presente artigo pode contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre as consequências da pandemia na área financeira, além de auxiliar na tomada de decisões estratégicas por parte da empresa e de outros profissionais da área.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho é caracterizado quanto aos objetivos, como um estudo dos ciclos operacionais e financeiros da Arezzo S/A, cuja a receita de vendas é proveniente das vendas de sapatos, bolsas e acessórios das marcas do grupo, através venda aos franqueados, lojistas multimarcas, e através de lojas próprias e *e-commerce* margens brutas superiores.

Para alcance dos objetivos propostos e melhor apreciação deste trabalho, foi realizado uma pesquisa quantitativa, utilizando técnicas estatísticas para análise e apresentação dos resultados obtidos através dos dados extraídos.

No presente estudo, possui como objeto de estudo a análise dos indicadores financeiros nas demonstrações contábeis do grupo Arezzo S/A, e o resultado da variável Casos e mortes por COVID-19. A variável foi extraída da base de dados do projeto de pós-doutorado “Monitoramento contínuo da COVID-19 no Brasil: coleta, análise e modelagem

de dados epidêmicos”, tendo como ponto de corte o primeiro trimestre de 2019 ao último trimestre de 2021.

Por fim, foram utilizadas duas regressões lineares para analisar o impacto da COVID-19 no ciclo operacional e financeiro. O objetivo foi avaliar o quanto da variação das variáveis de interesse (CO e CF) poderia ser explicado pela variação da variável única (Casos por COVID-19).

Vale ressaltar, que foi criada uma tabela de correlação para demonstrar a relação entre as variáveis em estudo. Observa-se que as variáveis Ciclo operacional, Ciclo financeiro, Prazo médio de pagamento, Prazo médio de recebimento e Prazo médio de pagamento apresentam uma correlação negativa tanto com os casos de COVID-19 quanto com o número de mortes por COVID-19. Optou-se por utilizar os casos de COVID-19 como variável explicativa devido à sua maior amostra e à sua correlação muito próxima à dos óbitos por COVID-19.

A tabela abaixo apresenta os valores de correlação entre as variáveis estudadas:

Tabela 1 - Matriz de correlação das variáveis do estudo.

	Casos por COVID-19	Mortes por COVID-19
Casos Por COVID-19	1.000	0.9978
Mortes por COVID-19	0.9978	1.000
PME	-0.4480	-0.4186
PMR	-0.7076	-0.6848
PMP	-0.2389	-0.2475
CO	-0.5043	-0.4756
CF	-0.5458	-0.5023

Fonte: Stata, (2023).

RESULTADOS

Nessa seção, apresentam-se os principais resultados do estudo de caso sobre o impacto da COVID-19 nos indicadores de ciclo financeiro e operacional dos demonstrativos contábeis do grupo Arezzo S/A, juntamente com o embasamento teórico desses indicadores e prazos médios.

As tabelas do estudo, nomeadas de tabelas 2 e 3, demonstraram respectivamente uma análise comparativa entre os trimestres de 2020 e 2021 em relação a 2019, destacando a variação percentual e os impactos causados pela COVID-19 nos indicadores de ciclos financeiros e operacionais, assim como nos indicadores de prazos médios.

As Figuras 2 e 3 exemplificam o modelo de regressão linear utilizado para medir o impacto causado pela COVID-19 nos ciclos operacional e financeiro ao longo do período de 2019 a 2021. Essas figuras ilustram o relacionamento entre a variável única (Casos de COVID-19) e as variáveis de interesse (Ciclo Operacional e Ciclo Financeiro).

Ciclo operacional e ciclo financeiro

O ciclo operacional é o tempo necessário para que uma empresa transforme seus estoques em vendas, incluindo o momento que é adquirido a matéria-prima, produção, estocagem e venda aos clientes.

O ciclo operacional descreve a trajetória de um produto ao transitar entre as contas dos ativos circulantes. Inicialmente, o produto surge como estoque, posteriormente é transformado em contas a receber no momento da venda e, por fim, é convertido em caixa quando o pagamento das vendas é recebido. (ROSS, 2015, p.642).

Já o ciclo financeiro é o período de tempo que uma empresa leva para receber dos clientes o dinheiro investido e pagar seus fornecedores. Silva (2022, p.5) menciona que ciclo financeiro se concentra exclusivamente nas transações de caixa, abrangendo o período entre o desembolso inicial de recursos (pagamento de materiais e fornecedores) e o recebimento da venda do produto. Em outras palavras, representa o intervalo de tempo em que a empresa precisa de financiamento efetivo para suas atividades. É importante ressaltar que, quando há o desconto de títulos relacionados a vendas a prazo, o ciclo de caixa e, conseqüentemente, o período de necessidade de recursos financeiros diminuem de acordo com o prazo da operação.

Conforme conceitos a figura a seguir ilustra o ciclo financeiro, operacional e os indicadores de atividade operacional através de uma linha de tempo dos fluxos de caixa.

Figura 1 - Linha do tempo do ciclo operacional, financeiro e indicadores.



Fonte: Roos (2020, p. 643).

Percebe-se que um ciclo operacional mais longo significa um período para o retorno do capital investido pela empresa e maior será a necessidade de recursos próprios para financiar a operação.

Conforme Silva (2018, p.234), a empresa necessita de recursos para suas operações, os quais têm um custo. Portanto, as margens de lucro geradas pelas operações devem ser capazes de cobrir o custo do capital de giro investido pela empresa. Em termos de capital de giro necessário, seria ideal que o ciclo financeiro fosse negativo, isto é, que os pagamentos das compras ocorressem após o recebimento das vendas, como é praticado por alguns supermercados.

O gerenciamento adequado dos prazos e ciclos operacionais de uma empresa afeta sua lucratividade, liquidez e estrutura de capitais. É importante que a empresa avalie seus indicadores para determinar seu ciclo operacional e o tempo necessário para recuperar o

investimento. Os principais indicadores incluem o prazo médio de estocagem, recebimento e pagamento, bem como o ciclo financeiro. A medição e interpretação desses indicadores podem ser feitas por meio de fórmulas discutidas por Matias (2014), que utilizam dados do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício.

O prazo médio de estocagem (PME) indica o tempo médio que a empresa leva para renovar seu estoque, ou seja, receber, estocar e vender seus produtos. Quanto menor for o prazo médio de estocagem, mais rápido o estoque é renovado e mais eficiente é a sua gestão. Segundo Matias (2014, p.31): “O PME é calculado dividindo-se o estoque por vendas diárias a preço de custo, ou seja, pelo custo do produto ou da mercadoria vendida”. PME é definida através da seguinte equação:

$$PME = \frac{\text{Estoques Médios}}{\text{Custo}} \times 360$$

O prazo médio de recebimento (PMR) indica o tempo médio que a empresa leva para transformar as duplicatas a receber em recursos disponíveis em caixa. Segundo Matias (2014, p.31): “O PMR é calculado dividindo as contas a receber pelas vendas anuais”. PMR é definida através da seguinte equação:

$$PMR = \frac{\text{Duplicatas a Receber}}{\text{Vendas}} \times 360$$

O prazo médio de pagamento (PMP) determina o tempo médio que a empresa demora para pagar seus fornecedores. Segundo Matias (2014, p.32): “O PMP é calculado dividindo as contas a pagar aos fornecedores pelas compras médias realizadas por dia”. PMP é definida através da seguinte equação:

$$PMP = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras}} \times 360$$

O ciclo operacional (CO) é o período que se inicia na compra de matéria-prima até transformar as duplicatas a receber em recursos disponíveis em caixa. O CO é calculado somando o prazo médio de estocagem com o prazo médio de recebimento.

Segundo Silva (2022, p.50) afirmam que um ciclo operacional adequado demonstrará de forma positiva como o capital de giro é utilizado. O administrador financeiro deve ter como objetivo constante otimizar os prazos médios de estoque, contas a receber e contas a pagar.

O CO é definido através da seguinte equação:

$$CO = PME + PMR$$

O ciclo financeiro (CF) é o período que se inicia no pagamento de fornecedores até os recursos estarem disponíveis em caixa. O CF é calculado subtraindo o prazo médio pagamento do ciclo operacional.

Segundo Silva (2022, p.52), com base na fórmula do ciclo financeiro, um ciclo financeiro menor resulta em um maior giro de caixa. É recomendável que a empresa tenha um alto giro de caixa, a fim de reduzir sua necessidade de capital de giro. Além disso, quanto maior for o poder de negociação da empresa com seus fornecedores, menor será o ciclo financeiro.

O CF é definido através da seguinte equação:

$$CF = CO - PMP$$

A tabela a seguir apresenta dados relacionados aos prazos médios de estocagem (PME), prazos médios de recebimento (PMR), prazos médios de pagamento (PMP), ciclo operacional e ciclo financeiro em quatro trimestres consecutivos, abrangendo os anos de 2019 e 2020.

Tabela 2 - Tabela Comparativa 2019 – 2020.

Prazos Médios	1° Trimestre			2° Trimestre			3° Trimestre			4° Trimestre		
	2019	2020	Var. %	2019	2020	Var. %	2019	2020	Var. %	2019	2020	Var. %
PME	69	96	39%	70	318	353%	64	100	56%	65	73	12%
PMR	77	77	1%	68	111	63%	69	70	0%	65	67	4%
PMP	69	124	79%	48	206	326%	60	78	31%	48	129	165%
CO	146	173	19%	138	429	210%	134	170	27%	130	140	8%
CF	76	49	-36%	90	224	148%	74	92	24%	81	12	-86%

Fonte: Elaborado pelos autores, (2023)

A partir dos dados apresentados, podemos verificar os impactos da pandemia nos indicadores de prazos médios mais afetados foram os prazos médios de estocagem (PME), de pagamentos (PMP) e os ciclos operacional (CO) e financeiro (CF). O ciclo operacional teve um crescimento expressivo nos dois primeiros trimestres de 2020, chegando a 210% no segundo trimestre em comparação com 2019. Esse aumento foi causado pelo fechamento temporário de lojas para conter a COVID-19. O segundo trimestre de 2020 também se destacou negativamente com altas em todos os indicadores, exceto no prazo médio de pagamento (PMP).

Embora a empresa tenha adotado medidas para evitar estoques excessivos, como a redução das coleções que ainda seriam produzidas e a suspensão do faturamento para lojas que estavam fechadas, o PME chegou a uma elevação de 353% no segundo trimestre, estimulado também pela incorporação do estoque da marca Vans adquirida ainda em 2019.

O prazo médio de recebimento (PMR), que somado ao prazo médio de estoque (PME), compõe o ciclo operacional da empresa, aumentou em 63%. Crescimento causado pelo aumento da inadimplência, visto que quase a totalidade das lojas foram fechadas a partir da segunda quinzena de março e pelo alongamento de prazos de pagamento para os clientes de 60 dias adicionais para pagamento de royalties.

Por sua vez, o PMP registrou um aumento de 326%, seguidos de 31% no terceiro trimestre e de 165% no quarto trimestre apontando para um prazo consideravelmente maior para efetuar pagamentos obtidos através de renegociação ou postergação de pagamentos a fornecedores como uma das ações tomadas para mitigar os impactos da pandemia. Essa estratégia teve um impacto positivo no ciclo financeiro, que diminuiu em 86% no último trimestre em comparação com 2019.

Outro aspecto relevante é a implementação de diversas ações realizadas no segundo trimestre pelo governo brasileiro para mitigar os impactos no mercado de trabalho e na economia. Essas ações incluem a flexibilização das relações trabalhistas, com a suspensão temporária de contratos e a redução de jornada e salário, por meio do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Além disso, foram implementados

programas de auxílio financeiro, como o auxílio emergencial, que injetou bilhões na economia, e linhas de crédito destinadas a empresas, como o Programa Emergencial de Suporte a Empregos e o Pronampe.

O impacto dessas medidas pode ser observado nas melhoras constantes no prazo de pagamento e de todos os outros prazos médio nos dois últimos trimestres. O ciclo operacional, que aumentou 210% no segundo trimestre, teve um aumento de apenas 8% no último trimestre em comparação com o ano de 2019.

Mesmo diante das dificuldades impostas pela pandemia, o Grupo Arezzo adquiriu 75% do brechó online Troc e incorporou o Grupo Reserva em outubro de 2020, que possuía 13 marcas de vestuário masculino, feminino e infantil. Com essa aquisição, a Arezzo&Co, que já era líder em calçados e bolsas, passou a disputar também a liderança em vestuário, oferecendo aos seus clientes um visual completo e diversificado. A incorporação aumentou em 3,5 vezes o mercado potencial da Companhia, atingindo um público mais amplo e variado.

Em 2020 a Arezzo foi capaz de se adaptar rapidamente, ampliando sua participação no mercado e registrando um crescimento significativo na receita bruta e no faturamento do *E-commerce*, graças à sua agilidade em responder às mudanças do consumidor e oferecer novos produtos a empresa consolidou sua liderança no mercado, com uma participação de 30,9%

Embora o grupo tenha registrado um prejuízo de R\$ 3,2 milhões nos primeiros nove meses de 2020, a Arezzo se recuperou no quarto trimestre, com um lucro líquido de R\$ 83,2 bilhões, impulsionado pela incorporação do Grupo Reserva. No ano, a Arezzo teve um lucro líquido de R\$ 87,3 milhões, uma queda de 38,1% em relação ao ano anterior.

Apesar dos desafios enfrentados durante o ano de 2020, a Arezzo&Co conseguiu manter um nível de receita e de ciclo operacional muito próximo ao de 2019, mesmo tendo ficado cerca de 4 meses com lojas físicas fechadas. Em 2021, a empresa continuou se destacando pelos resultados apresentados e melhorando os prazos médios, superando em alguns casos os do ano de 2019, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 3 - Tabela Comparativa 2019 - 2021.

Prazos Médios	1° Trimestre			2° Trimestre			3° Trimestre			4° Trimestre		
	2019	2021	Var. %									
PME	69	115	67%	70	123	75%	64	73	13%	65	81	24%
PMR	77	68	-12%	68	58	-15%	69	67	-3%	65	53	-19%
PMP	69	176	153%	48	127	162%	60	129	114%	48	103	113%
CO	146	183	25%	138	181	31%	134	140	5%	130	133	3%
CF	76	7	-91%	90	55	-39%	74	12	-84%	81	30	-64%

Fonte: Elaborado pelos autores, (2023)

Em 2021, o Brasil foi novamente apontado como epicentro da pandemia de Covid-19. O país enfrentou o colapso do sistema de saúde, com hospitais com ocupação de UTIs acima de 90%. A segunda onda da pandemia foi ainda mais devastadora do que a primeira, levando novamente ao fechamento do comércio como medida para conter a disseminação do vírus. A fim de minimizar os impactos na economia, o governo federal

voltou a pagar o auxílio emergencial em abril. O benefício foi direcionado para famílias socialmente vulneráveis e trabalhadores informais que tiveram a renda prejudicada pelas restrições impostas pela pandemia de COVID-19.

No segundo semestre, marcou-se o início e avanço da distribuição de vacinas pelo Ministério da Saúde para a imunização dos brasileiros contra a COVID-19. Esse processo resultou em uma queda de 40% nas mortes causadas pela doença. Em julho, pelo menos 96 milhões de brasileiros haviam recebido pelo menos uma dose da vacina, e o país alcançou a marca de 80% da população elegível vacinada com as duas doses contra a COVID-19, até dezembro de 2021. Com isso, houve uma flexibilização das medidas restritivas e o fim das restrições ao comércio.

Apesar disso, a Arezzo & Co continuou a apresentar melhorias nos índices de prazos médios, seguindo a tendência positiva observada no final de 2020. O ciclo financeiro da empresa registrou uma melhora de 91% seguidos de 39%, 84% e 64% nos trimestres seguintes em relação a 2019, impulsionado pelo longo prazo médio de pagamento que pode ser observado em todos os trimestres de 2020 e 2021.

Além disso, é pertinente ressaltar que o prazo médio de recebimento (PMR) registrou uma melhoria média de 12% ao longo do ano de 2021 em comparação ao ano de 2019, ao contrário do ano anterior. Da mesma forma, o prazo médio de estocagem (PME), embora ainda acima dos índices de 2019, também apresentou melhorias em relação a 2020. Essa evolução teve um impacto direto na melhoria do ciclo operacional ao longo do período mencionado, encerrando o quarto trimestre de 2021 com um aumento de apenas 3%, mantendo a tendência de melhora dos índices observada ao longo do ano.

Um aspecto importante a destacar é que as vendas no canal online não foram afetadas pela reabertura do comércio e pelo aumento das vendas no canal físico, mantendo o ritmo de crescimento de 2020. Esse canal se mostrou essencial para a rede, assim como as vendas OMNI, que tiveram um aumento expressivo de receita e participação durante o ano. A receita do canal digital foi de R\$ 816 milhões, representando 25% do faturamento total.

A Arezzo foi menos afetada pela pandemia devido à sua estratégia de posicionamento das marcas em públicos de renda mais elevada, nas classes A e B. Empresas voltadas para um público de alta renda enfrentaram impactos menores em comparação com outras, devido à sua capacidade de repassar custos. Além disso, a empresa se beneficiou da diversificação de seu portfólio de marcas. No final de 2021, suas marcas incluíam Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Fiever, Alme, Vans, Reserva, Reserva Mini, Reserva Go, Oficina, Eva, Troc, Baw e Myshoes. A Arezzo também possui uma ampla rede de franquias, contando com 777 no Brasil e 6 no exterior, além de 153 lojas próprias no Brasil e 5 no exterior e um canal de comércio eletrônico, reforçando sua intenção de ser uma “house of brands”.

A Arezzo & Co teve um desempenho financeiro sólido em 2021, com um aumento de 69% no faturamento bruto, atingindo R\$ 1,4 bilhão. O lucro líquido alcançou R\$ 345,2 milhões, um crescimento de 610,6%, impulsionado por uma receita de R\$ 2,92 bilhões, um avanço de 83,8%. As vendas líquidas no quarto trimestre que totalizaram R\$ 1,09 bilhão,

contribuíram fortemente para o desempenho financeiro anual da empresa.

Coeficiente de correlação linear

O coeficiente de correlação linear de Pearson, é uma medida estatística que avalia a relação linear entre duas variáveis, demonstrando o grau de relacionamento indicando a direção e a força dessa relação.

O coeficiente de correlação de Pearson (r) é uma medida que varia entre -1 e 1 . Por meio do sinal, é possível verificar o tipo de relação linear entre as duas variáveis analisadas (direção em que a variável y aumenta ou diminui em função da variação de x). (FÁVERO, 2017, p.121).

A correlação positiva indica uma relação diretamente proporcional entre duas variáveis, onde uma tende a aumentar à medida que a outra também aumenta. Quando a correlação é igual a $+1$, diz-se que as variáveis estão estritamente relacionadas, apresentando uma correlação linear positiva perfeita.

Por outro lado, quando a correlação é negativa, existe uma relação inversa entre as variáveis. Quando a correlação é igual a -1 , diz-se que a correlação negativa é forte.

No caso em que a correlação é nula, isso significa que não há uma relação linear entre as variáveis e não estão associadas a mudanças previsíveis na outra. Portanto, a escolha da variável casos por COVID-19 se deu pela sua curva apresentar uma expressiva correlação entre as demais amostras.

Figura 2 - Tabela comparativa ciclo operacional e casos por COVID-19.

Source	SS	df	MS			
Model	16805.8255	1	16805.8255	Number of obs =	8	
Residual	49278.0495	6	8213.00825	F(1, 6) =	2.05	
Total	66083.875	7	9440.55357	Prob > F =	0.2025	
				R-squared =	0.2543	
				Adj R-squared =	0.1300	
				Root MSE =	90.626	

co	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
casoscov	-5.49e-06	3.83e-06	-1.43	0.203	-.0000149	3.90e-06
_cons	254.6254	53.33953	4.77	0.003	124.1083	385.1426

Elaboração: Stata, (2023)

De acordo com a regressão linear realizada pode-se observar que 25% da variação do CO durante o período de 2019 a 2021 pode ser explicada pelos casos de COVID-19. O objetivo dessa regressão foi mensurar o impacto que essa única variável teve no CO. No entanto, é importante ressaltar que a quantidade de observações é bastante reduzida, o que limita a capacidade de tirar conclusões mais abrangentes.

Figura 3 - Tabela Comparativa Ciclo Financeiro e Casos por COVID-19.

Source	SS	df	MS			
Model	10839.7617	1	10839.7617	Number of obs =	8	
Residual	25543.1133	6	4257.18554	F(1, 6) =	2.55	
Total	36382.875	7	5197.55357	Prob > F =	0.1617	
				R-squared =	0.2979	
				Adj R-squared =	0.1809	
				Root MSE =	65.247	

cf	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
casoscov	-4.41e-06	2.76e-06	-1.60	0.162	-.0000112	2.35e-06
_cons	109.1156	38.40248	2.84	0.030	15.14812	203.0831

Elaboração: Stata, (2023)

Na tabela apresentada na Figura 3, pode-se observar um coeficiente de determinação (R^2) um pouco maior, indicando que aproximadamente 29% da variação do CF durante o período de 2019 a 2021 pode ser explicada pelos casos de COVID-19. Esse resultado possivelmente está relacionado com os períodos de lockdown e a postergação de pagamentos que ocorreram subsequentemente. Ressalta-se que o PMP apresentou um aumento de mais de 120% em todos os trimestres de 2019 a 2021.

Infelizmente, não foi possível obter uma quantidade maior de observações devido às divulgações financeiras trimestrais e à exclusão do ano de 2022 da análise, uma vez que, no momento em que este artigo estava sendo realizado, ainda não haviam sido concluídas as publicações de todos os balanços. Além disso, é necessário considerar que ao longo desse período foram concedidos auxílios governamentais que podem ter influenciado nos resultados apresentados.

Portanto, embora os resultados obtidos sejam relevantes dentro das limitações mencionadas, é importante interpretá-los com cautela, levando em conta o tamanho da amostra, a exclusão do ano de 2022 e a possível influência de outros fatores, como os auxílios governamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos do estudo foram alcançados, visto que foi possível mensurar como a pandemia impactou na liquidez e rentabilidade do grupo Arezzo/SA. Com isso, foi possível constatar que o estudo da pandemia e seus impactos amplia o conhecimento dos problemas atrelados a ela que atingiu diversos setores econômicos do país, facilitando o entendimento dos mesmos.

Apesar das regressões realizadas terem poucas observações, tal levantamento serve de base para situações futuras que emulem o cenário econômico do período pandêmico. Outro ponto relevante é que todas as variáveis envolvidas no estudo PME, PMP, PMR, CO e CF possuem correlação negativa com casos ou mortes por COVID-19. Isso serve para evidenciar que um aumento ou redução de casos de COVID-19 gera uma relação inversa, seja de alta ou de baixa nos indicadores analisados.

Diante de tais considerações, recomenda-se para trabalhos futuros um maior aprofundamento sobre a temática afim de ampliar a percepção das empresas quanto as sequelas que o período pandêmico deixou na economia brasileira.

REFERÊNCIAS

AREZZOCO. Central de Resultados. Disponível em: <https://ri.arezzoco.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados>. Acesso em: 10 fev. 2023.

AREZZOCO. Planilha Dinâmica. Disponível em: <https://ri.arezzoco.com.br/informacoes-financeiras/planilha-dinamica>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPINAS (ACIC). Pandemia altera a cadeia de produção de moda e a sua relação de consumo. Disponível em: [https://www.acicampinas.com.br/blogs:pandemia-altera-a-cadeia-de-producao-de-moda-e-a-sua-relacao-de-consumo](https://www.acicampinas.com.br/blogs/pandemia-altera-a-cadeia-de-producao-de-moda-e-a-sua-relacao-de-consumo). Acesso em: 25 fev. 2023.

ASSUNÇÃO, Luxas. Como a pandemia e a vacinação estão afetando o varejo da moda. Disponível em: <https://elle.com.br/moda/como-a-pandemia-e-a-vacao-esto-afetando-o-varejo-de-moda>. Acesso em: 27 fev. 2023.

CHATTERJEE, S.; HADI, A.S. Regression analysis by example. 4. ed. New York: John Wiley, 2006. 408 p.

COTA, W. Monitoring the number of COVID-19 cases and deaths in Brazil at municipal and federative units' level. SciELOPreprints, [S.l.], n. 362, 2020. DOI: 10.1590/scielopreprints.362. Acesso em: 07 fev. 2023.

CUMMING, G. Replication and p intervals: p values predict the future only vaguely, but confidence intervals do much better. [S. l.: s. n.], 2008. 286-300 p.

DOMANSKI, Czeslaw. Wlasnosc testu wielowymiarowej normalnosci shapiro-wilka i jego zastosowanie. [S. l.: s. n.], 1998.

FAVARETTO, Daniela. A pandemia e seus efeitos na indústria da moda. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-pandemia-e-os-seus-efeitos-na-industria-da-moda-19092020>. Acesso em: 2 fev. 2023.

FAVERO, LUIZ P. Manual de Análise de Dados - Estatística e Modelagem Multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®. Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788595155602. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595155602/>. Acesso em: 12 mai. 2023.

MATIAS, Alberto B. Finanças Corporativas de Curto Prazo: A Gestão do Valor do Capital de Giro (V. 1), 2ª edição. Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 9788522484652. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484652/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ROSS, Stephen; WESTERFIELD, Randolph; JORDAN, Bradford D.; *et al.* Fundamentos de administração financeira. Grupo A, 2022. E-book. ISBN 9788582605783. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605783/>. Acesso em: 12 maio 2023.

ROYSTON, J.B. Some techniques for assessing multivariate based on the shapiro-wilk. 2. ed. LONDRES: [s. n.], 1983. 121-133 p. v. 32.

SILVA, Edson Cordeiro da. Como Administrar o Fluxo de Caixa das Empresas: Guia de Sobrevivência Empresarial. Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559772612. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772612/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SILVA, José Pereira da. Análise financeira das empresas – 13ª edição revista e ampliada. Cengage Learning Brasil, 2018. E-book. ISBN 9788522125784. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522125784/>. Acesso em: 10 mai. 2023.

STEVENSON, W.J. Estatística aplicada à administração São Paulo: Harbra, 2001. 495p.

Análise da viabilidade econômica e financeira de um empreendimento: um estudo de caso na empresa LCQ Soluções de Engenharia

Analysis of economic and financial feasibility of a venture: a case study in LCQ Engineering Solutions Company

Julia Amaral Alves

Graduando engenharia civil - UFU

Laura Caixeta Carvalho

Graduando engenharia civil - UFU

Lucas Gouvêa Campos

Graduando engenharia civil - UFU

Smyle Ormondes Quirino Gonçalves

Graduando engenharia civil - UFU

Marcos Roberto Alves da Silva

Orientador FAGEN / UFU

RESUMO

O projeto do empreendimento tem por objetivo propor uma estratégia de planejamento financeiro à potencial empresa LCQ Soluções de Engenharia. Dessa maneira, foi utilizado instrumentos e conceitos econômicos e financeiros em um período de cinco anos, sendo de 2023 a 2027, para determinar a situação da empresa e, a partir disso, analisar a viabilidade para a implantação do projeto. Para isso, será realizado análises do balanço patrimonial e do demonstrativo de resultado do exercício, portanto, é um estudo que envolve os índices de liquidez, estrutura patrimonial, além de parâmetros de gestão de custos e fluxo de caixa. Com isso utiliza-se as técnicas de taxa interna de retorno, valor atual líquido e período *payback*. Feita essa análise o projeto resulta em evidências de que a efetivação da construtora é lucrativa a longo prazo, embora seja um empreendimento de investimento inicial alto. Em função disso, deve ser realizado com as devidas considerações de estratégias financeiras. O estudo utiliza-se de estudo de caso e pesquisa descritiva.

Palavras-chave: empreendedorismo. soluções em engenharia. planejamento financeiro.



INTRODUÇÃO

O setor da construção civil é um segmento econômico que engloba atividades relacionadas à construção, reforma e manutenção de edifícios, infraestrutura e obras de engenharia. Ele é um dos setores mais importantes da economia, pois gera empregos diretos e indiretos, além de movimentar grandes quantias de investimento. Algumas de suas várias atividades são as seguintes: construção de casas, edifícios comerciais e industriais, pontes, estradas, túneis, sistemas de saneamento básico, entre outros. Além disso, inclui a produção e venda de materiais de construção, como cimento, tijolos, madeira, vidro e muito mais.

No Brasil, o setor da construção civil é responsável por cerca de 10% do PIB nacional e emprega aproximadamente 6 milhões de trabalhadores diretos e indiretos. Ele é influenciado por vários fatores, como a demanda do mercado imobiliário, as políticas públicas de infraestrutura, a oferta de crédito, a variação do preço dos materiais de construção, entre outros (AGÊNCIA CBIC, 2023).

Por outro lado, o setor da construção civil também enfrenta desafios, como a necessidade de adotar práticas mais sustentáveis e inovadoras, a necessidade de aumentar a produtividade e a eficiência na construção e a busca por soluções tecnológicas mais avançadas.

Em resumo, o setor da construção civil é de extrema importância para a economia e para a sociedade como um todo, pois engloba atividades que são fundamentais para o desenvolvimento e crescimento de uma nação.

Projeto Estratégico

O projeto estratégico de uma empresa, em um mundo extremamente globalizado e competitivo, pode impedir a decadência da própria, além disso, tal feito pode otimizar diversos setores da firma, inclusive os lucros. Desse modo, esse elemento visa observar as variáveis internas, para definir melhores ações para o empreendimento, e realizar análises dos elementos externos para que possa haver uma adequação a esse meio não controlável.

Nesse plano, em termos mais detalhados, é essencial ter total controle de despesas de empregados, dinheiro gasto em marketing e métodos de venda. Analogamente a isso, é de extrema necessidade visar a competitividade na área de atuação da empresa, a oferta de consumidores disponíveis, pois é notório que o empreendimento não pode fazer mais que a adaptação ao meio.

Nessa ótica, há uma divisão extremamente coerente sobre como devem ser as etapas do planejamento estratégico (MINDMINERS, 2023):

- Missão, Visão e Valores: tal tópico pretende explicitar a identidade da empresa;
- Análise dos Ambientes Externos e Internos: visa controlar o interno e entender o externo do empreendimento;
- Definição de metas e objetivos: são os objetivos econômicos da empresa, a rentabilidade e essencial para a manutenção da própria;

- **Definição do Plano de Ação:** após a conclusão das etapas inferiores, deve-se salientar quais atividades devem ser feitas para o alcance do sucesso da empresa;
- **Mensuração e Acompanhamento de Resultados:** acompanha as atividades e conclui se os resultados gerados são os esperados ou se haverá necessidade de intervenção.

Contudo, vale ressaltar que o planejamento estratégico não é feito apenas para criação de empresas, ele pode servir, por exemplo, para uma mudança de objetivos de um empreendimento.

Objetivo e Contribuições

A construtora LCQ Soluções de Engenharia é uma prestadora de serviços de médio porte no ramo da construção civil, ou seja, esse empreendimento apresenta entre 50 e 99 funcionários (IBGE, 2023) e a receita operacional bruta anual é maior que 16 milhões e menor que 90 milhões (BNDES, 2023).

Essa construtora tem como principal finalidade de criar projetos, preparar orçamentos, planejar cronogramas físico-financeiros, construir e licenciar obras, de maneira a levar o cliente até um profissional qualificado que possa realizar o que foi demandado.

Ainda mais, essa prestadora de serviços presa por objetivos e contribuições que envolvam tanto os funcionários quanto a sociedade a qual a construtora se responsabiliza, para o melhor desenvolvimento urbano e econômico da região onde estão inseridos, garantindo o cumprimento das normas e regulamentações que são citados:

- Entregar projetos de construção de alta qualidade;
- Satisfação do cliente: garantir e oferecer um atendimento diferenciado e de qualidade;
- Lucratividade: gerar lucro, aumentando sua rentabilidade e melhorando a eficiência operacional;
- Crescimento: ampliação do número de projetos realizados, do aumento da equipe ou da expansão geográfica;
- Inovação e tecnologia: investir em inovação e tecnologia para melhorar seus processos de construção, reduzir custos e aumentar a eficiência operacional;
- Sustentabilidade: promover a sustentabilidade em seus projetos, utilizando materiais e práticas que reduzam o impacto ambiental e social de suas operações;
- Responsabilidade social: realizar ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da comunidade em que atua;
- Geração de empregos: contribuir para a redução do desemprego e para o crescimento econômico;
- Infraestrutura: são responsáveis pela construção de edifícios, pontes, rodovias,

sistemas de transporte, entre outros projetos de infraestrutura que são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade.

REVISÃO DA LITERATURA

Estratégica do Macroambiente

A abordagem estratégica do macroambiente envolve a análise dos fatores externos que afetam uma organização, a fim de desenvolver uma estratégia de negócios eficaz. Esses fatores externos incluem (SOFTWARE AVALIAÇÃO, 2023):

- Fatores políticos: Isso inclui as políticas governamentais, a estabilidade política e as leis e regulamentos em vigor. As empresas precisam monitorar esses fatores para garantir que estejam em conformidade com as leis e regulamentos, e para avaliar o impacto que podem ter em suas operações e estratégias;
- Fatores econômicos: Isso inclui as condições econômicas gerais, como a inflação, taxas de juros, taxa de desemprego, câmbio e crescimento econômico. As empresas precisam monitorar esses fatores para entender como eles podem afetar seus negócios, seus clientes e seus fornecedores;
- Fatores sociais: Isso inclui as tendências culturais, demográficas e sociais, como mudanças nas preferências do consumidor, atitudes em relação ao trabalho e estilo de vida, diversidade e mudanças demográficas. As empresas precisam estar cientes dessas tendências para atender às necessidades e desejos dos consumidores e criar estratégias de marketing eficazes;
- Fatores tecnológicos: Isso inclui as inovações tecnológicas, como a inteligência artificial, a robótica, a computação em nuvem e a Internet das coisas. As empresas precisam monitorar essas inovações para identificar oportunidades de negócios, melhorar a eficiência e reduzir custos;
- Fatores ambientais: Isso inclui as questões ambientais, como a mudança climática, a poluição e a escassez de recursos naturais. As empresas precisam estar cientes desses fatores e trabalhar para minimizar seu impacto ambiental e atender às expectativas dos consumidores em relação à sustentabilidade.

Ao analisar esses fatores externos, as empresas podem desenvolver estratégias de negócios mais eficazes que levem em conta as tendências e condições do mercado. Isso ajuda as empresas a se adaptarem a mudanças no ambiente de negócios e a permanecerem competitivas.

Demonstrativos Contábeis

Demonstrativos contábeis são relatórios que apresentam informações financeiras e contábeis de uma empresa em um determinado período de tempo. Eles são essenciais para a gestão financeira e tomada de decisões estratégicas.

Os demonstrativos contábeis mais comuns são:

- **Balanço Patrimonial:** apresenta a situação financeira da empresa em um determinado momento, mostrando seus ativos (bens e direitos), passivos (dívidas e obrigações) e patrimônio líquido (PL);
- **Demonstração do Resultado do Exercício (DRE):** apresenta o desempenho financeiro da empresa durante um período, mostrando as receitas, despesas e lucros ou prejuízos.
- Esses demonstrativos são essenciais para a gestão financeira e tomada de decisões, pois fornecem informações importantes sobre a saúde financeira da empresa e sua capacidade de gerar lucros e fluxo de caixa.

Gestão de custos

A gestão de custos é extremamente relevante dentro de uma empresa por vários motivos. Em primeiro lugar, a gestão de custos permite que a empresa saiba exatamente quanto está gastando em cada uma de suas atividades e processos, o que é essencial para a tomada de decisões estratégicas. Ao entender seus custos, a empresa pode identificar onde estão ocorrendo desperdícios e ineficiências, e tomar medidas para reduzi-los.

Além disso, a gestão de custos ajuda a empresa a definir preços mais adequados para seus produtos e serviços, garantindo que eles estejam competitivos no mercado e que gerem lucro para a empresa. Uma gestão eficiente dos custos também pode ajudar a empresa a identificar oportunidades de reduzir seus custos de produção, o que pode levar a preços mais baixos para os clientes e, conseqüentemente, a um aumento na demanda pelos produtos e serviços da empresa.

Outro benefício da gestão de custos é que ela permite que a empresa faça projeções mais precisas de seus resultados financeiros futuros, com base em diferentes cenários. Isso é importante para a tomada de decisões estratégicas, como a expansão de novos mercados ou o lançamento de novos produtos, por exemplo.

Por fim, a gestão de custos é importante porque pode ajudar a empresa a garantir sua sobrevivência a longo prazo. Uma empresa que não consegue controlar seus custos provavelmente terá dificuldades para se manter competitiva no mercado, o que pode levar a dificuldades financeiras e até mesmo à falência. Portanto, uma gestão eficiente dos custos é essencial para a saúde financeira e o sucesso de uma empresa.

Fluxo de Caixa

A análise de fluxo de caixa é uma ferramenta extremamente importante para a gestão financeira de uma empresa. Essa análise permite que a empresa tenha uma visão clara dos valores que entram e saem de suas contas bancárias em um determinado período, geralmente mensalmente.

A análise de fluxo de caixa é importante por diversos motivos. Em primeiro lugar, ela permite que a empresa monitore e controle seu caixa, garantindo que haja recursos disponíveis para pagar fornecedores, funcionários e outros compromissos financeiros. Com essa análise, é possível identificar se há momentos em que o fluxo de caixa é insuficiente

para cobrir todas as despesas e, assim, tomar medidas para corrigir o problema, como negociar prazos de pagamento com fornecedores ou buscar novas fontes de financiamento.

Além disso, a análise de fluxo de caixa ajuda a empresa a planejar seus investimentos e projetos. Com base no fluxo de caixa previsto para os próximos meses e anos, a empresa pode avaliar se há recursos disponíveis para investir em novos projetos ou se é necessário buscar financiamentos externos.

A análise de fluxo de caixa também é importante para a tomada de decisões estratégicas. Ao entender as entradas e saídas de caixa da empresa, é possível identificar áreas que precisam de melhorias e oportunidades de redução de custos, além de avaliar a rentabilidade dos produtos e serviços oferecidos pela empresa.

Por fim, a análise de fluxo de caixa é importante para garantir a transparência e a confiabilidade das informações financeiras da empresa. Ao ter uma visão clara e detalhada de todas as transações financeiras, a empresa pode facilmente auditar suas contas e garantir que não haja erros ou fraudes.

Em resumo, a análise de fluxo de caixa é uma ferramenta essencial para a gestão financeira de uma empresa, permitindo que a empresa tenha uma visão clara de suas finanças, controle seu caixa, planeje seus investimentos, tome decisões estratégicas e garanta a transparência e confiabilidade de suas informações financeiras.

Técnicas de análise econômica e financeira do projeto

As técnicas de análise econômica e financeira de projetos são essenciais para qualquer empresa que deseja avaliar a viabilidade de um investimento. Essas técnicas permitem que a empresa avalie o retorno esperado do investimento, o risco associado e o período necessário para obter o retorno desejado.

A análise econômica e financeira de projetos é importante por diversas razões. Em primeiro lugar, ela permite que a empresa avalie se um investimento é financeiramente viável. Isso é fundamental para garantir que a empresa invista seus recursos de forma inteligente e maximizar o retorno sobre o investimento. Ao avaliar a viabilidade econômica de um projeto, a empresa pode identificar projetos que não são financeiramente viáveis e, assim, evitar desperdícios de recursos e prejuízos financeiros.

Além disso, a análise econômica e financeira de projetos ajuda a empresa a avaliar o risco associado ao investimento. Ao entender o risco, a empresa pode tomar medidas para reduzi-lo ou mitigá-lo, como diversificar o investimento ou buscar parcerias estratégicas.

A análise econômica e financeira de projetos também é importante para a tomada de decisões estratégicas. Ao avaliar as diferentes opções de investimento disponíveis, a empresa pode decidir quais projetos priorizar e como alocar seus recursos de forma mais eficiente.

Por fim, a análise econômica e financeira de projetos é importante para garantir a transparência e a confiabilidade das informações financeiras da empresa. Ao avaliar as informações financeiras dos projetos, a empresa pode garantir que todas as informações estão corretas e consistentes, evitando erros e fraudes.

Em resumo, a análise econômica e financeira de projetos é essencial para garantir que a empresa invista seus recursos de forma inteligente, avaliando a viabilidade financeira e o risco associado a cada investimento, tomando decisões estratégicas e garantindo a transparência e confiabilidade das informações financeiras da empresa.

METODOLOGIA

O estudo é de natureza descritiva. Para a realização do mesmo foram utilizados procedimentos como análise de dados contábeis, cálculo dos índices financeiros, análise do microambiente, análise de custo e análise financeira, com o uso do programa Excel para nos ajudar a entender e calcular e analisar com precisão todos os dados ao calculá-los e analisá-los, e provou ser muito eficaz ao trabalhar com dados numéricos e tabelas usando o programa.

Os dados utilizados de empresa referem-se ao período de 2023 a 2027, incluindo o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras – denominados BP e DRE, respectivamente.

O EMPREENDIMENTO

Pensamento Estratégico

O pensamento estratégico tem a funcionalidade de gerar novas estratégias devido suas características de processo sintético, divergente e criativo (HERACLEOUS, 1998). Essas novas estratégias são desenvolvidas por meio de um processo de aprendizagem informal, uma vez que parte de uma habilidade dos indivíduos. Nesse caso, a formação da estratégia é emergente, ou seja, o indivíduo aprende a pensar estrategicamente em virtude da experiência que adquire. (MINTZBERG, 1998).

Da mesma maneira, a visão está ligada ao aprendizado e é desencadeada à medida que os sujeitos interagem e desenvolvem ações. O processo de aprendizado informal favorece a formulação de estratégias emergentes pelo fato de ocorrerem a partir de um acontecimento, de uma experiência e, vai adquirindo forma e sentido no decorrer do processo.

Adinâmica do ambiente operacional estimula alterações na gestão das organizações. A grande competitividade, a inserção de novas tecnologias, a mudança do perfil e das exigências dos consumidores afetam diretamente as organizações obrigando-as a se adaptarem ao ambiente em que estão inseridas. Fatores como situação econômica do país e concorrência, causam turbulência na organização, na qual há a necessidade de maior confiabilidade das informações (GIONGO, 2005).

Entretanto, nos contextos organizacionais a formulação de estratégias é, em grande parte, resultante de processos formais, com decisões antecipadas que buscam por resultados socioeconômicos, isto é, são norteadas a partir do planejamento estratégico. Esse resultado pode ser constatado pela pesquisa quantitativa realizada, demonstrando que

a maioria das organizações afirmam que suas estratégias focalizam decisões que orientam os produtos, os serviços e os processos da organização. Uma parcela menor, considera as estratégias como provenientes de processos de interação, de intuição e criatividade entre os indivíduos, isto é, de práticas sociais.

Portanto, segundo Crozatti (2003) os resultados econômicos provêm das decisões estratégicas sobre os eventos que aconteceram dentro da organização, e com o intuito de cumprir sua missão, a controladoria tem papel fundamental, tanto na fase de planejamento operacional bem como na fase de execução e controle. Neste sentido a controladoria é responsável pelas informações econômicas, sendo assim, cabe a ela desenvolver e sustentar o sistema de informações, prestando suporte às demais áreas na construção civil que necessitam de avaliações para formar suas diretrizes táticas e estratégicas.

A empresa e o resultado projetado

A construtora LCQ Soluções de Engenharia é uma entre as diversas empresas no setor de engenharia civil, a qual presta serviço para as mais variadas finalidades. Diante disso, há dois tipos de agentes atuantes: o incentivo do Estado e a iniciativa privada.

A demanda por produtos da construção civil apresenta forte sensibilidade com relação aos preços, bastante em função do orçamento das famílias, fazendo com que qualquer variação possa causar uma rápida retração ou expansão da demanda. Percebe-se, portanto, que as variáveis demanda, facilidade ao crédito imobiliário e incentivo do governo são fundamentais na definição dos cenários, haja vista o grande peso no estabelecimento dos preços e das parcelas.

Sendo assim, para a empresa conseguir aprovação em alguma licitação terá de apresentar uma proposta com melhor preço. E ao mesmo tempo, maximizar e rentabilizar o investimento dos sócios. Isto só é possível com uma administração financeira altamente eficaz. Com esse cenário, o setor da engenharia apresenta um futuro promissor com foco para o crescimento e novas possibilidades na empresa, onde o retorno e a lucratividade estarão à disposição da competitividade e da boa administração.

Nesse contexto, a LCQ Soluções de Engenharia tem como objetivo investir em manter os custos das obras em linha com o que foi prometido na viabilidade técnica que é realizada inicialmente. Existe uma área técnica, em que o Engenheiro de Custos tem papel fundamental, que se dedica principalmente a análise, compatibilização e levantamento de quantidades de todos os projetos da obra. Com essas informações, a área de suprimentos da empresa tem o dever de classificar os insumos e colocar o preço unitário usual utilizado no mercado. Dessa forma, os produtos da companhia, majoritariamente, são casas de classe média ofertadas pelo preço unitário de em média R\$ 500.000,00 (preço de venda) e com preço de custo de aproximadamente R\$ 471.000,00.

A empresa possui como ponto forte o gerenciamento pelos sócios que conduzem a empresa estrategicamente com sucesso, também é referência em qualidade de serviços e cumprimento de prazos na execução de obras. Aliado a isso, se destaca a evolução da empresa com o próprio ativo, não se alterando no passivo e, portanto, gerando lucro com compras à vista e com o lucro sem estoque, pelo fato de não apresentarem fornecedores

e lucrarem muito. Já o ponto fraco da LCQ é o imobilizado que não está sendo investido e, portanto, se considera as despesas de depreciações.

Resumindo, a empresa tem prazo de pagamento de fornecedor, prazo de estoque e prazo de recebimento de recebimento de duplicatas como zero.

Com base nessas informações, foram criadas planilhas necessárias para a contabilização anual dos reajustes da construtora. O Capital inicial começou com quatro sócios investidores. Assim, pode-se analisar os investimentos e as projeções, com cálculos sobre os gastos essenciais para a aquisição do projeto e o que é acarretado a cada ano, a seguir são apresentadas as Tabelas 1, 2 e 3 que ilustram o cenário do empreendimento.

Tabela 1 - Balanço Patrimonial projetado Empresa LCQ Soluções de Engenharia - Ativo

ATIVO	2023	2024	2025	2026	2027
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 7.467.165	R\$ 11.057.270	R\$ 15.616.197	R\$ 21.323.385	R\$ 28.472.966
Disponível	R\$ 4.467.165	R\$ 5.057.270	R\$ 8.116.197	R\$ 12.323.385	R\$ 17.472.966
Caixa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 100.000	R\$ 100.000
Bancos	R\$ 2.000.000	R\$ 2.500.000	R\$ 3.500.000	R\$ 4.900.000	R\$ 6.000.000
Aplicação Financeira	R\$ 3.000.000	R\$ 6.000.000	R\$ 7.500.000	R\$ 9.000.000	R\$ 11.000.000
Bancos	R\$ 3.000.000	R\$ 6.000.000	R\$ 7.500.000	R\$ 9.000.000	R\$ 11.000.000
Duplicatas a receber	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Clientes	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Créditos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Impostos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 1.035.000	R\$ 1.023.500	R\$ 1.010.850	R\$ 996.935	R\$ 981.629
Realizável a longo prazo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Imobilizado	R\$ 1.150.000	R\$ 1.150.000	R\$ 1.150.000	R\$ 1.150.000	R\$ 1.150.000
Móveis e Utensílios	R\$ 300.000	R\$ 300.000	R\$ 300.000	R\$ 300.000	R\$ 300.000
Máquinas e equipamentos	R\$ 150.000	R\$ 150.000	R\$ 150.000	R\$ 150.000	R\$ 150.000
Veículos	R\$ 700.000	R\$ 700.000	R\$ 700.000	R\$ 700.000	R\$ 700.000
Instalações	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) Depreciação	-R\$ 115.000	-R\$ 126.500	-R\$ 139.150	-R\$ 153.065	-R\$ 168.372
(-) Instalações	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(=) TOTAL ATIVO	R\$ 8.502.165	R\$ 12.080.770	R\$ 16.627.047	R\$ 22.320.320	R\$ 29.454.595

Fonte: Elaborada pelos autores

Tabela 2 - Balanço Patrimonial projetado Empresa LCQ Soluções de Engenharia - Passivo.

PASSIVO	2023	2024	2025	2026	2027
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 500.000	R\$ 600.000	R\$ 660.000	R\$ 660.000	R\$ 660.000
Fornecedores	R\$ -				
Obrigações Trabalhistas	R\$ 500.000	R\$ 600.000	R\$ 660.000	R\$ 660.000	R\$ 660.000
Contribuição Previdenciária	R\$ -				
Obrigações Tributárias	R\$ -				
Empréstimos e Financiamentos	R\$ -				

PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Duplicatas a pagar	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 8.002.165	R\$ 11.480.770	R\$ 15.967.047	R\$ 21.660.320	R\$ 28.794.595
Capital Social	R\$ 6.000.000	R\$ 6.000.000	R\$ 6.000.000	R\$ 6.000.000	R\$ 6.000.000
Reservas de Lucros	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Lucros Acumulados	R\$ -	R\$ 2.860.235	R\$ 6.603.857	R\$ 11.408.415	R\$ 17.482.565
Lucro do Exercício	R\$ 2.860.235	R\$ 3.743.621	R\$ 4.804.558	R\$ 6.074.150	R\$ 7.588.614
(-) Dividendos	-R\$ 858.071	-R\$ 1.123.086	-R\$ 1.441.367	-R\$ 1.822.245	-R\$ 2.276.584
(=) TOTAL PASSIVO + PL	R\$ 8.502.165	R\$ 12.080.770	R\$ 16.627.047	R\$ 22.320.320	R\$ 29.454.595

Fonte: Elaborada pelos autores

Tabela 3 – Demonstração de resultados do exercício projetado Empresa LCQ Soluções de Engenharia

	2023	2024	2025	2026	2027
(+) Receita bruta	R\$ 16.505.000	R\$ 18.980.750	R\$ 21.827.863	R\$ 25.102.042	R\$ 28.867.348
(-) Deduções	-R\$ 932.533	-R\$ 1.072.412	-R\$ 1.233.274	-R\$ 1.418.265	-R\$ 1.631.005
(+) Receita líquida	R\$ 15.572.467	R\$ 17.908.338	R\$ 20.594.589	R\$ 23.683.777	R\$ 27.236.343
(-) Custos	-R\$ 11.325.000	-R\$ 12.457.500	-R\$ 13.703.250	-R\$ 15.073.575	-R\$ 16.580.933
(-) Mão de obra e encargos	-R\$ 6.105.000	-R\$ 6.715.500	-R\$ 7.387.050	-R\$ 8.125.755	-R\$ 8.938.331
(-) Materiais e outros custos	-R\$ 5.220.000	-R\$ 5.742.000	-R\$ 6.316.200	-R\$ 6.947.820	-R\$ 7.642.602
(=) Lucro bruto	R\$ 4.247.468	R\$ 5.450.838	R\$ 6.891.338	R\$ 8.610.202	R\$ 10.655.410
(-) Despesas administrativas	-R\$ 784.000	-R\$ 849.020	-R\$ 919.472	-R\$ 995.812	-R\$ 1.078.539
(-) Despesas com pessoal	-R\$ 159.000	-R\$ 171.720	-R\$ 185.458	-R\$ 200.294	-R\$ 216.318
(-) Despesas diversas	-R\$ 390.000	-R\$ 421.200	-R\$ 454.896	-R\$ 491.288	-R\$ 530.591
(-) Depreciações	-R\$ 115.000	-R\$ 126.500	-R\$ 139.150	-R\$ 153.065	-R\$ 168.372
(-) Despesas tributárias	-R\$ 120.000	-R\$ 129.600	-R\$ 139.968	-R\$ 151.165	-R\$ 163.259
(-) Despesas Comerciais	-R\$ 100.000	-R\$ 108.000	-R\$ 116.640	-R\$ 125.971	-R\$ 136.049
(-) Despesas de vendas	-R\$ 100.000	-R\$ 108.000	-R\$ 116.640	-R\$ 125.971	-R\$ 136.049
(=) Resultado Operacional	R\$ 3.363.468	R\$ 4.493.818	R\$ 5.855.227	R\$ 7.488.418	R\$ 9.440.823
(+/-) Resultado Financeiro	R\$ 400.000	R\$ 432.000	R\$ 466.560	R\$ 503.885	R\$ 544.196
(+) Receita Financeira	R\$ 500.000	R\$ 540.000	R\$ 583.200	R\$ 629.856	R\$ 680.244
(-) Despesa Financeira	-R\$ 100.000	-R\$ 108.000	-R\$ 116.640	-R\$ 125.971	-R\$ 136.049
(=) Lucro antes de IR/CS	R\$ 3.763.468	R\$ 4.925.818	R\$ 6.321.787	R\$ 7.992.303	R\$ 9.985.019
(-) Impostos Sobre o Lucro	-R\$ 903.232	-R\$ 1.182.196	-R\$ 1.517.229	-R\$ 1.918.153	-R\$ 2.396.404
(-) IR	-R\$ 564.520	-R\$ 738.873	-R\$ 948.268	-R\$ 1.198.845	-R\$ 1.497.753
(-) CS	-R\$ 338.712	-R\$ 443.324	-R\$ 568.961	-R\$ 719.307	-R\$ 898.652
LUCRO NO EXERCÍCIO	R\$ 2.860.235	R\$ 3.743.621	R\$ 4.804.558	R\$ 6.074.150	R\$ 7.588.614

Fonte: Elaborada pelos autores.

Por fim, a partir das tabelas apresentadas, observa-se que a empresa não tem a intenção de comprar de comprar a prazo, ou seja, ter recursos de fornecedores, pois consegue sobreviver e crescer com próprios recursos do ativo, pelo fato de ter um lucro alto.

Além disso, quanto à quantidade de vendas por período estima-se o seguinte: no primeiro ano de funcionamento da empresa é oferecido serviços a 33 jovens sonhadores, no segundo ano 38; no terceiro 44; no quarto 50 e no quinto 58, o que demonstra a capacidade de adquirir mais espaço no mercado e ganhar mais credibilidade com os clientes.

ANÁLISE DE VIABILIDADE DO EMPREENDIMENTO

Análise por indicadores econômicos e financeiros

Índices de Liquidez

O índice de liquidez é uma medida da capacidade de uma empresa de pagar suas obrigações de curto prazo usando seus ativos circulantes, tais como contas a pagar, empréstimos e outras dívidas que vencem em até um ano.

Ao analisar o projeto financeiro do empreendimento, foi possível observar a necessidade de pagamento, assim, criando a Tabela 4 com finalidade de comparação para cada ano.

Tabela 4 - Índices de Liquidez.

Índices de Liquidez	2023	2024	2025	2026	2027
Liquidez Corrente	14,93	18,43	23,66	32,31	43,14
Liquidez Geral	14,93	18,43	23,66	32,31	43,14

Fonte: Elaborada pelos autores

A partir de uma análise, é nítido que a capacidade de honrar com as dívidas é de extrema confiabilidade, pois para cada ano, a empresa terá mais de dez reais em disponível para cada real das obrigações. Nesse sentido, a Construtora poderá investir mais a cada ano sem se preocupar com possibilidade de não conseguir cumprir com suas obrigações e deveres, devido que a liquidez cresce muito a cada período.

Esses índices são importantes para avaliar a saúde financeira da empresa, permitindo que os investidores e credores analisem a capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo e tomar decisões de investimento ou empréstimo com base nessas informações sobre o empreendimento. Sendo assim, todos os índices da empresa em capacidade de liquidar dívidas de curto e longo prazo se apresentam favoráveis, pois ultrapassam o valor 1 logo no primeiro ano da empresa.

Estrutura Patrimonial (Índices de Endividamento)

Os índices de endividamento são extremamente utilizados para acompanhar a estrutura de financiamentos das empresas, essa análise é necessária ao ponto de ter ganhado uma cartilha especial feita pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

Nessa ótica, dois dos índices muito utilizados para esse diagnóstico dos financiamentos são o endividamento, que faz uma relação entre capital de terceiros “versus”

patrimônio líquido, e a composição do endividamento que serve para mensurar o quanto dos recursos de terceiros são exigíveis a curto prazo, na Tabela 5 pode-se analisar a evolução desses parâmetros a cada ano:

Tabela 5 - Índices de Estrutura Patrimonial.

Índices de Estrutura Patrimonial	2023	2024	2025	2026	2027
Endividamento	0,06	0,05	0,04	0,03	0,02
Composição Endividamento	1	1	1	1	1

Fonte: Elaborada pelos autores

Desse modo, nota-se que se tratando de uma prestadora de serviços, o índice de endividamento é bem abaixo se comparado a empresas do ramo de construção civil que atuam na feição de imóveis por exemplo, tal diferença se explica pelo fato da empresa possuir como única obrigação fixa, o acerto salarial, sendo assim, não necessita de empréstimos para feição de grandes investimentos como no setor mencionado acima. Seguidamente, é compreensível a constância na composição de endividamento, por ser uma empresa que cresce apenas com o próprio ativo, sem compras, o único passivo circulante mencionado acima corresponde também a totalidade de obrigações, dessa forma, a divisão entre passivo circulante por passivos totais será sempre 1

Índices de Rentabilidade

Os índices de Rentabilidade da empresa relacionam os resultados obtidos durante os anos. São visíveis a gestão financeira e o retorno de lucros, ou seja, é a métrica que indica se o trabalho feito gera uma boa retribuição e o empreendimento consegue se pagar. Dessa maneira, abaixo pode-se analisar os indicadores e seus resultados durante os 5 anos (Tabela 6).

Tabela 6 - Índices de Rentabilidade da Empresa.

Índices de Rentabilidade	2023	2024	2025	2026	2027
ROA	40%	41%	38%	36%	34%
Giro do ativo	1,83	1,48	1,24	1,06	0,92
Margem Operacional	21,6%	25,1%	28,4%	31,6%	34,7%
Retorno sobre PL		47%	42%	38%	35%

Fonte: Elaborada pelos autores

Nesse contexto, observa-se que o Retorno Sobre Ativos (ROA) da prestadora de serviços, isto é, a relação entre o lucro operacional e o ativo total, tende a diminuir o seu resultado em relação ao investimento total, em outras palavras, não possui um grau de produtividade sobre os recursos da empresa. O Giro do Ativo, não prevê um aumento no faturamento de receita líquida em função do volume de investimento realizado. Já a Margem Operacional mede a eficiência de gestão de custos e despesas, a qual a empresa possui uma manutenção no resultado operacional em relação a receita líquida. Há um aumento a cada ano, ou seja, está em estabilidade e com eficiência.

Por fim, o Retorno Sobre o Patrimônio Líquido é um dos índices mais importantes de análise, pois é utilizado para os proprietários da empresa, o qual expressa os resultados obtidos pela administração na gestão dos recursos em benefício dos acionistas. Em relação

ao histórico do empreendimento, há um aumento nos dois primeiros anos e em seguida diminui essa porcentagem de lucro apurado. Pode-se concluir que, por ser uma empresa prestadora de serviços, está bastante equilibrada e estável financeiramente.

Análise de custos

A análise de custos é uma estratégia fundamental para a sobrevivência de uma empresa no mercado competitivo moderno em que se baseia em analisar a viabilidade dos custos e despesas gerados pelo empreendimento em um determinado período.

Tendo como base a DRE desenvolvida na nossa empresa, para maior estudo quanto à saúde dos gastos da companhia se fez necessário dividir os passivos da seguinte maneira encontrada na tabela a seguir (Tabela 7):

Tabela 7 - Custos e Despesas do Empreendimento.

	2023	2024	2025	2026	2027
Custos Variáveis	R\$ 5.220.000,00	R\$ 5.742.000,00	R\$ 6.316.200,00	R\$ 6.947.820,00	R\$ 7.642.602,00
Despesas Variáveis	R\$ 1.032.533,00	R\$ 108.000,00	R\$ 116.640,00	R\$ 125.971,20	R\$ 136.048,90
Custos Fixos	R\$ 6.105.000,00				
Despesas Fixas	R\$ 784.000,00	R\$ 849.020,00	R\$ 919.471,60	R\$ 995.812,33	R\$ 1.078.538,61
Custos e despesas fixos	R\$ 6.889.000,00	R\$ 6.954.020,00	R\$ 7.024.471,60	R\$ 7.100.812,33	R\$ 7.183.538,61
Custos e despesas variáveis	R\$ 6.252.533,00	R\$ 5.850.000,00	R\$ 6.432.840,00	R\$ 7.073.791,20	R\$ 7.778.650,90

Fonte: Elaborada pelos autores

Seguindo essa lógica, os principais índices que pode-se calcular para melhor entendimento do nosso negócio são os seguintes: a Margem de Contribuição, o Ponto de Equilíbrio Contábil, a Margem de Segurança Operacional e a Alavancagem Operacional.

Margem de Contribuição

A Margem de Contribuição condiz na sobra da receita obtida através da venda de um produto, bem ou serviço após retirado o valor dos custos e despesas variáveis, ou seja, é o valor de sobra das vendas.

Dessa forma, a margem de contribuição serve para dizer quanto dinheiro uma empresa consegue gerar, a partir de suas vendas, para pagar os custos e despesas fixas e ainda gerar lucro.

Ponto de Equilíbrio Contábil

O Ponto de Equilíbrio Econômico (PEC) é traduzido como volume vendido de produtos para que a organização não tenha prejuízo nem lucro, assim, se equilibre em um valor nulo. Nesse sentido, é quando a receita total se iguala ao total de custos e despesas financeiras da empresa, para que assim, haja sucesso e saúde financeira para o empreendimento.

Logo, o indicador pode ser utilizado para determinar as metas da organização

conforme a sua capacidade produtiva.

Margem de Segurança Operacional

A Margem de Segurança Operacional (MSO) é definida pela quantidade de produtos ou valor de receita em que a instituição opera acima do PEC. Em outras palavras, ela mostra quanto das receitas da empresa poderá diminuir antes da empresa iniciar no prejuízo da sua operação, ou as vendas excedentes acima do ponto de equilíbrio.

Grau de Alavancagem Operacional

O Grau de Alavancagem Operacional (GAO) corresponde a quantidade de lucro que é obtido a partir da variação de uma unidade no volume vendido, permitindo aumentar o lucro operacional de forma proporcionalmente maior do que o aumento gerado na receita operacional.

Utiliza-se o GAO para saber se uma empresa consegue obter certo lucro, enquanto o lucro aumenta com a mesma estrutura, o seu nível de vendas também deve aumentar.

Para que seja facilitado a compreensão numérica e comparação entre os anos dos conceitos apresentados anteriormente, foi construída a seguinte tabela (Tabela 8):

Tabela 8 - Índices da Análise de Custos.

	2023	2024	2025	2026	2027
Margem de Contribuição	R\$ 9.319.934,00	R\$ 12.058.338,00	R\$ 14.161.749,00	R\$ 16.609.985,80	R\$ 19.457.692,10
Por cento MCT	60%	67%	69%	70%	71%
Ponto de Equilíbrio Contábil	R\$ 11.510.674,34	R\$ 10.327.703,59	R\$ 10.215.271,12	R\$ 10.124.876,55	R\$ 10.055.320,05
Margem de Segurança	26,1%	42,3%	50,4%	57,2%	63,1%
Alavancagem Operacional	R\$ 3,83	R\$ 2,36	R\$ 1,98	R\$ 1,75	R\$ 1,59

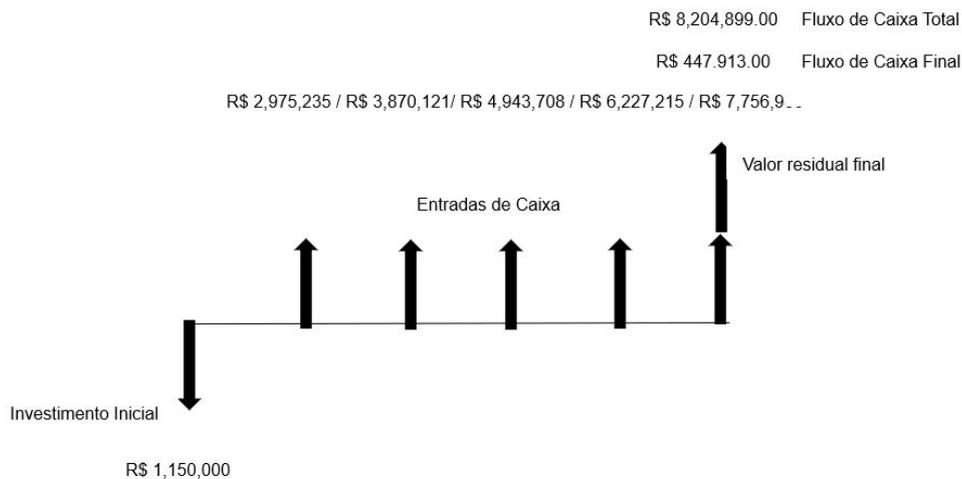
Fonte: Elaborada pelos autores

Nessa ótica, com os índices apresentados, há de se afirmar que a empresa está em um crescente se observado a diferença entre a receita líquida e os custos variáveis (MCT), sendo assim, observa-se que esse aumento interfere diretamente nos outros dados. Desse modo, o aumento do PEC pode ser interpretado como algo positivo, pois o contínuo aumento da margem de segurança mostra que o volume atual da empresa está aumentando. Contudo, a alavancagem operacional é uma informação que deve ser acompanhado com certa precaução, pois sua queda constante é extremamente preocupante para a integridade da empresa.

Fluxo de caixa

Para a realização do orçamento de capital da empresa, é necessário a montagem do fluxo de caixa. Nesse caso, tem-se como objetivo a expansão do nível operacional, já que se encontra na fase de crescimento, sendo sujeita a aquisição de novos ativos imobilizados.

Considerando então, móveis e utensílios, veículos e maquinários do empreendimento, foi esquematizado o fluxo de caixa da empresa.



Investimento Inicial

Observando que a LCQ Soluções de Engenharia foi fundada e começou seus serviços no ano de 2023, será considerado valores de investimentos iniciais apenas os mesmos que foram aplicados para a compra dos imobilizados, visto que, não possui uma variação de capital de giro líquido. Ou seja, esses volumes de recursos não se alteram, pois não são substituídos, assim, sendo ilustrado pela Tabela 9.

Tabela 9 - Investimento Inicial de Imobilizados.

Investimento Inicial	
Móveis e utensílios	R\$ 300.000
Máquinas e equipamentos	R\$ 150.000
Veículos	R\$ 700.000
Total	R\$ 1.150.000

Fonte: Elaborada pelos autores

Entradas de Caixa Operacionais

Após efetuar tais investimentos, a análise das entradas de caixa para às movimentações necessárias à operação do empreendimento, gera resultados positivos de crescimento. Para chegar a esses resultados deve ser necessário o cálculo do lucro líquido depois do Imposto de Renda somado as depreciações presentes no Balanço Patrimonial da empresa, que resultou em um valor de R\$ 2.975.235,00 no primeiro ano e busca atingir R\$ 7.756.986,00 no último (Tabela 10).

Tabela 10 - Entradas de Caixa do Empreendimento.

Entradas de Caixa Operacional	
Ano	Total
0 (Investimento inicial)	R\$ 1.150.000
1	R\$ 2.975.235
2	R\$ 3.870.121
3	R\$ 4.943.708
4	R\$ 6.227.215
5	R\$ 7.756.986

Fonte: Elaborada pelos autores

Fluxo de caixa terminal

Para calcular o fluxo final, resultante da liquidação do projeto, estima-se que os imobilizados não possuem alterações nos seus valores de venda e valores contábeis, por isso, não há uma soma de recuperação de depreciações, as quais se resultam em R\$ 0,00. Portanto, o recebimento líquido total será de R\$ 447.913,00, que somado ao último ano previsto nas entradas operacionais, resulta no Fluxo de Caixa Total no valor de R\$ 8.204.899,00 (Tabela 11).

Tabela 11 - Fluxo de Caixa Terminal.

Fluxo de Caixa	
Valor de Venda	R\$ 447.913
Valor Contábil	R\$ 447.913
Recuperação de Depreciação	R\$ 0
Ganho de Capital	R\$ 0
IR (Ganho de capital + Recuperação)	R\$ 0
Recebimento Líquido	R\$ 447.913
Varição de CGL	R\$ 0
Fluxo de Caixa Final	R\$ 447.913
Fluxo de Caixa Total	R\$ 8.204.899

Fonte: Elaborada pelos autores

Análise da Viabilidade do Investimento

Com o intuito de estudar se a empresa vale a pena o investimento, ou seja, a partir de critérios matemáticos foi feita a revisão de indicadores para entender se o projeto é viável ou não para ser colocado em prático e investido. Dessa maneira mostrados índices padrões na análise, exibido na tabela 12.

Tabela 12 - Análise de Viabilidade do Investimento.

Viabilidade	
VAL	R\$ 17.537.236,83
TIR	286,86% a.a.
Payback	156 dias

Fonte: Elaborada pelos autores

Valor Atual Líquido

O Valor Atual Líquido (VAL) que torna possível a verificação da lucratividade do projeto, visto pelo sinal do resultado, determinado pelo desconto entre o fluxo de caixa estimado de uma empresa e o investimento inicial com uma taxa de juros descontada.

TIR- Taxa Interna de Retorno

A taxa interna de retorno (TIR) se entende como a taxa de desconto que iguala o valor atual líquido a zero, ou seja, é a taxa que igual o valor presente do fluxo de caixa do investimento ao valor do investimento inicial.

Usada para avaliar a viabilidade do projeto, ela é atrelada a uma taxa de retorno esperada, sendo que se o TIR for maior que essa tal taxa de retorno (normalmente usada um valor atual do custo de capital de 10%), o investimento é considerado viável e atrativo.

Período de *payback*

O período de *payback* se refere ao tempo necessário em que o investimento aplicado no programa retorna integralmente ao investidor, ou seja, em quanto tempo o investidor leva para recuperar seu capital investido.

Para ser adquirido o tempo necessário de *payback*, baseia-se na projeção do fluxo de caixa, estima-se o valor da receita gerada e logo após subtraia os custos totais necessários de funcionamento da empresa, com isso terá uma estimativa de lucro gerada no período e fundamentado nesse valor é possível saber o intervalo essencial para o *payback*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento financeiro é uma condição essencial para dimensionar o sucesso da empresa, visto que, atualmente o avanço tecnológico e o crescimento da concorrência geraram um aumento de interações de rentabilidade, sendo preciso expandir o mercado local e global. Ao transcorrer o projeto, foram apresentadas análises econômicas e financeiras que nos permitiram concluir se o investimento na LCQ Soluções em Engenharia seria viável e vantajoso. O investimento inicial é consideravelmente alto, devido a estrutura necessária para começar o empreendimento, além do investimento dos proprietários.

Portanto, os resultados nos permitiram identificar que o endividamento da empresa não será problema, pois se obteve resultados maiores do que o esperado, sendo possível analisar o índice de endividamento baixo, durante os anos. Devido a esse fato também, a liquidez geral e a corrente se igualaram, pois não se obteve dívidas a longo prazo. Isso sucedeu devido a escolha de prazo de pagamento do fornecedor, prazo de estoque e prazo de recebimento de duplicatas como zero, pois como pensamento inicial gostaríamos de representar um empreendimento de alto porte e com a funcionalidade de prestação de serviços, que ao passar dos anos, iria se alavancar, dependendo de como ocorre-se, na realidade, a análise durante os cinco períodos estudados.

Pode-se concluir então, que o setor atuante de engenharia civil é um cenário rentável para os próximos anos, haja vista, ocorre um crescimento nos investimentos de infraestrutura com o desenvolvimento econômico do país, que gera obras demandando a prestação de serviços da área. O produto do caso da empresa LCQ Soluções em Engenharia, são casas de classe média ofertadas pelo preço unitário em média R\$ 500.000,00, sendo o preço de venda, e com o custo de aproximadamente R\$ 471.000,00. No primeiro ano de funcionamento da empresa, espera-se oferecer serviços a 33 jovens, no segundo ano 38, no terceiro 44, no quarto 50 e no último analisado, um total de 58, o que demonstra a capacidade do empreendimento em adquirir mais espaço no mercado e ganhar a credibilidade dos clientes.

Diante dos dados necessários, foi possível calcular-se o *payback*, taxa de retorno interno e valor anual líquido, os quais são primordiais dentro de toda análise para estudo de investir ou não investir em um projeto que está sendo demonstrado. O resultado do *payback* mostrou que o valor de investimento inicial do projeto serial pago em 156 dias, sendo um resultado favorável, pois tem-se um retorno do investimento inicial, antes do término do serviço analisado. A confirmação do resultado positivo, foi determinado pela taxa de aceitabilidade de 10% ao ano sendo menor que a calculada do projeto de 286% ao ano, por isso, apresenta grande retorno e a soma de entradas de caixa maior que o investimento inicial.

Com as informações descritas ao longo do trabalho e anteriormente, pode-se concluir que a empresa LCQ Soluções em Engenharia é um investimento rentável e, se investido, apresentará retorno ao longo dos cinco anos analisados, sendo assim, o empreendimento é um caminho a ser seguido para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CBIC. A importância da construção civil para a economia nacional. Disponível em: <<https://cbic.org.br>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

BNDES. BNDES modifica classificação de porte de empresa. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

GIONGO, J. A participação da controladoria no processo de gestão organizacional. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005.

IBGE. Conheça os tipos de porte de empresa. Disponível em: <<https://www.jacalculei.com.br>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

MINDMINERS. 5 etapas no Planejamento Estratégico e como implementar em sua empresa. Disponível em: <<https://mindminers.com>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

MORESCO, Marcielly Cristina; MARCHIORI, Marlene; DE GOUVEA, Daniela Modolo Ribeiro. Pensamento estratégico e planejamento estratégico: possíveis inter-relações. Gestão & Planejamento-G&P, v. 15, n. 1, 2014.

SOFTWARE AVALIAÇÃO. Macroambiente: O Que Isso Interfere na Sua Empresa? Disponível em: <<https://blog.softwareavaliacao.com.br>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

TAVES, Guilherme Gazzoni. Engenharia de custos aplicada à construção civil. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

Privatização do currículo: desafios e implicações na educação contemporânea

Privatization of the curriculum: challenges and implications in contemporary education

Rizonilda Sales Natividade

André Guimarães

Albert Alan de Sousa Cordeiro

RESUMO

Neste estudo vislumbra-se entender sobre a privatização do currículo, uma vez que este fenômeno envolve a transferência da responsabilidade pelo desenvolvimento e controle dos currículos escolares das instituições públicas de ensino para entidades privadas ou para o setor privado como um todo, nas dimensões do currículo educacional, pela via dessas parcerias, demonstrando como o setor privado determina, as políticas educacionais, e definem o currículo escolar. O presente trabalho tem por objetivo colaborar e explorar a temática a privatização do currículo escolar no Brasil. Sabe-se que o currículo não é neutro, sendo veículo de conhecimentos, liga-se ao poder e a homogeneização desde o período colonial, implicando sociologicamente e culturalmente na sociedade. Cada período da história existe características peculiares que se refletem no currículo e, conseqüentemente, na formação do homem, portanto este tema é controverso e encontra-se em constante debate na área da educação, será realizada uma síntese sobre a forma pelas quais estes processos vêm ocorrendo no país, desde o começo do século. Trata-se de um estudo bibliográfico, baseando-se em literatura nacional, a partir de análises críticas sobre o objeto em foco, à luz da perspectiva dialética, tendo como referência principal os estudos de Theresa Adrião, buscando explorar os desafios e perspectivas relacionados à privatização do currículo, considerando os argumentos favoráveis e as preocupações levantadas por seus críticos. Os defensores destacam a flexibilidade e adaptabilidade dos currículos às demandas do mercado de trabalho, enquanto os oponentes ressaltam a influência das empresas na qualidade e no conteúdo da educação, bem como a possível exclusão de grupos marginalizados e invisibilizados das sociedades.

Palavras-chave: privatização. currículo. educação.



INTRODUÇÃO

Este estudo busca explorar e colaborar com os estudos sobre a privatização do currículo no Brasil, por entender que ele abarca, mais precisamente, os processos de mercantilização educacional. Estes se referem às medidas que têm subordinado, direta e indiretamente, a educação e aos interesses de corporações ou de organizações a estas associadas, visam exclusivamente a lucratividade deixando em segundo plano a educação, quando na verdade, o que realmente essas entidades visam exclusivamente a lucratividade. Segundo Bressan (2018), o foco dessas corporações, instituições que passaram a elaborar o currículo foi simplesmente a expansão do lucro para a valorização acionária, pautada, em grande medida, por movimentos e estratégias especulativas, colocando muitas vezes a atividade educacional propriamente dita em plano secundário. (p.81)

A privatização do currículo é um conceito que aborda a ideia de transferir a responsabilidade pelo desenvolvimento e controle dos currículos escolares das instituições públicas de ensino para entidades privadas ou para o setor privado como um todo. Esse tema é objeto de debate em diferentes sistemas educacionais ao redor do mundo. Os defensores da privatização do currículo argumentam que traz uma maior flexibilidade, eficiência e adaptabilidade ao sistema educacional. Afirmam que, ao permitir que empresas e organizações privadas tenham um papel mais ativo na definição dos currículos, é possível garantir que as habilidades e conhecimentos ensinados estejam alinhados com as demandas do mercado de trabalho e com as necessidades dos alunos, no entanto percebe-se que o currículo de hoje deve ser pensado em termos de contextos visivelmente multiculturais e, assim, a estruturação do currículo não pode ser feita desvinculada do contexto social, histórico e cultural. Toda e qualquer adequação que se proponha ao currículo deve se ater às necessidades do mundo e da sociedade, uma vez que a educação escolar durante grande parte de sua trajetória foi e ainda é utilizada como instrumento de colonização de mentes, de modo a adequar a sociedade aos interesses dos grupos dominantes, logo como a privatização essas preocupações não serão objeto de estudo para as grandes empresas privadas, pois seus olharem serão exclusivamente voltados para a lucratividade. Mészáros (2005), aduz que:

A educação não é um negócio, é criação que a educação não deve qualificar para o mercado, mas para a vida. O que está em jogo não é apenas a modificação política dos processos educacionais, que praticam e agravam o apartheid social, mas a reprodução da estrutura de valores que contribui para perpetuar uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil.

Na fase contemporânea do modo de produção capitalista, o que se observa, é um movimento constante de interesse pela privatização do currículo, isto muito pelo processo e determinação econômica, ampliando a margem de controle e regulação desses espaços pela lógica do capital, ocorrendo com isto, uma minimização da função pública do Estado, abrindo caminho para as grandes empresas privadas. Evocando novamente Mészáros (2005),

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daquele estigma da sociedade capitalista: “fornecer o conhecimento necessário à máquina produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes”. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabe-

lecimento de um consumo que tornou possível a reprodução do injusto sistema de classes em lugar de instrumentos de emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema.

Por outro lado, os críticos da privatização do currículo levantam preocupações relacionadas à influência das empresas sobre o conteúdo e a qualidade da educação. Argumentam que a adoção de currículos privados pode levar a uma padronização excessiva, focada apenas em habilidades técnicas, negligenciando aspectos como a formação cidadã, o pensamento crítico e a apreciação das artes e humanidades. Além disso, há preocupações sobre a possibilidade de exclusão de grupos marginalizados ou desfavorecidos e até mesmo invisibilizados da sociedade, que podem não ter acesso igualitário aos recursos e serviços oferecidos pelas empresas privadas. Vivemos em uma época em que os direitos humanos saem do centro da cena para a entrada da hegemonia liberal e a lógica de mercado neoliberal ou o modo dominante de legalidade e ação estatal. A privatização do currículo não se refere apenas aos tradicionais processos de compra de insumos e materiais necessários ao ensino (livros, jogos, brinquedos pedagógicos etc.). Trata-se, mais amplamente, da transferência para o setor privado da definição do que ensinar, do como ensinar e do quando ensinar, além dos processos de verificação da aprendizagem, ou seja da definição dos desenhos curriculares

Nas palavras de Moreira e Candau (2007, p. 28 *apud* MACEDO, 2012, p. 730): O currículo é o espaço em que se concentram e se desdobram lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político. É por meio do currículo que certos grupos sociais, especialmente os dominantes, expressam sua visão de mundo, seu projeto social, sua 'verdade. No que se refere a privatização do currículo não ocorrerá esta preocupação, uma vez que o que se quer é preparar o aluno para o mercado do trabalho. Prescritando outros países como Estados Unidos, Chile entre outros, esta valorização da educação para o mercado, especialmente a privatização do currículo, já é uma realidade, com o envolvimento de empresas de tecnologia, por exemplo, na criação e fornecimento de materiais didáticos e plataformas de ensino. Em outros lugares, o debate está em andamento e diferentes abordagens são consideradas, como a colaboração público-privada na formulação de políticas educacionais.

Destarte, a privatização do currículo é um tópico complexo e controverso. Enquanto alguns argumentam que pode trazer benefícios em termos de adaptabilidade e relevância dos currículos, outros expressam preocupações sobre a qualidade da educação, o acesso igualitário e o impacto na formação integral dos estudantes. A discussão sobre esse assunto continua a evoluir à medida que os sistemas educacionais enfrentam desafios e buscam soluções para atender às demandas em constante mudança da sociedade, uma vez que a educação é uma das bases fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade. Ao longo dos anos, diversas transformações têm ocorrido nos sistemas educacionais ao redor do mundo, impulsionadas pelas demandas de um mundo globalizado e em constante mudança. Nesse contexto, um tema que tem despertado debates acalorados é a privatização do currículo.

A privatização do currículo refere-se à transferência da responsabilidade pelo desenvolvimento e controle dos currículos escolares das instituições públicas de ensino para entidades privadas ou para o setor privado como um todo. Esse fenômeno tem sido

objeto de análise e reflexão em diversos países, uma vez que traz implicações significativas para a educação contemporânea. O objetivo deste estudo é explorar os desafios e perspectivas relacionados à privatização do currículo, considerando seus potenciais benefícios e preocupações levantadas por seus críticos. Nesse sentido, examinaremos tanto os argumentos favoráveis à privatização, que ressaltam a flexibilidade e adaptabilidade dos currículos às demandas do mercado de trabalho, quanto as preocupações quanto à influência das empresas na qualidade e no conteúdo da educação. Serão abordados também os impactos sociais e educacionais da privatização do currículo, como a possível exclusão de grupos marginalizados ou desfavorecidos, e a relevância da formação cidadã, do pensamento crítico e da valorização das artes e humanidades no processo de aprendizagem.

Para tanto, será realizada uma revisão da literatura atualizada, abrangendo estudos, pesquisas e opiniões divergentes sobre o tema. Serão também examinados casos de países em que a privatização do currículo já é uma realidade, além de experiências que demonstram a colaboração público-privada na formulação de políticas educacionais. Por fim, espera-se contribuir para um debate mais aprofundado e informado sobre a privatização do currículo, fornecendo elementos para uma reflexão crítica sobre os rumos da educação contemporânea. Ao compreender os desafios e perspectivas desse fenômeno, é possível buscar soluções que equilibrem as necessidades do mercado de trabalho com a formação integral dos estudantes, promovendo uma educação de qualidade e acessível a todos.

DESENVOLVIMENTO

Contexto histórico e da evolução da privatização do currículo

A exploração do contexto histórico e da evolução da privatização do currículo é fundamental para compreender as origens e as razões que impulsionaram essa abordagem ao longo do tempo em diferentes países.

A privatização do currículo é um fenômeno que se desenvolveu em paralelo às transformações econômicas, sociais e políticas que ocorreram ao redor do mundo nas últimas décadas. No contexto educacional, essa abordagem surge como uma resposta às demandas de um mercado de trabalho em constante evolução, que requer habilidades específicas e adaptabilidade por parte dos profissionais. Na década de 1980, com a ascensão do neoliberalismo e a adoção de políticas de livre mercado em diversos países, começou a ocorrer um movimento em direção à privatização de setores antes predominantemente estatais, incluindo a educação. Essa tendência foi impulsionada pela crença de que o setor privado seria mais eficiente na prestação de serviços e na resposta às necessidades do mercado.

No campo educacional, a privatização do currículo ganhou força a partir das reformas educacionais que buscavam aumentar a competitividade e a produtividade dos sistemas escolares. Países como Estados Unidos, Reino Unido e Chile foram pioneiros nesse sentido, adotando políticas que incentivavam a autonomia das escolas e permitiam a participação de empresas privadas na gestão e no desenvolvimento dos currículos. A

privatização do currículo se desenvolveu de diferentes formas em diferentes países, refletindo as características específicas de cada sistema educacional e as políticas adotadas. Alguns países adotaram modelos mais flexíveis, nos quais as escolas têm liberdade para adaptar os currículos às necessidades locais, enquanto outros optaram por sistemas mais padronizados e centralizados, nos quais empresas privadas são responsáveis pela elaboração e fornecimento de materiais didáticos.

No caso brasileiro as reformas do estado e da educação brasileira, passaram a ocorrer na década de 1990, intensificaram-se as políticas de privatização em diferentes setores, inclusive no controle e implementação de políticas públicas educacionais por parte do setor privado, em especial as voltadas para os Ensinos Médio e Profissional, tornando cada vez mais tênue a linha que divide as esferas pública e privada. Os estudos apontam como essa formação foi sendo transferida para a esfera privada, reduzindo a formação humana à preparação de força de trabalho e como o setor empresarial vem mantendo vitalidade e expandindo seus projetos no âmbito das políticas educacionais, especialmente as que definem o currículo escolar.

A relação público-privado emerge com a redefinição do papel do Estado, que por sua vez repassa as suas atribuições para entidades de outros setores, dentro da ótica neoliberal vemos cada vez mais ações de mercantilização de vários setores e segmentos existentes principalmente dentro do Estado, instituição de maior interesse do neoliberalismo. Esses processos de mercantilização estão sendo inseridos através de diferentes tipos de privatização, de parcerias público-privado de ações do chamado terceiro setor que de acordo com Costa (2011) “é a “participação” de indivíduos ou organizações na execução de políticas sociais, dentre elas, a educacional, introduzidas com a reforma do Estado, que antes eram exclusivas e monopolizadas pelo Estado” (COSTA, 2011, p. 86)

Segundo Adrião 2018, aduz que a privatização incide sobre três dimensões da política educativa: oferta educativa, gestão da educação e o currículo escolar. Na dimensão da oferta educacional, a privatização operacionaliza-se, principalmente, por meio de subsídios públicos direcionados a provedor privado, inclusive via renúncia fiscal; pela liberalização de escolas privadas, tutorias e aulas particulares e pela introdução de políticas ou programas de escolha parental. A segunda dimensão, refere-se à privatização da gestão da educação e é captada em dois âmbitos: o primeiro relativo à privatização da gestão educacional assume um caráter sistêmico ao envolver a transferência da gestão de redes públicas de ensino, no todo em parte, para atores privados; o segundo relaciona-se à transferência da gestão de unidades escolares e corresponde à privatização da gestão escolar. A última dimensão, privatização do currículo, envolve a incidência do setor privado na definição dos desenhos curriculares e a transferência para este setor de decisões sobre a organização dos tempos escolares, de estratégias de mediação das relações entre professor, estudante e conhecimento e de decisões sobre a adoção e o conteúdo de insumos curriculares como recursos didáticos. (ADRIÃO, 2018).

No entanto, é importante ressaltar que a privatização do currículo também enfrentou resistência e críticas. Muitos argumentam que essa abordagem pode levar a uma ênfase excessiva em habilidades técnicas e no preparo para o mercado de trabalho, negligenciando a formação cidadã, o pensamento crítico e a apreciação das artes e humanidades.

Atualmente, a discussão sobre a privatização do currículo continua a evoluir à medida que os sistemas educacionais enfrentam desafios e buscam soluções para atender às demandas em constante mudança da sociedade. O debate envolve a busca por um equilíbrio entre as necessidades do mercado de trabalho e uma educação que promova a formação integral dos estudantes, garantindo a qualidade e a equidade na educação. No entanto o que se percebe é a busca incessante pela lucratividade, onde as instituições privadas buscam exatamente formar cidadão para o mercado do trabalho, obtendo uma força de trabalho barata. Segundo Mesários (2005), a natureza da educação, como tantas outras coisas essenciais nas sociedades contemporâneas está vinculada ao destino do trabalho. Um sistema que se apoia na separação entre trabalho e capital, que requer a disponibilidade de uma enorme massa de força de trabalho sem acesso a meios para sua realização necessita, ao mesmo tempo socializar os valores que permitem a sua reprodução.

Concernente, a privatização do currículo é um fenômeno que surgiu em resposta às transformações sociais e econômicas e às demandas do mercado de trabalho. O desenvolvimento dessa abordagem ao longo do tempo e em diferentes países reflete uma busca por maior eficiência e adaptabilidade nos sistemas educacionais, mas também levanta questões sobre os valores e as finalidades da educação. Compreender o contexto histórico e a evolução desse processo é essencial para uma análise aprofundada da privatização do currículo e suas implicações na educação contemporânea.

Argumentos favoráveis a privatização do currículo

A privatização do currículo é um assunto controverso que envolve a transferência da responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação do currículo escolar do setor público para o setor privado. Embora haja uma ampla gama de opiniões sobre esse tema, existem alguns argumentos favoráveis à privatização do currículo que são frequentemente levantados. Defensores da privatização do currículo argumentam que a participação do setor privado pode trazer maior flexibilidade e inovação ao processo educacional. Empresas privadas podem trazer novas ideias e abordagens para o desenvolvimento do currículo, adaptando-o às necessidades e demandas específicas dos estudantes e do mercado de trabalho. Isso pode permitir uma educação mais relevante e atualizada, levando a uma maior eficiência e qualidade na implementação do currículo. As empresas privadas têm experiência em gestão e podem trazer práticas eficientes para o desenvolvimento curricular, incluindo melhores métodos de avaliação e monitoramento do desempenho dos estudantes. Isso poderia levar a um ensino mais eficaz e resultados acadêmicos melhores.

A privatização do currículo também poderá promover parcerias entre o setor público e o setor privado, combinando recursos e expertise para melhorar a educação. Empresas privadas podem colaborar com escolas e professores, compartilhando conhecimento, tecnologia e recursos financeiros para enriquecer o currículo e fornecer melhores oportunidades educacionais. Com a privatização do currículo, é possível desenvolver abordagens de ensino mais personalizadas e adaptadas às necessidades individuais dos estudantes. As empresas privadas podem utilizar tecnologias educacionais avançadas, como inteligência artificial e aprendizado adaptativo, para criar programas de ensino personalizados, levando em consideração o ritmo de aprendizagem e os interesses dos estudantes, podendo introduzir um elemento de competição no sistema educacional,

permitindo que pais e estudantes escolham entre uma variedade de programas educacionais oferecidos por diferentes empresas privadas. Isso pode estimular a melhoria da qualidade e a inovação, uma vez que as empresas precisam se destacar para atrair estudantes.

É importante ressaltar que, apesar desses argumentos favoráveis, há também críticas e preocupações em relação à privatização do currículo. Questões como a desigualdade de acesso, a mercantilização da educação e a perda de controle público sobre os conteúdos ensinados, são algumas das preocupações frequentemente levantadas pelos críticos desse processo. A discussão em torno desse tema envolve uma análise cuidadosa dos benefícios e desafios associados à privatização do currículo, considerando as características específicas de cada contexto educacional.

Preocupações e críticas a privatização do currículo

A privatização do currículo é um tema que gera preocupações e críticas consideráveis em relação aos efeitos potenciais no sistema educacional. Concernente as preocupações e críticas frequentemente levantadas em relação à privatização do currículo é importante destacar que este acontecimento poderá trazer desigualdade de acesso, podendo resultar em disparidades no acesso à educação. Isso pode levar a uma maior desigualdade educacional, com estudantes mais privilegiados tendo acesso a uma educação de melhor qualidade. Podendo levar a uma mercantilização da educação, transformando-a em uma *commodity* sujeita às leis de mercado.

Isso pode resultar na priorização do lucro em detrimento dos interesses educacionais dos estudantes. As empresas privadas podem ser incentivadas a desenvolver currículos que atendam às demandas do mercado de trabalho, em vez de promover uma educação holística que incentive o pensamento crítico e a criatividade. Fazendo como que a privatização do currículo resulte na perda de controle público sobre os conteúdos ensinados nas escolas. Isso pode gerar preocupações em relação a agendas ideológicas ou interesses comerciais que possam influenciar o desenvolvimento do currículo.

O controle público garante que os currículos sejam desenvolvidos de acordo com princípios democráticos e considerando as necessidades e valores da sociedade como um todo, existindo o risco de uma maior padronização e perda de diversidade no ensino, as empresas privadas podem optar por currículos padronizados para maximizar a eficiência e reduzir custos. Isso pode limitar a variedade de abordagens pedagógicas, métodos de ensino e perspectivas oferecidas aos estudantes, uma mercantilização da educação, transformando-a em uma *commodity* sujeita às leis de mercado. Isso pode resultar na priorização do lucro em detrimento dos interesses educacionais dos estudantes. As empresas privadas podem ser incentivadas a desenvolver currículos que atendam às demandas do mercado de trabalho, em vez de promover uma educação holística que incentive o pensamento crítico e a criatividade.

É importante considerar essas preocupações e críticas ao discutir a privatização do currículo. Um exame cuidadoso dos impactos potenciais e a busca de soluções que levem em consideração os interesses educacionais dos estudantes e a igualdade de oportunidades são essenciais para um debate informado e responsável sobre esse tema.

Experiências internacionais

Podemos trazer à baila neste momento as experiências internacionais de alguns países que começaram a trabalhar com a privatização do currículo, é importante ressaltar que existem diferentes experiências pelo fato de que cada país possui as suas peculiaridades. A Suécia é frequentemente citada como um exemplo de privatização do currículo. Nas últimas décadas, o país implementou um sistema de vouchers educacionais, no qual os pais podem escolher entre escolas públicas e privadas, utilizando recursos públicos para pagar as mensalidades. Essa abordagem resultou em um aumento significativo do setor privado na educação, mas também gerou preocupações em relação à desigualdade de acesso e à qualidade da educação em algumas áreas.

O Chile adotou reformas educacionais com foco na privatização durante a ditadura militar nos anos 1980. O país introduziu *vouchers* educacionais e permitiu o estabelecimento de escolas particulares subsidiadas pelo governo. No entanto, ao longo do tempo, o sistema chileno enfrentou desafios, como a segregação socioeconômica e disparidades na qualidade da educação. Isso levou a movimentos de protesto e chamados por reformas para garantir uma educação mais equitativa e de qualidade para todos.

Nos Estados Unidos, o movimento de privatização do currículo ganhou impulso com o surgimento do *charter schools* (escolas autônomas). Essas escolas são financiadas com dinheiro público, mas são administradas por organizações privadas, muitas vezes com mais flexibilidade em relação ao currículo. As experiências variam em diferentes estados e cidades, com alguns argumentando que as *charter schools* oferecem mais opções e inovação, enquanto outros apontam preocupações com a falta de prestação de contas e a seletividade na admissão de estudantes.

Na Índia, houve um aumento significativo das escolas particulares nos últimos anos, particularmente nas áreas urbanas. Muitas famílias optam por enviar seus filhos a escolas privadas, buscando uma melhor qualidade de educação em comparação com as escolas públicas. No entanto, essa tendência também resultou em desigualdades de acesso e qualidade, com a falta de regulamentação adequada e a concentração de recursos nas escolas privadas de elite.

Essas experiências internacionais mostram que a privatização do currículo pode ter resultados mistos e desafios significativos. Embora algumas abordagens tenham alcançado sucesso em melhorar a qualidade da educação e oferecer maior escolha aos estudantes, outras enfrentaram problemas como desigualdade de acesso, segregação socioeconômica e falta de prestação de contas. É importante aprender com essas experiências para informar as discussões e políticas relacionadas à privatização do currículo em diferentes contextos.

Os impactos sociais e educacionais da privatização do currículo

A privatização do currículo é um conceito que envolve a transferência do controle e da gestão do currículo escolar para atores privados, como empresas, organizações sem fins lucrativos ou indivíduos. Essa abordagem difere do modelo tradicional, no qual o currículo é desenvolvido e implementado por órgãos governamentais ou agências educacionais.

Os impactos sociais da privatização do currículo podem ser significativos. Um dos principais pontos de preocupação é a perda de controle democrático sobre o conteúdo ensinado nas escolas. Ao transferir a responsabilidade para entidades privadas, há o risco de interesses comerciais ou ideológicos influenciarem o currículo, levando a um viés ou à exclusão de certos tópicos relevantes para uma educação abrangente e equitativa. Além disso, a privatização do currículo pode intensificar a desigualdade educacional. Escolas privadas ou entidades contratadas para fornecer currículo pode excluir especialmente aqueles estudantes que são invisibilizados pela sociedade capitalista, levando a uma segregação educacional.

A privatização do currículo também pode afetar a formação de identidade e a diversidade cultural dos estudantes. Um currículo privatizado pode negligenciar a inclusão de perspectivas diversas, ignorando a história, a cultura e as experiências de certos grupos sociais. Isso pode contribuir para a perpetuação de estereótipos e preconceitos, limitando a compreensão e a empatia em relação aos outros. No que diz respeito aos impactos educacionais, a privatização do currículo pode levar à padronização excessiva e à perda de autonomia das escolas e dos professores. Quando um currículo é desenvolvido por entidades privadas, pode haver uma ênfase maior em objetivos de desempenho quantificáveis, em detrimento de uma educação mais holística e centrada no aluno. Os professores podem se sentir pressionados a seguir um currículo pré-determinado, reduzindo sua capacidade de adaptar o ensino às necessidades e interesses individuais dos alunos.

Outro impacto educacional preocupante é a mercantilização da educação. Com a privatização do currículo, há o potencial de uma maior comercialização do setor educacional. Empresas podem buscar lucro por meio da venda de materiais didáticos, softwares, serviços de treinamento de professores e outros recursos educacionais. Isso pode criar uma dinâmica em que o acesso à educação de qualidade está vinculado à capacidade de pagamento, agravando as desigualdades existentes.

Destarte, a privatização do currículo pode ter impactos sociais e educacionais significativos. É fundamental considerar os riscos de perda de controle democrático, desigualdade educacional, exclusão de perspectivas diversas, padronização excessiva e mercantilização da educação ao discutir a implementação de modelos privatizados de currículo. É importante buscar soluções que garantam uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A privatização do currículo é um tema complexo e desafiador que tem despertado debates acalorados na área da educação. Ao examinar os argumentos favoráveis e as preocupações levantadas por seus críticos, podemos concluir que a privatização do currículo apresenta tanto potenciais benefícios quanto questões críticas que precisam ser consideradas.

Por um lado, a flexibilidade e adaptabilidade, dos currículos às demandas do mercado de trabalho são apontadas como vantagens da privatização. A possibilidade de envolver empresas e organizações privadas na definição dos currículos pode garantir a

relevância das habilidades e conhecimentos ensinados, preparando os alunos para os desafios futuros. No entanto, as preocupações relacionadas à qualidade da educação e à influência das empresas no conteúdo curricular não podem ser ignoradas. É fundamental que a formação cidadã, o pensamento crítico e a valorização das artes e humanidades sejam mantidos como elementos essenciais da educação, mesmo em um contexto de privatização do currículo.

Além disso, a possibilidade de exclusão de grupos marginalizados ou desfavorecidos é uma preocupação válida. É essencial garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário aos recursos e serviços oferecidos pelas empresas privadas, de modo a evitar a ampliação das desigualdades educacionais. Para lidar com essas questões, é necessário um equilíbrio entre o envolvimento do setor privado e a responsabilidade do Estado na definição e supervisão dos currículos.

Portanto, que a privatização do currículo é um tema complexo que exige uma reflexão cuidadosa e abrangente. É necessário buscar soluções que considerem tanto as demandas do mercado de trabalho quanto a formação integral dos estudantes, garantindo uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todos. O diálogo contínuo entre os diversos atores envolvidos na área da educação é fundamental para encontrar caminhos que equilibrem esses objetivos e promovam o desenvolvimento educacional de forma sustentável e socialmente justa.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. Dimensões da privatização da educação básica no Brasil a partir de 1990: um diálogo com a produção acadêmica. Tese Livre Docência. 2015, 227p.

ADRIÃO, T. e BEZERRA, E. O setor não lucrativo na gestão da educação pública: co-responsabilidade ou debilidade. Currículo sem Fronteiras, v. 13, n. 2, p. 256-268, maio/ago.2013.

AMARAL, Francisco Jordão T do. PRIVATIZACAO NO ESTADO CONTEMPORANEO' 01/10/1994 305 f. Doutorado em DIREITO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined.

BRASIL. Lei nº 11.079 de 30/12/2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público privada no âmbito da administração pública. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm. Acesso nov. 2017.

BRESSAN, Lucas de Andrade: financeirização na educação superior privada brasileira: permanência por endividamento, expansão por benefício público, 2018.

CAETANO, Maria Raquel; PERONI, Vera M.V. Ensino Médio no Brasil e a proposta educacional do Instituto Unibanco: considerações sobre a mercantilização da educação pública. In: PERONI, Vera M. V (org.). Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação. São Leopoldo: Oikos, 2015.

DI PIETRO, M.S.Z. Parcerias na administração pública – concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. São Paulo: Atlas, 2006.

HILL, D. O neoliberalismo global, a resistência e a deformação da educação. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.2, pp.24-59, Jul/Dez 2003

LOPES, Alice Casimiro. A qualidade da Escola Pública: uma questão de currículo? In: OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda de. [Et al]. (Orgs). A qualidade da escola pública no Brasil. Belo Horizonte; Mazza Edições, 2012.

MACEDO, E. F. de. Novas tecnologias e currículo. In: MOREIRA, A. F. (Org.). Currículo: questões atuais. Campinas: Papirus, 1997, p. 39-58.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. Nova edição ampliada. boitempo, editorial, 2ª edição, 2005.

MOREIRA, A.F. B *et al.* Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p.

PERONI, V. M V. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da Terceira Via. Currículo sem Fronteiras, v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013.

SILVA, M. V. E CORBALÁN, M. A. (Org.). Dimensões políticas da educação contemporânea, Campinas, Átomo e Alínea, 2009.

Relações interpessoais no ambiente de trabalho: um estudo sobre a influência na satisfação dos colaboradores

Interpersonal relations in the workplace: a study on the influence on employee satisfaction

Douglas Henrique de Souza Goldschmidt
Bruna Pasqualotto

RESUMO

Este estudo objetiva analisar a satisfação dos colaboradores de uma empresa que atua no segmento agrícola do Paraná, a respeito do relacionamento interpessoal e identificar os principais obstáculos para o desenvolvimento do relacionamento interpessoal. Para a coleta de dados, utilizou-se o método quantitativo e qualitativo, por meio de um questionário com perguntas fechadas e abertas, os quais foram aplicados para quatorze funcionários. A análise das respostas nos permitiu concluir que a relação interpessoal no quadro de funcionários desta organização é satisfatória, sendo que, 64,3% dos participantes se sentem muito satisfeitos e os demais se sentem satisfeitos. As interações entre os membros da organização demonstram características positivas, com uma excelente relação interpessoal e empatia e uma ótima comunicação que corrobora positivamente para o desenvolvimento organizacional. Os aspectos ética e autonomia também apresentaram repostas satisfatórias, porém, mais de um respondente elencou esse quesito como indiferente. Diante dos obstáculos que mais impactam a relação interpessoal, obtivemos como aspecto mais citado, a comunicação. Em segundo lugar tem-se a ética e empatia. Já em terceiro lugar temos o autoconhecimento. E, por fim a assertividade. Como limitações de pesquisa temos a baixa quantidade de respondentes. Para estudos futuros, sugere-se a qualidade de vida no trabalho, pois influencia diretamente na motivação dos colaboradores, além de uma nova aplicação deste estudo para fim de comparação se houve melhorias em relação aos aspectos que foram mencionados como características que podem ser aprimoradas.

Palavras-chave: colaboradores. segmento agrícola. qualidade de vida no trabalho.



INTRODUÇÃO

Todos nós seres humanos possuímos características individuais, deste modo, nenhum homem é igual outro homem, devido as nossas crenças, valores, princípios, personalidades e aptidões diferentes, além da visão de mundo que se difere de pessoa para pessoa (PIERITZ, 2012).

Sendo o homem um ser evolutivo, nossa tendência natural fisiológica é sair do egocentrismo. Faz-se necessário ao homem pertencer a um grupo social, seja ele família, escola, trabalho dentre outros (MADJAROF, 2012).

Diante da teoria das relações humanas está presente os aspectos emocionais do homem em sua relação de trabalho. Estes aspectos irão determinar a forma com que este indivíduo se sinta pertencente a este local, aumentando significativamente a forma de interação junto a sociedade, demonstrando um melhor desempenho em seus relacionamentos humanos e sociais. Para a satisfação pessoal e realização de seus objetivos, o homem precisa estar interligado a um grupo social, sendo necessário os relacionamentos interpessoais informais, sustentando e desenvolvendo laços interacionais sem as devidas formalidades inerentes ao ambiente que este fora inserido, como os laços grupais, de equipe e até mesmo amizades (PIERITZ, 2012).

O tema relações interpessoais se torna muito abrangente ao ser refletido em questões de convívio entre pessoas, tendo este, muitas ligações diretas com questões emocionais e de interações socioculturais que são cruciais e de extrema importância para melhor objetivar relacionamentos neste meio. Neste sentido as condições emocionais que este relacionamento for exposto irá definir a forma como será a convivência e a relação entre estes seres humanos (LEITÃO, 2006).

Buscando-se a sobrevivência imediata das empresas num meio mercadológico tão competitivo como o nosso atual, transcrevendo as melhores ações necessárias para um êxito empresarial tratando-se de um viés econômico, sendo considerado este um dos conjuntos mais importantes para as organizações deixando de lado aspectos da vida humana o que se torna muito preocupante pois existem diversos fatores afetando a dignidade humana devido a processos de relações estarem desconectados (LEITÃO, 2006).

Nos dias atuais não é mais novidade o quão enraizado está a competitividade do mercado, todas as empresas querem se tornar referência nacional ou multinacional em seus produtos ou serviços. Porém a frente de todas estas questões estão as pessoas que laboram em diversos segmentos, ou seja, toda e qualquer organização é constituída por pessoas e por recursos não humanos (sendo eles financeiros, materiais, mercadológicos, físicos, etc.). Urge ainda, que as pessoas dependem intrinsecamente das organizações, e estas dependem da atividade e do trabalho daquelas (CHIAVENATO, 2004).

O amadurecimento do homem em nosso meio social se inicia a partir do momento em que este se torna capaz de se relacionar com os outros, podendo ainda dar auxílio e ser auxiliado sem nenhuma pertinência de egocentrismo deixando o alterocentrismo se estabelecer primordialmente. “A capacidade de estabelecer numerosas pontes de relacionamento interpessoal, é considerada pelos estudiosos do comportamento como um dos principais sinais de maturidade psíquica” (MEDEIROS, 2013).

Para edificar um bom relacionamento com as outras pessoas, é necessário compreender suas características individuais, como elas são e como pensam, respeitando toda e qualquer diferença que houver. Mas para isso devemos compreendê-las e observar seus comportamentos, de maneira a concluir a forma como elas interagem em sociedade (PIERITZ, 2012).

As formas de lidar com as distinções individuais corroboram com o clima entre estes indivíduos, e influência no ciclo de vida do grupo, essencialmente na comunicação entre eles, na relação interpessoal, na produtividade e no desempenho organizacional (PEZZI, 2011).

Conforme as diferenças forem aceitas pelo grupo e quando existir a necessidade houver tratativas realizadas em aberto, a comunicação se tornará fácil, em ambas as direções, pois o fato das pessoas se ouvirem estará presente no ambiente, sendo assim libertos a falar seus pensamentos e sentimentos recebendo assim o devido feedback e até mesmo podendo dar um *feedback*. Todavia, existindo de alguma forma a supressão de alguma diferença que por ventura existir, impactará na comunicação, podendo até mesmo distorcer algumas situações (PEZZI, 2011).

Diante disso, o objetivo da pesquisa é analisar a satisfação dos colaboradores de uma empresa que atua no segmento agrícola, a respeito do relacionamento interpessoal e identificar os principais obstáculos para o desenvolvimento do relacionamento interpessoal.

O presente estudo iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica para filtrar, solidificar, subsidiar informações e observações descritas por diferentes autores com o mesmo tema de abordagem, na qual conseguiu-se observar todos os fatores impactantes no relacionamento interpessoal e no desenvolvimento da realização das atividades, que influenciam diretamente nos resultados empresariais. A pesquisa de campo foi realizada em uma empresa privada, do segmento agrícola, na cidade de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná.

Este trabalho está estruturado nas seguintes seções: nesta primeira seção tem-se a introdução, contextualizando o assunto e é apresentado o objetivo da pesquisa. Na segunda seção, apresenta-se o referencial teórico explanando sobre as relações interpessoais, pilares fundamentais no relacionamento interpessoal, conflitos organizacionais e obstáculos no relacionamento interpessoal nas organizações. Na terceira etapa, relata-se a metodologia para o desenvolvimento da pesquisa. Na quarta é feita a apresentação e discussão dos resultados obtidos, demonstrando-os por meio de gráficos. Na quinta seção, tem-se a conclusão, as limitações e as sugestões para estudos futuros.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Na literatura, o termo relações interpessoais engloba diversas compreensões, sendo eles, culturais, traços pessoais, motivação, visão de futuro, entre outros elementos que são analisados conjuntamente para compreender o melhor ambiente de trabalho num aspecto organizacional e conseqüentemente na satisfação dos stakeholders envolvidos a esta empresa.

Neste artigo serão apresentados os seguintes temas: relações interpessoais, pilares fundamentais no relacionamento interpessoal, conflitos organizacionais e obstáculos no relacionamento interpessoal nas organizações.

Relações interpessoais

Relações interpessoais são as trocas de comunicação e contato entre os indivíduos. Desde nosso princípio, fazendo parte da existência humana existe a interação entre as pessoas em diferentes situações, na qual fica exposta e nítida pessoas lidando com pessoas mesmo com diferenças individuais (MAGALHÃES, 2001).

De acordo com Chiavenato (2010):

[...] o relacionamento interpessoal é uma variável do sistema de administração participativo, que representa o comportamento humano que gera o trabalho em equipe, confiança e participação das pessoas. As pessoas não atuam isoladamente, mas por meio de interações com outras pessoas para poderem alcançar seus objetivos.

Nós seres humanos somos seres extremamente sociáveis, movidos pela necessidade de se relacionar com pessoas e desta maneira descobrimos nossas próprias capacidades e necessidades de assim executá-las (CARVALHO, 2009).

Todos nós somos seres humanos de características únicas e individuais, ou seja, nenhum homem é igual a outro homem, pois todos nós possuímos nossas crenças, valores, princípios, aptidões e personalidades diferentes, além de possuímos uma visão de mundo diferente, o que nos define como seres humanos (PIERITZ, 2012). Com isso conseguimos constatar que existe inúmeras variáveis que podem influenciar e impactar diretamente as relações interpessoais e a forma como será conduzido um diálogo.

As relações interpessoais são desenvolvidas em decorrência do processo de interação. No âmbito trabalhista, sendo está uma ação conjunta de duas ou mais pessoas referentes as atividades predeterminadas que serão executadas, utilizando interações e sentimentos, sendo eles: respeito, amizade, comunicação e cooperação. De maneira progressiva, conforme as interações começam a ficar cada vez mais enraizadas, haverá uma alteração nos sentimentos despertados inicialmente, sendo assim, os sentimentos irão influenciar as interações e até mesmo no desenvolvimento das próprias atividades (PEZZI, 2011).

Dado o exposto, sentimentos positivos de simpatia e atração irão provocar uma melhora da interação e cooperação, que irá trazer benefícios as atividades que deverão ser desenvolvidas repercutindo em maior produtividade. De outro modo, sentimentos negativos de antipatia e rejeição irão diminuir as interações, ensejando a menor comunicação, desfavorecendo o nível e qualidade das atividades desempenhadas, com grande chance de queda de produtividade (PEZZI, 2011).

Apesar de formações contraditórias num grupo de pessoas e objetivos adversos, haverá um desenvolvimento das relações interpessoais e sociais de todas as pessoas que estão inerentes a este meio social, político, religioso, familiar, econômico, trabalhista, dentre outros, não existe maneira sobrevivencialista caso não haja contato direto ou indireto com as pessoas (PIERITZ, 2012).

O relacionamento interpessoal se torna harmonioso e prazeroso, quando o grupo consegue alcançar uma sinergia oriunda de troca de conhecimentos e experiências, que contribui para o trabalho em equipe, integrando assim esforços cooperativos, resultando em uma positividade para o desenvolvimento de um produto ou serviço (PEZZI, 2011).

Estas mudanças ao longo dos anos nos permitiram melhorar precisamente o modo do convívio e ética pessoal, porém devemos esclarecer que no âmbito social trabalhista não conseguimos escolher nossos colegas de trabalho. De acordo com Medeiros (2013):

[...] Em nossa sociedade as pessoas vivem em campos institucionalizados e, em alguns casos, a institucionalização nos obriga a conviver com pessoas que não escolhemos. Essa forma de convívio que não depende de nossa escolha é chamada de solidariedade mecânica, o convívio escolhido é chamado de solidariedade orgânica.

Nosso convívio social está correlacionado com nossa imagem perante as outras pessoas, assim como nós também conceituamos algumas pessoas até antes mesmo de conhecê-las, assim dizendo, nós temos por base conceitos relacionados a pessoas que conhecemos e estas têm um conceito sobre nós de acordo com a interação social (MEDEIROS, 2013).

Se tratando de nosso meio social na qual existem muitas características individuais de cada um, existe uma diversificação e inúmeras variáveis que influenciam neste aspecto, existem pessoas mais alegres, extrovertidas e abertas, com uma imensa facilidade em comunicar-se e dispostas a delongar debates e conversas informais, estes são considerados como pessoas comunicativas e sociáveis. De outro modo, temos as pessoas introvertidas, tímidas, que se sentem retraídas, reagindo de forma fechada e sentimento de reserva, tendo consigo uma dificuldade no processo comunicativo demonstrando sua insegurança. Há pessoas que são seletivas, por este motivo sentem dificuldade em extrapolar o círculo familiar, restringindo pessoas e se privando de novas amizades, sendo as quais tem um número determinado. Em nosso meio social existem ainda pessoas com características dominantes, assim, gostam de impor sua vontade aos demais, e não aceitam opiniões contrárias ou diversas (MEDEIROS, 2013).

Pilares fundamentais no relacionamento interpessoal

Se torna fatídico que as empresas são grupos de pessoas destinados em prol de um objetivo descrevido. Porém estar integrado neste meio atributivo não nos assegura que tenhamos relacionamentos.

E por sermos seres sociáveis se faz necessário que possamos criar estes vínculos nas organizações, podendo-se considerar um ambiente favorável as relações interpessoais. De certa forma também se torna incumbência das próprias pessoas criarem esses vínculos afetivos que se tornam favoráveis para o ambiente de trabalho (MESQUITA, 2021).

Dentro das considerações acima, iremos descrever sobre os 5 pilares fundamentais no relacionamento interpessoal, sendo estes: Autoconhecimento, Empatia, Assertividade, Ética e Comunicação.

Autoconhecimento

O desenvolvimento do autoconhecimento acontece quando nos concedemos a chance de expandir nossa mente em direção ao aprendizado, de desafiar as concepções pré-estabelecidas ao longo da nossa vida que estão fixados em nossa mente. Vale ressaltar que estes paradigmas são estruturas projetadas nas quais fundamentamos nossa inscrição, ou seja, são os padrões pelos quais compreendemos, examinamos e transformamos o mundo ao nosso redor (PERES, 2019).

Normalmente depositamos nossa confiança apenas naqueles que conhecemos e amamos intensamente. Nossas inseguranças, dúvidas e sentimentos estão intrinsecamente ligados a possibilidade de não termos um conhecimento profundo sobre nós próprios (NOGUEIRA, 2017).

É extremamente desafiador para alguém alcançar o autoconhecimento quando a busca incessante está voltada para o mundo exterior. Muitos procuram alterar sua aparência física, adquirir bens materiais, emagrecer, mais frequentemente se esquecem de que a verdadeira jornada deve iniciar de dentro pra fora. Consequentemente, as pessoas se tornam mais suscetíveis a influência alheia e se tornam facilmente manipuláveis, passando a depender cada vez mais da aprovação dos outros, enquanto sua própria validação nunca será suficiente (NOGUEIRA, 2017).

Dominar seus próprios conhecimentos são funções necessárias para melhores tomadas de decisões que se tornarão mais clarividentes e assertivas (UNIACADEMIA, 2021).

Frequentemente, admitimos que nos conhecemos suficientemente para considerarmos optar pelas melhores escolhas para a nossa vida. Porém, caso haja a necessidade de proferir uma decisão importante, nos sentimos inseguros. Mesmo este sendo uma forma natural do ser humano, conseguimos nos modular para que assim tenhamos um melhor conhecimento de nós mesmos e assim desempenhando melhor o controle das nossas emoções, mas este processo exige uma dedicação da nossa parte para conseguirmos enfrentar decisões difíceis e conturbadas (UNIACADEMIA, 2021).

O autoconhecimento é o quão instituído o conhecimento da pessoa sobre ela mesma se perpetua. Se torna uma indagação pessoal e individual que visa constatar suas características mais notórias, seus gostos, a maneira comportamental e sentimentos experienciados por ela. Aspectos como estes corroboram com a progressão da autoconfiança que se torna primordial nas tomadas de decisões, visões de futuro para instituir metas e objetivos com aspecto eficaz (UNIACADEMIA, 2021).

O fato de se conhecer melhor resulta de forma positiva a auxiliar no controle das emoções, sendo estas positivas ou negativas. Conseguir dominar estas emoções dificulta problemas de autoestima, ansiedade, fragilidade emocional e frustração, dentre outros apuros psicológicos (UNIACADEMIA, 2021).

“Ela também consegue permanecer equilibrada em casos de fatores externos como críticas, perda de emprego, término de relacionamento e outros que vulneram o emocional. O conhecimento de si próprio não dá prioridade a opiniões ou respostas e sim estimula seus fatores positivos a detectar os negativos a fim de modificá-los favoravelmente.” (CABRAL, G., 2022)

Pela necessidade de nos conhecermos melhor, distinguir o que é certo e errado, o bom e o ruim para nós e para o grupo que nós pertencemos é de grande valia, visto que, nossas atitudes comportamentais interferem diretamente no comportamento de outras pessoas que estão aos nossos arredores e vice-versa, pois comportamentos alheios também influenciam nossos comportamentos (PIERITZ, 2012).

Empatia

Primeiramente, vamos esclarecer seu significado: empatia é a destreza de conseguir se colocar no lugar do próximo utilizando a criatividade, de maneira a compreender suas perspectivas e seus sentimentos, utilizando-se esta compreensão para nortear suas ações. Outrossim, conseguimos constatar que a empatia se torna uma expressão de compaixão, porque a empatia não circunda o fato de tentarmos compreender as emoções ou a perspectiva de um indivíduo (BARBOSA, 2020).

Dentro diversos componentes intelectuais da empatia, um dos principais pontos é o fato de adquirir a consciência alheia para conseguir se colocar no lugar do outro, pois este fato condiz com a maneira que você conseguirá abdicar das próprias expectativas, desejos e sentimentos e dar enfoque para as expectativas, desejos e sentimentos alheios, se colocando no lugar do indivíduo. Ausentando-se de seus pré-julgamentos, crenças e opiniões (RABELLO,2012).

A empatia na interação de pares e adultos corrobora positivamente com as aptidões e progresso do desenvolvimento da criança e adolescente no âmbito social. A criança desenvolve habilidades empáticas devido a estes motivos, podendo até mesmo comprometer-se com atividades sociais, criar laços de amizade, e se moldando em situações de estresse, o que a torna socialmente competente. Fatores estes que colaboram com o crescimento e conservação da saúde mental (RABELLO,2012).

A aptidão de vermos o mundo da maneira que a outra pessoa vê, se torna até os dias atuais uma dificuldade e até mesmo um desafio para a nossa sociedade atual. Isto porque julgamentos que visam somente a opinião individualista se torna muito mais amplo quando consegue-se conjugar as redes sociais a esta temática, resultando até mesmo na política, trabalho e na própria casa (RABELLO, 2012).

Nessa perspectiva, os psicólogos defendiam que a empatia era a aptidão por meio da qual as pessoas entendiam umas às outras, experimentavam e percebiam o que ocorre com os outros como se estivessem vivenciando estas experiências em primeira pessoa (SAMPAIO *et al.*, 2009).

Assertividade

A assertividade auxilia a expor suas competências, habilidades e interesses. Pessoas assertivas costumam desenvolver com facilidade uma auto estima positiva e analisa pensamentos e valores pessoais a fim de modificar padrões pré-estabelecidos. Pessoas assertivas conseguem expor suas opiniões, ideias e sentimentos, afirmando suas teses sem minimizar as teses alheias. São indivíduos que se comunicam sem nenhum tipo de constrangimento, ansiedade, arrogância e agressividade. Dominados pela autoconfiança

tendo uma certeza de seus objetivos, consideram que suas competências resultam em resultados positivos dentro do ambiente que está inserido (COELHO, 2020).

A comunicação assertiva formada por pensamentos, sentimentos e ações, resulta num bem-estar satisfatório por nos permitir expressar nossos pensamentos, vontades e sentimentos, sem ofender ou insultar o outro, nos proporcionando uma sensação de leveza e satisfação (COELHO, 2020).

As pessoas assertivas respeitam as perspectivas diferentes defendendo seus interesses e direitos abertamente e honestamente, não diferenciando pessoas com perspectivas e visões diferentes, e sim recorrendo a negociação, sem prejudicar nenhum dos lados (PIERITZ, 2012)

Este estilo de relacionamento é facilmente detectável, pois pessoas que apresentam esse modal de relacionamento normalmente costumam se sentir muito à vontade em uma conversação face a face, expondo seus ideais de forma clara e concisa, visando um benefício mútuo (PIERITZ, 2012).

Ética

Ao falarmos sobre as terminologias Éticas e Moral sempre houve uma confusão entre estes conceitos, sendo a ética oriunda do grego "ethos", significando o modo de ser, e moral oriunda do latim "mores", significando costumes (DENNIS, 2008). Neste trabalho abordaremos somente conceitos referentes a ética.

Ética é o aglomerado de valores que conduzem o comportamento do homem em relação aos outros homens a qual estão inseridos na sociedade, refletindo num contentamento social, ou seja, ética é a maneira como o homem se porta em seu meio social (DENNIS, 2008).

A atribuição da ética em nossa sociedade é definir ou sugerir qual o melhor comportamento adotado por uma pessoa ou um grupo de pessoas, demonstrando o que é certo e errado, o que é bem e mal. No entanto, o comportamento que só será transmitido se estiver dentro dos princípios morais da sociedade, ou seja, do grupo social. A ética nos auxilia de forma explícita a compreendermos a realidade cotidiana de cada povo, elaborando conceitos conforme o comportamento de cada grupo social (PIERITZ, 2012).

A ética debate princípios resultantes nas vidas humanas que incide em sensações felicitas, com melhoria do bem-estar e uma vida plena. Outrossim, visa a procura de princípios que respaldem na dignidade, independência, liberdade e participação social (NEME, 2014).

Deste modo, consegue-se concluir que a ética é composta por ponderações e averiguações do comportamento, instituindo reflexões de valor para ações que estão certas ou não perante as normas e regras de convivência do homem dentro da sociedade (PIERITZ, 2012).

Comunicação

Sendo a comunicação considerado o elo principal da evolução do ser humano, pois até mesmo nos tempos mais antigos a comunicação se propagava por meio de desenhos rupestres que possuímos registros até os dias de hoje (PIERITZ, 2012).

Sendo a comunicação algo intrínseco desde os princípios dos seres vivos da natureza, de alguma maneira todo ser vivo se comunica, essencialmente seres vivos da mesma espécie. Estas comunicações ocorrem das maneiras mais adversas possíveis, desde a comunicação sonora, até mesmo nos odores (cheiros), comunicação visual, olfativas, gustativas, e outras maneiras de comunicação mais utilizadas (PIERITZ, 2012).

Notoriamente percebeu-se que a comunicação humana evoluiu muito nos últimos milênios. Fomos de comunicações mais simples por intermédio de desenhos rupestres e sons guturais, até a modernizações de equações matemáticas/físicas, dentre outras (PIERITZ, 2012).

Este fato comunicativo do ser humano está relacionado à evolução da nossa espécie, e o quanto mais evolutivo estamos nos tornando neste mundo de complexidade atual com as tecnologias virtuais e internet (PIERITZ, 2012).

Por este fato, consideramos que o homem e a comunicação são aspectos intrínsecos que constituem a sociedade. Estas relações comunicativas não poderão ser assimiladas apenas como comportamentos, e sim, como um avanço cronológico do próprio homem o que impacta na unificação de nós seres vivos (CAMARGO, 2021).

Percebe-se que desde o invento da comunicação ela está integrada ao homem, sendo um método indispensável em direção de um objetivo em comum que é ocasionado pelas execuções de tarefas e trabalhos, sendo maleabilizada conforme o procedimento evolutivo (CAMARGO, 2021).

Consegue-se confirmar que as organizações se encontram ajuizados que a comunicação propicia a aprendizagem, fortificando quais as melhores maneiras competitivas perante ao mercado atual que se torna tão criterioso (CAMARGO, 2021).

Nós já presenciamos diversos avanços tecnológicos que propagaram as formas de comunicação entre nós seres humanos, sendo estes, o rápido, posteriormente a televisão, uma próxima modernidade foi a internet, o celular, desta maneira, fica notório o fato da evolução do ser humano estar ligado com a comunicação social, e o quanto a modernidade influencia este meio (PIERITZ, 2012).

Estas práticas comunicativas acontecem de inúmeras formas, porém vale ressaltar, que o ambiente que estas comunicações estão expostas corroboram positiva ou negativamente. Do mesmo modo, estes comportamentos se desenrolam por um ou mais indivíduos, um receptivo a estas comunicações e um transmissor, eles dois com os mesmos propósitos, conduzindo e somando conhecimento (CAMARGO, 2021).

Autonomia

A autonomia compreende aspectos relacionados as aptidões de decisão, sendo estas decisões que surgirão efeito na sua integridade física, saúde e os métodos relacionais do indivíduo perante a sociedade, tem sua derivação do grego “auto” (próprio) e “nomos” (lei, regra, norma). Portar-se com um comportamento de autonomia não nos torna reprimido perante as vivências exteriores, suas considerações liberais demonstram as seleções realizadas perante determinadas situações vivenciadas no dia-dia (JESUS, 2008).

Ao falarmos sobre autonomia situam-se na mesma ocasião termos implícitos como a independência correlacionada ao agente que é capaz de prescindir itens de características específicas, limitando intrinsecamente suas ações provenientes ao meio de convivência social (JESUS, 2008).

Conflitos organizacionais

A estrutura de uma organização por si só é um meio tendencioso a conflitos, por organizações trabalharem com inúmeras pessoas em seu entorno, com pensamentos, atitudes, e visões diferentes, assim, alocadas em níveis hierárquicos diferentes o que dificulta mais ainda a partilha de informações e, por consequência na comunicação (PIERITZ, 2012).

Devido ao fato de interesses e objetivos estarem dispostos figurativamente de maneira distinta, resultará em uma constante potencialidade do conflito. Contudo é de extrema relevância que a questão do poder seja disposta de uma forma igualitária dentro do ambiente organizacional, porque as pessoas são sensíveis e sensíveis as formas que são tratadas (PIERITZ, 2012).

Obstáculos no relacionamento interpessoal nas organizações

A relação interpessoal é um componente crucial para a construção das relações humanas, porém é a área onde conflitos são criados em diversas escalas espontâneas e até mesmo sem a real necessidade. Estes conflitos se iniciam na desinteligência em conciliar as diferenças e os desejos individuais (MARCONDES, 2019).

As adversidades se integram as relações humanas, em algum contexto todos nós vamos ter algumas diferenças de opiniões, mas estas opiniões deverão ser geridas de modo a não causar um mal maior. Pois longos conflitos geram altos custos emocionais (MARCONDES, 2019).

Existem inúmeros fatores que poderão impactar num mal funcionamento e na geração de conflitos, sendo estes: grau de motivação dos membros, falta de coesão, quantidade de pessoas envolvidas, normas restritivas ao bom funcionamento, e uma das principais que é a falta de comunicação (MARCONDES, 2019).

Relações interpessoais cuja são expressas com pouca clareza e de forma falha, deixam uma possível suspeita no ar, gerando desconfiança, mal-entendido, provocando sensações de medo e raiva nas pessoas entorno a esta conversa, iniciando-se desta maneira os temidos conflitos (MARCONDES, 2019).

Por mais que nas organizações a formalidade esteja mais instituída, acaba sendo um ambiente mais complexo que os outros, -como por exemplo nosso ambiente familiar-, em algum momento irá se suceder algum conflito gerado pela interação de pessoas ou equipes, sendo um conflito hierárquico, setorial ou até do coleguismo (MAZZALLI, 2017).

Existe uma certa dificuldade em condicionar relações salubres dentro dos arredores organizacionais, o que tem sido um desafio para as empresas, pois cada indivíduo se comunica de acordo com suas características, tendências comportamentais e individuais, neste meio tão grandioso composto por diversas pessoas díspares em suas particularidades e níveis de conhecimento (MAZZALLI, 2017).

As problematizações mais naturais são as complicações na comunicação, inexistindo nexos com as relações morais e éticas, desencadeando na dificuldade de respeitar as normas simples da disciplina, resultando em pessoas ambiciosas por poder e promoção (MAZZALLI, 2017).

Os problemas de comunicação estão nas maneiras que são transmitidas as informações para as outras pessoas. Numerosos conflitos são despertados devido as dificuldades que as pessoas têm de se comunicar claramente e objetivamente (MAZZALLI, 2017).

Por conseguintes diversos são os motivos para estes acontecimentos: insuficiência no conhecimento do assunto, questões comportamentais, má afinidade com o interlocutor e diversos motivos que atrapalham a comunicação afetando as atividades que serão executadas (MAZZALLI, 2017).

Outro fator que impacta diretamente a comunicabilidade são os problemas comportamentais, pois estes impactam significativamente as relações. Os comportamentos desfavoráveis se tornam recorrentes sem perspectiva de alterações (MAZZALLI, 2017).

METODOLOGIA

O objetivo da pesquisa é analisar a satisfação dos colaboradores de uma empresa que atua no segmento agrícola, a respeito do relacionamento interpessoal e identificar os principais obstáculos para o desenvolvimento do relacionamento interpessoal.

Referente a abordagem da problematização optou-se em realizar uma pesquisa quantitativa e qualitativa, visando detalhar a sofisticação deste determinado problema, analisando algumas variáveis, para assim compreendermos e classificarmos processos que foram analisados (RICHARDSON, 1999).

O instrumento de pesquisa foi a aplicação de questionário com 5 (cinco) perguntas fechadas e 1 (uma) de pergunta aberta, sendo que as perguntas fechadas foram estruturadas com base na escala de Likert de 1 a 5, as quais variaram entre: 1) discordo totalmente; 2) discordo; 3) neutro; 4) concordo e 5) concordo totalmente.

A pesquisa foi realizada em uma empresa privada, do segmento agrícola, na cidade de Marechal Cândido Rondon, estado do Paraná. Informamos que a diretoria da empresa autorizou a publicação das informações que foram coletadas. As referidas coletas de dados realizaram-se nos meses de janeiro e fevereiro de 2023.

Foram aplicados os questionários para 14 (quatorze) funcionários dos setores de produção, compras, financeiro, manutenção, qualidade e recursos humanos.

Este questionário nos permitiu analisar as percepções de satisfação dos colaboradores em relação a seis categorias, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Categorias abordadas no questionário da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Para análise de dados coletados utilizamos a técnica de análise de conteúdo, que dispõe de métodos conclusos que visam integrar conhecimento. A referida análise de conteúdo é desempenhada em três fases: (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados obtidos e a interpretação (BARDIN, 2010).

ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Com o reflexo das constantes atualizações tecnológicas, na qual empresas vislumbram a melhoria contínua, melhor prover seus produtos ou serviços, gera uma necessidade das organizações se atualizarem e buscar parcerias que os auxiliem no desenvolvimento empresarial, para que possam assim ter o êxito desejado. Por este motivo o artigo se faz muito presente em nossos dias atuais, pois com diversas exigências mercadológicas muitas vezes gestores empresariais acabam absorvendo esta pressão e repassando a seus demais colaboradores, sendo estes o responsável pelo melhor desenvolvimento do produto ou serviço. Este motivo é primordial para salientar a todos os trabalhadores motivados que conseguem desempenhar o melhor de seu labor possível.

Os resultados serão apresentados conforme a disposição das categorias no questionário, sendo: relações interpessoais, comunicação, empatia, ética, autonomia e obstáculos de influência.

Relações interpessoais

Para identificar o nível de satisfação dos entrevistados no que tange a relação interpessoal praticada pela empresa foi elaborado uma questão sobre esse aspecto e o resultado é demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Satisfação dos colaboradores sobre relação interpessoal na empresa.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Como podemos observar o Gráfico 1, os funcionários desta organização estão satisfeitos com as relações interpessoais, sendo que estas relações impactam positivamente no produto. Haja visto, que (64,3%) dos respondentes estão muito satisfeitos e (35,7%) dos respondentes estão satisfeitos.

Para complementar o gráfico, ponderamos algumas palavras de uma autora que comprovam esse resultado. As relações interpessoais são desenvolvidas em decorrência do processo de interação. No âmbito trabalhista, sendo está uma ação conjunta de duas ou mais pessoas referentes as atividades predeterminadas que serão executadas, utilizando interações e sentimentos, sendo eles: respeito, amizade, comunicação e cooperação. De maneira progressiva, conforme as interações começam a ficar cada vez mais enraizadas, haverá uma alteração nos sentimentos despertados inicialmente, sendo assim, os sentimentos irão influenciar as interações e até mesmo no desenvolvimento das próprias atividades (PEZZI, 2011).

Comunicação

A segunda pergunta do questionário aplicado é referente a satisfação dos colaboradores sobre formas de comunicação praticadas na empresa, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 - Satisfação dos colaboradores sobre comunicação praticada na empresa.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

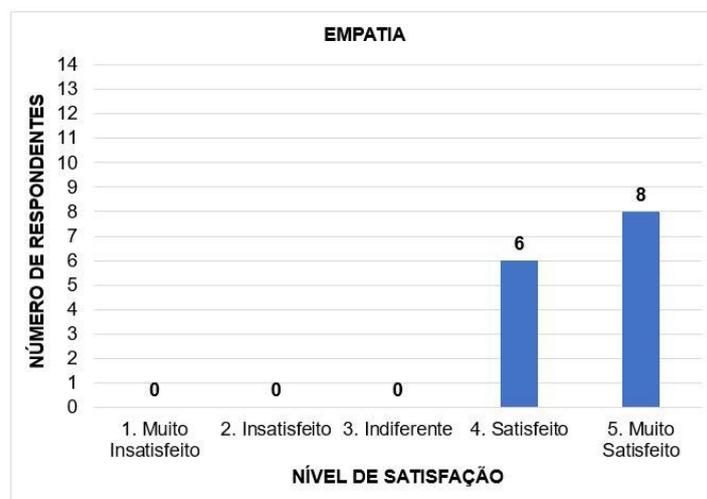
A comunicação dentro do ambiente organizacional sempre foi algo primordial e extremamente necessário, ou seja, perante as interações comunicativas conseguimos resolver problematizações, direcionar e centralizar os conhecimentos para melhor aplicabilidade em seus produtos. Neste caso, consegue-se constatar uma comunicação positiva conforme demonstra o Gráfico 2, com um índice de (57,2%) dos colaboradores muito satisfeitos, (35,7%) dos colaboradores satisfeitos e (7,1%) dos colaboradores responderam indiferente.

Para reforçar as palavras acima descrita, estas práticas comunicativas acontecem de inúmeras formas, porém vale ressaltar, que o ambiente que estas comunicações estão expostas corroboram positiva ou negativamente. Do mesmo modo, estes comportamentos se desenrolam por um ou mais indivíduos, um receptivo a estas comunicações e um transmissor, eles dois com os mesmos propósitos, conduzindo e somando conhecimento (CAMARGO, 2021).

Empatia

Pessoas empáticas desenvolvem a capacidade de identificação alheia, compreensão do próximo, capacitando-se a ocupar o lugar das outras pessoas para sentir as sensações e pensar como estas pensariam em determinada situação. Para analisar isso, foi elaborado a questão sobre o nível de empatia da empresa e os resultados são demonstrados no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Satisfação dos colaboradores sobre o nível de empatia da empresa.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Sendo a empatia a destreza de conseguir se colocar no lugar do próximo utilizando a criatividade, de maneira a compreender suas perspectivas e seus sentimentos, utilizando-se esta compreensão para nortear suas ações. Outrossim, conseguimos constatar que a empatia se torna uma expressão de compaixão, porque a empatia não circunda o fato de tentarmos compreender as emoções ou a perspectiva de um indivíduo. Neste caso apresentado no Gráfico 3, é possível constatar a satisfação dos colaboradores nas porcentagens de (57,1%) para muito satisfeito e (42,9%) para satisfeitos no que tange a empatia da empresa para com seus colaboradores.

Dentre os diversos componentes intelectuais da empatia, um dos principais pontos é o fato de adquirir a consciência alheia para conseguir se colocar no lugar do outro, pois este fato condiz com a maneira que você conseguirá abdicar das próprias expectativas, desejos e sentimentos e dar enfoque para as expectativas, desejos e sentimentos alheios, se colocando no lugar do indivíduo. Ausentando-se de seus pré-julgamentos, crenças e opiniões (RABELLO, 2012).

Ética

Trabalhar seguindo os preceitos da ética por diversas vezes se torna algo árduo, que toda organização prioriza para que haja um ambiente de trabalho satisfatório. Pensando em melhor prover produtos e serviços, sendo assim algumas características éticas podem ser a confiança, maior transparência nas etapas e processos internos, aumento da facilidade comunicativa e clima organizacional. Diante disso, no Gráfico 4 tem-se o resultado da pesquisa no que se refere a satisfação dos entrevistados em relação a ética da organização.

Gráfico 4 - Satisfação dos colaboradores sobre a ética da empresa.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Ética é o aglomerado de valores que conduzem o comportamento do homem em relação aos outros homens a qual estão inseridos na sociedade, refletindo num contentamento social, ou seja, ética é a maneira como o homem se porta em seu meio social. Em relação a ética pontuada no Gráfico 4, as porcentagens de satisfação são, (50%) muito satisfeitos, (35,7%) satisfeitos e (14,3%) indiferente.

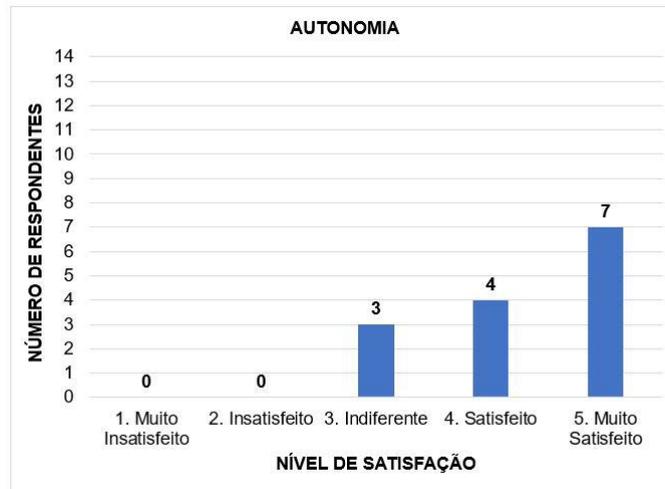
A atribuição da ética em nossa sociedade é definir ou sugerir qual o melhor comportamento adotado por uma pessoa ou um grupo de pessoas, demonstrando o que é certo e errado, o que é bem e mal. No entanto, o comportamento que só será transmitido se estiver dentro dos princípios morais da sociedade, ou seja, do grupo social. A ética nos auxilia de forma explícita a compreendermos a realidade cotidiana de cada povo, elaborando conceitos conforme o comportamento de cada grupo social (PIERITZ, 2012).

Autonomia

Considera-se autonomia não apenas a maneira de executar determinadas atividades e habilidades, mas sim a consciência íntegra para tomada de decisão conscientemente,

sem nenhum fator subjugante de qualquer afirmação racional devido à tomada de decisão perante as informações disponíveis. No Gráfico 5, tem-se o nível de satisfação referente a autonomia, ou seja, se a empresa delega e permite que seus funcionários se posicionem perante algumas situações.

Gráfico 5 - Satisfação dos colaboradores sobre a autonomia nas tomadas de decisões.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Estes aspectos de decisões que de certa forma são tomadas com um nível de autonomia, permite aos colaboradores coordenar procedimentos a serem realizados, modelando que estas ações ocorram conforme suas decisões. Conforme exposto no gráfico, tem-se um nível de satisfação de (50%) dos colaboradores na escala de muito satisfeitos, (28,6%) satisfeitos e (21,4%) que consideram este fator indiferente para o bem-estar das relações interpessoais e da organização.

A autonomia compreende aspectos relacionados as aptidões de decisão, sendo estas decisões que surgirão efeito na sua integridade física, saúde e os métodos relacionais do indivíduo perante a sociedade, tem sua derivação do grego “auto” (próprio) e “nomos” (lei, regra, norma). Portar-se com um comportamento de autonomia não nos torna reprimido perante as vivências exteriores, suas considerações liberais demonstram as seleções realizadas perante determinadas situações vivenciadas no dia-dia (JESUS, 2008).

Obstáculos de Influência

Nesta pergunta objetivou-se identificar quais são os principais aspectos que mais influenciam no desenvolvimento de uma relação interpessoal dentro da organização na visão dos respondentes, sendo possível elencar mais de um aspecto por resposta. Esses aspectos quando não desenvolvidos de forma satisfatória podem se tornar obstáculos que dificultam a relação interpessoal entre os membros da organização.

Gráfico 6 – Aspectos/obstáculos que mais influenciam na relação interpessoal da empresa.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Todas organizações sofrem impactos pertinentes às suas relações interpessoais, podendo eles serem positivos ou negativos. Portanto, para mensurar cada vez mais verdadeiramente a escala de satisfação dos colaboradores desta empresa, apontamos alguns pilares de impacto referente às relações interpessoais, que caso se sintam confortáveis poderiam responder essa questão referente aos obstáculos que os mesmos acreditam ser os mais influentes perante as relações interpessoais dentro da organização. Diante disso, obtivemos como aspecto mais citado, a comunicação, sendo que 8 respondentes consideram um grande fator de influência para as relações interpessoais, sendo este o obtentor da maior satisfação dos colaboradores. E, por fim em escala de respondentes a assertividade, citado por 2 respondentes, obtentor da menor satisfação.

O questionário analisado demonstra todas as respostas sobre a satisfação dos funcionários desta organização perante as relações interpessoais do grupo. Conclui-se que os funcionários desta organização possuem uma relação interpessoal satisfatória, pois os respondentes deste questionário declaram isto nas suas respostas conforme podemos analisar os gráficos expostos no estudo.

Sendo assim, muito se discute a importância de uma relação saudável e sadia de seus funcionários. Diante disso, em associação às relações interpessoais obteve 64,3% dos colaboradores muito satisfeitos, já a comunicação apresenta um total de 57,2% do quadro de funcionários muito satisfeitos, perante a empatia 57,1% dos colaboradores estão muito satisfeitos, referente à ética e autonomia 50% dos funcionários estão muito satisfeitos. Isso demonstra claramente o grau de satisfação deste quadro de funcionários referente às estratégias adotadas pela empresa.

No Quadro 1, apresenta-se os aspectos satisfatórios em relação ao resultado da pesquisa e os aspectos que podem ser melhorados.

Quadro 1 – Aspectos satisfatório e aspectos que necessitam de melhoria.

Aspectos Satisfatórios	Aspectos que necessitam de melhoria
<ul style="list-style-type: none"> • Relação Interpessoal • Empatia • Comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Ética • Autonomia

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Como pontos fortes reverenciamos as relações interpessoais e empatia, que são aspectos muito bem desenvolvidos dentro da organização e com um grau de satisfação de um excelente aceite, pois todos os colaboradores que participaram da pesquisa responderam que estão satisfeitos ou muito satisfeitos em relação a esta questão. As relações interpessoais são desenvolvidas em decorrência do processo de interação. No âmbito trabalhista, sendo está uma ação conjunta de duas ou mais pessoas referentes as atividades predeterminadas que serão executadas, utilizando interações e sentimentos, sendo eles: respeito, amizade, comunicação e cooperação. De maneira progressiva, conforme as interações começam a ficar cada vez mais enraizadas, haverá uma alteração nos sentimentos despertados inicialmente, sendo assim, os sentimentos irão influenciar as interações e até mesmo no desenvolvimento das próprias atividades (PEZZI, 2011).

Dentro diversos componentes intelectuais da empatia, um dos principais pontos é o fato de adquirir a consciência alheia para conseguir se colocar no lugar do outro, pois este fato condiz com a maneira que você conseguirá abdicar das próprias expectativas, desejos e sentimentos e dar enfoque para as expectativas, desejos e sentimentos alheios, se colocando no lugar do indivíduo. Ausentando-se de seus pré-julgamentos, crenças e opiniões (RABELLO, 2012).

Também podemos citar como um ponto forte a comunicação, pois apresentou somente 1 resposta como indiferente. Consegue-se confirmar que as organizações se encontram ajuizados que a comunicação propicia a aprendizagem, fortificando quais as melhores maneiras competitivas perante ao mercado atual que se torna tão criterioso (CAMARGO, 2021).

Elencamos alguns pontos como sugestões de melhoria, sendo eles a ética e autonomia, porém ainda são pontos com uma destreza qualitativa grande, conforme demonstra as respostas do questionário de seus colaboradores. Mas houve, mais de um respondente que responderam indiferente perante a estas alternativas. Sendo assim, sugerimos a organização rever alguns de seus conceitos ou aplicabilidades lideracionais que consequentemente poderão influenciar nestes aspectos importantes para o dia-dia.

A atribuição da ética em nossa sociedade é definir ou sugerir qual o melhor comportamento adotado por uma pessoa ou um grupo de pessoas, demonstrando o que é certo e errado, o que é bem e mal. No entanto, o comportamento que só será transmitido se estiver dentro dos princípios morais da sociedade, ou seja, do grupo social. A ética nos auxilia de forma explícita a compreendermos a realidade cotidiana de cada povo, elaborando conceitos conforme o comportamento de cada grupo social (PIERITZ, 2012).

Ao falarmos sobre autonomia situam-se na mesma ocasião termos implícitos como a independência correlacionada ao agente que é capaz de prescindir itens de características específicas, limitando intrinsecamente suas ações provenientes ao meio de convivência social (JESUS, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo objetivou-se analisar a satisfação dos colaboradores de uma empresa que atua no segmento agrícola, a respeito do relacionamento interpessoal e identificar os principais obstáculos para o desenvolvimento do relacionamento interpessoal.

Foi possível constatar que a empresa em questão apresenta uma ótima relação interpessoal perante seu quadro de funcionários. As interações entre os membros da organização demonstram características positivas, com uma excelente relação interpessoal e empatia e uma ótima comunicação que corrobora positivamente para o desenvolvimento organizacional.

Os aspectos ética e autonomia também apresentaram repostas satisfatórias, porém, mais de um respondente elencou esse quesito como indiferente.

Diante dos obstáculos que mais impactam a relação interpessoal, obtivemos como aspecto mais citado, a comunicação, sendo que 8 respondentes consideram um grande fator de influência. Em segundo lugar tem-se a ética e empatia, sendo citado por 6 colaboradores, considerando-se fatores primordiais dentro das organizações. Já em terceiro lugar temos o autoconhecimento, aspecto mencionado por 4 pessoas. E, por fim a assertividade, citado por 2 respondentes.

Portanto, os colaboradores de maneira geral expressam confiança no grupo e satisfação nas relações interpessoais, sendo que, 64,3% dos participantes se sentem muito satisfeitos no que tange ao relacionamento interpessoal desenvolvido pela organização e os demais se sentem satisfeito. Isso demonstra que a estratégias de relações interpessoais adotadas pela empresa estão surtindo efeitos positivos na satisfação do colaborador e conseqüentemente nos resultados gerais.

Como sugestão de melhoria, as áreas que precisam ser aprimoradas são os aspectos referente a autonomia e ética.

Não houve indícios de omissões de informações ou falseamento delas, devido ao quadro de pessoal estar muito consolidado, todos estão inteiramente cientes da importância do questionário e declararam a maior veracidade em assim responde-lo. Como limitação encontrada, houve uma pouca quantia de respondentes, devido ao fato de o quadro de funcionários desta empresa não ser tão amplo.

Para estudos futuros, sugere-se a qualidade de vida no trabalho, pois é um setor com inúmeras variáveis consideráveis para ponderações, que influencia diretamente na motivação dos colaboradores e conseqüentemente no resultado da organização, além de uma nova aplicação deste estudo para fim de comparação se houve melhorias em relação aos aspectos que foram mencionados como características que podem ser aprimoradas.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, S. O que é empatia? Filósofo especialista Roman Krznaric explica (e ensina a aplicá-la na carreira). Disponível em: <<https://www.napratica.org.br/o-que-e-empatia-roman-krznaric/>> Acesso em: 26 jan. de 2023.
- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2010.
- CAMARGO, R. A. A comunicação do ambiente de trabalho. Disponível em: <<https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/a-comunicacao-no-ambiente-de-trabalho/>> Acesso em: 15 abr. 2023.
- CARVALHO, M. Relacionamento Interpessoal: como preservar o sujeito coletivo. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
- CHIAVENATO, I. Teoria geral da administração. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.
- CHIAVENATO, I. Iniciação à Teoria das organizações. São Paulo: Manole, 2010.
- COELHO, C. Em busca da tão sonhada assertividade. Disponível em: <<https://cidacoelho.com.br/em-busca-da-tao-sonhada-assertividade/>> Acesso em: 22 jan. 2023
- DENIS, S. ÉTICA E MORAL. Disponível em: <<https://circulocubico.wordpress.com/2008/04/04/Tica-E-Moral/>> Acesso em: 25 mai. 2023
- CABRAL, G. AUTOCONHECIMENTO. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/autoconhecimento.htm/>> Acesso em: 28 mai. 2023
- JESUS, S. M.; SAID, F. A. Autonomia: Conceitos e relações com a prática de enfermeiro. 2008. 7 f. Dissertação, REVOL, Curitiba. 2020.
- LEITÃO, P. S. *et al.* Relacionamentos Interpessoais e Emoções nas organizações: Uma visão Biológica. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/bDxdSBCWbgBVLxHmDSsDHGR/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 15 maio 2023.
- MADJAROF, R. O ser humano e a sociedade: individualidade ou sociabilidade? Disponível em: <<https://mundodosfilosofos.com.br/o-ser-humano-e-a-sociedade/>> Acesso em: 03 mai. 2023.
- MAGALHÃES, L. R. Relações Interpessoais no Cotidiano e Aprendizagem. Revista Psicopedagogia. 2001.
- MARCONDES, J. S. Relacionamento interpessoal e profissional no ambiente de trabalho. São Paulo: BGESP, 2019.
- MAZZALLI, S. A importância das relações interpessoais nas empresas. Disponível em: <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/relacoes-interpessoais/>. Acesso em: 20 jan. 2023
- MEDEIROS, F. G. M. Apostila Relações Interpessoais e Ética Profissional. 2013.
- MESQUITA, R. Os 4 Pilares Fundamentais do Relacionamento Interpessoal. Disponível em: <<https://www.cloudcoaching.com.br/os-4-pilares-fundamentais-do-relacionamento-interpessoal/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

NEME, B. M. C.; SANTOS, P. A. M. Ética: conceitos e fundamentos. 2014. 6 f. Dissertação, UNESP, São Paulo. 2014.

NOGUEIRA, S. A importância do autoconhecimento. Disponível em: <<https://www.psicologiagoiania.com.br/2017/05/a-importancia-do-autoconhecimento.html>> Acesso em: 26 jan. 2023.

PERES, J. A importância do autoconhecimento. Disponível em: <https://www.saudedafamilia.org/clinica/artigos/a_importancia_do_autoconhecimento.pdf/> Acesso em: 20 mar. de 2023.

PEZZI, R. C. PSICOLOGIA DAS RELAÇÕES HUMANAS. 2011. 188 f. Instituição federal de educação, ciência e tecnologia para a educação a distância. Curitiba 2011.

PIERTZ, H, L, V. RELAÇÕES HUMANAS E SOCIAIS. 2012. 241 f. Dissertação, Centro Universitário Leonardo da Vinci, Indaial, 2012.

RABELLO, C, N. DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES SOCIAIS A EMPATIA. Projeto de Pesquisa e Extensão, UERJ, Rio de Janeiro. 2012.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SAMPAIO, L. R. *et al.* Revisão de aspectos conceituais, teóricos e metodológicos da empatia. *Psicol. cienc. prof.* 2009, vol. 29, n.2, pp. 212-227.

UNIACADEMIA. O que é autoconhecimento e porque ele é tão importante? Disponível em: <<https://www.uniacademia.edu.br/blog/o-que-e-autoconhecimento/>> Acesso em: 20 mar. de 2023.

Mindset de crescimento e sua fundamental colaboração no desenvolvimento pessoal e profissional

Mindset of growth and its fundamental collaboration in personal and professional development

Carlos Melo de Andrade Junior

Engenheiro Civil. Especialização em Avaliações, Perícias e Gestão de Contratos, MBA em Gestão da Qualidade e Engenharia de Segurança do Trabalho. Mestrando em Negócios Internacionais pela Must University (Florida - USA)

RESUMO

O mundo atual é dinâmico, oferecendo desafios e oportunidades para que as pessoas progridam em suas vidas. Para navegar em um mundo cada vez mais complexo e cheio de desafios, é importante desenvolver habilidades e competências técnicas e interpessoais, bem como ter uma compreensão profunda dos problemas e possíveis soluções. A representação interna que as pessoas têm dos fatos externos e que influencia as percepções, julgamentos e tomadas de decisão é chamado de modelo mental. O modelo mental fixo acredita que habilidades e características são inalteráveis e invariáveis ao longo da vida, enquanto o modelo mental de crescimento acredita que habilidades e competências podem progredir e ampliar através do esforço e dedicação. É necessário adotar atitudes como pensamento de aprendizagem contínua, autodisciplina, atitudes positivas, relacionamentos saudáveis e compreensão de *feedbacks* para desenvolver o modelo mental de crescimento. No cenário das empresas, o *mindset* organizacional refere-se às crenças e valores compartilhados pelos membros de uma organização, influenciando comportamentos e resultados. Além disso, é imprescindível compreender as diversas culturas e sociedades com um *mindset* global. O método de abordagem é o indutivo e a técnica de pesquisa é bibliográfica. O objetivo do texto é fornecer informações relevantes e atualizadas para o entendimento do tema e apresentar uma análise aprofundada sobre o assunto.

Palavras-chave: modelo mental. mindset fixo. mindset de crescimento. mindset organizacional. mindset global. desenvolvendo o mindset.



ABSTRACT

Today's world is dynamic, offering challenges and opportunities for people to progress in their lives. To navigate an increasingly complex and challenging world, it is important to develop technical and interpersonal skills and competencies, as well as having a deep understanding of problems and possible solutions. The internal representation that people have of external facts and that influences perceptions, judgments and decision-making is called a mental model. The fixed mental model believes that skills and characteristics are unalterable and invariable throughout life, while the growth mental model believes that skills and competencies can progress and expand through effort and dedication. It is necessary to adopt attitudes such as continuous learning thinking, self-discipline, positive attitudes, healthy relationships and understanding feedbacks to develop the mental model of growth. In the business scenario, the organizational mindset refers to the beliefs and values shared by the members of an organization, influencing behaviors and results. In addition, it is imperative to understand different cultures and societies with a global mindset. The approach method is inductive and the research technique is bibliographic. The purpose of the text is to provide relevant and up-to-date information for understanding the topic and to present an in-depth analysis on the subject.

Keywords: mental model. fixed mindset. growth mindset. organizational mindset. global mindset. developing the mindset.

INTRODUÇÃO

O mundo atual é cada vez mais complexo e cheio de desafios. A rápida evolução tecnológica, as mudanças climáticas, a globalização e a diversidade cultural são apenas alguns exemplos dos desafios que a sociedade enfrenta. No entanto, apesar de todas as dificuldades, há também muitas oportunidades para as pessoas melhorarem suas vidas e construir um futuro melhor.

Para aproveitar essas oportunidades, é fundamental desenvolver habilidades e competências que nos permitam navegar nesse mundo complexo. Isso inclui habilidades técnicas, mas também habilidades interpessoais, como comunicação, liderança e trabalho em equipe. Além disso, é preciso ter uma compreensão profunda dos problemas e das possíveis soluções para os mesmos. Em meio a um cenário de incertezas, mudanças constantes e desafios, é cada vez mais comum ouvir sobre a importância de uma mentalidade de crescimento para alcançar objetivos e ter uma vida mais feliz.

O modelo mental, também conhecido como “*mindset*”, é a representação interna que as pessoas têm dos fatos externos. É por meio do modelo mental que as pessoas interpretam e compreendem o mundo ao seu redor. Ele influencia nossas percepções, julgamentos e tomadas de decisão. Existem dois tipos de modelo mental: o modelo mental fixo e o modelo mental de crescimento.

O modelo mental fixo caracteriza-se por entender que nossas habilidades, conhecimentos e características são inalteráveis e invariáveis ao longo da vida. Já o modelo mental de crescimento acredita que nossas habilidades e competências podem progredir e ampliar através do esforço e dedicação.

Para desenvolver o modelo mental de crescimento é necessário adotar algumas atitudes como ter pensamento de aprendizagem contínua, possuir autodisciplina e atitudes positivas, possuir relacionamentos positivos e compreender os *feedbacks* recebidos. A adoção de um modelo mental de crescimento traz diversos benefícios, como o aumento da autoconfiança, maior resiliência para lidar com os desafios, melhor desempenho acadêmico e profissional, melhores relacionamentos, maior satisfação e bem-estar e ajuda a organizar tarefas.

O *mindset* organizacional é um conceito essencial para compreender a cultura e o ambiente de trabalho de uma organização. Sendo promovido pelos líderes, incentiva a aprendizagem contínua e a resiliência dos colaboradores, contribuindo para um melhor desempenho e sucesso da empresa.

O *mindset* global permite aos líderes e profissionais um entendimento amplo das questões culturais e sociais das diversas sociedades onde as empresas estão inseridas, permitindo à essas pessoas uma vantagem competitiva com relação aos seus concorrentes.

A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica realizada em artigos científicos e literatura específica do assunto abordado. Além de livros representativos da área, foi realizado buscas no Google Acadêmico para confecção do presente trabalho. Foi considerado apenas os trabalhos mais recentes de 2017 até 2023 com relevância e destaque para a área de estudo na elaboração do artigo.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise aprofundada sobre o tema e fornecer informações relevantes para o entendimento do assunto, buscando abordar os principais questões e debates. Além de fornecer dados concretos e informações atualizadas que possam contribuir para o enriquecimento do debate, servindo como uma fonte de informação relevante para quem deseja se aprofundar no assunto.

DESENVOLVIMENTO

Modelo Mental

O modelo mental ou apenas “*mindset*” é a representação interna do indivíduo dos fatos externos. Nele estão incluídos os conceitos, valores, religiosidade, pensamentos, experiências vividas e a forma como a vida é conduzida.

A interpretação e a compreensão do mundo são realizadas através dos modelos mentais. O *mindset* organiza o nosso entendimento trazendo certo padrão nos diversos atos realizados, influenciado as percepções, julgamentos e tomadas de decisão.

Para Senge (2018, p. 285) “duas pessoas com modelos mentais diferentes podem observar o mesmo evento e descrevê-lo de forma diferente, pois veem detalhes diferentes e fazem interpretações distintas”.

Mindset Fixo

O modelo mental fixo ou apenas “*mindset* fixo” é caracterizado por entender que

nossas habilidades, conhecimentos e características são inalteráveis e invariáveis no decorrer da vida. Esses tipos de pessoas evitam desafios, renunciam frente às adversidades e acreditam que sua competência não alterará através de empenho e aprendizado contínuo. Essa mentalidade exige pouco empenho dos indivíduos, pois ficam praticamente estagnados numa zona de conforto.

Segundo Oliveira (2021) alguns integrantes da equipe podem mostrar resistência diante de mudanças significativas no projeto, serem menos abertos a receber feedback, demonstrarem maior sensibilidade em reuniões de equipe ou reagirem de forma defensiva quando confrontados com desafios.

Mindset de Crescimento

No modelo mental de crescimento ou simplesmente “*mindset* de crescimento” ou “*mindset* progressivo” é um conceito onde suas habilidades e competências podem progredir e ampliar através do esforço e dedicação. Pessoas com esse modelo mental adotam planejamento, criação de novos hábitos e ações para o aprendizado contínuo.

Para Dweck (2017) pessoas que acreditam que são capazes de desenvolver suas competências possuem um modelo mental progressivo e geralmente têm mais sucesso do que aquelas os indivíduos com *mindset* fixo, pois veem os desafios como oportunidades para capacitar-se em coisas novas.

O *mindset* de crescimento é uma mentalidade que acredita que as habilidades e inteligência podem ser desenvolvidas por meio de esforço, dedicação e aprendizado contínuo. Quando os líderes aplicam esse *mindset* em sua abordagem de gestão de equipes e projetos, eles criam um ambiente propício para o desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional de seus colaboradores.

A aplicação desse *mindset* na gestão de equipes e projetos pode gerar benefícios significativos para o desenvolvimento dos colaboradores e o sucesso das iniciativas organizacionais.

Líderes que promovem a cultura do aprendizado contínuo, estabelecem metas desafiadoras, fornecem *feedback* construtivo, valorizam o esforço e a persistência, promovem a colaboração e o compartilhamento de conhecimento, investem no desenvolvimento individual e encaram desafios como oportunidades, criam equipes mais engajadas, resilientes e preparadas para enfrentar os desafios do mercado em constante mudança. Essa abordagem de gestão contribui para o crescimento pessoal e profissional dos colaboradores, bem como para o alcance dos objetivos organizacionais de maneira mais efetiva e sustentável.

Desenvolvendo o Mindset de Crescimento

Para desenvolver o *mindset* de crescimento é necessária ação e algumas atitudes para poder desligar-se do *mindset* fixo. Alguns procedimentos fundamentais são: adotar um pensamento de aprendizagem contínua, possuir autodisciplina, ter atitudes positivas, possuir relacionamentos positivos e compreender os *feedbacks* recebidos.

Além dos mecanismos acima citados, a incorporação de outras competências contribui para alcançar os objetivos e sucesso da mentalidade de crescimento. Podem ser citados alguns exemplos, como: fé inalterável, viver com sentido e propósito, ter a esperança como um aliado, constante renovação das ideias, foco, planejamento, inteligência emocional, persistência, resiliência e a organização de tarefas.

Segundo Mota (2020) a sua atitude desempenha um papel fundamental na determinação do seu sucesso ou fracasso. A forma como você encara os eventos e desafios influencia diretamente na maneira como você lidará com eles. É crucial enxergar as lições que podem ser aprendidas mesmo em situações desfavoráveis. Uma mudança na perspectiva é um ótimo ponto de partida para transformar seu posicionamento e atitude. Atitudes como estar disposto, ser pontual, agir proativamente e ser resiliente são essenciais no caminho para alcançar metas e mudar o seu modo de pensar.

Benefícios da mentalidade de crescimento no desenvolvimento pessoal e profissional

A adoção de um modelo mental de crescimento proporciona diversas vantagens para essas pessoas, desde o aumento da autoconfiança por acreditarem na capacidade de desenvolvimento das habilidades até serem mais criativas e inovadores nas soluções dos diversos problemas, onde estão mais abertas a experimentar e a buscar novas soluções para os desafios.

Adotar esse tipo de mentalidade pode trazer diversos benefícios, como maior resiliência para lidar com os desafios, melhor desempenho acadêmico e profissional, relacionamentos mais favoráveis e maior satisfação e bem-estar.

Para Alves (2021, p. 390) “o *Mindset* de crescimento impacta positivamente no potencial do indivíduo, dessa forma, direciona seus objetivos na busca por novos conhecimentos, desenvolvendo-se por meio do aprendizado, procurando uma oportunidade assumindo riscos, enfrentando os obstáculos como um aprendizado”.

Ao acreditar que as habilidades podem ser desenvolvidas por meio de esforço e dedicação, as pessoas com uma mentalidade progressiva são capazes de lidar com o fracasso e a rejeição de forma mais positiva, encarando-os como oportunidades de aprendizado e crescimento. Isso as torna mais resistentes e capazes de superar desafios com mais facilidade.

Além disso, uma mentalidade progressiva pode levar a um melhor desempenho acadêmico e profissional, pois as pessoas tendem a se esforçar mais e a buscar oportunidades de aprendizado.

Na mentalidade progressiva também pode ajudar a construir relacionamentos interpessoais mais positivos, onde as pessoas tendem a serem mais flexíveis, tolerantes e dispostas a aprender com os outros. Acreditar que as habilidades podem ser desenvolvidas e que o aprendizado é um processo contínuo pode levar a uma maior satisfação e bem-estar porque as pessoas se sentem mais capazes de enfrentar os desafios da vida.

Organizar as tarefas em uma lista de prioridades é uma prática que ajuda a manter o foco nas metas e objetivos, além de permitir que sejam realizados de maneira mais eficiente e eficaz. O *mindset* de crescimento também incentiva a busca por métodos e estratégias para aprimorar a produtividade e o desempenho, tornando a organização de tarefas uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento pessoal e profissional.

O *Mindset* Organizacional

O *mindset* organizacional refere-se às crenças, atitudes e valores compartilhados pelos membros de uma organização em relação a várias questões, incluindo talento, habilidades e crescimento pessoal.

Segundo Iwai *et al.* (2021) a ligação positiva entre a satisfação dos funcionários com a cultura da empresa e o desempenho financeiro contribui para reforçar a importância do tema da cultura organizacional, mas sob a perspectiva dos colaboradores. Embora seja um desafio persistente realizar mudanças na cultura organizacional, entender as crenças que influenciam os comportamentos dentro da organização é uma maneira de facilitar melhorias na cultura através da implementação de políticas, práticas, valores explicitados e incentivos relacionados a determinadas normas culturais.

A mentalidade predominante em uma organização pode ter um impacto significativo no desempenho dos colaboradores e nos resultados da empresa como um todo. Promover um *mindset* de crescimento é geralmente considerado benéfico, pois incentiva a aprendizagem contínua, a busca por soluções inovadoras e a resiliência diante dos desafios. Líderes e gestores desempenham um papel importante na criação e manutenção de um *mindset* organizacional positivo.

Para Ferreira (2018) o tipo de liderança e a cultura dentro de uma organização desempenham um papel importante na formação do *Mindset* dos seus membros, podendo ser um *Mindset* de Crescimento ou um *Mindset* Fixo. É responsabilidade do gestor trabalhar para desenvolver os colaboradores e encorajá-los, levando em consideração suas necessidades de crescimento. Isso se deve ao fato de que os resultados alcançados podem não ser sustentáveis em uma cultura que não favoreça o crescimento pessoal e profissional dos funcionários.

Mindset Global

Uma importante etapa do desenvolvimento profissional que ainda é pouco discutida no Brasil é a aplicabilidade do termo *mindset* global. O cenário mundial econômico e tecnológico é globalizado e dinâmico e para os grandes gestores e líderes continuarem com um diferencial competitivo é preciso possuir uma nova vantagem para manutenção do negócio e da equipe em alto rendimento a nível internacional.

O *mindset* global é justamente o conhecimento e qualidades psicológicas que permite a pessoa compreender as diversas formas de pensar e agir nos grupos sociais, culturais e nas organizações ao redor do planeta. Algumas das habilidades e competências que líderes precisam se capacitar são: capacidade de comunicação intercultural, empatia, tolerância, atenção e a adaptabilidade.

Já Mozzato & Grzybovski (2018) deixa claro que a liderança global requer o desenvolvimento de uma mentalidade global, a fim de obter resultados efetivos.

Nos dias atuais, o mundo está cada vez mais interconectado e interdependente. O comércio e os negócios internacionais são uma realidade e ocorrem diariamente. A globalização transforma a sociedade, a política e os modelos de negócios das empresas, assim exigindo líderes que estejam preparados para atuar nesse contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo mental, ou *mindset*, desempenha um papel fundamental na forma como as pessoas compreendem e interagem com o mundo ao seu redor. O conceito de *mindset* fixo e de crescimento entra nesse contexto, pois reflete duas abordagens distintas em relação às nossas habilidades e inteligência. Enquanto o *mindset* fixo acredita em talentos inatos e limitados, o *mindset* de crescimento encara o desenvolvimento como um processo contínuo e baseado no esforço, dedicação e aprendizado. Além disso, a mentalidade progressiva incentiva a busca constante por aprendizado, melhorando o desempenho acadêmico e profissional.

O *mindset* fixo representa uma mentalidade limitadora que acredita em talentos e habilidades como traços inatos e imutáveis. Essa visão restrita pode levar as pessoas a evitar desafios, temer o fracasso e estagnar em suas zonas de conforto. O apego a um *mindset* fixo pode levar à resistência a mudanças, à falta de motivação para buscar novos aprendizados e ao desenvolvimento de uma mentalidade negativa diante das adversidades.

Pessoas com um *mindset* de crescimento tendem a serem mais positivas, flexíveis, tolerantes e dispostas a aprender com os outros, levando a relacionamentos interpessoais mais saudáveis e satisfatórios. Por isso, desenvolver um *mindset* de crescimento é uma excelente estratégia para alcançar o sucesso e a realização pessoal e profissional.

A necessidade de desenvolvimento de uma mentalidade de crescimento para uma vida mais feliz e para o alcance de objetivos é cada vez mais evidente. Ao adotar uma mentalidade de crescimento, é possível promover o aprendizado, o desenvolvimento e o crescimento pessoal e profissional, lidar com o fracasso de forma construtiva e alcançar objetivos de forma mais efetiva e satisfatória.

O *mindset* organizacional é um componente essencial da cultura corporativa, que molda a forma como os colaboradores enfrentam desafios, aprendem com experiências e se adaptam a mudanças. Um *mindset* de crescimento pode impulsionar a inovação, a resiliência e o desenvolvimento de talentos, contribuindo para o sucesso a longo prazo da organização.

Nesta era de mudança constante, é essencial que as pessoas estejam sempre aprendendo e se adaptando. A educação desempenha um papel crucial nesse processo, fornecendo não apenas conhecimentos e habilidades específicas, mas também a capacidade de aprender e se desenvolver ao longo da vida. Com uma educação sólida e uma mentalidade aberta para a mudança, as pessoas têm a capacidade de enfrentar com sucesso os desafios que surgirem e de construir um futuro melhor para todos.

É importante também o desenvolvimento de uma mentalidade global para obter resultados efetivos num mundo que está cada vez mais interconectado e interdependente, exigindo profissionais preparados para atuar e compreender as diversas formas de pensar e agir socioculturais.

É imprescindível investir na adoção de hábitos e atitudes que promovam a mentalidade de crescimento, como o foco no aprendizado, a abertura para feedback, a flexibilidade e a percepção de que o esforço e a dedicação são fundamentais para o sucesso.

REFERÊNCIAS

- Alves, I. R. (2021). A importância da mentalidade de crescimento para o alcance de objetivos. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, Vol. 7, n° 12, p. 386-391.
- Dweck, C. S. (2017). *Mindset: A nova psicologia do sucesso*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- Ferreira, F. L. (2019). *Mindset de crescimento como modificador do potencial empreendedor: um estudo experimental em startups*. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-BA7HSN/1/disserta_o_final_1_.pdf. Acessado em 17 de abril de 2023.
- Iwai, T.; Artes, R.; Monteiro, G. F. D. A.; Nakata, L. E. & Riva, T. B. D. M. (2021). *Cultura de Talento ou Crescimento? Os Efeitos do Mindset Organizacional na Satisfação com a Cultura e na Performance*. Disponível em: <http://repositorio.insper.edu.br/handle/11224/5721>. Acessado em 20 de abril de 2023.
- Mota, W. (2020). *O código da realização: A arte de pensar sua vida e carreira implementando hábitos que tornam as pessoas extraordinárias*. São Paulo: Editora Literare Books International.
- Mozzato, A. R. & Grzybovski, D. (2018). *Global mindset: Premissa para desenvolver vantagem competitiva em mercados internacionais*. *Revista Eletrônica de Negócios Internacionais: Internext*. São Paulo, Vol. 13, n° 1, p. 77-89.
- Oliveira, C. G. (2021). *Boas práticas de liderança em projetos com equipes com mindset fixo*. *Revista Boletim do Gerenciamento*. Rio de Janeiro, Vol. 23, n° 23, p. 49-57.
- Senge, P. M. (2018). *A quinta disciplina: A arte e a prática da organização que aprende*. Rio de Janeiro: Editora BestSeller.

Benefícios de um modelo de apresentação de indicadores de finanças públicas a ser apresentado em um portal de transparência, utilizando-se como comparação o Portal Ceará Transparente

Benefits of a model of presentation of public finance indicators to be presented in a transparency portal, using as a comparison the Portal Ceará Transparente

Vitor Hugo Gaspar Pinto
Nuno Magalhães Ribeiro

RESUMO

A Gestão Financeira Pública tem um papel fundamental para o equilíbrio das contas públicas e desenvolvimento econômico e social de uma região, sendo assim objeto de estudos e aprimoramentos no sentido de se atingir maior eficiência e eficácia na prática governamental. Diante de sua importância, no âmbito do Estado do Ceará, surge a dúvida sobre a capacidade do governo de utilizar indicadores úteis e relevantes para a avaliação da situação fiscal e financeira do Estado e de divulgar essas informações para a população de forma eficiente. Esta pesquisa tem por finalidade apresentar um novo modelo de apresentação de indicadores de finanças públicas a ser implementado em portais de transparência governamental.

Palavras-chave: transparência. finanças públicas. indicadores. portal Ceará transparente. experiência do usuário.



ABSTRACT

Public Financial Management plays a fundamental role in balancing public accounts and in the economic and social development of a region, thus being the object of studies and improvements in order to achieve greater efficiency and effectiveness in governmental practice. Given its importance, within the scope of the State of Ceará, doubts arise about the government's ability to use useful and relevant indicators to assess the fiscal and financial situation of the State and to disseminate this information to the population efficiently. This research aims to present a new model for presenting public finance indicators to be implemented in government transparency portals.

Keywords: transparency. public finance. indicators. portal ceará transparente. user experience.

INTRODUÇÃO

Com o cenário favorável ao desenvolvimento de tecnologias de informação, é natural que haja uma corrida no sentido de buscar as melhores ferramentas e metodologias para propagação de informações. Na área da administração pública isso não é diferente, sendo necessário que haja um engajamento por parte dos atores políticos e servidores públicos que convirjam em estudos e trabalhos para a melhoria dos procedimentos de transparência e oferta de serviços de alto nível à população.

O setor público trabalha com diversos temas. Porém, poucos chamam tanta atenção quanto as finanças públicas. Isso tem um motivo, pois a confortável situação financeira do governo é condição essencial para o desenvolvimento econômico e social de uma região. Tal situação financeira deve ser tratada de forma responsável pelos governantes, tanto na gestão quanto na divulgação por meio de sites oficiais do governo, possibilitando que a população possa acompanhar ações governamentais e cobrar pela boa administração da coisa pública.

A partir da promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, no ano 2000, o Brasil sinalizou que iria se enquadrar às boas práticas de gestão financeira e orçamentária, assim como passar a tratar a transparência dessas informações de forma responsável. Porém, na prática, tanto o governo federal como os estaduais experimentaram longos períodos de crise econômica, originados principalmente pela má gestão dos recursos públicos. Apesar dos problemas ocorridos, boas práticas foram criadas, bem como elaborada uma vasta legislação no decorrer dos anos. Por isso, é importante que tais boas práticas sejam estudadas, evidenciadas e aprimoradas.

Para as análises contábeis de desempenho financeiro, operacional e de investimento é necessária a utilização de indicadores, pois estes permitem verificar “a posição econômico-financeira atual, as causas que determinam a evolução apresentada e as tendências futuras” (Assaf Neto, 2012; Brigham, Gapenski e Ehrhardt, 2001).

O desenvolvimento de plataformas, sites e sistemas internos de informação também ganharam destaque nesses últimos anos, e estão sendo utilizados em larga escala no sentido de obedecer a legislação de transparência. Fato é que a população precisa de informação para acompanhar e cobrar por melhor desempenho na gestão dos recursos

públicos, e essa participação social é reconhecidamente um dos grandes motores do desenvolvimento econômico e social, sendo necessário que a administração aplique as melhores tecnologias no sentido de satisfazer essa demanda.

Diante desse cenário surge a seguinte questão: a metodologia de divulgação de informações acerca da situação financeira do Estado do Ceará cumpre a adequada transparência à população?

Visando aperfeiçoar a oferta de informações acerca da situação financeira apresentadas à população, o presente trabalho tem por objetivo propor uma nova metodologia de divulgação de informações de finanças, no sentido de oferecer mais transparência, em linha com a real situação financeira do Estado.

REVISÃO DA LITERATURA

O presente capítulo realiza uma análise do modelo atual de apresentação de informações de finanças públicas, e revisa a literatura no sentido de propor o desenvolvimento de um novo modelo de informações sobre finanças públicas a ser utilizado no âmbito de portal de transparência governamental, levando em consideração sua utilidade e relevância para o controle social, e tomando como base de comparação o Portal Ceará Transparente, portal oficial do Governo do Estado do Ceará.

O modelo proposto foca a transparência pública governamental e visa maximizar a utilidade para a população, tendo em vista o entendimento do estado das finanças públicas do governo, levando em consideração aspectos de *layout*, busca de dados, referências, informações cruzadas, satisfação do usuário, navegação e organização que podem ser aplicados em portais de transparência. A descrição do modelo é acompanhada pela demonstração da respectiva adequação às melhores práticas de formulação de indicadores e apresentação em um formato condizente com um portal de transparência.

A metodologia empregue no desenvolvimento do modelo proposto passou pelas seguintes três fases que se descrevem neste capítulo:

1ª fase – caracterizar o estágio atual da divulgação de informações de finanças públicas no Portal Ceará Transparente;

2ª fase – identificar os requisitos para o modelo de visualização dos novos indicadores de finanças públicas a serem divulgados no Portal Ceara Transparente, levando em consideração a necessidade de proporcionar uma interface simples, informativa e fácil de usar;

3ª fase – identificar as dimensões principais e desenvolver o conjunto de indicadores que integram o novo modelo de indicadores de gestão financeira e orçamentária para o Portal de Transparência do Ceará.

Estágio atual de divulgação de informações de finanças públicas no Portal Ceará Transparente

Atualmente, é possível visualizar no Portal Ceará Transparente alguns dos indicadores e relatórios de gestão financeira e fiscal do Estado do Ceará. O acesso é

efetuado através da opção “Acessar Páginas de Transparência” a partir da página principal do Portal. A opção de “Gestão Estadual” permite consultar o conjunto de informações que se mostra na Figura 1, incluindo uma lista de relatórios e indicadores.

Figura 1 - Página “Gestão Estadual” do Portal Ceará Transparente.

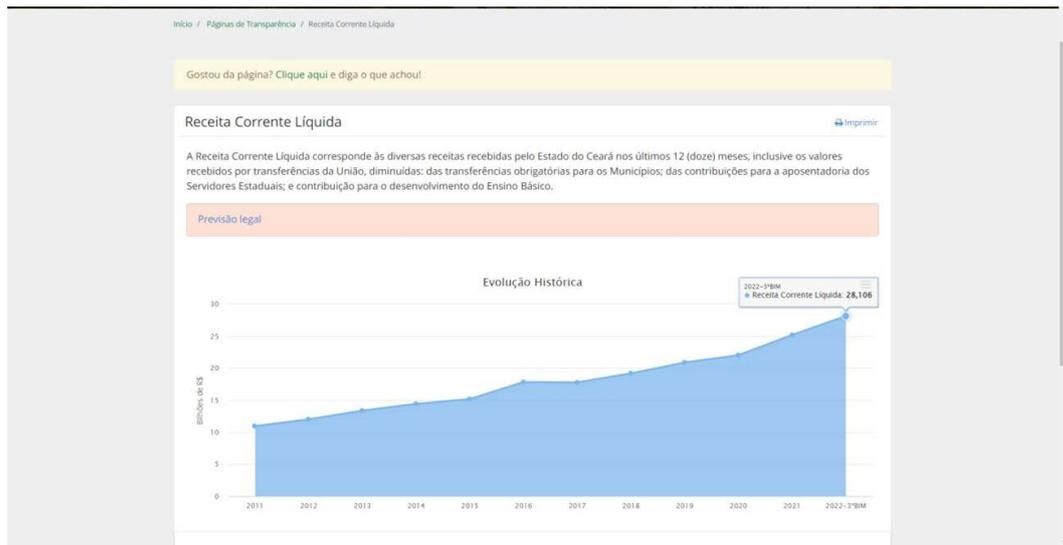


Fonte: <https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia? Locale=pt-BR#management>

Conforme se pode verificar na Figura 1, as informações de finanças públicas atualmente disponíveis fazem parte da legislação fiscal brasileira e são de divulgação compulsória, incluindo: o Relatório de Gestão Fiscal, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Balanço Geral do Estado. Esses relatórios seguem ritos e regras específicas da legislação brasileira, exigindo elevado conhecimento técnico de finanças públicas governamentais para que possam ser corretamente compreendidos.

Há também um conjunto de indicadores de resultado e indicadores fiscais. Os indicadores de resultado correspondem a informações relativas aos programas de governo, e incidem sobre os resultados alcançados pela gestão estadual relativos às áreas da educação, saúde, segurança e cultura. Já os indicadores fiscais correspondem à gestão fiscal do Estado e incluem informação relativa a indicadores obrigatórios por leis federais e estaduais.

Mais concretamente, os indicadores fiscais atualmente incluídos, e acessíveis em links separados, no Portal Ceará Transparente incluem: os indicadores de Dívida Consolidada, de Operações de Crédito, de Garantia e Contragarantia, de Receita Corrente Líquida, de Saúde (aplicação), de Educação (aplicação), de Despesas com Pessoal, de Resultado Nominal e de Resultado Primário. A Figura 2 ilustra um exemplo de apresentação de um destes indicadores – o Indicador de Receita Corrente Líquida.

Figura 2 - Página do Indicador de Receita Corrente Líquida.

Fonte: <https://ceartransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/paginas/receita-corrente-liquida>

O gráfico que pode ser visualizado na Figura 2 mostra a variação anual do indicador de Receita Corrente Líquida do Estado do Ceará, não apresentando quaisquer análises ou explicações sobre o significado dos valores indicados. Não existe sequer informação sobre a proposta de ações do governo em relação à informação prestada. Este modelo de apresentação dos indicadores fiscais repete-se para os restantes indicadores que se podem consultar no Portal Ceará Transparente.

Requisitos do modelo de visualização de informações de finanças públicas para o Portal Ceara Transparente

O Portal Ceará Transparente foi concebido no ano de 2008, tendo sido remodelado em 2014, no sentido de obedecer aos novos regramentos advindos da Lei de Acesso à Informação. Apesar das alterações ocorridas durante todo esse tempo, ainda pouco se avançou em relação à apresentação de informações de indicadores financeiros do Estado do Ceará, não existindo tampouco outra ferramenta governamental que assegure a exposição dessas informações.

O objetivo do Portal Ceará Transparente é justamente proporcionar um elevado grau de transparência da gestão pública estadual para a população, permitindo que os cidadãos possam conhecer, criticar e participar do governo que escolheram por ocasião das eleições.

É necessário que a ambiente web correspondente ao novo modelo de visualização de informações de finanças públicas do Portal atenda aos princípios de organização, rotulação, busca e navegação da arquitetura da informação, no sentido de satisfazer os requisitos de simplicidade e facilidade de uso e de navegação nas páginas do Portal. Por outro lado, como requisitos adicionais, destacam-se os seguintes para a construção do modelo de visualização proposto:

- Usar de linguagem cidadã;

- Disponibilizar um mecanismo de busca eficiente e eficaz;
- Proporcionar mecanismos de comunicação e percepção da experiência dos usuários (através de partilha de comentários em redes sociais);
- Facilitar o cruzamento dos dados apresentados nos resultados.

Além destes requisitos, torna-se igualmente clara a necessidade de assegurar o controle de acesso e a segurança, requisitos comuns a todos os sistemas de informação governamentais.

A Figura 3 mostra a interface atual da página principal de acesso ao Portal Ceará Transparente. Conforme se pode verificar, não existe qualquer área ou opção que destaque os indicadores de finanças públicas do Estado do Ceará. Além disso, na área de busca, se o usuário digitar a palavra “indicadores” também não surgem quaisquer opções de acesso à informação sobre os indicadores de finanças públicas, mostrando resultados que apenas conduzem a relatórios existentes em arquivos contendo informações econômicas.

Figura 3 - Página inicial do Portal Ceará Transparente.



Fonte: <https://ceartransparente.ce.gov.br/>

Visando comunicar de forma eficiente e compreensível com os usuários, sugere-se desde logo a inclusão de uma opção explícita de acesso aos indicadores fiscais e financeiros entre os rótulos principais da página inicial do site, conforme se ilustra na Figura 4. Acrescentando tal opção aos rótulos principais permite assegurar uma economia de cliques para alcançar a página principal de acesso à área de indicadores fiscais e financeiros, de forma compreensível e sem gastar muito espaço na tela.

Figura 4 – Proposta de rótulos principais da página inicial do Portal Ceará Transparente

Transparência | Ouvidoria | Acesso à Informação | Participação Cidadã | Indicadores Fiscais e Financeiros | Serviços e Avaliações | Dados Abertos | Sobre o Portal | LGPD

Fonte: <https://ceartransparente.ce.gov.br/>

A Figura 5 mostra o aspecto da interface proposta para a página principal de acesso à área de indicadores fiscais e financeiros do Portal Ceará Transparente.

Figura 5 – Interface dos Indicadores Financeiros no Portal Ceará Transparente.



Fonte: S2GPR

Legenda: Ruim Regular Bom

O indicador do Esforço Tributário evidencia o crescimento da Receita com tributos em relação ao PIB. Quanto maior o resultado desse indicador, melhor a condição financeira do governo, apesar da carga tributária a que estão submetidos os contribuintes.

Fórmula: Receita tributária / PIB

Nos últimos anos, a receita apresentou incrementos maiores do que o PIB, passando de 10,18% em 2019 para 11,68% em 2022. A evolução do indicador evidencia uma melhoria financeira do Estado nos últimos anos.

Indicador Anual de 2022 - Clique no nome do indicador para ver gráfico e análise							
Indicadores de Receita do Governo do Estado do Ceará							
Indicador	2020	2021	2022	Indicador	2020	2021	2022
Crescimento da Receita	X,XX%	X,XX%	X,XX%	Esforço Tributário	X,XX%	X,XX%	X,XX%
Autonomia Financeira	X,XX%	X,XX%	X,XX%	Participação das Transferências Correntes na Receita Operacional	X,XX%	X,XX%	X,XX%
Variação de Recebimento de Dívida Ativa	X,XX%	X,XX%	X,XX%	Participação da Dívida Ativa na Receita Operacional	X,XX%	X,XX%	X,XX%
Participação do ICMS na Receita Operacional	X,XX%	X,XX%	X,XX%				

Fonte: S2GPR
Legenda: Ruim Regular Bom

Conheça os Grandes Números							
Indicador	2020	2021	2022	Indicador	2020	2021	2022
Receita Operacional	XXX.XXX	XXX.XXX	XXX.XXX	Arrecadação de ICMS	XXX.XXX	XXX.XXX	XXX.XXX
Receita Tributária	XXX.XXX	XXX.XXX	XXX.XXX	Arrecadação de Dívida Ativa	XXX.XXX	XXX.XXX	XXX.XXX
Transferências Constitucionais	XXX.XXX	XXX.XXX	XXX.XXX				

A concepção da interface de usuário das páginas do Portal que implementam a apresentação dos indicadores fiscais e financeiros baseou-se numa estrutura com 5 áreas distintas de informações que se descreve a seguir:

1. Área do Cabeçalho: esta área das páginas, ilustrada no topo da Figura 5, foi concebida de modo a mostrar as informações que são comuns a todas as páginas do Portal Ceará Transparente, nomeadamente os logotipos, os rótulos principais e o ícone de acesso ao mecanismo de busca. No entanto, a área do cabeçalho foi ampliada com os mecanismos de comunicação dos usuários, mediante a inclusão de ícones referentes às principais redes sociais, tais como o twitter, o facebook e o whatsapp, de modo a possibilitar o compartilhamento da tela na rede social preferida do usuário;
2. Área dos Rótulos Principais: imediatamente abaixo do cabeçalho surge uma nova área que foi concebida para conter os rótulos das oito dimensões principais de visualização da condição financeira do Estado do Ceará. As dimensões que é possível escolher incluem as seguintes: Receita, Despesa, Solvência Orçamentária, Liquidez, Operação de Crédito, Normativos, Previdência e Recursos da Comunidade. Ao selecionar a opção desejada, ativa-se um link que ajusta, de acordo com a dimensão específica escolhida pelo usuário, a informação que será visualizada nas três áreas restantes que se situam abaixo da área de rótulos principais e que se descrevem a seguir.
3. Área da Informação Gráfica: sempre que o usuário escolhe uma das 8 dimensões da área de rótulos principais, surge uma nova área imediatamente abaixo que foi concebida para mostrar um gráfico com informação bimestral dos últimos dois anos referente ao 1º indicador englobado pela dimensão escolhida pelo usuário. O título do indicador atualmente selecionado surge acima do gráfico no centro da tela, e o gráfico permite destacar a visualização da variação do resultado do indicador ao longo dos bimestres mais recentes, facilitando a compreensão da evolução desse resultado ao longo do tempo. A escolha de indicadores alternativos é efetuada na área de resultados dos indicadores que se explica adiante.
4. Área de Explicação e Análise Técnica do Indicador: esta área surge imediatamente abaixo da área de informação gráfica do indicador escolhido e foi concebida com o objetivo de simplificar a análise do indicador, explicando a fórmula de cálculo do indicador e detalhando a análise técnica redigida por um auditor da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará.
5. Área de Resultado dos Indicadores: a última área de informações foi concebida com o intuito de mostrar duas tabelas de indicadores relativos à dimensão de análise escolhida pelo usuário, contendo informação finalizada referente aos dois últimos anos e ao último bimestre do ano corrente. Sempre que o usuário escolhe um determinado indicador e efetua um clique no respetivo rótulo, o respetivo gráfico é visualizado na área de informação gráfica.

Os formatos escolhidos para o *layout* gráfico destas áreas de informações do Portal atenderam aos identificados anteriormente. Procurou-se assegurar uma interface simples, facilitando a navegação pelo conjunto de indicadores fiscais e financeiros, já que qualquer informação que o usuário deseje visualizar se encontra à distância máxima de dois cliques do rato. Destaca-se igualmente a utilização de cores na legenda, que permite mostrar com

cores diferentes os gráficos dos indicadores que apresentam variações ruins, regulares e boas, facilitando a identificação rápida e imediata da situação global do indicador escolhido.

Proposta de um modelo de indicadores de finanças públicas para o Portal Ceará Transparente

No que diz respeito aos indicadores, a escolha baseou-se em critérios de utilidade e relevância para a avaliação da situação fiscal e financeira do Estado. Procurou-se respeitar o requisito de uma linguagem clara e compreensível, assegurando que a todos os usuários possam compreender facilmente a informação que é mostrada, mesmo que não sejam especialistas em informação fiscal e financeira.

Além disso, os indicadores de finanças públicas devem ainda permitir a visualização da respectiva evolução ao longo dos últimos anos, bem como destacar as fontes das informações visualizadas, conferindo autenticidade, correção e credibilidade ao novo modelo que aqui se propõe.

Foi visto anteriormente que o uso de indicadores é amplamente divulgado na área privada, tendo como objetivo principal assegurar o lucro sustentável através do monitoramento de, entre outros, aspectos relativos a receitas, despesas, marketing e produção. Na área das finanças públicas, é igualmente necessário estabelecer dimensões de análise de indicadores que permitam aos gestores esclarecer e acompanhar os valores mais relevantes para a tomada de decisões dentro do espectro de gestão financeira e orçamentária.

Os objetivos da administração pública são muito diferentes dos da área privada. Como ficou exposto na revisão da literatura, na administração pública o foco principal é a satisfação da população. Para isto, é necessário assegurar uma condição financeira estável que permita a alocação de recursos de forma a proporcionar o maior benefício possível para a população, sem comprometer a capacidade futura de manter o bom funcionamento do governo e respectivas instituições.

Levando em consideração esta premissa da busca contínua por uma boa condição financeira e orçamentária, foi necessário identificar e estruturar as dimensões pelas quais os indicadores devem ser classificados e organizados. Tendo como ponto de partida os tópicos identificados no MCAPS, e os modelos de indicadores de finanças públicas propostos por Groves e Valente (2003), Hughes e Laverdiere (1986), Campbell (1990) e Berne e Schramm (1986), identificaram-se as principais dimensões objeto de indicadores fiscais e financeiros, tendo-se chegado ao seguinte conjunto de sete dimensões principais que se propõem para o novo modelo de indicadores do Portal de Transparência do Ceará: Receita, Despesa, Solvência orçamentária, Previdência, Operações de crédito, Normativos e Recurso da comunidade.

Figura 6 – Dimensões da condição financeira do modelo proposto.



Conforme se ilustra no diagrama da Figura 6, há sete dimensões a serem analisadas por meio de indicadores para que seja possível determinar a condição financeira.

Descreve-se a seguir cada uma destas dimensões, identificando os respectivos indicadores de gestão, no sentido de justificar a escolha realizada para o desenvolvimento de um modelo de indicadores de gestão financeira e orçamentária.

Indicadores de receita

A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê em seu artigo II que a instituição deve efetuar o planejamento, a previsão e a arrecadação das receitas. A obtenção desses recursos permite que sejam realizados os pagamentos necessários para a manutenção da máquina pública e, em última instância, a realização de seus objetivos institucionais.

Ao contrário da despesa, que possui várias etapas de procedimentais para a sua execução, a receita é apenas estimada, e vem sendo considerada no caixa no momento de sua arrecadação. Apesar dessa maior simplicidade de procedimento, esses dois momentos, a estimativa e a arrecadação são vitais para o governo. Uma má previsão de receita pode desencadear sérios prejuízos, desde obras paradas até inadimplência e pesados custos financeiros de juros.

Conforme já entendido, a receita possui várias fontes, e essas também assumem grande importância para o governo, pois cada fonte possui uma forma, volume e frequência de arrecadação diferente, além de estarem sujeitas a riscos diferentes de estimativa e arrecadação.

Dito isso, é importante que os indicadores de receita pública a selecionar para o modelo reflitam o caminho que governo está seguindo, além do cenário em que se encontra. Segundo Berne e Shramm (1986, p.98), a receita pública pode ser examinada por intermédio de indicadores que cumpram os seguintes requisitos:

- Devem ser, se possível, flexíveis, apresentando desvinculação dos gastos no sentido de permitir livre alocação em relação às necessidades de gastos do governo;

- Devem ter correlação o mais variável possível em relação à base econômica e inflação, permitindo que não haja grandes choques de estimativa em relação a mudanças abruptas de cenário econômico de uma região;
- Deve haver diversificação das fontes de receita (tributária, transferência corrente e de capital, patrimonial e serviços), de modo que a queda de arrecadação em uma fonte em razão de um motivo específico não venha a causar impacto relevante na estimativa e arrecadação total;
- Deve haver sistemas e métodos confiáveis de estimativa de receita, assim como mecanismos contábeis e estruturais e de pessoal para a efetiva arrecadação dos recursos;
- Deve haver efetiva cobrança e legislação que permita a cobrança de créditos devidos, de modo que os recursos contabilizados como dívida ativa não venham a crescer com o tempo e a ficarem impagáveis de forma descontrolável.

Do exposto é possível concluir que os indicadores de receita devem ser focados na capacidade do governo de estimar e arrecadar de forma eficiente, além de envidar esforços para que a receita não apresente redução com o passar do tempo, sendo, sempre que possível, crescente no sentido de permitir melhor capacidade operacional do governo. O Governo deve igualmente adquirir capacidade própria de arrecadação, reduzindo a sua dependência de recursos provenientes de fontes que podem variar significativamente em relação à economia e a fatores externos, e ter uma base de arrecadação variada no sentido de reduzir riscos.

Indicadores de despesa

A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê em seu artigo 16 que a criação, expansão e aperfeiçoamento da máquina e operação pública precisa ser acompanhada de estimativa de seu impacto nas contas no exercício corrente e nos dois exercícios seguintes. As necessidades são muito elevadas, e os recursos escassos, sendo nas despesas que o governo executa suas ações governamentais, tendo limites para essas atividades em relação à capacidade de assunção de compromissos durante os anos.

As despesas possuem diversos mecanismos de controle, e passam por criteriosas discussões antes mesmo do governo ser montado, sendo objeto de debate durante as eleições, podendo ainda ter seu destino modificado durante o exercício financeiro em razão de pressões

A pressão por despesas depende de inúmeros fatores, sendo que boa parte desses partem da população, que necessita que suas necessidades sejam satisfeitas, e cabe ao governo, diante dessas demandas, propor um projeto que sacie da melhor forma esses desejos, tendo sempre respeito e responsabilidade com relação à legislação e manutenção da saúde fiscal no curto e longo prazo.

Segundo Berne e Shramm (1986, p.164), ao formular seus programas de governo contendo as despesas previstas, o governo deve ter atenção os seguintes aspectos:

- Saber se há pressão por parte da população acerca de gastos adicionais em relação ao orçado;
- Saber se as principais necessidades da população estão sendo atendidas pela proposta de atividades do governo e suas despesas;
- Saber se o programa de atividades do governo e suas despesas, diante da pressão da população e suas principais necessidades, se encontra dentro das possibilidades de gastos no curto e longo prazo.

Por conseguinte, é importante que os indicadores da despesa pública a selecionar para o modelo tragam luz acerca dos gastos excessivos comparados às receitas, a fim de evitar déficits continuados. O gestor público deve observar se a despesas são de natureza fixa, ou que se prologuem por muito tempo, tendo o cuidado para que novos projetos que demandem aumento de despesa por um período prolongado possam ser cobertos pelo aumento da receita. É necessário também que haja um sistema eficiente e moderno de planejamento de despesas, no sentido de evitar desperdícios em projetos iniciados e não finalizados por falta de recursos.

Indicadores de solvência orçamentária

O resultado da execução orçamentária, que é calculado pela divisão das receitas operacionais pelas despesas operacionais, demonstra a capacidade da entidade de produzir receita para atender às necessidades fiscais da população. Caso haja mais despesas que receitas operacionais, entende-se que há déficit a ser coberto por meio de empréstimos, demonstrando uma situação problemática de geração de receitas para suprir as despesas de operação do governo.

Apesar de um déficit no resultado orçamentário parecer ruim, a análise simplória desse indicador não demonstra claramente a condição financeira de um Estado. Nessa linha, Groves e Valente (2003) destacam que “um déficit operacional em algum ano não deve ser motivo para preocupação, mas déficits frequentes e crescentes podem indicar que as receitas correntes não suportam as despesas correntes e que sérios problemas estão por vir”.

Enfim, a solvência orçamentária não pode ser encarada como uma busca constante ao superávit, até porque governos não são empresas, não tendo, portanto, o foco em obter resultados financeiros positivos, e sim atender às necessidades da população.

Dafflon (1996) também destaca que não há grande problema em um Estado assumir dívidas, desde que a aplicação desse mútuo seja adequada e os serviços da dívida não comprometam o caixa do governo de forma relevante, dividindo a carga de seu pagamento entre as gerações que irão usufruir dos benefícios gerados pelos recursos recebidos.

Gloves e Valente (2003) destacam fatores que precisam ser observados ao se analisar indicadores de solvência orçamentária:

- Redução das reservas de caixa;
- Redução da liquidez;

- Contínuas previsões e execuções de receitas e despesas equivocadas;
- Contínuos déficits operacionais.

Conforme listado, é necessária uma análise profunda dos indicadores de solvência orçamentária, levando em consideração os resultados do ano e o histórico desses números. Trata-se de um conjunto de indicadores que dizem muito sobre a capacidade do governo de gerir os recursos orçamentários e adequar as receitas e despesas durante ao ano à sua efetiva realização.

Indicadores de previdência

A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê em seu artigo 69 que o governo que tiver regime de previdência social deverá ser instituído em caráter contributivo, com base nas normas contábeis e atuariais, preservando seu equilíbrio financeiro e atuarial. A previdência é considerada um dos principais programas de distribuição de renda do governo, e também representa um montante considerável de despesas do orçamento anual, sendo necessário que exista um controle rígido para que o governo seja capaz de equilibrar suas receitas próprias e despesas, no sentido de evitar riscos de déficits elevados, passando então a consumir os gastos previstos em outras áreas prioritárias de governo.

A previdência é considerada um programa de relevante interesse nacional, dada a grande quantidade de pessoas que dependem dos recursos da aposentadoria para sobreviver. Essas elevadas despesas são cobertas por receitas advindas de trabalhadores que estão em seu período produtivo, que contribuem conforme a sua renda, e esperam que, no futuro, quando se aposentarem, haja recursos para que possam se aposentar também. Esse tipo de programa governamental sofre pressão de dois lados, sendo um do lado de quem recebe o benefício da aposentadoria, que cobra por aumentos no valor auferido, enquanto do outro lado estão as pessoas que contribuem, e têm problemas financeiros para resolver (pagamentos), ou fazem pressão para a redução de suas contribuições ou a diminuição do período em que precisam contribuir antes de se aposentar. No meio dessa situação está o governo, que precisa equalizar as receitas e despesas no sentido garantir o pagamento dos recursos atuais e futuros, reduzindo o risco de adentrar em outros orçamentos para cobrir déficits do sistema de previdência.

Segundo Herber (1983, p. 437), antes de programar a assunção de contratos de operação de crédito, o governo deve ter atenção os seguintes aspetos:

- Saber qual o endividamento atual do governo;
- Saber qual a capacidade legal e suportável de endividamento do governo;
- Saber se as condições de prazo e juros da operação se encontram em patamares equilibrados com o mercado e capacidade do governo de pagamento;
- Saber se há margem de endividamento para novos projetos importantes para o governo.

Posto isto, é importante que os indicadores das operações de crédito reflitam a situação atual e a capacidade do governo de assunção desses contratos, a fim de evitar

endividamento excessivo com elevados encargos financeiros e excessos com relação a limites legais. É necessário também monitorar o tipo de dívida que o governo vem assumindo, se é para cobrir despesas inesperadas e mal programadas, ou se se destina a cobrir projetos de longo prazo para suprir necessidades da população.

Indicadores de operações de crédito

A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê em seu artigo 32 que a autoridade fazendária verificará os limites e condições relativos a operações de crédito, e o governo deverá formalizar sua necessidade conforme parecer de órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação. A verificação da necessidade de assunção de dívida se faz basicamente mediante o cálculo de receitas previstas e despesas programadas, sendo a falta de recursos para cobrir as despesas a necessidade de operação de crédito.

As operações de crédito são amplamente utilizadas na área privada e pública, sendo necessário cautela ao utilizar-se esse tipo de contrato. Por vezes a dívida é assumida em razão de grandes projetos para os quais a entidade não dispõe, em seu fluxo de receita, valor suficiente para cobrir o fluxo de despesas. Contudo, tratando-se de algo que trará benefícios acima dos juros da dívida, torna-se uma boa opção. Por outras vezes, a dívida pode ocorrer em razão de eventos não programados, ou até mesmo a falta de controle do fluxo de caixa, situação essa que exige que a entidade tenha a necessidade de solicitar empréstimos para cobrir a insuficiência de caixa.

Segundo Herber (1983, p. 437), antes de programar a assunção de contratos de operação de crédito, o governo deve ter atenção aos seguintes pontos:

- Saber qual o endividamento atual do governo;
- Saber qual a capacidade legal e suportável de endividamento do governo;
- Saber se as condições de prazo e juros da operação se encontram em patamares equilibrados com o mercado e capacidade do governo de pagamento;
- Saber se há margem de endividamento para novos projetos importantes para o governo.

Neste caso, é importante que os indicadores das operações de crédito reflitam o estado da situação atual e a capacidade de assunção desses contratos do governo, a fim de evitar o endividamento excessivo com elevados encargos financeiros e excessos com relação a limites legais. É necessário também monitorar o tipo de dívida que o governo vem assumindo, se é para cobrir despesas inesperadas e mal programadas, ou se destina a cobrir projetos de longo prazo para suprir necessidades da população.

Indicadores normativos obrigatórios

Os indicadores legais e normativos são aqueles exigidos por meio de lei, ou descritos na própria constituição do Estado do Ceará. O Governo deve acompanhar esses indicadores e envidar esforços para atingir os resultados obrigatório, sob risco de terem suas contas de governo reprovadas ou ressalvadas pelo Tribunal de Contas do Estado

do Ceará, que tem como competência fiscalizar e julgar a regular aplicação de recursos públicos pelos administradores, auxiliando a Assembleia Legislativa do Estado. Trata-se de um controle externo, exercido fora do Poder Executivo, um controle legislativo sobre atos e fatos financeiros e patrimoniais exercidos pelo Governo do Estado e seus administradores.

Os indicadores acompanhados pelo Tribunal de Contas são cobrados por exigência legal, seja por normativos estaduais ou federais. A Tabela 15 mostra os indicadores legais para os quais o Estado do Ceará presta contas ao Tribunal de Contas e à Assembleia Legislativa do Estado.

Tabela 1 – Indicadores legais do Estado do Ceará.

Indicador	Tipo	Período	Limite
Resultado Nominal	INDICADORES DO RREO	Bimestral	> R\$ 143.744.000
Resultado Primário	INDICADORES DO RREO	Bimestral	> R\$ 491.590.000
Receitas e Despesas com Manutenção e desenvolvimento do Ensino - MDE	INDICADORES DO RREO	Bimestral	> 25%
Aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração dos professores	INDICADORES DO RREO	Anual	70% legislação federal
Receitas e Despesas com Saúde	INDICADORES DO RREO	Bimestral	> 12%
Receita Corrente Líquida (RCL)	INDICADORES DO RREO	Bimestral	
Regra de Ouro	INDICADORES DO RREO	Anual	
Despesa com Pessoal	INDICADORES DO RGF	Quadrimestral	<48,60% Limite Total <46,17% Limite Prudencial
Dívida Consolidada Líquida	INDICADORES DO RGF	Quadrimestral	< 200%
Garantias e Contragarantias de Valores	INDICADORES DO RGF	Quadrimestral	< 22%
Operações de Crédito	INDICADORES DO RGF	Quadrimestral	< 16%
Cumprimento do Teto de Gastos	INDICADORES DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	Anual	R\$ 12.292.661.835,13
Investimentos	INDICADORES DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	Anual	R\$ 972.838.750,00
Investimentos no Interior	INDICADORES DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	Anual	> 50%
Aplicação de Recursos na FUNCAP	INDICADORES DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	Anual	> 2,00%

Conforme se pode verificar na Tabela 1, existem onze indicadores provenientes de normativos aprovados no Congresso Nacional. Entre esses há Resoluções do Senado, Constituição Federal e Leis Federais. Há ainda quatro indicadores normativos, sendo esses de Investimentos, Investimentos no Interior e Aplicação de Recursos na FUNCAP, que foram aprovados no âmbito da Constituição Estadual do Estado do Ceará.

Os indicadores da Tabela 1 foram extraídos de relatórios oficiais do governo, sendo esses o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF). As informações relativas aos Investimentos, Investimentos no Interior e Aplicação de Recursos na FUNCAP são extraídos em relatórios internos.

Segundo a Tabela 1 existem normativos aprovados há mais de 30 anos, sendo a sua observância obrigatória por parte do Estado do Ceará. Alguns indicadores acompanhados pelo Tribunal de Contas são objeto de ressalva nas contas do governo por anos seguidos, com diferenças relevantes entre a meta e o resultado alcançado. Segundo Relatório Anual das Contas do Estado do Ceará, Processo n.º.01236/2021-0, o indicador de aplicação de recursos na FUNCAP não é alcançado desde 2011.

Neste contexto, a crítica que se faz é da falta de atualização dos indicadores, e a falta de aderência desses com os objetivos de curto e longo prazo da administração pública eleita, por ocasião das últimas eleições. Além dos indicadores formalmente aprovados pelos legisladores, não há outros indicadores financeiros que possam, de forma clara e pública,

ser acompanhados e aprovados/desaprovados pela população.

Recursos da comunidade

Assuntos relacionados a recursos que os cidadãos possuem e estão gerando durante o tempo fazem parte do cotidiano da imprensa e dos governos. Trata-se de um indicador importante de satisfação da sociedade, que é impulsionado por diversos fatores sociais e políticos. Howell e Stamm (1979) incluem entre os recursos da comunidade fatores como renda, distribuição de renda, condições estruturais, condições comerciais e de trabalho, entre outros.

Clark e Chan (1990) incluem os recursos da comunidade como parte integrante e fundamental para a avaliação da condição financeira dos governos, de modo que as políticas fiscais, no curto e longo prazo, tanto influenciam o resultado desses indicadores, como são decididas, em boa parte, baseada nos seus indicadores. Isto significa que os recursos da comunidade são o ponto de partida para a decisão de políticas fiscais. Os recursos e a política fiscal fazem parte de um ciclo de causa e efeito entre si.

É certo que em uma sociedade cujos habitantes possuem elevados recursos e estrutura física e comercial, a base tributária é elevada, aumentando assim a capacidade do governo de arrecadar tributos e aplicar para o bem da comunidade. Essa facilidade, porém, precisa ser mensurada e acompanhada com o passar do tempo, pois políticas fiscais malsucedidas, e até mesmo fatores externos (doenças, ambiente econômico, clima e política) podem rapidamente causar impactos relevantes em regiões, sendo necessário efetuar ajustes para a correção e a melhoria dos indicadores.

Segundo Berne e Schramm (1986), com relação aos recursos da comunidade, os governos devem estar atentos a situação e variações relevantes sobre indicadores das seguintes áreas:

- Renda;
- Força de trabalho / Emprego;
- Produtividade;
- Estrutura industrial.

Ainda conforme Berne e Schramm (1986), acrescenta que as condições sociais refletem diretamente as consequências dos resultados econômicos, tendo melhorias nos setores de indústria, comércio e agricultura, que compõem o cálculo do PIB, relevante na condição de vida da população.

Proposta de modelo de indicadores

Tendo-se identificado o conjunto de dimensões de indicadores e os fatores a serem considerados para ser possível realizar uma análise apurada sobre os resultados fiscal e financeiro do governo, é agora necessário definir os indicadores que, de acordo com a bibliografia, seriam os mais adequados para que a população obtenha informações relevantes para que possa efetuar a sua própria avaliação sobre os resultados do Governo.

De acordo com a legislação brasileira e com a opinião de autores, tais como Berne e Schramm (1986), Miller (2001), Carmelli (2002), Mead (2001), Howell e Stamm (1979), Clark e Chan (1990), Hendrick (2004) e Groves e Valente (2003), este trabalho propõe os seguintes indicadores a serem utilizados no Portal Ceará Transparente:

- Receita: Receita per capita; Esforço Tributário; Autonomia Financeira; Participação do ICMS na Receita Operacional (adaptado); Crescimento da Receita; Participação das Transferências Correntes na Receita Operacional.
- Despesa: Despesa per capita; Despesa per capita; Crescimento da Despesa; Tamanho do Setor Público; Variação dos Investimentos.
- Solvência Orçamentária: Resultado da Execução Orçamentária; Cobertura do Custeio; Capacidade de Geração de Poupança; Resultado do Orçamento de Capital.
- Previdência: Indicador de Equilíbrio Atuarial; Passivo Atuarial a Descoberto; Peso Relativo do Passivo Atuarial a descoberto; Relação déficit atuarial pela Receita Corrente Líquida.
- Operações de Crédito: Dívida Consolidada Líquida; Dívida per capita; Cobertura da Dívida; Serviço da Dívida; Amortização da Dívida.
- Normativos: Resultado Nominal; Resultado Primário; Receita e Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; Aplicação dos Recursos do FUNDEB na Remuneração dos Professores; Receitas e Despesas com Saúde; Receita Corrente Líquida; Regra de Ouro; Despesa com Pessoal; Dívida Líquida Consolidada; Garantias e Contragarantias de Valores; Operações de Crédito; Cumprimento do Teto de Gastos; Investimentos; Investimentos no Interior; Aplicação dos Recursos na FUNCAP.
- Recursos da Comunidade: Produto Interno Bruto; Índice de Desemprego; Diversificação Econômica; Índice de Desenvolvimento Humano; Índice de Gini.

Todos os indicadores propostos podem ser extraídos a partir dos sistemas de contabilidade do Governo do Estado do Ceará. Além disso, os indicadores de Recursos da Comunidade podem ser extraídos de relatórios produzidos pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Alguns dos indicadores propostos para o modelo não possuem dados bimestrais, mas possuem uma periodicidade máxima quadrimestral, não havendo, portanto, perda relevante de informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciou-se descrevendo as fases de idealização do modelo de indicadores a ser proposto, que começa pela caracterização do estágio atual de divulgação dos indicadores de finanças públicas, passando pela identificação dos requisitos para elaboração do modelo, finalizando com a identificação das dimensões principais do conjunto de indicadores e elaboração dos indicadores.

Demonstrou-se a página principal do Portal Ceará Transparente, o qual contém, na parte que se refere a finanças públicas, link direto para informações acerca do Relatório de Gestão fiscal, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Balanço Geral do Estado do Ceará.

Evidencia-se que no site, atualmente, há links que permitem a visualização de gráficos relativos a informações fiscais de Dívida Consolidada, de Operações de Crédito, de Garantia e Contragarantia, de Receita Corrente Líquida, de Saúde (aplicação), de Educação (aplicação), de Despesas com Pessoal, de Resultado Nominal e de Resultado Primário. Esses indicadores são evidenciados sem explicações que permitam ao usuário entender seu significado e sua origem.

Elencam-se, nesse artigo, requisitos necessários para uma boa apresentação de indicadores de finanças públicas, a ser evidenciado no Portal Ceará Transparente, no sentido de obter o melhor proveito ao usuário da informação e atender às normas de transparência brasileiras. Os princípios de organização, rotulação, busca e navegação da arquitetura da informação precisam ser cumpridos para que os resultados esperados sejam alcançados. Aponta-se, portanto, modificações necessárias ao Portal Ceará Transparente para que os objetivos sejam alcançados.

Propõe-se, então, um modelo de indicadores de finanças públicas para o Portal Ceará Transparente, compreendendo os requisitos já elencados relativos à área de tecnologia de informação e informações técnicas relativas aos indicadores, demonstrando o *layout* estabelecido para as páginas do site que compõem o modelo, explicando suas funcionalidades e interação com os usuários.

Expõe-se o conjunto de indicadores que compõem o novo modelo, baseando-se em bibliografia relevante acerca do assunto, buscando simplificar a linguagem ao usuário da informação, que em primeira instância é o cidadão. Nesse processo os indicadores são explicados em detalhes, permitindo a respectiva compreensão e a metodologia adotada para suas escolhas.

REFERÊNCIAS

Berne, Robert (1992). The relationships between financial reporting and the measurement of financial condition. Norwalk, GASB.

_____; Schramm, Richard (1986). The financial analysis of governments. New Jersey: Prentice Hall.

Herber. Bernard P (1983). Modern public finance. Illinois, Richard D Irwin.

Clark, Terry Nichols; Chan, James L. (1990). Monitoring cities: Building na indicator system for municipal analysis. In: Clark, Terry Nichils (ed). Monitoring local government: how personal computers can help systematize municipal fiscal analysis. Dudaque, Iowa: Kendal/Hunt.

Groves, Sanford M.; Valente, Maureen Godsey (2003). Evaluating financial condition: a handbook for local government. Washington: the international City/County Management Association – ICMA.

Hendrick, Rebecca (2004). Assessing and measuring the fiscal health of local governments: focus on Chicago suburban municipalities. *Urban Affairs Review*, v.40, n. 1, p. 78-114.

Miller, Gerald (2001). Fiscal health in New Jersey's largest cities. Cornwall Center Publications Series, Department of Public Administration, Faculty of Arts and Sciences.

Dafflon, Bernard (1996). The requirement of balanced local budget: theory and evidence from the Swiss experience. In: Pola, Giancarlo; France, George, Levaggi, Rosella (ed.). *Developments in local government finance: theory and policy*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.

Mead, Dean Michael (2001). *An analyst's guide to government financial statements*. Norwalk: GASB.

Miller, Gerald (2001). Fiscal health in New Jersey's largest cities. Cornwall Center Publications Series, Department of Public Administration, Faculty of Arts and Sciences.

Carmeli, Abraham (2002). A conceptual and practical framework of measuring performance of local authorities in financial terms: analyzing the case of Israel. *Local Government Studies*, v. 28, n. 1, p. 21-36.

A saúde ocupacional no âmbito da tecnologia da gestão de qualidade

Occupational health in the field of quality management technology

Carlos Alan Fontoura de Freitas
Pedro Henrique Coittinho Marcondes de Andrade

RESUMO

Para aumentar a produtividade e a lucratividade dentro de uma empresa, o gestor de qualidade deve pensar em atingir a QVT - Qualidade de vida no trabalho. Dentro deste pensamento está a prevenção de lesões ocupacionais. A ocorrência de má posturas se dá principalmente na vida profissional das pessoas. Muitas vezes para a realização do seu trabalho, o funcionário de uma organização se utiliza de posturas desconfortáveis que acarretam em possíveis problemas físicos que se tornarão lesões ocupacionais. O que muitas empresas não sabem é que a prevenção é muito mais barata que o tratamento. Um programa qualidade de vida no trabalho que englobe a prevenção de lesões estará diminuindo o absenteísmo e o número de afastamentos por motivo de saúde. O rendimento vai melhorar pois um funcionário satisfeito estará motivado para trabalhar e para a empresa, isto significa aumento considerável de lucro. A tecnologia desempenha um papel crucial na gestão de qualidade na área da saúde, simplificando a comunicação entre a equipe multidisciplinar e trazendo uma interação mais eficiente no cuidado com os trabalhadores.

Palavras-chave: qualidade de vida. lesões ocupacionais. prevenção. absenteísmo. produtividade. tecnologia na gestão de qualidade.

ABSTRACT

To increase productivity and profitability within a company, the quality manager must think about achieving QWL - Quality of life at work. Within this thought is the prevention of occupational injuries. The occurrence of bad postures occurs mainly in people's professional lives. Often, in order to carry out their work, the employee of an organization uses uncomfortable postures that lead to possible physical problems that will become occupational injuries. What many companies don't know is that prevention is much cheaper than treatment. A quality of life at work program that includes injury prevention will reduce absenteeism and the number of leaves



due to health reasons. Performance will improve as a satisfied employee will be motivated to work and for the company, this means a considerable increase in profit. Technology plays a crucial role in quality management in healthcare, simplifying communication between the multidisciplinary team and bringing more efficient interaction in the care of workers.

Keywords: quality of life, occupational injuries. prevention. absenteeism. productivity. technology in quality management.

INTRODUÇÃO

As alterações na economia mundial marcadas pela globalização, acarretaram em demasiada concorrência entre empresas de inúmeros setores. Esta competição trouxe também uma precarização do trabalho e conseqüentemente afetou a saúde do trabalhador. Em nome da flexibilização, muitos dos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores no decorrer dos anos, acabaram se perdendo. Atualmente, as empresas possuem mais consciência de que qualidade é a chave para o sucesso. Muito se fala em gestão de qualidade, em crescimento de produtividade e em atender as expectativas dos clientes. Mas muitas empresas ainda não perceberam que na gestão de qualidade deve estar inserida a qualidade de vida no trabalho - QVT e dentro dela, a prevenção de lesões ocupacionais. O trabalhador é peça chave para que a empresa atinja sucesso. Um trabalhador saudável trabalha mais feliz, tem maior motivação e sua produtividade cresce. Este crescimento de produtividade acarreta em lucro para a empresa. Os lucros também são adquiridos através da redução de afastamentos médicos, redução do absenteísmo, e redução com despesas médicas. O gestor de qualidade necessita observar, que a prevenção é muito menos onerosa para a empresa que o tratamento das lesões ocupacionais. O presente artigo tem como finalidade comprovar que manter um ambiente de trabalho salutar, através de programas de prevenção, acarreta em grandes benefícios para empresa e o trabalhador, e por isso deve fazer parte da gestão de qualidade empresarial.

A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT) PARA PRESERVAÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

A *Eric Trist* está associada a origem do termo Qualidade de Vida no Trabalho - QVT, que em 1950 juntamente com seus colaboradores, passou a designar experiências baseadas na relação entre o indivíduo, o trabalho e a organização da qual faz parte. Vários autores depois também conceituaram a Qualidade de Vida no trabalho. Para o professor Louis Davis da UCLA em Los Angeles, é a atenção com o bem-estar geral e a saúde dos trabalhadores no desempenho de suas tarefas; segundo França (2008) é a soma das ações de uma empresa que engloba a inserção de melhorias e reformas gerenciais e tecnológicas no ambiente de trabalho; para Drucker (1997) é a avaliação da qualidade referente as condições de vida, incluindo-se atenção aos agentes poluidores, complexidade, estética, ruídos, etc. O que podemos notar é que todos possuem em comum a procura pela promoção da saúde e o bem estar dos trabalhadores, visando a produtividade e a qualidade nas empresas.

Com o passar dos anos este tema foi ganhando força e as indústrias começaram a ficar preocupadas com a baixa produtividade dos seus trabalhadores, e estudos sobre a ligação entre produtividade e qualidade de vida dentro do trabalho foram realizados. Com a crise energética e altos índices de inflação vividos nos anos 70, a preocupação com a saúde do trabalhador foi colocada de lado e as grandes empresas tiveram sua atenção voltada para a sobrevivência neste período financeiramente difícil e focaram nas questões técnicas.

No final dos anos 70 e início dos anos 80, o interesse foi restaurado devido ao grande destaque do Japão na economia mundial que se dava entre outros fatores, pelo modelo de qualidade adquirido. Inseridos neste modelo estavam fórmulas para aperfeiçoar o ambiente de trabalho, deixando-o assim mais produtivo e satisfatório.

Um programa de qualidade dentro de uma empresa, é peça chave para que ela esteja à frente no mercado competitivo e alcance sucesso. Um programa de qualidade absoluto deve englobar a QVT, pois se o trabalhador não possuir condições de trabalho adequadas, estiver sem estímulo para exercer suas funções e estiver com sua saúde comprometida, a probabilidade de erros serem cometidos se elevam em grandes proporções. Não é possível separar a condição humana do processo de trabalho, então podemos entender que a qualidade do produto depende da qualidade de vida das pessoas envolvidas na sua produção. A QVT é uma importante ferramenta para atingir os objetivos da qualidade da empresa de forma geral.

A falta de qualidade de vida no ambiente de trabalho traz insatisfação do trabalhador com o serviço executado, pois lhe falta motivação. Os elementos emocionais e físicos estão envolvidos pois o descontentamento no trabalho será levado para casa e irá afetar as relações com familiares e amigos. Segundo Dejours (1994), o tormento no trabalho se desenrola além do espaço laboral, na medida em que o descontentamento não se aplica apenas aos processos construídos no interior da fábrica, da empresa ou da organização. O descontentamento é ampliado de acontecimentos que se sucedem fora da empresa, no ambiente doméstico e na economia do trabalhador. Para tanto, um programa de QVT deve contar com profissionais de diversas áreas como recursos humanos, serviço social, medicina do trabalho, fisioterapeutas do trabalho, nutricionistas, dentistas, entre outros, devendo englobar os ângulos psicológicos, físicos, ambientais e condições de trabalho.

Um programa de QVT levado a sério, vai estabelecer uma jornada de trabalho razoável, dentro dos limites estabelecidos para a manutenção da saúde do trabalhador. Irá também fazer com que o ambiente físico de trabalho esteja limpo, saudável e seguro, afastando todo tipo de insalubridade. A QVT pode ser enxergada como uma referência da qualidade da experiência humana no ambiente de trabalho. É um conceito intimamente ligado com a satisfação dos trabalhadores quanto à sua capacidade produtiva em um ambiente de trabalho seguro, de respeito mútuo, com possibilidades de treinamento e aprendizagem e com o equipamento e facilidades adequadas para o melhor desenvolvimento das funções atribuídas a cada um.

PRINCIPAIS ÁREAS RESPONSÁVEIS PELA MANUTENÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Medicina do trabalho

A Medicina do Trabalho é o campo na área da medicina que atua na relação entre o trabalhador e o seu trabalho, visando não somente a precaução das doenças e dos acidentes do trabalho, como também a promoção da qualidade de vida e da saúde. Tem como propósito proporcionar aos indivíduos e ao grupo de trabalhadores a melhora constante das condições de saúde, nas dimensões mental e física, e a interação saudável entre as pessoas e, estas, com seu ambiente de trabalho e social.

A Medicina do Trabalho está erguida sobre dois pilares: A Clínica e a Saúde Pública. Sua ação está voltada não somente para a precaução, como também o amparo do trabalhador vítima de acidente, incapacidade ou doença ligados ao trabalho e, também, para a promoção do bem-estar, da saúde e da produtividade dos trabalhadores, suas famílias e a comunidade. Em 1995, o conceito de “Saúde Ocupacional” ou “Saúde no Trabalho” foi revisto e amplificado pelo Comitê Misto OIT-OMS e formalizou que o principal foco da Saúde no Trabalho deve estar voltado para três propósitos:

- 1) A averiguação e promoção da saúde dos trabalhadores e de sua capacidade de trabalho;
- 2) O aprimoramento das condições de trabalho, para que elas sejam adequadas com a segurança e a saúde;
- 3) O desenvolvimento de culturas empresariais e de instituições de trabalho que colaborem com a segurança e a saúde, e propiciem um clima social positivo, viabilizando uma melhora da produtividade das empresas. O conceito de cultura empresarial, neste contexto, se refere a sistemas de valores adquirido por uma empresa específica. Na prática, ele se espelha pelos sistemas e métodos de gestão, nas políticas de pessoal, nas políticas de participação, nas políticas de capacitação e treinamento e na gestão da qualidade.”

Em 1921, no Brasil, foi criada a Inspeção do Trabalho, circunscrita ao Rio de Janeiro. Com a reestruturação constitucional de 1926, se consolidou a qualificação da União para legislar a respeito da temática. E em 1931, no decorrer do governo Getúlio Vargas, o Departamento Nacional do Trabalho foi criado com a intenção de supervisionar o cumprimento de leis a respeito de acidentes laborais, organização sindical, trabalho de mulheres e menores, jornada e férias. Um ano depois, foram criadas as superintendências regionais nos estados da federação, mais adiante transformadas em Delegacias Regionais do Trabalho.

A indispensabilidade de comunicação de acidentes deste grau à autoridade policial foi instituída por decreto, em 1934, pelo Departamento Nacional do Trabalho, que previa também a imposição de multas administrativas. A título de exemplo, os decretos-lei de 1940, instituía a competência do Ministério da Agricultura para eleger normas de trabalho nas minas e fiscalizá-las. A ampliação das indústrias teve como resultado o crescimento de

trabalhadores urbanos, o que, em consequência, trouxe preocupações novas para o governo brasileiro. É nessa circunstância que em 1943 manifesta-se no país, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, acompanhado dela, as primeiras alusões à segurança no trabalho e higiene.

Surgem na década de 1940, as Cipas (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes). A Portaria do Ministério do Trabalho que deu origem as Cipas foi articulada pela Associação Brasileira de Medicina do Trabalho e é identificada como uma das mais pertinentes ações para a precaução dos acidentes no trabalho. As primeiras comissões trouxeram bons resultados e encorajaram a realização de congressos sobre prevenção de acidentes. Os médicos começaram a se empenhar mais às doenças específicas dos trabalhadores, principalmente àquelas que afetavam um maior grupo na época, como era o caso da intoxicação por chumbo. Tal inquietação forçou os médicos a aperfeiçoarem suas pesquisas e as empresas a investir na Saúde Ocupacional.

Em 1947, Convenção nº 81 é adotada pela OIT, que institui que os membros da organização devem possuir um sistema de verificação do trabalho em instalações comerciais e industriais. A vivência dos países industrializados transformou-se na Recomendação nº 112, de 1959, determinada pela OIT, que trabalhava com os “Serviços de Medicina do Trabalho”. Posteriormente, em 1985, ela foi representada pela Convenção nº 161 da OIT, e sua respectiva Recomendação, de nº 171.

No Brasil, esse desenvolvimento ocorreu de maneira tardia e repetiu o processo dos países do Primeiro Mundo. Na área das instituições, salienta-se também a criação da Fundacentro (1966), versão nacional dos modelos de institutos elaborados no exterior a partir da década de 1950. No final da década de 1960, a MT já contava com uma legislação específica, o que potencializou a fiscalização. O setor estava se expandindo, e os médicos brasileiros que frequentavam congressos internacionais vivenciaram a necessidade de uma comunidade na qual pudessem se reunir para se modernizar e realizar troca de conhecimento.

De maneira formal, a MT foi autenticada como especialidade médica pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) em 2003, por meio da resolução CFM 1643. De acordo com a NR 4 do MTE, são classificados como médicos do trabalho aqueles possuem diploma de especialização em Medicina do Trabalho, em nível de pós-graduação, ou que possuem diploma de Residência Médica na área de concentração em Saúde do Trabalhador ou nomeação que seja equivalente, assentida pela Comissão Nacional de Residência Médica e do Ministério da Educação, ministrados ambos por uma universidade que possua o curso de graduação em Medicina.

Enfermagem do trabalho

É conferido ao enfermeiro do trabalho atribuições que estudam as condições de periculosidade e segurança da empresa, realizando observações nos locais de trabalho e debatendo-as em grupo, para reconhecer as necessidades no campo de higiene, segurança e melhoramento do trabalho; elabora e realiza planos, programas de promoção e proteção à saúde dos funcionários, trabalhando com turmas que executam inquéritos sanitários, levantam dados de doenças profissionais e lesões traumáticas, encarregam-se de estudos

epidemiológicos, reúnem dados estatísticos de morbidade e mortalidade de funcionários, estudam as causas de absenteísmo, investigando prováveis ligações com as atividades funcionais, para obter a continuação operacional e o crescimento da produtividade.

Também exerce e analisa programas de prevenção de acidentes e de doenças tendo elas relação com a profissão ou não, realizando diagnóstico de fadiga, dos fatores de insalubridade, dos riscos e das condições da mulher e do menor no trabalho, para propiciar a conservação da plenitude física e mental do funcionário, efetua os primeiros socorros no âmbito de trabalho, no caso de acidente ou doença, na realização de curativos ou imobilizações, ministrando tratamentos, medicações e viabilizando o posterior atendimento médico adequado, para abrandar possíveis consequências e promover suporte e conforto ao paciente.

Elabora, exerce e analisa as atividades de assistência de enfermagem aos trabalhadores, colocando atendimento ambulatorial a disposição no âmbito de trabalho, moderando sinais vitais, aplicando medicações prescritas, curativos, inalações e testes, recolhendo material para exame em laboratório, vacinação e outros tratamentos, para redução do absenteísmo profissional; organiza e administra o setor de enfermagem da empresa, treinando e supervisionando auxiliares de enfermagem apropriado às necessidades de saúde do funcionário; treina funcionários, instruindo-os sobre o uso de roupas e material apropriado ao tipo de serviço, para reduzir a ocorrência de acidentes; elabora e desempenha programas de educação sanitária, transmitindo informações e estimulando a obtenção de práticas saudáveis, para prevenir doenças ligadas ao serviço e aprimorar as circunstâncias da saúde do funcionário, aponta dados estatísticos de acidentes e doenças, mantendo cadastros atualizados, com a intenção de apresentar relatórios para subsídios processuais nos pedidos de indenização e guiar em complicações na precaução de doenças profissionais.

Fisioterapia do trabalho

A Fisioterapia do Trabalho é uma especialidade da fisioterapia que atua prevenindo e resgatando a saúde do trabalhador, para tanto, ela se utiliza de ferramentas como a ergonomia que segundo a IEA - Associação Internacional de Ergonomia, tem como descrição oficial *“é uma disciplina científica relacionada ao entendimento das interações entre os seres humanos e outros elementos ou sistemas, e à aplicação de teorias, princípios, dados e métodos a projetos a fim de otimizar o bem estar humano e o desempenho global do sistema”*, e da ginástica laboral que vem sendo praticada em caráter preventivo desde 1925 na Polônia e expandiu-se para o Japão, Estados Unidos e diversos países da Europa.

Consiste em exercícios físicos específicos, realizados no próprio local de trabalho. É adaptável à realidade da empresa sendo que as séries de ginástica laboral são específicas para cada setor. Não é necessário nenhum investimento na compra de material ou equipamentos. É feita com a própria roupa de trabalho ou uniforme e tem duração média de 10 minutos. A implantação do programa de ginástica laboral acarreta em benefícios para o funcionário e para a empresa, entre os principais estão a melhora da qualidade de vida no trabalho, aumento da produtividade, diminuição do absenteísmo, diminuição de doenças ocupacionais, melhoria nas relações humanas no trabalho, diminuição dos gastos com despesas médicas entre outros.

Da biomecânica, da atividade física laboral e a recuperação de queixas ou desconforto físicos, sob o enfoque multiprofissional e interdisciplinar, com o propósito de melhorar a qualidade de vida do trabalhador. Desta forma, controlamos manifestações de queixas dolorosas musculoesqueléticas de razão ocupacional ou não, as quais em diversos casos torna os movimentos físicos incapacitantes, dificultando o rendimento do trabalhador e da sua vida social.

Odontologia do trabalho

A odontologia do trabalho é uma especialidade odontológica, que visa prevenir e diagnosticar doenças do complexo bucomaxilofacial, provocadas pela atividade laboral, e a evitar acidente de trabalho por razões odontológicas, colaborando assim para a saúde absoluta do funcionário. Pode ser estimada como sendo práticas de odontologia aplicados à atenção em saúde do funcionário nos ângulos de promoção, recuperação, preservação e a reabilitação da saúde de funcionários sujeitados aos perigos e agravos provenientes das circunstâncias de trabalho.

Compete ao especialista em odontologia do trabalho:

- a) reconhecer, examinar e verificar os fatores ambientais que possam representar perigo à saúde bucal no ambiente de trabalho, em quaisquer etapas do meio de produção;
- b) assistência técnica e atenção em estudo da saúde, da ergonomia, da higiene e da segurança no trabalho, bem como em pesquisa de equipamentos de proteção individual, compreendendo-se inserido no grupo interdisciplinar de saúde do trabalho operante;
- c) organização e introdução de campanhas e programas de durabilidade infindável para educação dos funcionários em relação a acidentes de trabalho, educação em saúde e doenças ocupacionais;
- d) estruturar estatísticas de mortalidade e morbidade com procedência bucal e averiguar suas prováveis conexões com as atividades laborais;
- e) realização de exames odontológicos para fins trabalhistas. Novas fronteiras estão sendo ampliadas na conduta do odontólogo do trabalho, como por exemplo, o reconhecimento de problemas bucais que podem colocar em perigo a atividade laboral, sendo imprescindível, um serviço mais específico para estas intercorrências.

A dor de origem dental e facial pode gerar consequências psicológicas e sociais nos indivíduos, como irritação, preocupação, distúrbios do sono, além dos efeitos colaterais de medicamentos que ocasionalmente sejam utilizados para controle dessas algias, e esses fatores podem ocasionar implicações diretas na atividade laboral, tais como diminuição de produção, desatenção, afastamento do trabalho pela necessidade de procurar tratamento ou para recuperação. O Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde do Ministério da Saúde: Doenças Relacionadas ao Trabalho, afirma que as doenças do aparelho digestivo, ligadas ou não ao trabalho, estão entre as causas mais recorrentes de absenteísmo e que doenças de manifestação bucal, competem à atuação da Odontologia Ocupacional.

O Manual alerta que problemas dentários são importantes razões de absenteísmo e que podem estar ligadas ao comprometimento de órgãos próximos (ossos, seios da face), à função mastigatória e que podem ser focos sépticos.

Uma pesquisa do Ministério da Saúde brasileiro mostra que 97,18% das pessoas da faixa etária de 35 a 44 anos, idade em que se espera atividade laboral, já passaram em consulta com um dentista no mínimo uma vez na vida. Dos serviços fornecidos a esta faixa, 63,8% ocorrem em função da presença de dor, cavidades nos dentes ou feridas e problemas periodontais sendo que 33,7% da população adulta sofria de dor dentária. A pesquisa revelou também que 59,18% destas pessoas identificava sua saúde bucal como regular, ruim ou péssima. Estes números expõem que o contato com a Odontologia é imprescindível à população, que ocorre com certa frequência, mas ainda assim estes indivíduos estão descontentes em relação a sua saúde bucal.

O Projeto de Lei nº 3520/2004 da Câmara dos Deputados do Brasil, em tramitação, visa obrigar as empresas a manterem serviços ocupacionais odontológicos para os funcionários, instaurando exames odontológicos, por conta do empregador, nas circunstâncias determinadas na Lei e nas orientações complementares a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho. O Projeto altera o art. 162, Seção III, e o art. 168, Seção V, do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho (SESMT). A justificativa da Proposição, exibida pelo Deputado Federal Vanderlei Assis, é que se observa uma lacuna no ordenamento jurídico vigente no que tange à saúde bucal do funcionário, pois, hoje em dia, não há instrumento legal que assista e imponha a inserção de ações de odontologia nas empresas e que a atenção à saúde bucal é parte fundamental das ações de saúde em geral, não devendo ser negligenciada, dada a seriedade dos transtornos bucais na gênese de acidentes de trabalho e do absenteísmo nas empresas.

Tecnologia da Informação

A tecnologia desempenha um papel crucial na gestão de qualidade na área da saúde. Para a prevenção de lesões ocupacionais ela permite a implementação de sistema de registro eletrônico da saúde de cada trabalhador, agilizando o acesso as informações médicas precisas e atualizadas para todos os profissionais da saúde envolvidos.

Além disso, tecnologias de diagnóstico avançadas, como exames de imagem e avaliação ergonômica, melhoram a precisão dos diagnósticos e melhorias posturais preventivas. Sistemas de monitoramento e análise de big data, ajudam a identificar tendências e padrões para melhorar os protocolos de tratamentos.

A tecnologia também simplifica a comunicação entre a equipe multidisciplinar, permitindo uma coordenação mais eficaz nos cuidados e na prevenção de lesões ocupacionais.

BENEFÍCIOS PARA A EMPRESA QUE CUIDA DA SAÚDE DE SEU TRABALHADOR

Para a manutenção da boa saúde do trabalhador, a empresa deve melhorar as condições de trabalho contribuindo assim na redução das Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e dos Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). Isso deve proporcionar uma melhora do relacionamento interpessoal, reduzir acidentes de trabalho e, conseqüentemente, maximizar a produtividade, além de diminuir os custos com atendimentos médicos. Sendo assim, haverá uma considerável contribuição para a melhoria da qualidade de vida do funcionário. Tendo como foco a gestão de qualidade empresarial, vamos destacar três pontos importantes: o aumento dos lucros, a maximização da produtividade e a diminuição dos números de afastamentos.

Aumento dos lucros

O aumento nos lucros é sempre uma das principais metas de uma empresa. Na maioria das vezes se pensa em redução de custo operacional, ou seja, dependendo do segmento, pode-se encontrar o melhor preço de matéria-prima, reduzir gastos com material de escritório, usar a reciclagem, etc., mas as empresas brasileiras precisam se conscientizar que preservar a saúde do seu funcionário também é uma forma de obtenção de lucro.

Uma boa gestão de qualidade preocupada com a prevenção de lesões dentro da empresa, vai gerar uma grande redução de custos. No Brasil estudos demonstram que empresas de setores variados tiveram até 80% de redução de despesas com afastamentos médicos, ao implantar um programa de prevenção através de uma gestão de qualidade. Porém mesmo com este crescimento da preocupação das empresas com a saúde de seus trabalhadores, segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho) o Brasil mantém-se entre os líderes mundiais em doenças ocupacionais. Os Estados Unidos possuem uma realidade bastante diferente. Segundo o mesmo órgão, o propósito da gestão empresarial neste país é estruturado em custos e retorno sobre os investimentos, o que leva as autoridades, empresários, associações e sindicatos a trabalharem pela diminuição das doenças de trabalho com tal objetivo. Como consequência, persegue-se a diminuição do número de ocorrências de lesões ocupacionais. Sabemos que, quando se trata de reduzir custos, todos se mobilizam para fazer alguma coisa. Os Estados Unidos são considerados referência no assunto, pois a saúde ocupacional é vista como um investimento, existindo inclusive cálculos sobre o retorno deste investimento com repasse de informações para os acionistas das empresas.

Uma empresa preocupada com a saúde do trabalhador terá lucro certo. Até mesmo o governo lucra, pois, a previdência deixará de arcar com grandes indenizações.

Maximização da produtividade

A constante busca por produtividade nas empresas deve funcionar como um incentivo para promover a saúde e o bem-estar dos trabalhadores. A empresa que oferece um ambiente de trabalho favorável e que respeita a condição humana dos seus trabalhadores, certamente terá sua produtividade maximizada. O trabalhador estará motivado a executar

suas tarefas, e terá consciência de que a organização se preocupa com a saúde dele. A melhora na produtividade virá associada a melhora da qualidade das atividades realizadas, por isso a grande importância do gerenciamento da saúde ocupacional nas empresas. Dados da previdência social informam que empresas que possuem trabalhadores que padecem de doenças ocupacionais tem sua produtividade diminuída. Trabalhadores pressionados e estressados que trabalhando em situações adversas, com móveis inadequados e sem boas condições de iluminação e higiene, correm o risco de vir a desenvolver doenças ocupacionais e mais uma vez a empresa estará prejudicada com altos índices de afastamentos por atestados médicos e com isso uma considerável diminuição da produtividade.

A SAÚDE DO TRABALHADOR: ASPECTOS LEGAIS

A proteção à saúde do trabalhador está determinada na Constituição Federal de 1988, como ação integrada de seguridade social dos ministérios da previdência social, ministério do trabalho e emprego e ministério da saúde. Essa proteção deriva do artigo 1º da Carta Magna que estabelece como um dos princípios da dignidade da pessoa humana o Estado de Direito e o valor social do trabalho. Este valor social do trabalho é instituído sobre pilares construídos em garantias sociais bem como o direito à saúde, à segurança, à previdência social e ao trabalho.

A lei 10.666 viabilizou a diminuição ou majoração da contribuição, recolhida pelas empresas, designada ao financiamento dos benefícios cedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa resultantes dos riscos ambientais do trabalho. O propósito do FAP é incentivar o progresso das circunstâncias de trabalho e saúde do trabalhador, motivando as empresas a implementarem políticas mais adequadas de saúde e prevenção de lesões. Assim sendo, o FAP deve ser calculado periodicamente, indicando qual a alíquota incidirá sobre os tributos, podendo este ser majorado ou reduzido conforme a quantidade de afastamentos obtidos na empresa em determinado período. Empresas que possuem mais afastamentos pagarão mais impostos e as que possuem menos afastamentos, conseqüentemente pagarão menos impostos.

Com a aprovação da portaria n 3.214 (de 8/7/1978), de acordo com o artigo 200 da CLT, as Normas Regulamentadoras (NR) referente à Segurança e Medicina do Trabalho, foi dada ênfase na prevenção de acidentes do trabalho por meio da implantação de programas das condições de Segurança e Saúde ocupacional. Algumas destas Normas Regulamentadoras tratam da prevenção de lesões ocupacionais.

A NR 5 tem por objetivo a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, tornando o ambiente de trabalho compatível com a preservação da saúde do trabalhador. Deve ser formada uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, que vai ser composta por representantes da empresa e dos trabalhadores.

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), por meio da NR 7, promove a preservação da saúde dos trabalhadores. Segundo Piza (1998) este programa tem como objetivo priorizar a conservação da higidez de todos os trabalhadores por meio de ações de saúde que privilegiam o diagnóstico antecipado dos prejuízos à saúde, originadas pelas agressões das atividades laborais. Para o desenvolvimento de

um programa que opere sobre os prováveis efeitos dos perigos a respeito da saúde do trabalhador, é necessário o compromisso da empresa na busca de possíveis soluções a partir do diagnóstico adequado destas questões.

A NR 17 determina parâmetros que assintam a adaptação das condições de trabalho, às características psicofisiológicas, ambiente, organização, comunicações dos elementos do sistema de informações, processamento, máquina, tomada de decisões e consequências do trabalho. Esta NR trata da ergonomia e visa um bom relacionamento do trabalhador com seu ambiente de trabalho. A Portaria nº 3751 de 23 de novembro de 1990 norteou o trabalho de ergonomia no Brasil. Esta norma foi escrita rapidamente e sua meta era auxiliar principalmente os profissionais bancários, pois neste seguimento profissional haviam muitos casos de lesões ocupacionais. A norma tinha grande diversidade na aplicação e por isso houve uma tentativa de reescrevê-la, sem sucesso. Fizeram então um manual de aplicação da norma regulamentadora 17, para direcionar melhor sua aplicação. Em 2007 foram incluídos dois anexos a norma, o primeiro sobre *check out* de supermercados e o segundo sobre teleatendimento. Hoje em dia se aplica a ergonomia para todos os seguimentos profissionais, além de ambientes escolares, e no próprio domicílio do indivíduo.

A ISO - *International Organization for Standardization*, é uma entidade não governamental que visa promover o desenvolvimento da normatização de produtos e serviços, para que a qualidade dos mesmos seja permanentemente melhorada. Aderir as normas ISO é uma regalia para as empresas, visto que isso lhes concede maior organização, produtividade e credibilidade, gerando crescimento a sua competitividade nos mercados nacional e internacional. Os países membros da ISO são os Estados Unidos da América (ANSI), a Inglaterra (BSI), a Holanda (DIN) e o Brasil (INMETRO).

Independente de setor ou tamanho, a ISO 9001 é adequada para qualquer organização que busca aperfeiçoar a forma como trabalha. Contudo, os melhores retornos a respeito do investimento são adquiridos pelas companhias que estão preparadas para implantá-las em toda a organização, ao invés de realizá-lo em lugares específicos, departamentos ou divisões. Complementarmente, a ISO 9001 foi desenvolvida para ser compatível com demais normas e especificações de sistemas de gestão, bem como a OHSAS 18001 de Saúde Ocupacional e de Segurança. Elas podem ser devidamente integradas por meio de Gestão Integrada. Estas normas compartilham diversos princípios comuns, deste modo a escolha de um sistema de gestão integrada pode agregar um esplêndido valor pelo investimento.

Foi desenvolvido o sistema de certificação OHSAS 18001 com o intuito das organizações realizarem operações de maneira mais segura para todos. Ela propicia condutas pró-ativas e contínuas nos processos da empresa compatíveis com as normas ISO 9001. Um Sistema de Gestão de Saúde e Segurança dentro dos padrões da OHSAS 18001 auxilia a empresa a manter seu comprometimento com a saúde dos funcionários, além de fazer com os requisitos legais e regulatórios sejam cumpridos. Os benefícios são motivação dos funcionários, redução dos custos operacionais, redução dos custos com seguros, redução de riscos de acidentes e custos relacionados, demonstração pública de cumprimento da legislação e atuação responsável, melhoria da imagem junto à comunidade, resposta a pressões de clientes e acionistas, mais segurança aos funcionários e facilidade de integração com outras normas de qualidade e meio ambiente.

Segundo Piza (1998), em muitos países, as questões de saúde no trabalho são cruciais para os custos e a qualidade dos produtos, já que as penalidades para os infratores são aplicadas com rigor. A sobrevivência em sociedade depende do cumprimento de normas de comportamento essenciais, as quais são estabelecidas pelo Direito. Sendo assim, nossas regras do direito são coercitivas. A conduta ilegal é a manifestação ou omissão de vontade que se opõe à lei e pode acarretar responsabilidade penal ou civil, ou ambas. Se a ação ou omissão for voluntária ou intencional, a conduta ilegal é dolosa. Caso a ação ou falta dela seja involuntária e resulte em dano, o ato é considerado culposo.

A culpa é uma postura positiva ou negativa de alguém que não deseja que o dano ocorra, mas que acontece por falta de previsão do que é sublimemente previsível. O ato culposo é aquele praticado por falta de atenção, descuido ou inexperiência. Negligência é a omissão voluntária de diligência ou cuidado, falta ou demora no prevenir ou obstar um dano. Imprudência é a maneira de culpa que é baseada na ausência involuntária de observância de medidas de precaução e segurança, de consequência previsíveis, necessárias no momento para evitar um mal ou a infração da lei. Imperícia é a ausência de aptidão especial, experiência, ou habilidade no desempenho de uma função.

A empresa pode agir com culpa proveniente da falta de cautela ou providência na escolha de pessoa a quem confia a execução de um ato ou serviço. A título de exemplo, manter um colaborador sem a habilitação legal ou as habilidades necessárias. A empresa também age com culpa ocasionada pela falta de diligência, atenção, vigilância, fiscalização ou quaisquer outros atos de segurança do agente, no cumprimento do dever, para evitar prejuízo a alguém. O infortúnio laboral pode gerar responsabilidade penal, civil, administrativa e trabalhista. Sendo as responsabilidades civil e criminal das outras distintas. A responsabilidade é objetiva, não há necessidade de demonstrar a culpa do empregador, seus prepostos ou do próprio trabalhador. Não se questiona se existe culpa ou não. Existindo nexos de causalidade, há obrigação de indenizar. Medidas administrativas podem ser implementadas, como a interdição temporária ou definitiva da empresa responsável pelo dano por falta de segurança, aplicação de multas administrativas. A não observância das condições impostas pelas normas regulamentadoras pode levar a multas aplicadas pelos juízes em casos de rescisão do contrato de trabalho. Basta a prova da doença profissional, ou daquela resultante das condições anormais ou excepcionais em que o trabalho se desenvolvia, a condição de empregado, o nexo causal, a incapacidade laborativa.

Sintetizando a evolução do fundamento da responsabilidade civil, observa-se que a culpa ou risco consubstancia a razão por que alguém deve ser obrigado a reparar o dano. É uma observação elementar, mas é o alicerce que define a responsabilidade civil. No Brasil, é assegurado o direito à saúde a todos os cidadãos pelo art. 196º da Constituição Federal de 1988. O empregador pode ser responsabilizado em uma Ação de Indenização por Ato Ilícito ou em uma Ação Ordinária de Indenização por Perdas e Danos, por exemplo. A responsabilidade do empregador encontra-se definida no Capítulo II - Dos Direitos Sociais, art. 7º - "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social: I - (...); XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa; "

No Código Civil de 2002 os arts. 186 - “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito” e 927 - “Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. ” Parágrafo único - “Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”.

O Decreto nº 3.048/99 - Regulamento da Previdência Social citas em seus arts. 338 - “A empresa é responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e saúde do trabalhador. ” Parágrafo único - “É dever da empresa prestar informações pormenorizadas sobre os riscos da operação a executar e dos produtos a manipular”; art. 341 - “Nos casos de negligência quanto às normas de segurança e saúde do trabalho indicadas para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os responsáveis”; art. 343 - “Constitui contravenção penal, punível com multa, deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e saúde do Trabalho”; art. 339 - “O Ministério do Trabalho e Emprego fiscalizará e os sindicatos e entidades representativas de classe acompanharão o fiel cumprimento do disposto nos artigos 338 e 343”. Além da responsabilidade de natureza civil, o empregador poderá responder criminalmente (contravenção penal, crime de perigo, de lesões corporais) como também os sindicatos poderão estar sempre presentes, intervindo na empresa.

A convenção nº 161 diz respeito aos serviços de saúde no trabalho. No art. 1, “a) a expressão serviços de saúde no trabalho designa uns serviços investidos de funções essencialmente preventivas e encarregados de assessorar o empregador, os trabalhadores e a seus representantes na empresa sobre: i) os requisitos necessários para estabelecer e conservar um meio ambiente de trabalho seguro e sadio que favoreça uma saúde física e mental ótima em relação com o trabalho; ii) a adaptação do trabalho às capacidades dos trabalhadores, tendo em conta seu estado de saúde física e mental; b) a expressão representantes dos trabalhadores na empresa designa as pessoas reconhecidas como tais em virtude da legislação ou da prática nacionais.” O art. 5 diz “Sem prejuízo da responsabilidade de cada empregador a respeito da saúde e a segurança dos trabalhadores que emprega e considerando a necessidade de que os trabalhadores participem em matéria de saúde e segurança no trabalho, os serviços de saúde no trabalho deverão assegurar as funções seguintes que sejam adequadas e apropriadas aos riscos da empresa para a saúde no trabalho: a) identificação e avaliação dos riscos que possam afetar a saúde no lugar de trabalho; b) vigilância dos fatores do meio ambiente de trabalho e das práticas de trabalho que possam afetar a saúde dos trabalhadores, incluídas as instalações sanitárias, refeitórios e alojamentos, quando estas facilidades forem proporcionadas pelo empregador; c) assessoramento sobre o planejamento e a organização do trabalho, incluído o desenho dos lugares de trabalho, sobre a seleção, a manutenção e o estado da maquinaria e dos equipamentos e sobre as substâncias utilizadas no trabalho; d) participação no desenvolvimento de programas para o melhoramento das práticas de trabalho, bem como nos testes e a avaliação de novos equipamentos, em relação com a saúde; e) assessoramento em matéria de saúde, de segurança e de higiene no trabalho e de ergonomia, bem como em matéria de equipamentos de proteção individual e coletiva; f)

vigilância da saúde dos trabalhadores em relação com o trabalho; g) fomento da adaptação do trabalho aos trabalhadores; h) assistência em, pró da adoção de medidas de reabilitação profissional; i) colaboração na difusão de informações, na formação e educação em matéria de saúde e higiene no trabalho e de ergonomia; j) organização dos primeiros socorros e do atendimento de urgência; k) participação na análise dos acidentes do trabalho e das doenças profissionais.”

A jurisprudência também é muito vasta no que diz respeito aos cuidados com a saúde do trabalhador. A legislação existe, o que falta é ser colocada em prática pelos empresários. Percebemos então que inserir a prevenção de lesões ocupacionais na gestão empresarial não é só questão de qualidade e sim de estar dentro dos requisitos legais vigentes no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo, concluo que a prevenção de lesões ocupacionais é um fator de grande importância dentro da gestão de qualidade empresarial, pois um trabalhador com a saúde comprometida irá gerar custos para a empresa, além da sua produção decair.

Atualmente, há um elevado número de pessoas que sofrem com problemas posturais. Isso tem levado inúmeros trabalhadores a se afastarem de suas atividades, muitas vezes por tempo indeterminado, ocasionando altos prejuízos para a empresa, para a previdência e para a economia do país.

Para a prevenção de lesões ocupacionais é necessário que se possua um ambiente de trabalho com mobiliário, espaço físico, equipamentos e ferramentas adequadas. É de grande importância também, haver pausas durante a jornada de trabalho e a implantação de ginástica laboral. O processo de implantação do programa de prevenção deve ser uma das prioridades do gestor de qualidade dentro da empresa, pois uma boa gestão começa com trabalhadores saudáveis, motivados e produtivos.

Os benefícios da prevenção vão deste a diminuição dos custos com despesas médicas e afastamentos, até mesmo a maximização da produtividade, funcionando também como excelente estratégia competitiva. Uma empresa com boa gestão e que pensa na saúde dos trabalhadores está bem à frente da concorrência.

A prevenção é demasiadamente mais barata que o tratamento de uma lesão já instalada. Este é o fator mais importante para a empresa que visa obter lucro. Portanto deve ser vista com seriedade e implantada com rigor, para que a empresa atinja o sucesso e saia à frente de seus concorrentes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. Ed. da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo: 2002.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3 eds. Ed. LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, Rio de Janeiro: 1987.

DEJOURS, C., Abdouchelli, E., & Jayet, C. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. 1 ed, Ed Atlas: São Paulo, 1994.

DRUCKER, Peter, Nakauchi, I. Drucker na Ásia Um diálogo entre Peter Drucker e Isao Nakauchi. 1.ed. Ed. Thomson Pioneira: São Paulo, 1997.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. Qualidade de Vida no Trabalho - QVT: Conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. 2.ed. Ed. Atlas: São Paulo, 2008.

KISNER, C, Colby, L.A. Exercícios Terapêuticos Fundamentos e Técnicas, Ed. Manole, São Paulo: 1992.

KNOPLICH, José. Viva bem com a coluna que você tem. 12 eds. Ed. Ibrasa, São Paulo: 1985

MANUAIS DE LEGISLAÇÃO ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho, São Paulo: Atlas, Ed. 39, 1998.

MAHAYRI, G. Contribuições da ergonomia para a prevenção das algias da coluna vertebral. Revista Brasileira de Reumatologia, v. 36, n. 6, 1996.

PIZA, F.T., Conhecendo e Eliminando Riscos no Trabalho. Campanha da indústria Para prevenção de acidentes - CNI/SESI/SENAI/IEL, São Paulo: 1998.

RAMAZZINI, B. As doenças dos trabalhadores. 1 ed. Ed. Fundacentro, São Paulo: 1992.

Sites consultados

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u38278.shtml> Acesso em 28/06/2023

http://www.rh.com.br/Portal/Relacao_Trabalhista/Entrevista/3998/a-importancia-da-gestao-do-turnover.html Acesso em 01/07/2023

<http://www.eurofound.europa.eu/pubdocs/1997/15/pt/1/ef9715pt.pdf> Acesso em 28/06/2023

http://www.mte.gov.br/legislacao/convencoes/cv_161.asp Acesso em 30/06/2023

http://www.mte.gov.br/legislacao/normas_regulamentadoras/default.asp Acesso em 15/07/2023

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u38279.shtml> Acesso em 15/07/2023

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u38278.shtml> Acesso em 17/07/2023.

Capital social e desenvolvimento

Social capital and development

Elias Nunes de Oliveira

Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade discutir algumas questões acerca da relação entre capital social e desenvolvimento. A concepção de desenvolvimento aqui considerada está relacionada ao chamado desenvolvimento socioeconômico ou desenvolvimento social, compreendendo questões como distribuição de renda, saúde, educação, moradia, saneamento. Na história contemporânea da evolução do pensamento econômico, especialmente da segunda metade do século XIX e início do século XX, em termos gerais, a solução para os principais problemas da sociedade, como emprego e distribuição de renda, estaria nas forças de mercado. A partir da grande crise do sistema capitalista, nos anos 1930, o Estado passa a intervir nos sistemas econômicos e assume, então, um papel cada vez mais relevante na geração de emprego, renda, serviços de educação e saúde, entre outros. A partir dos anos 1970, o papel do Estado passa a ser novamente questionado pelos setores produtivos, iniciando-se um período de menor presença do Estado na economia e, conseqüentemente, menor capacidade de atender às principais demandas sociais. Não obstante as várias alterações nos sistemas econômicos e nos regimes políticos, especialmente nas sociedades capitalistas, além de algumas conquistas sociais, de fato as condições de vida das pessoas não apresentaram grandes alterações, principalmente nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Nesse cenário, as teorias mais recentes sobre desenvolvimento consideram o papel do chamado capital social como elemento importante na busca por uma sociedade menos desigual. Assim, neste trabalho, serão apresentadas algumas reflexões sobre o que vem a ser o capital social e suas possíveis relações com o desenvolvimento.

Palavras-chave: capital social. desenvolvimento. Estado

INTRODUÇÃO

Buscar satisfazer as necessidades de bens e serviços ou atingir certos níveis de desenvolvimento econômico que propiciem melhores condições de vida às pessoas é, evidentemente, o objetivo de qualquer sociedade. No entanto, os meios utilizados para tais fins são muito discutidos, dada a experiência histórica de modelos de desenvolvimento



que em certa medida têm falhado ao não atingirem níveis satisfatórios de distribuição equitativa de renda, ao não melhorar o acesso a educação de qualidade, ao não reduzir os níveis de mortalidade infantil e assim por diante.

As mudanças econômicas e políticas nas sociedades contemporâneas foram acompanhadas pela evolução do pensamento econômico e das idéias sociais. O século XX iniciou tendo como pilar do pensamento econômico a crença de que a livre iniciativa, o funcionamento do mercado e a ação das forças de demanda e oferta seriam suficientes para dar conta da satisfação das necessidades de bens e serviços requisitados pela população. Vasconcellos (2007) lembra o Pai da Ciência Econômica, Adam Smith, que via no funcionamento livre do sistema econômico, sem a intervenção direta do Estado, o caminho da prosperidade, gerando riquezas que beneficiariam a todos. Seria como se uma “mão invisível” surgisse desse movimento intenso das forças de mercado, pairando sobre a sociedade e protegendo-a de quaisquer intempéries. No entanto, as idéias de livre mercado e justiça social não correspondiam aos fatos. O mundo capitalista foi sacudido pela maior crise de sua história, cujo marco foi a “grande depressão” dos anos 1930. Observa Froyen (1999), que o desemprego nos Estados Unidos e na Europa atingiu níveis jamais verificados. Assim, a crença no equilíbrio automático do sistema regido pelo mercado foi profundamente abalada.

Nesse cenário, surgiram novas idéias sobre o funcionamento e a condução dos sistemas econômicos. Do ponto de vista da teoria econômica, emerge a figura de John Maynard Keynes, com sua clássica obra “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, cujas idéias também tiveram influência do planejamento central soviético, onde a produção industrial apresentava bons índices de crescimento. Keynes defendia a adoção de novas políticas macroeconômicas e a intervenção do Estado para o reordenamento e a recuperação do sistema econômico capitalista.

Assim, durante o século XX, até o início da década de 1970, o mundo capitalista viu crescer a participação do Estado na Economia. Desse modo, a oferta de bens e serviços e o atendimento das necessidades sociais seriam resolvidos com a atuação do mercado e a atuação mais direta do Estado. Ocorre que durante a década de 1970 o papel do Estado passa a ser cada vez mais questionado, especialmente em razão do peso da carga tributária para os setores produtivos, num cenário de redução de lucros e aumento adicional de custos, em face da crise do petróleo de 1973. Inicia-se, assim, um período de menor presença do Estado na economia e, também, na sua capacidade de atender às principais demandas sociais. (FROYEN, 1999).

Observa-se que ao longo do século XX, principalmente no mundo ocidental, houve várias mudanças nos sistemas econômicos e nos regimes políticos, juntamente com algumas conquistas sociais. No entanto, as condições de vida das pessoas não apresentaram mudanças significativas, especialmente nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, tendo em conta sua relação histórica de dependência com os países desenvolvidos.

Nesse contexto, as reflexões mais recentes, que tratam da questão do desenvolvimento, propõem discussões importantes, apontando alternativas para a análise do funcionamento das sociedades contemporâneas e estratégias de desenvolvimento

social. Dentre elas, destaca-se o papel do chamado capital social, como possibilidade de desenvolvimento econômico e social, levando em conta valores como associativismo, vínculo social, cooperação, entre outros. Assim, a finalidade deste trabalho é apresentar algumas reflexões sobre os conceitos de capital social e de que maneira esse capital se relaciona com o desenvolvimento econômico e social.

CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO

De um modo geral, as premissas de desenvolvimento, seja com maior ou menor participação do Estado, consideram a necessidade de se criar um ambiente favorável ao crescimento econômico. Esta é a ideia difundida, em termos gerais, pela teoria econômica ortodoxa, ou seja: para se desenvolver é preciso que haja um ritmo de crescimento da produção que propicie, na sequência, melhores condições de vida às pessoas.

Cria-se, assim, a expectativa de que se o Produto Interno Bruto (PIB) e a Renda *Per Capita*¹ estiverem em níveis relativamente elevados, de forma sustentada do ponto de vista econômico, as demais necessidades, inclusive sociais, serão resolvidas no curso do próprio processo de crescimento. Nesse sentido, Kliksberg (2001) observa que, dentro dessa visão, esse crescimento “...fluirá para baixo, através do famoso efeito ‘derrame’, e isso solucionará os ‘restos’ que possam existir no campo social”.

As décadas mais recentes também têm mostrado uma realidade, em certa medida, distante das teorias tradicionais sobre desenvolvimento. As receitas ortodoxas, por exemplo, seguidas na América Latina a partir dos anos 1980, com o chamado Consenso de Washington, não surtiram o efeito desejado.

Nesse sentido, Davis *apud* Kliksberg (2001) aponta que “O resultado é uma forte instabilidade do emprego e da produção, uma maior diferenciação entre ricos e pobres e um crescimento médio modesto: apenas 3% neste decênio [1990-2000], e com uma profunda desigualdade”. Ratifica Kliksberg (2001) que “Efetivamente, os dados indicam que o crescimento foi muito discreto, não se ‘derramou’ automaticamente, a desigualdade aumentou de modo significativo, a pobreza não se reduziu”.

Cabe aqui lembrar que o Consenso de Washington, conforme Rego e Marques (2005), é uma “...expressão cunhada pelo economista norte-americano John Williamson, que lecionou na PUC/RJ². O consenso contemplava uma série de medidas de caráter liberal, ou seja, recomendava aos países em desenvolvimento a redução da participação do Estado na economia, ajustes nas políticas econômicas, especialmente monetária e fiscal, e um conjunto reformas que dessem sustentação econômica no médio e longo prazos, como a administrativa, fiscal, tributária, entre outras. Observam Rego e Marques (2005) que o Consenso de Washington foi “...concebido no âmbito de organizações sediadas ou vinculadas a Washington, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial”.

Stiglitz *apud* Kliksberg (2001) menciona que “Muitos países aplicaram as recomendações intelectualmente claras, embora não raro difíceis no aspecto político, do Consenso de Washington. Os resultados não têm sido, porém, totalmente satisfatórios”.

¹ Resultado da divisão do valor da produção total de um país, em determinado ano, pelo número de habitantes.

² Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro.

Kliksberg (2001) apresenta alguns dados da CEPAL³, em seu *Panorama Social da América Latina 2000*, cuja estimativa é de “...que a população em situação de pobreza cresceu, de 1997 até início de 2000, de 204 milhões a não menos de 220 milhões”.

Souza (2005) observa que merece atenção o fato de que, no âmbito da lógica dos sistemas econômicos contemporâneos, o crescimento da produção é importante, pois permite colocar à disposição da população um conjunto de bens e serviços necessários à satisfação de suas necessidades. No entanto, crescimento econômico e aumento da renda per capita não podem ser caracterizados como fins, como metas principais, suficientes para criação de um ambiente de prosperidade que se propague de maneira equânime na sociedade. Os indicadores recentes, como apontam vários levantamentos da Organização das Nações Unidas (ONU), do Banco Mundial e da CEPAL, sobre distribuição efetiva de renda, expectativa de vida, condições de saúde, saneamento, educação, entre outros, mostram que nem sempre há uma correspondência entre o crescimento econômico e melhorias substanciais nesses indicadores sociais.

Merece também atenção o fato de que várias análises de organismos internacionais, como o Banco Mundial, apontam para a necessidade de se ampliar a visão acerca da questão do desenvolvimento, e apresentam discordância em relação à ideia de que o crescimento econômico, por meio de mercados livres e abertos com pouca participação do Estado, seja a única alternativa possível. Kliksberg (2001) lembra que “Países com renda e crescimento similares obtiveram nas três últimas décadas [1970-1980-1990-2000] conquistas muito diferentes em educação, saúde e proteção ao meio ambiente”. Não se trata, portanto, de simples crescimento, e sim, de melhor crescimento, aquele que reflita, verdadeiramente, no bem-estar das pessoas.

É interessante notar que em meio a esses fatos, difunde-se a ideia de que a desigualdade seria algo necessário ao próprio processo de desenvolvimento, pois ao crescer, mesmo que num primeiro momento haja certos níveis de concentração de renda, paulatinamente essa desigualdade vai diminuindo. Isso ocorreria pelo fato de que com o ritmo de crescimento econômico e certo nível de concentração de recursos em algumas mãos, cria-se um ambiente favorável a novos investimentos, geração de mais emprego e renda e melhorias constantes do ponto de vista social.

Note-se ainda que, aos olhos dos formuladores das políticas econômicas, a política social não assume um papel primordial e, por vezes, aparece apenas como um apêndice, um complemento às políticas macroeconômicas, exercendo um papel no sentido de corrigir possíveis focos de inquietudes sociais inerentes ao processo de crescimento e acumulação.

Entretanto, a dificuldade histórica em reduzir o fosso da desigualdade, principalmente nos países considerados em desenvolvimento, parece apontar no sentido de que a desigualdade tem sido, sim, um grande obstáculo, um fator inibidor do próprio desenvolvimento econômico e da democracia.

Portanto, o papel da política social, ao invés de complementar, deveria assumir um papel estratégico, fundamental para a estabilidade política e econômica. Touraine *apud* Kliksberg (2000) considera que “Em vez de compensar os efeitos da lógica econômica, a política social deve ser concebida como condição indispensável do desenvolvimento

³ Comissão Econômica para a América Latina.

econômico”. Os retornos dos investimentos maciços em educação, por exemplo, são evidentes.

Aparentemente, a desvalorização das políticas sociais tem como pano de fundo o discurso que se produziu nas últimas décadas que apregoa a redução do Estado, diminuindo sua capacidade de investimentos em setores essenciais. Não faltam interlocutores do sistema econômico vigente, nos mais diversos meios de comunicação, que reproduzem todos os dias as idéias de associação do Estado à burocracia excessiva, irresponsabilidade, ineficiência, entre outros adjetivos de conotação negativa.

Esse discurso tão afinado pode ter uma razão bastante plausível: os interesses do mercado, que sustenta a grande mídia.

A partir da década de 1970, com o aumento dos custos de produção e o achatamento do lucro, o mercado passou a defender a minimização do Estado, e a conseqüente redução da carga tributária. Assim, o movimento do grande capital pelo mundo, em busca de redução de custos, especialmente de mão de obra, impôs aos países em desenvolvimento uma série de medidas que resultaram na desestruturação da máquina pública.

O Brasil, nesse contexto, conviveu com sérios problemas do ponto de vista econômico e social. Em fins dos anos 1980, na transição para o regime democrático, ao mesmo tempo em que tentava buscar soluções para diversas questões como endividamento, inflação e tensões sociais, aprovava uma constituição que elencava uma série de direitos sociais, porém já num cenário em que o Estado brasileiro se via cada vez mais reduzido e incapaz de dar respostas às mais diversas e complexas demandas sociais. (GREMAUD, 2002).

Ao tentar deslegitimar o papel do Estado, o discurso neoliberal teve sua composição baseada na ideia de que as questões sociais também seriam resolvidas pela própria ação do mercado que, uma vez livre do peso do Estado, geraria mais emprego e renda e, portanto, seria a base para a solução das mazelas sociais históricas. No entanto, alguns dados apresentados, aqui, anteriormente, não retratam esse efeito da ação do mercado sobre a melhoria efetiva nas condições de vida. Aliás, pelo contrário, em muitos casos houve piora. E os melhores resultados estão localizados onde há maior presença do Estado, de forma organizada e eficiente.

O CAPITAL SOCIAL

Em que pesem as mais diversas considerações e contrapontos acerca do desenvolvimento social, não se pode negar que a sociedade avançou em vários aspectos. São vários os exemplos no campo da informática, das telecomunicações, das técnicas de produção, entre tantos outros. Todo esse processo evolutivo desemboca, certamente, em maiores possibilidades de produção e satisfação de necessidades. Paradoxalmente, o mundo continua convivendo com níveis assustadores e inaceitáveis de desigualdade e pobreza extrema. Kliksberg (2001) lembra que “...3 bilhões de pessoas não possuem instalações sanitárias básicas e 2 bilhões não recebem eletricidade”.

Nesse sentido, a questão do desenvolvimento passa pela necessidade de se ampliar as discussões e buscar soluções para os problemas sociais, evidentemente

estranhadores. Deve-se ressaltar que não se trata apenas de uma discussão sobre o mundo dividido em Mercado versus Estado. É necessário ter em conta que a grande maioria dos países convive com sistemas econômicos baseados na livre iniciativa, na propriedade privada, enfim, nos fundamentos de mercado, com maior ou menor grau de participação do Estado, dependendo da região. Portanto, parece coerente considerar que as alternativas de desenvolvimento social devem considerar essas estruturas de sistemas econômicos vigentes. Por outro lado, em face das demandas sociais, quais seriam as alternativas para respostas mais efetivas?

O debate atual sobre desenvolvimento, caminha no sentido da consideração do chamado 'Capital Social', que compreende, em termos gerais, aspectos relativos à cultura, costumes, vínculos sociais, entre outros, como elementos importantes para o processo de desenvolvimento. Iglesias (*apud* KLIKSBURG, 2001), considera que "...há múltiplos aspectos na cultura de cada povo que podem favorecer seu desenvolvimento de modo que resulte, posteriormente, mais eficaz, porque tomará em conta potencialidades que são de sua essência e que, até agora, foram geralmente ignoradas". Cabe destacar que não se trata de uma discussão apenas teórica em torno do capital social e sua relação com o desenvolvimento, mas sim da verificação da presença desse capital em realidades atuais, cuja ação tenha contribuído para o desenvolvimento.

O que se defende no campo do capital social é a necessidade de maior grau de humanidade, ou seja, no processo de busca por alternativas de desenvolvimento seria fundamental considerar a participação efetiva das instituições, da comunidade. Não se pode enxergar o desenvolvimento apenas como uma questão técnica. Note-se que muitos países que seguiram as receitas liberalizantes do 'Consenso de Washington', desmantelando o Estado, não resolveram seus problemas sociais. Assim, a ideia de 'Capital Social' ratifica o pensamento de que levar em conta as pessoas é a base para galgar outros degraus em termos de melhorias nas condições de vida.

Kliksberg (2001) registra um trabalho do Banco Mundial intitulado *Las instituciones cuentan* (1998) que desenvolve

(...) em detalhes a visão de que todo o tema das instituições deve ser incorporado à análise das realidades econômicas e ao plano de políticas. Entende-se, com tais, o conjunto de regras formais e informais e seus mecanismos de execução que incidem sobre o comportamento dos indivíduos e das organizações de uma sociedade. Entre as formais, encontram-se as constituições, leis, regulações, contratos etc. Entre as informais, estão a ética, a confiança, os preceitos religiosos e outros códigos implícitos. Uma das franquezas do 'Consenso de Washington' teria sido, segundo o Banco Mundial, a não inclusão das mesmas entre as políticas que recomenda. (KLIKSBURG, 2001)

Sugere-se, assim, a ideia de que a valorização dessas configurações formais e informais da vida em sociedade é uma condição ao desenvolvimento econômico e social. Assim, o chamado 'tecido social' que compreende aspectos como cooperação, amizade, confiança, amizade, entre outros, deve estar contemplado na teoria e política de desenvolvimento, pois constitui a base da política e da economia, numa indicação bastante clara de que as questões políticas, econômicas e sociais são complexas e interdependentes. Kliksberg (2001) observa que "A visão puramente economicista do desenvolvimento pode tropeçar, a qualquer momento, em bloqueios muito sérios que surgem das outras áreas, e assim tem acontecido na realidade".

O desenvolvimento social, edificado nos pilares do capital social, seria a base para se atingir outros patamares de democracia, no sentido do seu amadurecimento e consolidação, propiciando estabilidade política e econômica.

Kliksberg (2001) cita o trabalho de Robert Putnam, pioneiro nas reflexões sobre capital social e desenvolvimento, em que são apontadas questões como grau de confiança entre os atores sociais, nível de associativismo, cumprimento de normas, entre outras, que retratam a solidez do tecido social e que diferenciam determinadas sociedades, pois indica capacidade para atuar cooperativamente e firmar acordos, por exemplo. De acordo com o trabalho de Robert Putnam, esse conjunto de fatores, base do fortalecimento do tecido social, estaria mais presente no norte da Itália do que no Sul, cujos resultados em termos de desempenho econômico e estabilidade política se mostram mais positivos no Norte daquele país.

Em suas considerações sobre as Lições da Experiência Regional Italiana, Putnam (2006), considera que

No final do século XX, assim como no início do século XII, as instituições coletivas funcionavam melhor na comunidade cívica. Nos anos 80, o Norte também conquistara larga margem de superioridade em termos de capital físico e humano, o que é acentuado e em parte explicado pela superioridade de seu capital social.

Não obstante algumas considerações críticas sobre as teorias do capital social, como por exemplo, a necessidade de maior refinamento teórico para posteriores generalizações, o que se verifica nas análises sobre relação entre capital social e desenvolvimento é que as questões de ordem social, cultural e institucional podem contribuir de maneira bastante positiva para as ações coletivas, influenciando o curso do desenvolvimento econômico e social.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DA DÁDIVA, CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

Reflexões importantes acerca dos valores sociais encontram-se presentes em Marcel Mauss, sociólogo e antropólogo francês da primeira metade do século XX. Conforme Martins (2005), Mauss é considerado o principal sistematizador da Teoria da Dádiva, “que vem sendo resgatada como um modelo interpretativo de grande atualidade para se pensar os fundamentos da solidariedade e da aliança nas sociedades contemporâneas”.

A questão central colocada por Mauss é que existe um valor simbólico, fruto das relações sociais, que é ‘fundamental para a vida social’, e que deve ser considerado um valor superior, superior ao valor das coisas. Assim, se para o mercado está o ‘interesse’ e para o Estado, a ‘obrigação’, para a Dádiva (que está ligada a esse valor da relação social) está o Dom de ‘dar, receber e retribuir’.

Cabe aqui novamente observar que em boa parte dos sistemas econômicos vigentes funciona a ação das forças de demanda e oferta, portanto o mercado, que busca produzir bens e serviços para a satisfação de necessidades; por outro lado, nesses mesmos sistemas, existe, em maior ou menor grau, a participação do Estado, seja oferecendo serviços públicos ou semi-públicos, ou mesmo atuando diretamente no sistema produtivo, produzindo alguns bens e serviços.

É nesse complexo sistema que Mauss considera que funcione também um sistema de relações sociais que produzem o chamado valor simbólico, ou de vínculo, que está acima da simples relação de troca, do interesse do mercado e/ou da obrigação do Estado em oferecer bens e serviços. Martins (2005) diz que o valor de vínculo, “...exprime a intensidade da relação entre os parceiros do Dom. Mauss chegou a esta compreensão a partir da constatação de que as modalidades de trocas nas sociedades arcaicas não são apenas coisas do passado, tendo importância fundamental para se compreender a sociedade moderna”.

O valor de vínculo para Mauss, que está acima dos outros valores, e que sustenta as próprias relações mercadológicas, conforma que se chama de fato social total.

Totalidade no sentido de que a sociedade inclui todos os fenômenos humanos de natureza econômica, cultural, política, religiosa, entre outros, sem haver nenhuma hierarquia prévia que justifique uma economia natural que precederia os demais fenômenos sociais. Totalidade, também, no sentido de que a natureza desses bens produzidos pelos membros das comunidades não é apenas material, mas também, e, sobretudo, simbólica. (MARTINS, 2005).

O ponto central da teoria da dádiva é a tríplice obrigação do ‘dar, receber, retribuir’. Caillé (*apud* MARTINS, 2005), lembra que Mauss avançou as ‘bases’ do pensamento sociológico que desenvolvia uma crítica anti-utilitarista menos ativa e de viés defensivo, ligada a autores como Weber, Durkheim e Parsons, transformando-a numa crítica mais orientada para “revelar a complexidade dos sistemas de troca e de constituição de alianças”.

A teoria da dádiva aparece como um argumento sociológico importante na crítica dos dois grandes paradigmas da modernidade, o Estado e o mercado. “Por ser a lógica arcaica constitutiva do vínculo social, a dádiva integra potencialmente em si as possibilidades do mercado (retenção do bem doado) e do Estado (possibilidades de redistribuição das riquezas coletivas)”. (MARTINS, 2005).

Assim, a obra de Mauss é considerada importante pelo resgate de idéias associacionistas, que datam do início do século XX e que agora assumem um papel importante para pensar a sociedade civil contemporânea e para fundamentar as discussões sobre estratégias de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentar discutir uma questão tão complexa como o desenvolvimento econômico e social é algo desafiador e, ao mesmo tempo, instigante. A busca por melhores condições de vida tem movido as sociedades em várias direções.

Verificou-se, no início do século XX, principalmente nas sociedades ocidentais, a crença nas regras de mercado, que seriam suficientes para movimentar os sistemas econômicos e derramar os efeitos benéficos da livre ação das forças de demanda e oferta sobre a sociedade, provendo-a em suas necessidades. E uma das condições para esse equilíbrio automático do sistema seria o Estado mínimo, com pouca participação direta no sistema regido pelo mercado.

No entanto, essa crença foi profundamente abalada pela grande Crise do sistema capitalista nos anos 1930, e a partir daí o Estado passa a estar mais presente na tomada de decisões macroeconômicas e na implantação de políticas públicas. As respostas às demandas econômicas e sociais passam, então, a ser uma tarefa do mercado e, também, do Estado, cuja participação volta a ser reduzida a partir dos anos 1970, com advento das idéias neoliberais.

Ocorre que, com maior ou menor grau de participação do Estado no sistema, a premissa básica do desenvolvimento tem sido o crescimento econômico, ou seja, difunde-se a ideia de que o desenvolvimento social advém do crescimento do Produto Interno Bruto. Note-se que crescer economicamente é algo, em termos gerais, importante, porém, o que se tem observado é que o crescimento, ao invés de ser realmente um meio possível para o desenvolvimento social, tem sido um fim em si mesmo, bastando crescer para que naturalmente as demandas sociais sejam resolvidas.

De fato, a realidade não tem demonstrado essa relação harmoniosa entre crescimento econômico e desenvolvimento social difundida pelos formuladores das políticas econômicas. Pelo contrário, pois em muitos casos, em pleno século XXI, especialmente nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, os indicadores de pobreza extrema, desigualdade de renda, mortalidade infantil, saneamento básico, saúde e analfabetismo são desalentadores.

Não se consegue conceber a ideia de que num mundo com tantos avanços, nas mais diversas áreas, ainda haja tanta pobreza. E onde estaria o problema? Para muitos autores, que discutem a questão do desenvolvimento, é necessário considerar as políticas sociais como prioridade, invertendo a lógica, a partir do pressuposto de que o combate à desigualdade é condição para se buscar maiores níveis desenvolvimento, inclusive econômico, contribuindo para a estabilidade política e a consolidação das democracias.

No âmbito da execução das políticas sociais e das políticas públicas de um modo geral, observa-se também a defesa de vários autores, como Roberto Putnam, do capital social na consolidação do desenvolvimento econômico e social. Verifica-se que em sociedades cujas relações são baseadas na confiança, na cooperação, no associativismo, os resultados, em termos de desempenho econômico, político e social, são relativamente melhores. Conforme observações anteriores, Putnam cita o caso da Itália, onde as províncias do norte, por terem maior estoque de capital social, apresentam um quadro melhor de desenvolvimento econômico e social.

Finalmente, cabe observar que a ideia de valorização do capital social, como alternativa para um desenvolvimento mais harmônico vem sendo resgatada com a justificativa de que esse é um valor esquecido, que está presente nas sociedades desde tempos mais remotos, mas que de alguma forma foi posto de lado, principalmente em razão da redução da discussão sobre desenvolvimento a Estado versus Mercado. Assim, na visão de pensadores como Marcel Mauss, deve-se notar a presença de um valor que está acima dos interesses do mercado e do papel do Estado, que seria o valor simbólico, do vínculo social, que advém da dádiva, ou *Don*, baseada no tripé 'dar, receber, retribuir'. Essa seria a base de fortalecimento do tecido social, sustentando os próprios sistemas econômicos e regimes políticos e contribuindo para a construção de uma sociedade menos desigual.

REFERÊNCIAS

- CANONICE, Bruhmer Cesar Forone. Normas e padrões para elaboração de trabalhos acadêmicos. Maringá: EDUEM, 2005.
- FROYEN, Richard T. Macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 1999.
- GREMAUD, Amaury Patrick. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2002.
- REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. Economia Brasileira. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SOUZA, Nali de Jesus de Desenvolvimento Econômico. 5. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2005.
- VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. Economia: Micro e Macro. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Saraiva, 2007.
- KLIKSBERG, Bernardo. Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2001.
- PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- MARTINS, P. H. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. Revista Crítica de Ciências Sociais, 73. Dezembro, 2005: 45-66. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/73/RCCS73-045-066-Paulo%20H.Martins.pdf>.

Inovação no comércio de materiais para construção nos municípios de Pimenta Bueno e Vilhena - Rondônia

Innovation in the construction materials trade in the municipalities of Pimenta Bueno and Vilhena - Rondônia

Elias Nunes de Oliveira

Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a evolução das dimensões do Radar da Inovação em empresas do segmento de materiais para construção nos municípios de Pimenta Bueno e Vilhena, Estado de Rondônia, acompanhadas pelo Programa Agentes Locais de Inovação (ALI). Os procedimentos metodológicos estão amparados no instrumento Radar da Inovação, instrumento este adotado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) - em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – no Programa ALI. Embora as empresas analisadas ainda se encontrem em estágio incipiente de inovação, os resultados mostraram evolução significativa em todas as dimensões, com destaque para as Dimensões Oferta e Relacionamento. Considerado a escala de pontuação do Radar (de 1 a 5), a dimensão Oferta apresentou grau de inovação 3,9 no Ciclo 0 e 4,0 no Ciclo 1, enquanto a dimensão Relacionamento apresentou grau 3,5 no Ciclo 0 e 4,0 no Ciclo 1. Os dados revelaram que essas duas dimensões apresentaram patamares relativamente maiores no grau de inovação, sendo que na dimensão Relacionamento as empresas analisadas apresentaram, na comparação com a dimensão Oferta, maior proximidade das notas obtidas em relação à média. O desvio médio na dimensão Oferta ficou em 0,76 no Ciclo 0 e 0,80 no Ciclo 1, enquanto que na dimensão Relacionamento obteve-se um desvio médio de 0,68 no Ciclo 0 e 0,67 no Ciclo 1.

Palavras-chave: radar da inovação. programa ALI. comércio de materiais para construção.



INTRODUÇÃO

O Brasil, principalmente a partir de meados dos anos 1990, vem enfrentando desafios importantes em seu processo de inserção competitiva na economia mundial. E embora no primeiro lustro dos anos 2000 o país tenha experimentado um período de crescimento econômico e melhorias em seus indicadores socioeconômicos, o período recente de baixo crescimento evidencia a urgência da necessidade de planejamento e execução de ações, tanto por parte do setor público como da iniciativa privada, que coloquem o país em um outro patamar de competitividade e em sintonia com os países mais avançados.

Não obstante os desafios para retomada do crescimento econômico no país, o Estado de Rondônia vem apresentando indicadores de crescimento acima da média brasileira, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E em meio a esse crescimento, de acordo com informações da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o Valor Adicionado Bruto da Construção Civil no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro apresentou taxas elevadas nos últimos dez anos.

Nos municípios de Pimenta Bueno e Vilhena, o impacto desse crescimento se deu principalmente a partir da expansão crédito e o consequente aumento do número de loteamentos e construções residenciais e comerciais. E foi nesse cenário que as empresas do comércio de materiais para construção viram surgir as oportunidades de alavancar os seus negócios. Entretanto, há nesse processo tanto desafios quanto oportunidades que colocam a inovação em posição de destaque, pois o alcance de melhores níveis de competitividade e posicionamento no mercado requer um processo contínuo de inovação.

Nesse contexto, este trabalho tem por finalidade analisar a evolução das dimensões do Radar da Inovação em empresas do segmento de materiais para construção nos municípios de Pimenta Bueno e Vilhena, Estado de Rondônia, acompanhadas pelo Programa Agentes Locais de Inovação (ALI).

REFERENCIAL TEÓRICO

Panorama da Inovação e Competitividade

Às empresas que desejam trilhar o caminho da inovação e da competitividade são colocados desafios importantes que indicam a necessidade de se levar em conta as características do mercado, composto de consumidores mais exigentes. Isso implica a busca contínua pela eficiência, pois as possibilidades de resposta, principalmente aos desafios de inserção competitiva, requerem eficiência que, por sua vez, implica em planejamento e gestão.

Entretanto, a busca pela eficiência apenas na perspectiva da redução de custos e melhoria na qualidade dos produtos e serviços não é suficiente para o enfrentamento dos desafios da competitividade, já que esses atributos (preço e qualidade), embora importantes, são inerentes ao processo produtivo e não constituem diferenciais capazes de garantir uma posição competitiva. Em face das novas demandas, faz-se necessária a oferta de produtos e serviços diferenciados, com valor adicional. Na visão de Carvalho *et al.* (2011, p. 13),

“Como a economia atual está fortemente baseada em conhecimento, produtos e serviços alicerçados nesse recurso se destacam e adquirem valor adicional”.

A inovação está, portanto, intimamente ligada à competitividade e resulta em lucro. Desta forma, depreende-se que quanto mais inovação, tem-se mais competitividade, lucratividade e melhor posicionamento no mercado. Nesse sentido, a eficiência e a rapidez na transformação de ideias em produtos, novos serviços e novos processos denotam a capacidade da empresa e seus colaboradores para inovar, sendo este o grande diferencial competitivo no mercado global.

No entendimento de Calmanovici (2011, p. 93), embora no período recente as pessoas no Brasil estejam muito mais próximas da ciência e da tecnologia, por meio da inovação, ao utilizarem, por exemplo, um novo tipo de combustível como o etanol biocombustível ou serviços médico-hospitalares avançados, “[...] o esforço em inovação deve estabelecer ou consolidar uma cultura inovadora genuína no país incentivando o esforço em P&D (Pesquisa & Desenvolvimento) nas empresas, locus privilegiado da inovação. E, para isso, é necessário contar com a mobilização de diversos setores da sociedade[...]”, observa o autor.

Cabe destacar, também, que a presença de desafios não exclui a possibilidade da existência de oportunidades, que podem ser inerentes a esses próprios desafios ou podem estar presentes em diversos outros setores da economia, e nem sempre requerem produtos e serviços com tecnologia de ponta. (CARVALHO *et al.*, 2011).

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2007), a Lei no 10.973 (de 2 de dezembro de 2004) e a Lei nº 11.196 (de 21 de novembro de 2005), denominadas, respectivamente, de Lei da Inovação e Lei do Bem, [...] abrangem todas as Micro e Pequenas Empresas (MPE) aos instruir as agências de fomento a promover ações de estímulo à inovação nessas empresas, mediante disponibilização de recursos subsidiados e de subvenção econômica para o desenvolvimento tecnológico das empresas [...]”, traduzindo-se, portanto, em importante contribuição para o avanço da cultura da inovação no país.

Inovação: definição e principais tipos

No âmbito das definições e conceitos relativos à Ciência & Tecnologia, tornam-se importantes as questões atinentes ao processo inovativo e às invenções. “Muitas vezes, a invenção é originária de uma ideia genial, entretanto, se não for absorvida pelo mercado nem comercializada e não trazer resultados para a empresa, a excelente ideia se torna invenção, não inovação [...]”. (CARVALHO *et al.*, 2011, p. 26).

Em razão disso, no processo de gestão da inovação são encontradas algumas dificuldades, dada a diversidade de compreensão do que vem a ser inovação que, em geral é confundida com invenção. Na visão de Freeman (1982), inovar significa a capacidade de transformar oportunidades em ideias que possam ser postas em prática.

Há também outros equívocos relacionados à inovação, entre eles a tendência de reduzir a amplitude do seu conceito, considerando-se inovação somente aquelas relacionadas à tecnologia; e no âmbito das inovações tecnológicas, estas, por vezes, são

vistas tão somente como algo espetacular. Ao mesmo tempo há, em alguns casos, uma tendência de se descaracterizar certas inovações, não se levando em conta seus atributos tecnológicos. (FREEMAN, 1982).

De fato, as diversas possibilidades e formas, como o processo de inovação se dá no âmbito das empresas torna-o complexo e dificulta o estabelecimento de definições. Diante disso, o Manual de Oslo (OCDE, 1997) traz algumas convenções que buscam facilitar o uso das principais definições sobre inovação em estudos e pesquisas.

De acordo com o Manual de Oslo (OCDE, 1997, p. 55-56), “Uma inovação é implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas”, sendo a inovação dividida em inovação de produto, de processo, de *marketing* e organizacional. Cabe observar que uma inovação é considerada como tal quando o ocorre sua implementação, ou seja, quando há, de fato, a introdução de “produto novo ou melhorado no mercado” e quando “Novos processos, métodos de marketing e métodos organizacionais são [...] são efetivamente utilizados nas operações das empresas”, observa o Manual de Oslo. O quadro a seguir (Quadro 1) traz os principais tipos de inovação, segundo o Manual de Oslo.

Quadro 1 - Principais tipos de Inovação

Tipo	Descrição
Inovação de Produto	Introdução de um bem ou serviço novo ou com melhorias consideráveis quanto às características do produto ou nas possibilidades de uso. Ex.: microprocessadores e câmeras digitais; tocador de MP3 portátil (MPEG-Moving Picture Experts Group 1/2 Audio Layer 3); freios ABS (Anti-lock Braking System); serviços bancários por meio da Internet; entre outros.
Inovação de Processo	Introdução de método de produção ou distribuição novo com melhorias significativas. Ex.: novos equipamentos de automação; sistema de rastreamento por código de barras; novas técnicas de gerenciamento de projetos; entre outros.
Inovação de Marketing	Introdução de um novo método de marketing, incluindo alterações substanciais na concepção ou na embalagem do produto. Ex.: novos estilos de uma Linha de Móveis; novos sabores de alimentos ou bebidas; sistema de franquias; cartões de fidelidade; entre outros.
Inovação Organizacional	Introdução de um novo método organizacional. Ex.: implantação de banco de dados sobre melhores práticas, lições e conhecimentos (práticas de negócios); modelo de organização que possibilite maior autonomia dos colaboradores na tomada de decisões (organização do local de trabalho); novas formas para o relacionamento com outras empresas e órgãos públicos (relações externas); entre outros.

Fonte: Manual de Oslo, 1997 – Adaptado pelo autor, (2017).

De acordo com o SEBRAE (2007), na terceira edição do Manual de Oslo (2005), ocorre uma ampliação dos conceitos acerca da inovação: reforça a importância da interação entre as empresas e instituições como universidades e institutos de pesquisa no processo de inovação (1); valoriza a inovação nos setores nos quais a Pesquisa & Desenvolvimento se dá em menor intensidade (2); e reconhece a importância da inovação organizacional e da inovação mercadológica.

Programa ALI – Radar da Inovação

Feitas as considerações quanto à inovação e competitividade à luz do objetivo deste trabalho, que busca analisar a evolução do grau de inovação em empresas do

comércio de Materiais para Construção nos municípios de Pimenta Bueno e Vilhena, Estado de Rondônia, é importante destacar o Programa Agentes Locais de Inovação (ALI), desenvolvido pelo SEBRAE em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), programa este que tem por objetivo fomentar o processo de inovação nas Empresas de Pequeno Porte (EPP's).

Os resultados deste programa são fruto do trabalho dos Agentes Locais de Inovação que, por meio de visitas mensais a empresas selecionadas, por um período de aproximadamente dois anos e meio, desenvolvem um trabalho de coleta de dados, diagnóstico e proposição de ações de gestão e inovação com base na ferramenta Radar da Inovação.

O Radar da Inovação tem como referência algumas dimensões que contribuem para verificar o grau de inovação nas empresas acompanhadas. O quadro a seguir (Quadro 2), referenciado em Bachmann e Destefani (2008), traz as principais descrições das dimensões do referido Radar.

Quadro 2 – Dimensões do Radar da Inovação.

Dimensão	Descrição e exemplos do que se procura medir
Oferta	Refere-se a bens e serviços oferecidos pela empresa no mercado. Ex.: A empresa lançou, com sucesso, algum novo produto no mercado nos últimos três anos?
Plataforma	Compreende a oferta de vários produtos a partir de uma mesma plataforma. Ex.: A empresa oferece mais de um produto usando os mesmos componentes ou módulos?
Marca	Envolve os meios pelos quais a empresa procura valorizar e divulgar sua marca. Ex.: A marca da empresa é registrada?
Clientes	Refere-se principalmente à ampliação de mercado por meio de novos nichos. Ex.: A empresa adota alguma prática de relacionamento ou pesquisa sistemática para identificar as necessidades do mercado ou dos clientes?
Soluções	Refere-se à capacidade da empresa em utilizar serviços e informações para solucionar problemas do cliente. Ex.: A empresa integrou recursos/produtos/serviços para oferecer novas soluções a seus clientes?
Relacionamento	Considera todas as percepções do cliente na sua interação com a empresa. Ex.: A empresa adotou algum novo recurso de informática (<i>web site, e-mail, CD, etc.</i>) para se relacionar com os clientes?
Agregação de valor	Compreende a capacidade da empresa em identificar novos fluxos de receitas. Ex.: A empresa identificou e adotou novas formas de gerar receitas usando os produtos e processos já existentes?
Processos	Refere-se à capacidade da empresa em obter ganhos de eficiência e qualidade. Ex.: A empresa adotou alguma nova prática de gestão (<i>Just in Time, reengenharia, Manual de Boas Práticas, entre outros</i>)?
Organização	Considera aspectos organizacionais em relação à estrutura, parcerias e papel dos colaboradores. Ex.: A empresa reorganizou suas atividades, ou seu pessoal, para obter melhora em seus resultados?
Cadeia de Fornecimento	Considera os principais aspectos logísticos do negócio. Ex.: A empresa adotou alguma ação para reduzir o custo do transporte ou dos estoques de matéria prima ou produtos?
Presença	Refere-se aos canais de distribuição e locais de aquisição dos produtos da empresa. Ex.: A empresa começou a vender seus produtos, diretamente ou por meio de distribuidores/representantes, em novos mercados?
Rede	Compreende a capacidade de desenvolver redes de conexão entre a empresa, seus produtos e clientes. Ex.: A empresa adotou alguma nova forma de ouvir ou falar com os clientes, usando ou não a tecnologia da informação?
Ambiência Inovadora	Considera principalmente os programas e incentivos ao florescimento de ideias inovadoras por parte dos colaboradores e parceiros. Ex.: A empresa fez uso do apoio de entidades com o SEBRAE, SENAI, SESI, universidades, empresas júnior, sindicatos patronais, entre outros?

Fonte: Bachmann e Destefani, (2008) – Adaptado pelo autor (2017)

Neste estudo, considerou-se as dimensões Oferta e Relacionamento como base de análise, de modo mais específico, do comportamento do grau de inovação em empresas do comércio de materiais para construção nos municípios de Pimenta Bueno e Vilhena-RO.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem quali-quantitativa. A pesquisa qualitativa tem como característica básica a interpretação e análise de dados coletados sobre determinado problema de investigação, de modo a buscar significados e relações a partir dos dados coletados. Já a pesquisa quantitativa caracteriza-se pela quantificação, considerando os dados coletados e o tratamento desses dados em termos estatísticos.

Enquanto na abordagem quantitativa tem-se a preocupação e o foco na análise de variáveis e suas possíveis relações “[...] a palavra qualitativa implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos que não podem ser examinados ou medidos experimentalmente em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência [...]”. (DENZIN & LINCOLN, 2006 *apud* AUSGUSTO *et al*, 2013, p. 748).

Considerando as características de investigação do estudo em questão, concebe-se aqui a abordagem quali-quantitativa, uma vez que o trabalho dos Agentes Locais de Inovação compreende o levantamento de dados e geração de informações que subsidiam análises e proposições de ações que geram novos resultados em termos de grau de inovação nas empresas acompanhadas.

Procedimentos e Técnicas

Tendo como referencial as dimensões expressas no plano teórico, o presente estudo retrata o grau de inovação em empresas do Comércio de Materiais para Construção em Pimenta Bueno e Vilhena, Estado de Rondônia, sendo considerados, de forma mais específica, os resultados gerados nas dimensões Oferta e Relacionamento.

Quanto à dimensão Oferta, de acordo com Bachmann & Destefani (2008, p. 9), a “[...] uma empresa inovadora tem uma parte relevante de sua receita associada a novos produtos [...]” e, também, à ousadia em termos de exposição a riscos. A avaliação desta dimensão considera questões como: “[...] A empresa lançou, com sucesso, algum novo produto no mercado nos últimos 3 anos? [...]”– “[...] A empresa lançou, nos últimos 3 anos, algum produto que não deu certo? ”.

A dimensão Relacionamento “[...] leva em conta tudo que o consumidor vê, ouve, sente ou experimenta de algum modo, ao interagir com a empresa em todos os momentos. [...] para avaliar a dimensão Relacionamento, [considera-se as seguintes questões]: A empresa adotou alguma facilidade ou recurso (senhas, cafezinho, vitrine, etc.) para melhorar o relacionamento com os clientes? A empresa adotou algum novo recurso de informática (web site, e-mail, CD, etc.) para se relacionar com os clientes? ”. (BACHMANN E DESTEFANI, 2008, p. 10-11).

Amparados no Instrumento Radar da Inovação, os Agentes Locais de Inovação, por meio de visitas periódicas às empresas, ao longo aproximadamente dois anos e

meio, procederam à aplicação de questionários que tratam de quesitos relativos à gestão empresarial e à inovação, cujos resultados propiciaram a geração do grau de inovação nos Ciclos 0 e 1 (etapas de acompanhamento das empresas).

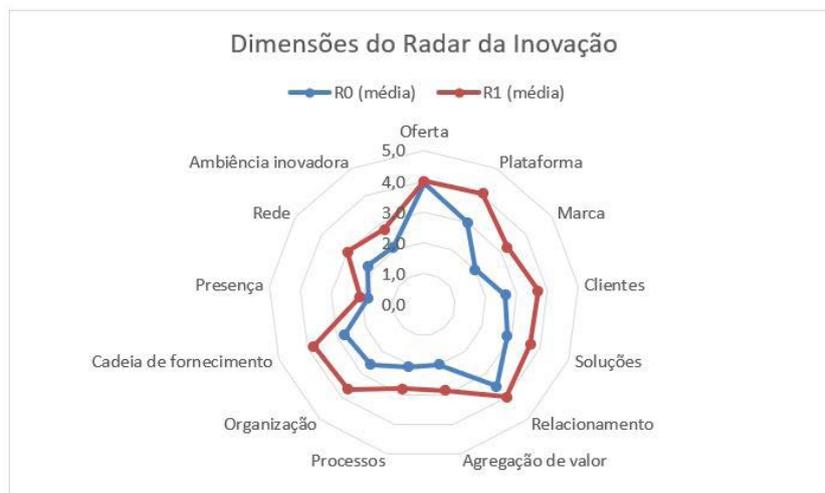
A partir do preenchimento dos dados oriundos dos questionários, o Radar da Inovação gera o chamado Grau de Inovação, cuja pontuação varia de 01 a 05 em cada dimensão, sendo que uma pontuação maior permite um enquadramento da empresa em um grau mais elevado de inovação conforme classificação a seguir: quando a inovação não está presente (Nota 1); quando a inovação é incipiente, ou não está formalizada (Nota 3); e quando a inovação está presente e formalizada (Nota 5).

Uma vez gerados os resultados, o Agente Local de Inovação os apresenta ao empresário, sendo analisados os pontos positivos, que indicam continuidade e reforço, e os pontos negativos que exigem maior atenção e que compõem um plano de ação com vistas a buscar melhorias e avanços em termos de inovação em consonância com as dimensões analisadas.

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise considerou um total de 15 (quinze) empresas do segmento comercial de materiais para construção, sendo 10 (dez) empresas no município de Vilhena e 05 (cinco) no município de Pimenta Bueno.

Gráfico 1- Evolução do Grau de Inovação – Empresas do Comércio de Materiais para Construção em Pimenta Bueno e Vilhena – Rondônia



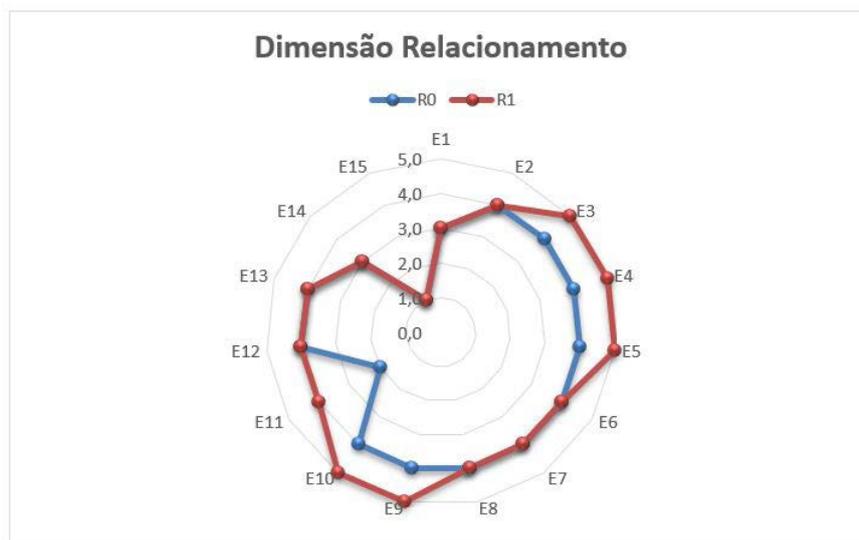
Fonte: Radar da Inovação – Programa ALI/RO, 2015-2017 – Organizado pelo Autor, (2017).

Conforme mostra o gráfico 1, as dimensões Oferta e Relacionamento ganham certo destaque pelo fato de terem apresentado, no Ciclo 0, um grau de inovação um pouco mais elevado que as demais dimensões (3,9 e 3,5, respectivamente). Porém a dimensão Relacionamento se diferencia em razão de ter mostrado maior evolução entre os dois ciclos analisados (avanço de 3,5 para 4,0) e ter mantido um menor desvio médio (0,68 e 0,67, respectivamente) em relação à dimensão oferta, que evoluiu de 3,9 para 4,0 e apresentou desvio médio de 0,76 e 0,80 (ciclos 0 e 1, respectivamente).

Cabe destacar, também, que as demais dimensões, embora tenham apresentado notas menores no Ciclo 0, mostraram significativo avanço no grau de inovação no Ciclo 1, principalmente nas dimensões Plataforma (avanço de 1,1 ponto), Clientes (avanço de 1,1 ponto), Organização (avanço de 1,1 ponto) e Cadeia de Fornecimento (avanço de 1,1 ponto). Na dimensão Marca, embora tenha havido um avanço de 1,3 ponto, este dado não reflete totalmente a realidade, pois houve divergência na forma de registro dos dados desta dimensão, em algumas empresas, nos Ciclos 0 e 1.

O gráfico a seguir (Gráfico 2) traz os resultados da evolução do grau de inovação na dimensão Relacionamento.

Gráfico 2- Evolução da Dimensão Relacionamento – Empresas do Comércio de Materiais para Construção em Pimenta Bueno e Vilhena – Rondônia.



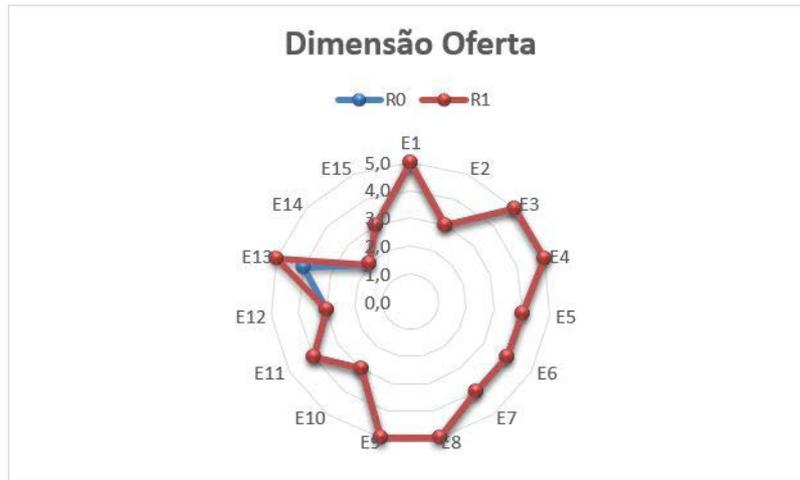
Fonte: Radar da Inovação – Programa ALI/RO, 2015-2017 – Organizado pelo Autor, (2017).

É possível verificar no Gráfico 2 que, embora apenas 6 (seis) empresas mostraram evolução na dimensão Relacionamento, em geral há um desempenho uniforme das empresas, tanto no ciclo 0 quanto no ciclo 1. Entre as empresas que avançaram, destaca-se a empresa 12 (de Pimenta Bueno), que passou de grau de inovação 2,0 para 4,0. Já entre as empresas que não apresentaram avanço, o destaque negativo fica para a empresa 15 (também de Pimenta Bueno), na qual se verificou, conforme critérios da Radar, ausência de inovação (Nota 1).

Entre as ações realizadas pelas empresas no âmbito da dimensão Relacionamento estão: Realização de campanhas promocionais com distribuição de brindes aos clientes; Implementação de *Showroom*; Divulgação da empresa e seus produtos (Fanpage); Melhorias na comunicação visual da empresa através da renovação de *layout*; Melhorias na visibilidade da empresa na *internet*; Realização de mudança visual da fachada; e Implementação de técnicas de merchandising no ponto de venda.

O gráfico a seguir (Gráfico 3) apresenta os resultados da evolução do grau de inovação na dimensão Oferta.

Gráfico 3 - Evolução da Dimensão Oferta – Empresas do Comércio de Materiais para Construção em Pimenta Bueno e Vilhena – Rondônia.



Fonte: Radar da Inovação – Programa ALI/RO, 2015-2017 – Organizado pelo Autor, (2017).

Observa-se no gráfico 3 que, exceto a empresa 13, não houve mudanças no grau de inovação. No entanto, assim como na dimensão relacionamento, esta dimensão apresentou, desde o Ciclo 0, um grau de inovação um pouco mais elevado, quando comparado com as demais dimensões. Não obstante isso, verifica-se que a dimensão Oferta apresenta um desvio médio (0,76 em R0 e 0,80 em R1) levemente acima da dimensão Relacionamento (0,68 em R0 e 0,67 em R1), o que indica que as ações de inovação na dimensão Oferta não se mostraram tão uniformes quanto na dimensão Relacionamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados gerados pelo Radar da Inovação, a média geral do grau de inovação nas empresas acompanhadas pelo Programa ALI mostrou-se relativamente baixa, principalmente no Ciclo 0 (Grau 2,7), quando teve início o trabalho dos Agentes Locais de Inovação. À exceção das dimensões Oferta e Relacionamento, as demais dimensões apresentaram grau de inovação menor ou igual a 3, retratando um processo de inovação incipiente ou ainda não formalizado.

No entanto, observou-se avanços significativos no grau e inovação dessas empresas ao longo do acompanhamento pelo Programa ALI. Na comparação do Ciclo 1 com o Ciclo 0, a média geral do grau de inovação avançou 0,9 ponto, passando de 2,7 para 3,6, o que mostra o impacto positivo de programas dessa natureza para difundir a cultura da inovação nas empresas.

Quando se compara a média geral do grau de inovação entre as empresas de Vilhena e Pimenta Bueno, observa-se uma média um pouco maior em Vilhena. No Ciclo 0, a média geral das empresas de Pimenta Bueno ficou em 2,5, enquanto em Vilhena foi registrada uma média 2,8. Já no Ciclo 1, a média geral registrada em Pimenta Bueno ficou em 3,0, e em Vilhena a média foi de 3,9.

Quanto às dimensões Oferta e Relacionamento, entre os possíveis fatores que podem explicar o grau mais elevado de inovação estão o menor custo, para o empresário,

de realizar algumas ações, além do fato de que ações no âmbito dessas dimensões são mais facilmente percebidas pelos clientes. Além disso, um dos fatores que podem explicar o menor patamar de desvio médio, principalmente na dimensão Relacionamento, é a replicação de algumas ações entre as empresas, já que na maioria das vezes, dadas as dimensões geográficas e populacionais dos municípios analisados, as ações de uma empresa são facilmente percebidas pelas concorrentes.

Em face dos dados de evolução em todas as dimensões, embora ainda em um patamar incipiente, conclui-se, de modo geral, que as empresas do segmento comercial de materiais para construção nos municípios analisados mostraram-se receptivas a novas ideias e programas que possam contribuir para o desenvolvimento de novos produtos e processos inovadores. Nesse sentido, sugere-se novos acompanhamentos e estudos futuros que possam aprofundar o comportamento da inovação nesses municípios.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, C. A.; SOUZA, J. P.; DELLAGNELO, E. H. L.; CARIO, S. A. F. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). IN: Revista de Economia e Sociologia Rural - Rev. Econ. Sociol. Rural. Vol. 51. Nº 4. Brasília Oct./Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400007>. Acesso em 20 de março de 2017.

BACHMANN, D. L.; DESTEFANI, J. H. Metodologia para estimar o Grau de Inovação das MPE. Cultura do Empreendedorismo e Inovação. Curitiba, 30 de abril de 2008. Disponível em: <<http://www.bachmann.com.br/website/documents/ArtigoGraudeInovacaonasMPE.pdf>>. Acesso em 15 de março de 2017.

BRASIL. Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm>. Acesso em 12 de março de 2017.

BRASIL. Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm>. Acesso em 12 de março de 2017.

CALMANOVICI, Carlos Eduardo. A inovação, a competitividade e a projeção mundial das empresas brasileiras. IN: Rev. USP nº 89. São Paulo: março/maio, 2011. Disponível em <http://rusp.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-99892011000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 de março de 2017.

CARVALHO, H. G.; REIS, D. R.; CAVALCANTE, M. B. Gestão da inovação. Curitiba: Aymarã, 2011.

CBIC. Câmara Brasileira da Indústria da Construção. Disponível em <<http://www.cbicdados.com.br/menu/pib-e-investimento/pib-brasil-e-construcao-civil>> Acesso em 10 de Fevereiro de 2017.

FREEMAN, C. The economics of industrial innovation. 2. Ed. London: Frances Pinter, 1982.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010_2013/default_xls.shtm>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. MANUAL DE OSLO. Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3ª Edição. 1997.

SEBRAE. Sistema SEBRAE – Diretrizes para Atuação do Sistema SEBRAE em Acesso à Inovação e Tecnologia. Brasília: SEBRAE, 2007.

Estratégias de inovação no comércio de confecções em Cacoal e Rolim de Moura - Rondônia

Innovation strategies in the clothing trade in Cacoal and Rolim de Moura - Rondônia

Elias Nunes de Oliveira

Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

RESUMO

O objetivo deste estudo é verificar o comportamento do grau de inovação em pequenas empresas do ramo de confecções nos municípios de Cacoal e Rolim de Moura, estado de Rondônia. As empresas selecionadas (total de oito empresas) para análise participaram e foram acompanhadas por um período médio de dois anos e meio pelo do Programa Agentes Locais de Inovação (ALI), programa este desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A concepção metodológica se deu com base na ferramenta Radar da Inovação, referenciada em Bachmann e Destefani (2008), que norteia o processo de inovação por meio das Dimensões da Inovação. A partir dos dados levantados junto às empresas pelos Agentes Locais de Inovação, foram gerados os scores nas respectivas dimensões do Radar da Inovação, num total de 13 dimensões, em dois momentos: Ciclo (R0) e Ciclo 1 (R1), cujo grau de inovação, em cada dimensão, pode variar de 1 a 5. Os dados das empresas de confecções analisadas revelaram que na maioria das dimensões não houve identificação de práticas de inovação em consonância com o que preconizam as ferramentas do Radar. A média global das 13 dimensões (considerando o total das oito empresas analisadas) apresentou um score de 1,6 em R0 e 1,9 em R1, resultado muito abaixo do que considera o mínimo (3,0) para a identificação, ainda que incipiente, de um processo inovativo. A exceção em termos de evolução no grau de inovação foi observada na dimensão Relacionamento (ou Experiência do Cliente) que apresentou uma média global de 2,5 em R0 e 3,1 em R1, revelando um processo incipiente de práticas ocasionais de inovação.

Palavras-chave: radar da inovação. programa ALI. comércio de confecções.



INTRODUÇÃO

Num cenário em que as pequenas empresas do comércio varejista instaladas nos pequenos e médios municípios têm sido afetadas pelo impacto da retração na geração de receitas no setor público e por consequência, redução dos investimentos públicos e privados, é fundamental a busca por alternativas que possibilitem um posicionamento de modo diferenciado no mercado.

Não obstante isso, do ponto dos indicadores econômicos, embora o Brasil tenha enfrentando uma trajetória de dados negativos, somada a um ambiente por vezes contaminado por fatores psicológicos que frustram expectativas, nos últimos meses alguns setores como o têxtil e o de confecções têm apresentado sinais de recuperação.

Conforme informações disponíveis no Portal Eletrônico da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT, 2017), “A produção física do segmento têxtil cresceu 4,2% e da confecção, 5,5%, nos quatro primeiros meses do ano [2017] comparando com o mesmo período de 2016. Os dados [...] reafirmam a tendência de recuperação que se verifica no setor.

E é nesse contexto de oscilações na conjuntura econômica que as pequenas empresas de confecções, responsáveis por grande parcela da geração de emprego e renda no país, têm percebido a necessidade de implementar ações no campo da inovação que combinem maior eficiência nos processos para reduzir custos e, também, oferta de novos produtos e serviços que propiciem maior nível de competitividade no mercado.

Diante do exposto, o presente estudo tem por finalidade verificar o comportamento do grau de inovação apresentado por pequenas empresas do ramo de confecções acompanhadas pelo Programa ALI nos municípios de Cacoal e Rolim de Moura, estado de Rondônia.

REFERENCIAL TEÓRICO

Uma das grandes referências como marco teórico da inovação é o trabalho do Economista e Cientista Político Joseph Alois Schumpeter (1883-1950). Seu arcabouço teórico sobre o processo inovativo embasa a argumentação de que o desenvolvimento econômico tem a inovação como propulsor de um processo de “destruição criativa” que leva à substituição de antigas por novas tecnologias, sendo que as inovações “radicais” provocam rupturas intensas, revolucionam o mercado com novos produtos ou serviços; e as inovações “incrementais” impactam em termos de melhorias em produtos e serviços que não sejam novos ou revolucionários. (MANUAL DE OSLO/OCDE, 1997).

Para Schumpeter (1934) *apud* Manual de Oslo/OCDE (1997), as inovações podem ser identificadas a partir da introdução de novos produtos (i); introdução de novos métodos de produção (ii); “abertura de novos mercados (iii); desenvolvimento de novas fontes provedoras de matérias-primas e outros insumos (iv); e criação de novas estruturas de mercado em uma indústria (v) ”.

Nas últimas décadas, um grande desafio para as empresas, no Brasil e em todo o mundo, é a busca pela eficiência. As empresas precisam reduzir custos sem deixar de ser competitivas e atrativas ao consumidor.

Nesse sentido, faz-se necessário perseguir melhores resultados por meio da inovação. E o processo de inovação pode ocorrer com a finalidade de atender nova demandas ou com a finalidade de reduzir custos. “[...] um novo produto ou processo pode ser uma fonte de vantagem mercadológica para o inovador [...]”. (MANUAL DE OSLO/OCDE, 1997, p. 36-37).

De acordo com o Manual de Oslo/OCDE (1997, p. 37):

No caso de inovações de processo que aumentam a produtividade, a empresa adquire uma vantagem de custo sobre seus competidores [...] no caso da inovação de produto, a empresa pode ganhar uma vantagem competitiva por meio da introdução de um novo produto, o que lhe confere a possibilidade de maior demanda e maiores margem sobre custos.

A inovação pode ser de produto, de processo, de marketing e organizacional e, em termos gerais, é definida como a “[...] implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas”. (MANUAL DE OSLO/OCDE, 1997, p. 55).

Conforme Utterback (*apud* BRITO *et al.*, 2009, p. 4) a inovação é compreendida [...] como uma invenção que atingiu a fase de introdução no mercado no caso de um novo produto. Se a invenção se referir a um novo processo, a inovação ocorrerá quando da fase do seu primeiro uso. Nesse caso, a invenção é uma solução original para uma necessidade ou desejo [...]”.

Para Tálamo (*apud* BRITO *et al.*, 2009, p. 4):

[...] a inovação é algo abrangente, indo além da novidade ou da invenção. Existem diversas etapas entre uma invenção e o consumidor final, passando pelas diversas atividades funcionais de uma empresa, tais como desenvolvimento, logística, compras, produção, entre outras, antes da disponibilização do novo produto ao mercado ou do uso comercial de um novo processo ou equipamento [...].

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (SEBRAE/PR, 2010) destaca que a “Inovação é a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços”. “[E] nas organizações empresariais, a inovação tem três propósitos: criar diferencial, neutralizar a concorrência ou aumentar a produtividade[...]”.

Radar da Inovação

O presente trabalho tem como objetivo verificar a evolução do grau de inovação em algumas empresas do comércio varejista de confecções nos municípios de Cacoal e Rolim de Moura, Estado de Rondônia, sendo que estas empresas foram selecionadas e acompanhadas, por aproximadamente dois anos e meio, pelo Programa Agentes Locais de Inovação (ALI). O programa ALI, que conta com Agentes Locais de Inovação, é resultado de uma parceria entre o SEBRAE e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

e Tecnológico (CNPq) com a finalidade de difundir e incentivar as ações inovadoras em pequenas empresas.

E para este trabalho de acompanhamento das empresas, os Agentes Locais utilizam-se da ferramenta “Radar da Inovação”, sendo que o referido Radar, desenvolvido por Bachmann e Destefani (2008) contempla as dimensões que referenciam as ações do Agentes Locais.

As dimensões consideradas no Radar são: (1) Oferta (procura verificar as alternativas desenvolvidas pela empresa quanto à oferta de bens e serviços no mercado); (2) Plataforma (questões relativas à oferta de produtos diversos com base em plataforma única); (3) Marca (verifica como a empresa tem buscado alternativas de valorização e/ou divulgação da marca); (4) Clientes (ampliação de mercado); (5) Soluções (capacidade da empresa em apresentar novas soluções para fazer frente aos problemas apresentados pelos clientes); (6) Relacionamento (está ligada ao nível de interação do cliente com a empresa); (7) Agregação de valor (como a empresa busca novas alternativas de receita); (8) Processos (as formas pelas quais a empresa busca melhorar a eficiência e a qualidade); (9) Organização (como a empresa articula questões organizacionais envolvendo desde estrutura interna, parceiros e colaboradores); (10) Cadeia de Fornecimento (como a empresa desenvolve e busca soluções para as questões logísticas); (11) Presença (alternativas para a distribuição e disponibilização dos produtos que a empresa oferece no mercado); (12) Rede (questões relativas às formas que conectam empresa, produto e clientes); e (13) Ambiência Inovadora (desenvolvimento de ambiente propício ao surgimento de ideias criativas).

Tendo como base de dados a evolução do grau de inovação em empresas do comércio varejista de confecções nos municípios de Cacoal e Rolim de Moura, destacou-se para análise os aspectos de inovação presentes na dimensão Relacionamento.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A abordagem aqui considerada é a pesquisa quali-quantitativa, que contempla, no âmbito quantitativo, o tratamento e análise de dados utilizando-se de técnicas estatísticas, dando um caráter mais objetivo; e também contempla análise qualitativa, buscando interpretar possíveis fenômenos e seus significados. Gatti (2004, p. 13), lembra que:

No emprego dos métodos quantitativos precisamos considerar dois aspectos, como ponto de partida: primeiro, que os números, frequências, medidas, têm algumas propriedades que delimitam as operações que se podem fazer com eles, e que deixam claro seu alcance; segundo, que as boas análises dependem de boas perguntas que o pesquisador venha a fazer [...].

E segundo Martins (2004, p. 292), [...] as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, da análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. [...] neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la.

Diante do exposto, dadas as características das atividades desenvolvidas pelos

Agentes Locais de Inovação (ALI's) que, por meio de visitas em campo, levantam dados das empresas com o propósito de análise e proposição de ações a partir dos preceitos da Radar da Inovação, este estudo concebe a abordagem quali-quantitativa.

Procedimentos e Técnicas

Conforme expresso anteriormente, este trabalho tem por objetivo verificar o comportamento do grau de inovação em pequenas empresas do ramo de confecções nas cidades Cacoal e Rolim de Moura, Estado de Rondônia, especialmente no que se refere à Dimensão Relacionamento.

Bachmann e Destefani (2008, p. 10) apontam que a Dimensão Relacionamento:

[...] originalmente denominada de 'Experiência do Cliente', leva em conta tudo o que o consumidor vê, ouve, sente ou experimenta de algum modo ao interagir com a empresa em todos os momentos. Por exemplo, oferecer uma planilha eletrônica que ajude o cliente a selecionar o produto mais adequado; uma sala de espera com design mais elaborado; um catálogo com recursos visuais diferenciados ou com amostras.

As principais questões que norteiam a avaliação da Dimensão Relacionamento, conforme Bachmann e Destefani (2008, p. 11), são:

- A empresa adotou alguma facilidade ou recurso (senhas, cafezinho, vitrine, etc.) para melhorar o relacionamento com os clientes?
- A empresa adotou algum novo recurso de informática (web site, e-mail, CD, etc.) para se relacionar com os clientes?

Para a realização do trabalho de campo, os ALI's cumpriram um cronograma de visitas às pequenas empresas selecionadas para o programa ALI. E a partir dos preceitos concebidos na ferramenta Radar da Inovação, foram aplicados questionários e gerados diagnósticos que nortearam a proposição de ações às respectivas empresas, de modo a se perceber, ao longo de um trabalho de acompanhamento que durou aproximadamente dois anos e meio, a evolução do grau de inovação (considerando o Ciclo 0 e o Ciclo 1) nas dimensões contempladas no Radar

Com base na alimentação dos dados requeridos na ferramenta Radar da Inovação, dados estes obtidos durante as visitas às empresas, é possível verificar o comportamento do Grau de Inovação em cada Dimensão relativa ao processo de inovação, sendo que a pontuação compreende uma escala de 01 a 05.

A obtenção de uma nota 01 indica uma situação em que a inovação não está presente naquela dimensão considerada; uma nota 03 indica um processo incipiente de inovação, porém ainda não formalizado; e uma nota 05 indica que há presença formalizada de inovação da dimensão considerada.

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

À luz das concepções teóricas e do objetivo estabelecido neste trabalho, que busca verificar o comportamento do grau de inovação em pequenas empresas do comércio

varejista de confecções, foram selecionadas 05 (cinco) empresas de Cacoal e 03 (três) de Rolim de Moura, sendo que o critério de escolha se deu em razão dos dados disponíveis para o Ciclo 0 (R0) e Ciclo 1 (R1) das empresas acompanhadas pelos Agentes Locais de Inovação e pela relevância do comércio varejista para a geração de emprego e renda nesses municípios.

O gráfico a seguir (Gráfico 1) traz os dados relativos ao grau de inovação em cada dimensão da ferramenta Radar da Inovação para o conjunto das empresas analisadas.

Gráfico 1- Evolução do Grau de Inovação – Pequenas Empresas do Comércio de Varejista de Confecções de Cacoal e Rolim de Moura – Rondônia.



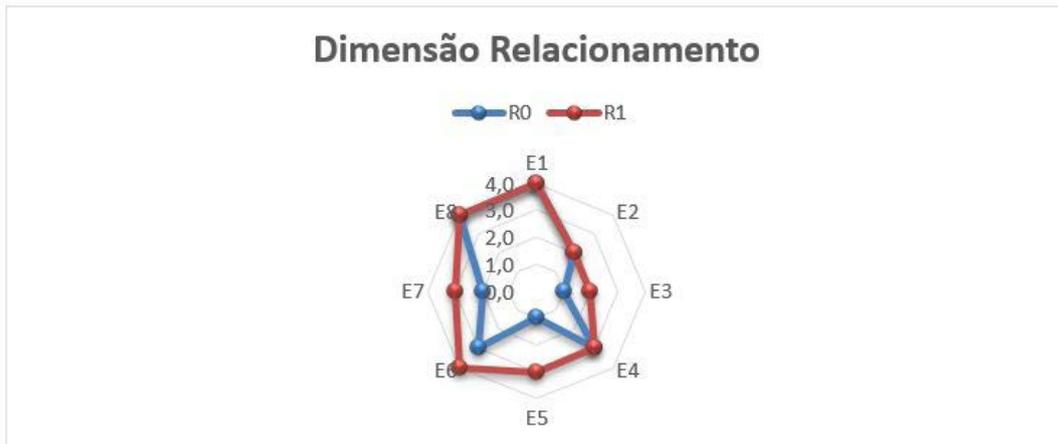
Fonte: Radar da Inovação – Programa ALI/RO, 2015-2017 – Organizado pelo Autor, (2017).

Os dados do gráfico 1 revelam que a dimensão relacionamento foi a que apresentou maior destaque, tanto em termos de grau inicial de inovação (2,5 em R0) como em termos de evolução (3,1 em R1).

Conforme expresso anteriormente, nos campos teórico e metodológico, é possível dizer que há presença de inovação, quando o grau observado esteja próximo de 3 (três). Diante disso, considerando as empresas analisadas, pode-se dizer que quanto à dimensão relacionamento foi percebida a presença de um processo de inovação, ainda que incipiente.

E embora não se possa afirmar que há um processo inovativo sistematizado nas empresas selecionadas do comércio varejista de confecções em Cacoal e Rolim de Moura, verificou-se no período de acompanhamento realizado pelos Agentes Locais de Inovação a implementação de ações importantes por parte de algumas empresas que resultaram em avanços significativos na dimensão relacionamento, conforme mostra o gráfico a seguir (Gráfico 2).

Gráfico 2- Evolução da Dimensão Relacionamento – Pequenas Empresas do Comércio Varejista de Confeccões em Cacoal e Rolim de Moura – Rondônia



Fonte: Radar da Inovação – Programa ALI/RO, 2015-2017 – Organizado pelo Autor, (2017).

Apesar de a dimensão relacionamento ter apresentado maior destaque em relação às outras dimensões do Radar da Inovação, observa-se que as empresas E2 e E3 mantiveram-se em um patamar muito baixo tanto em R0 quanto em R1.

A empresa E2 apresentou grau de inovação 2,0 em R0 e manteve a mesma nota em R1; e a empresa E3 passou de 1,0 em R0 para 2,0 em R1.

As empresas E1, E4 e E8, embora não tenham apresentado avanços, mantiveram-se em um patamar mais elevado nos dois ciclos observados. As empresas E1 e E8 obtiveram grau 4,0 em R0 e R1; e a empresa E4 obteve grau 3,0, também em R0 e R1.

Por fim, tem-se as empresas E5, E6 e E7, que foram as que de fato apresentaram alguma evolução no grau de inovação. A empresa E5 passou de grau 1,0 em R0 para 3,0 em R1; a empresa E6 passou de 3,0 em R0 para 4,0 em R1; e a empresa E7 passou de 2,0 em R0 para 3,0 em R1.

Conforme informações obtidas junto aos Agentes Locais de Inovação, entre as ações que contribuíram para a evolução observada na dimensão relacionamento estão a criação de sistema de pós venda (i); utilização de redes sociais (ii); realização de promoções, postagens e ações de estímulo ao acompanhamento perfil da empresa nas redes sociais (iii); *marketing* sensorial – ex.: fundo musical apropriado (iv); criação e/ou melhorias em vitrines, fachadas e *layout* (v); criação de espaço de comodidades para os clientes – ex.: café, água e outros (vi); utilização da ferramenta *Google* Meu Negócio (vii); cartão fidelidade (viii); e padronização de uniformes (ix).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados neste estudo revelam, de modo geral, que o processo de inovação nas regiões e empresas consideradas apresenta-se muito aquém do desejado. Em todas as dimensões o score observado em R0 ficou abaixo de 3,0. E à exceção da dimensão relacionamento, que avançou de 2,5 em R0 para 3,1 em R1, todas as outras doze dimensões permaneceram em um patamar no qual não é possível perceber a presença de um processo de inovação, mesmo que incipiente.

Não obstante isso, é importante observar que durante o período de acompanhamento das empresas pelo Programa ALI percebeu-se alterações que indicam alguma trajetória em busca de melhorias na gestão das empresas e na criação de ambiente mais propício à inovação.

É válido apontar que das oito empresas analisadas, cinco estão estabelecidas no município de Cacoal, e as demais estão estabelecidas no município de Rolim de Moura. E com base nos dados observados, verificou-se que o avanço na dimensão relacionamento (cuja média passou de 2,5 em R0 para 3,1 em R1) teve maior contribuição das empresas situadas em Rolim de Moura.

Entre as possíveis razões que estão relacionadas com o avanço observado na dimensão relacionamento está o fato de que as ações inovadoras nesta dimensão são, em geral, de baixo custo, e requerem apenas adoção de práticas relativamente simples que resultam em benefícios mais imediatos às empresas. E com o acesso dos empresários ao Programa ALI, abre-se um leque maior de possibilidades e o florescimento de ideias.

Entretanto, à luz das concepções teóricas e dos dados observados quanto às dimensões do Radar da Inovação, é possível inferir, em termos de conclusão, que as práticas inovadoras nas pequenas empresas do comércio varejista de confecções nos municípios de Cacoal e Rolim de Moura não estão presentes, sendo necessária a continuidade de incentivos e estímulos, seja por meio do Programa ALI ou outros programas que contribuam para despertar nos gestores das pequenas empresas a urgente necessidade de buscar melhor posicionamento no mercado por meio da inovação.

REFERÊNCIAS

- ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção. Produção do setor têxtil e de confecção aponta recuperação. Disponível em: <http://www.abit.org.br/noticias/producao-do-setor-textil-e-de-confeccao-aponta-recuperacao>. Acesso em 10 de setembro de 2017.
- BACHMANN, D. L.; DESTEFANI, J. H. Metodologia para estimar o Grau de Inovação das MPE. Cultura do Empreendedorismo e Inovação. Curitiba, 30 de abril de 2008. Disponível em: < <http://www.bachmann.com.br/website/documents/ArtigoGraudelNovacaonasMPE.pdf>>. Acesso em 10 de agosto de 2017.
- BRITO, E. P. Z.; BRITO, L. A. L.; MORGANTI, F. INOVAÇÃO E O DESEMPENHO EMPRESARIAL: LUCRO OU CRESCIMENTO? IN: RAE-eletrônica, v. 8, n. 1, Art. 6, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v8n1/a07v8n1.pdf>> . Acesso em 12 de agosto de 2017.
- GATTI, Bernardete A. Estudos Quantitativos em Educação. IN: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a02v30n1.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2017.
- MARTINS, Heloisa H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. IN: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf> Acesso em 25 de Agosto de 2017.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. MANUAL DE OSLO. Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3ª Edição. 1997.

SEBRAE/PR – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná. Guia para a Inovação: instrumento de orientação de ações para melhoria das dimensões da Inovação. Curitiba, 2010. Disponível em http://www.sebraepr.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Guia_para_inovacao_instrumento_de_orientacao.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2017.

Planejamento econômico e desenvolvimento no Brasil: do plano de metas ao II PND

Economic planning and development in Brazil: from the goals plan to the second National Development Plan (II PND)

Elias Nunes de Oliveira

Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade discutir o planejamento econômico e a concepção de desenvolvimento na história recente do Brasil. A ideia de desenvolvimento nas sociedades contemporâneas está bastante atrelada ao crescimento econômico, em que para se desenvolver é preciso, antes, criar um ambiente de prosperidade econômica. É a chamada “Teoria do Bolo”, ou seja, é necessário que a produção cresça num ritmo acelerado para que as possibilidades de melhor divisão do “bolo” sejam uma consequência desse ambiente de prosperidade advindo do crescimento. Assim, a melhoria dos chamados indicadores sociais, ou de desenvolvimento socioeconômico, passa pelo crescimento da produção, sendo que nas últimas décadas acrescentou-se certa preocupação com relação ao uso dos recursos naturais, uma vez que a lógica do mercado tem indicado ser acertada a estratégia dos setores produtivos em se apresentarem à sociedade como socialmente e ambientalmente responsáveis, já que num cenário de modismos, o vínculo da imagem ao chamado “Desenvolvimento Sustentável” pode significar a própria sobrevivência das empresas e a perspectiva de lucros maiores. O Brasil, nesse contexto, parece não ter fugido à lógica do crescimento como condição para o desenvolvimento. Assim, busca-se neste trabalho apresentar os principais planos de desenvolvimento no Brasil, considerando o período que vai da segunda metade da década de 1950, com o Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, até o final da década de 1970, período do II Plano Nacional de Desenvolvimento, do penúltimo presidente do regime militar, o General Ernesto Beckmann Geisel. E a partir da apresentação desses planos, pretende-se promover algumas reflexões sobre as premissas e conceitos de desenvolvimento nesse importante período da sociedade brasileira.

Palavras-chave: planejamento. produção. crescimento. prosperidade. desenvolvimento.



INTRODUÇÃO

As várias concepções e discussões acerca da questão de desenvolvimento, especialmente nas últimas décadas, têm sido um desafio para o meio acadêmico e objeto de debates em diversos setores da sociedade organizada, uma vez que se trata de um assunto complexo em que, do ponto de vista do senso comum, a ideia de desenvolvimento é relacionada diretamente com ambientes de prosperidade econômica que normalmente são propostos à sociedade, concretizados na forma de grandes projetos de desenvolvimento econômico.

Em termos gerais, a ideia de desenvolvimento nas sociedades capitalistas está relacionada com o crescimento econômico, ou seja, para haver melhoria nas condições de vida das pessoas, é preciso haver, antes, um aumento da produção de bens e serviços em volume tal que supere o crescimento populacional, resultando em melhorias na chamada Renda Per *Capita*¹. Porém, a renda *per capita* é apenas uma demonstração teórica, ou seja, nem sempre corresponde à realidade das condições de vida das pessoas. De fato, em diversos países, como o Brasil, grandes projetos de crescimento econômico contribuíram sobremaneira para a piora de alguns indicadores sociais.

Em que pese este trabalho não ter a pretensão de aprofundar a discussão acerca do conceito de desenvolvimento, dada a sua complexidade, cabe considerar que, nas sociedades capitalistas, há uma divisão conceitual. O crescimento compreende a evolução de indicadores apenas econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB) e a renda per capita; enquanto o desenvolvimento considera os chamados indicadores socioeconômicos, que buscam medir as condições de distribuição efetiva de renda, mortalidade infantil, saúde, nutrição, moradia, saneamento e educação, entre outros. (VASCONCELLOS, 2004). Mais recentemente, a questão ambiental tem sido agregada a essa ideia geral do que seria o desenvolvimento, considerando-se o contexto de crescimento e o processo de degradação ambiental, fruto, entre outras razões, da expansão das fronteiras agrícolas e, também, de políticas públicas voltadas para o crescimento, desencadeadas a partir de algum interesse por parte do Estado. (SOUZA, 2005).

No entanto, como já observado, nas sociedades contemporâneas a melhoria dos chamados indicadores sociais, ou de desenvolvimento socioeconômico, passa pelo crescimento da produção, cujo ritmo dessa produção precisa apenas manifestar certa atenção com o uso dos recursos naturais, já que na atual conjuntura, de modismos relacionados às questões ambientais, o simples manifesto em relação ao “chamado desenvolvimento sustentável” pode render bons “frutos” para o modo de produção vigente.

O Brasil da segunda metade do século XX e deste início de século XXI não parece ter fugido à regra, ou seja, de buscar o crescimento econômico como condição necessária ao chamado desenvolvimento. Assim, a finalidade deste artigo é apresentar um período importante da história econômica brasileira recente no que se refere aos vários planos de desenvolvimento no Brasil, a partir do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira até o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, do penúltimo presidente do regime militar, o General Ernesto Beckmann Geisel, buscando discutir algumas premissas e conceitos de desenvolvimento nesse importante período da sociedade brasileira.

¹ Resultado da divisão do valor da produção total de um país, em determinado ano, pelo número de habitantes.

O PLANO DE METAS

O processo de planejamento estatal, durante o século XX, teve início na União Soviética -URSS², cujo marco é o plano quinquenal de 1929, num cenário de crise econômica mundial, em que o grande problema eram os elevados níveis de desemprego. Entretanto, conforme apontam Rego e Marques (2005), “Durante a Grande Depressão, a participação da produção industrial soviética no total mundial, aumentou de 5%, em 1929, para 18%, em 1938. Assim, o sucesso do planejamento soviético influenciou as sociedades ocidentais e as idéias relacionadas ao processo de planejamento tomaram força nas economias capitalistas.

Cabe aqui lembrar que até a Grande Depressão predominava no mundo capitalista a ideia de que as forças de mercado seriam capazes de dar respostas às principais demandas econômicas e sociais, sendo que a livre concorrência levaria o sistema a níveis satisfatórios de produção, emprego, renda e condições de vida, de modo equilibrado. Ocorre que, com o abalo da Grande Depressão e os elevados níveis de desemprego na Europa e Estados Unidos, a crença no equilíbrio automático do sistema perdeu força; ao mesmo tempo, adotar nessas sociedades ocidentais o modelo soviético de sistema econômico planejado centralmente não era o desejo dos principais atores do sistema capitalista.

Nesse cenário, uma figura importante é John Maynard Keynes, renomado economista britânico que revolucionou a teoria macroeconômica, mostrando que para a recuperação do sistema capitalista seria necessária a análise dos principais componentes da demanda agregada da economia e, também, maior intervenção do Estado, a fim reordenar o sistema econômico. Assim, o planejamento estatal passou a ser utilizado em vários países.

Froyen (1999) lembra que “A economia Keynesiana desenvolveu-se tendo como pano de fundo a Depressão mundial da década de 1930. A atividade econômica entrou em um declínio em extensão e gravidade sem precedentes na época”.

No Brasil, a intervenção do Estado na economia passou a ser cada vez maior a partir da Grande Depressão, em razão do declínio da atividade cafeeira. Havia, portanto, a necessidade de se buscar, no caso brasileiro, alternativas de geração de emprego e renda via industrialização e substituição de importações.

O processo de industrialização por substituição de importações caracterizava-se pela ideia de “construção nacional”, ou seja, alcançar o desenvolvimento e a autonomia como base na industrialização, de forma a superar as restrições externas e a tendência à especialização na exportação de produtos primários. (GREMAUD, 2002, p. 369).

Nesse contexto, floresceu no Brasil a ideia de planejamento, considerado como base para o crescimento econômico e o desenvolvimento. Conforme observa Mindlin (2003), a partir da década de 1940, foram várias as tentativas de coordenar, controlar e planejar a economia brasileira; porém, até 1956, a concepção de planejamento esteve mais restrita a propostas, diagnósticos, esforços de racionalização orçamentária e medidas setoriais, sendo: Relatório Simonsen (1944-1945); Missão Cooke (1942-1943); Missão Abbink (1948); Plano Salte (1948). Entre 1951 e 1953, durante o segundo governo Vargas³, formou-se a

² União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

³ Presidente Getúlio Dornelles Vargas.

Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), cuja finalidade era desenvolver projetos que seriam financiados por instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial. Depois, em 1953, constituiu-se o Grupo Misto BNDE⁴-CEPAL⁵ que foi a base para a elaboração do Plano de Metas.

De acordo com Rego e Marques (2005), o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek é considerado um caso bem-sucedido de formulação e execução de planejamento, pois o Estado conseguiu, naquele período, articular somas importantes de investimentos privados, de origem externa e interna. Cabe destacar que o modelo de planejamento do governo JK se distinguiu do projeto de Vargas pela presença do capital externo, cujo papel do capital nacional ficou mais restrito a alguns setores da economia, fornecendo principalmente insumos e componentes às grandes empresas industriais multinacionais, que passariam a dominar a produção industrial no Brasil.

Tendo em conta as limitações de bens de capital e tecnologia da economia brasileira, frente ao projeto de crescimento industrial a partir do modelo de substituição de importações, parece natural a presença do capital estrangeiro. Porém, vale ressaltar o papel do Presidente Juscelino Kubitschek nesse processo, para quem o Brasil vivia uma crise de crescimento e a alternativa seria uma forte política de industrialização. Ou seja, a condição ou premissa para o desenvolvimento no período JK está diretamente ligada à necessidade de se criar um ambiente de prosperidade, que favorecesse o crescimento econômico sustentado. De modo que a lógica do desenvolvimento do período do Plano de Metas está relacionada ao crescimento econômico, ou seja, para desenvolver, é necessário, antes, fazer com que a economia cresça e gere níveis cada vez maiores de emprego e renda.

Conforme Mindlin (2003), o projeto de industrialização foi proposto no período de campanha eleitoral, quando foi apresentado o planejamento setorial, que teria como fim último a melhoria do nível de vida da população.

O plano de metas foi concebido a partir da identificação dos chamados pontos de estrangulamento da economia brasileira, cujo trabalho do Grupo Misto BNDE-CEPAL foi importante, especialmente no trabalho de levantamento desses principais pontos e na identificação de áreas industriais com demanda reprimida.

Foi a partir desse diagnóstico que foram propostos projetos específicos, visando superar os pontos de estrangulamento e permitir o avanço da industrialização e crescimento econômico, tendo em conta também a introdução de novos setores industriais.

O Plano de Metas compreendia 31 metas, e estabeleceu como meta-síntese a construção de Brasília, sendo que os principais setores a receber maiores quantidades de recursos eram: energia, transporte, siderurgia e refino de petróleo. E subsídios e estímulos seriam concedidos para expansão e diversificação do setor secundário, produtor de equipamentos e insumos com alta intensidade de capital.

Ao ser verificar a descrição sucinta dos principais pontos do Plano de Metas, o que se observa, como já mencionado, é que o crescimento econômico é a premissa que norteia todo projeto do governo JK, cuja alteração principal se refere à estratégia com a qual se busca esse crescimento: a ferramenta do planejamento estatal, sem deixar de lado as

⁴ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

⁵ Comissão Econômica para a América Latina

bases que sustentam o sistema capitalista, ou seja, continuam prevalecendo as forças de mercado, porém com a firme presença do Estado, buscando um crescimento sustentado do ponto de vista econômico.

Portanto, o conceito de desenvolvimento mostra-se bastante claro, uma vez que nesse cenário prevalece a condição de que para desenvolver é necessário, antes, crescer economicamente, dando ritmo de produção ao sistema econômico, evitando gargalos ou pontos de estrangulamento. Note-se que as questões relacionadas ao uso minimamente racional dos recursos naturais não estão colocadas, pois esta não é, evidentemente, uma preocupação daquele período. Aliás, parece claro que a lógica nesse caso é não ser racional do ponto de vista ambiental.

Não restam dúvidas de que o Presidente Juscelino Kubitschek é a figura mais importante, logicamente, desse processo, pois ele assume o firme propósito de levar adiante o projeto de aceleração do crescimento da economia brasileira, representando a vontade de boa parte da sociedade brasileira, especialmente a classe empresarial. Por outro lado, o modelo de desenvolvimento de JK foi executado de forma associada ao capital externo, juntamente com as Empresas Estatais, como Banco do Brasil e o BNDE.

Note-se que o projeto de JK se diferencia dos planos econômicos anteriores pela aplicação de ferramentas de planejamento e, também, pelo papel mais secundário do capital nacional, ou seja, a economia brasileira passa, a partir de então, a caminhar juntamente com a forte presença do capital externo.

Cabe destacar, por fim, no âmbito dos principais atores desse período e da ideologia desenvolvimentista, o papel da CEPAL, órgão regional da ONU, criado em 1948, e que tinha o objetivo de estudar e propor políticas de desenvolvimento aos países latino-americanos. A CEPAL, sediada em Santiago, no Chile, é um importante centro de reflexão acerca da economia da América Latina. A figura de destaque na história da CEPAL é o argentino Raúl Prebisch. Prebisch, em suas análises, procurou demonstrar que há uma relação econômica desigual entre os países agroexportadores ou exportadores de produtos primários e os países desenvolvidos ou industrializados, “pois os preços dos produtos primários normalmente desvalorizam-se com relação aos preços dos bens industrializados”. (REGO; MARQUES, 2005).

A industrialização seria a forma de obter o desenvolvimento econômico, uma vez que levaria ao aumento da produtividade do trabalho. Para que este ocorra, é necessário o investimento, isto é, a incorporação de bens de capital que permitam elevar a relação capital/trabalho, de tal modo que aumente a produtividade do trabalho e altere as possibilidades de produção da economia, tanto em termos quantitativos como qualitativos. (GREMAUD, 2002, p. 303).

Cabe registrar que o Brasil teve presença marcante nas reflexões da CEPAL, com importantes contribuições de figuras ilustres como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Antônio Barros de Castro, Carlos Lessa, José Serra e, mais recentemente, Renato Baumann e Ricardo Bielschowsky. (REGO; MARQUES, 2005).

O PLANO TRIENAL

A economia brasileira, no início da década 1960, apresentava um quadro geral de dificuldades do ponto de vista econômico e político, o que contribuía para acirrar os conflitos sociais. Entre 1962 e 1963 os investimentos e o ritmo de crescimento industrial, diminuíram, marcando o início de um período de recessão, ou seja, estagnação da atividade econômica. Na medida em que o crescimento iniciado em JK dava sinais de desaceleração e a inflação ameaça a continuidade do crescimento econômico sustentado, o Presidente João Goulart entrega a missão da busca do equilíbrio macroeconômico ao renomado economista Celso Furtado, cuja equipe econômica, sob sua liderança elaborou o Plano Trienal. A meta principal do plano era a estabilização da inflação ou controle dos preços. A estratégia utilizada foi composta de políticas monetária e fiscal restritivas, ou seja, por um lado tentava-se reduzir a quantidade de moeda em circulação e, por outro, buscou-se reduzir os gastos públicos. Porém, dadas condições de dificuldades políticas do governo de João Goulart, o plano não logrou êxito em sua missão e, não produzindo efeitos esperados, contribuiu para o agravamento do quadro de crise, gerando ainda mais tensões políticas.

Entre 1961 e o golpe militar de 1964, houve forte instabilidade política, inédita mobilização por reformas sociais, grandes dificuldades monetárias, financeiras e cambiais e, a partir de 1962 (sobretudo em 1963), acentuado declínio nas taxas de crescimento. (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 409).

Segundo Rego e Marques (2005), “Entre 1962 e 1967, a taxa média de crescimento do PIB caiu à metade daquela alcançada no período anterior. A inflação disparou e atingiu uma taxa anual de 90% em 1964.

Mesmo se tratando de um governo com inclinações mais à esquerda, parece claro que, na concepção do Plano Trienal, a estabilidade econômica e a criação de um ambiente favorável ao crescimento econômico, é também um importante passo para o desenvolvimento, uma vez que permitiria a retomada de investimentos e novas possibilidades de geração de emprego e renda para a sociedade.

No entanto, cabe ponderar que o perfil de João Goulart não estava exatamente em sintonia com os anseios de setores importantes da sociedade brasileira, nomeadamente as classes empresariais. De maneira que, mesmo com a credibilidade de Celso Furtado, não foi possível lograr êxito com suas medidas. Cabe observar ainda que a estratégia conservadora de estabilização econômica proposta por Furtado se apresentava incoerente com o seu histórico de pensador do desenvolvimento econômico, cuja inclinação era mais para projetos desenvolvimentistas do que ortodoxos.

O PAEG E AS BASES PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Com a chegada dos militares ao poder, em 1964, são implementadas várias medidas com o objetivo de estabilizar o sistema econômico e preparar a economia para uma nova fase de crescimento. Além das medidas macroeconômicas de estabilização, ocorreram reformas importantes como a tributária e a bancária.

Em linhas gerais, o regime militar buscou dar continuidade ao modelo do Plano de Metas de JK, buscando estabilizar primeiro para, logo em seguida, acelerar o ritmo das atividades da economia, que conheceria seu auge de crescimento entre 1968-1973, no período chamado milagre econômico.

O Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG foi preparado pelo Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica. A equipe econômica do Presidente Marechal Castelo Branco era liderada por Roberto Campos, ministro do Planejamento, e por Octávio Gouvea de Bulhões, ministro da Fazenda. O plano obteve resultados importantes ao reduzir a taxa de inflação de 90%, em 1964, para menos de 30%, em 1967. Outro ponto relevante do PAEG foram as transformações institucionais impostas ao país, consubstanciadas nas reformas bancária e tributária e na centralização (autoritária) do poder político e econômico. (REGO; MARQUES, 2005).

O PAEG mantinha os objetivos básicos dos discursos desenvolvimentistas, como a retomada do desenvolvimento, via aumentos dos investimentos; a estabilidade de preços; atenuação dos desequilíbrios regionais, e correção dos déficits do balanço de pagamentos. Porém a prioridade, internamente, era o controle da inflação e, externamente, a normalização das relações com os organismos financeiros internacionais. (GREMAUD, 2002).

De fato, toda a estratégia posta em prática pelo PAEG assenta no objetivo de cortar toda demanda que excedesse o nível de oferta de pleno-emprego, na tentativa de manter o equilíbrio do sistema com plena utilização de fatores. Para tanto, era tornar compatíveis três políticas: a) a política de crédito ao Governo; b) a política de crédito ao setor privado; c) a política salarial, que constituíram os pontos básicos de combate à inflação. (MINDLIN, 2003, p. 77).

Assim, com os militares no poder, a necessidade de se garantir um ambiente estável ao capital, seja ele interno ou externo, estabeleceu-se como premissa básica do desenvolvimento brasileiro a estabilidade econômica, juntamente com um conjunto de reformas institucionais.

Observa-se que com relação às medidas macroeconômicas de curto prazo, os objetivos principais eram o controle e redução dos gastos públicos, política monetária contracionista, restrições ao fornecimento de crédito e o chamado arrocho salarial. Nesse período também se instituiu a correção monetária. Quanto às reformas estruturais, as principais foram a reforma bancária e a reforma tributária.

Estava claro para o regime militar que para a continuidade do desenvolvimento brasileiro, via intensificação do processo de substituição de importações e crescimento econômico, havia a necessidade de melhorias nos chamados fundamentos da economia brasileira, cujo passo inicial era a estabilidade econômica e institucional.

A chegada dos militares ao poder representa a vitória de grupos importantes da sociedade brasileira, ligados ao capital nacional ou externo e que defendiam a manutenção do modelo de desenvolvimento baseado crescimento econômico de maneira sustentada e afinada com os interesses da ordem econômica mundial. Além, é claro, dos militares, inicialmente na figura do Marechal Humberto Castelo Branco, dois economistas renomados foram atores importantes nesse período: os Ministros Roberto Campos e Octavio Bulhões.

Conforme apontam Rego e Marques (2005), no tocante às reformas institucionais, citadas anteriormente, as reformas bancárias (1965) e tributária (1967) merecem destaque. Com a reforma bancária, buscou-se formar uma estrutura básica do sistema financeiro nacional – Banco Central e Conselho Monetário Nacional e divisão do sistema em financeiras, bancos comerciais e bancos de investimento; houve também a criação das ORTN's⁶ e a instituição da correção monetária. Foi criado também o Sistema Financeiro de Habitação e do Banco Nacional da Habitação - BNH, fomentando a construção habitacional e o saneamento básico, por meio dos recursos das cadernetas de poupança e do FGTS⁷. Já com a Reforma Tributária, estruturou-se o sistema tributário nacional, aumentando a arrecadação e centralizando-a no governo federal. E a partir desse período o Governo passa a se financiar via constituição da dívida pública, baseada na emissão das ORTN's.

Merece consideração o fato de que o avanço do modelo de desenvolvimento dependente e associado ao capital externo provocou impactos internos profundos, principalmente em razão do aumento da internacionalização da economia brasileira e, também, do grau de oligopolização, com amplo domínio das empresas multinacionais nos principais setores produtivos. Some-se ainda o início do endividamento externo em ritmo cada vez maior, com sérias consequências para os rumos da economia brasileira, especialmente na década de 1980 e primeira metade da década de 1990.

Cabe finalmente observar que o PAEG, em que pese ter atingindo alguns objetivos como o controle da inflação, principalmente no período entre 1964 e 1967, e ter realizado transformações institucionais como as reformas bancária e tributária, foi marcado pela imposição e a centralização do poder político e econômico.

O PERÍODO DO MILAGRE ECONÔMICO

A partir da consolidação das medidas de caráter estabilizador do PAEG, a premissa do desenvolvimento é novamente o Crescimento da produção interna. Os destaques do planejamento desse período são o Plano Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970) e I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1970-1974). No que se refere ao Plano Estratégico de Desenvolvimento, a política econômica envolveu um conjunto de medidas que buscava favorecer o aumento das atividades produtivas em nível nacional, e nesse sentido o desenvolvimento econômico regional é parte importante dessa estratégia, cuja participação do Estado nas atividades econômicas passa a ser cada vez mais relevante. O desenvolvimento está relacionado nesse período à chamada “Teoria do Bolo”, ou seja, crescer para depois distribuir, alavancando a economia brasileira em busca do seu PIB potencial, dado o conjunto de recursos, especialmente naturais, de que o país dispunha. Os presidentes militares Artur, da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici marcaram esse período. No entanto, o Ministro Delfim Netto assume um papel fundamental no âmbito da estratégia de crescimento. O discurso de Delfim Netto encontrava eco na maior parte da sociedade brasileira, pois reforçava a ideia de que o país devia aproveitar seu potencial e dar maior velocidade ao crescimento econômico. E isso, logicamente, contribuía para a legitimidade do poder nas mãos do regime militar. (MINDLIN, 2003).

⁶ Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

⁷ Fundo de garantia por tempo de serviço.

Com o I PND buscou-se a realização de investimentos em setores estratégicos, cujo objetivo era melhorar o nível científico e tecnológico nacional, agregando valor aos produtos nacionais e, conseqüentemente, melhorando o perfil das exportações. O desenvolvimento, na visão dos principais atores do planejamento e execução do I PND, significava dar continuidade ao crescimento, de forma sustentada, ou seja, estruturando a economia e, também, buscando investir em ciência e tecnologia. O comando desse processo estava nas “mãos de ferro” do Presidente Emilio Garrastazu Médici e na política econômica conduzida pelo Ministro Antonio Delfim Neto. Não se pode deixar de citar o papel do capital estrangeiro nesse cenário, pois o Brasil foi um dos principais destinos dos fluxos financeiros internacionais. Cabe destacar que no período que vai de 1968 a 1973 o Brasil segue uma trajetória de crescimento acelerado, cujas taxas de crescimento do PIB são bastante elevadas. Assim, esse período foi registrado na história econômica como “milagre econômico brasileiro”. (MINDLIN, 2003).

Conforme apontam Rego e Marques (2005), as características dos milagres econômicos em vários países na segunda metade do século XX foram altas taxas de crescimento do PIB por vários anos, refletindo o crescimento da economia mundial, especialmente entre o pós-guerra e os anos 1970, considerados os anos gloriosos do capitalismo. Assim, o crescimento seria consequência dos fluxos mundiais de comércio e capitais financeiros, abrindo espaço para crescimento industrial em países subdesenvolvidos. No Brasil a aceleração do crescimento se deu a partir da segunda metade da década de 1960.

No entanto, observa-se que as críticas ao período do milagre estão ligadas às questões sociais, ou seja, o crescimento econômico naquele período foi acompanhado pelas graves conseqüências sociais, com concentração de renda e piora dos indicadores sociais. Tem-se então uma situação clara de confronto entre a concepção de crescimento e desenvolvimento. Os principais críticos consideram que durante o milagre não houve desenvolvimento, ou seja, o crescimento econômico não se refletiu na melhoria dos índices de bem-estar do conjunto da população. Registre-se também que o crescimento econômico daquele período beneficiou as classes de renda mais alta e também a classe média assalariada que fornecia mão-de-obra mais especializada, como engenheiros e analistas, por exemplo. (REGO; MARQUES, 2005).

De fato, o crescimento registrado durante o Milagre Econômico não significou melhorias nas condições de vida da população com um todo, pois foi especialmente nesse período em que se acentuaram as desigualdades que persistem em nosso país, e que têm sido alvo dos governos recentes no sentido de corrigir essas distorções herdadas do nosso processo de crescimento.

Note-se que as principais razões apontadas na literatura sobre essa falta de sintonia entre crescimento econômico e desenvolvimento na história recente da sociedade brasileira apontam para a acumulação de lucros, acumulação esta baseada na própria força do capital e amparada por um regime político autoritário nos anos 1960 e 1970 e, também, nas diferenças salariais, que tinham como pano de fundo a própria repressão política e a falta de qualificação profissional de grande parte da oferta mão de obra. (VASCONCELLOS, 2007).

O II PND

O quadro geral da segunda metade da década de 1970 é de desaceleração da economia mundial. Internamente, o aumento da inflação e a tendência ao desequilíbrio das contas externas brasileiras ameaçam a continuidade do processo de crescimento econômico.

Entretanto, a continuidade e legitimidade do regime militar no poder, passa pela manutenção das taxas de crescimento econômico. Nesse contexto, é concebido o II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, considerada importante experiência de planejamento depois do Plano de Metas, sendo as figuras mais importantes na concepção e execução do plano o Presidente Ernesto Geisel e o Ministro Mario Henrique Simonsen.

O II PND, mesmo com deficiências técnicas, apresenta-se melhor articulado e justificado que o I PND. E também consagra a forma pela qual o governo enfrentaria a crise mundial. Normalmente, como já observado, num quadro de pressões inflacionárias e tendência de desequilíbrio nas contas externas, as medidas econômicas tendem a ser mais ortodoxas, ou seja, busca-se o controle dos gastos públicos e maior rigor na condução da política monetária. No caso do II PND, as medidas apresentam-se um pouco diferentes, com a chamada estratégia de “Fuga para Frente”, tentando fazer com que a economia mantivesse os níveis de crescimento da primeira metade daquela década de 1970.

O plano então é colocado com sendo uma resposta dos militares à crise conjuntural da economia brasileira, com uma estratégia que em certa medida fugia à cartilha econômica tradicional. A estratégia era buscar a eliminação de estrangulamentos estruturais, modificando a estrutura produtiva com o objetivo de diminuir a necessidade de importações e fortalecer a capacidade de exportar da economia brasileira. Assim, o Presidente Geisel assume uma postura de afirmação de um projeto nacional, numa clara demonstração de reafirmação do regime militar via continuidade do crescimento econômico. Para esse crescimento, era importante desenvolver o chamado Departamento 1º da economia e, conseqüentemente, reduzir a dependência externa com relação a petróleo, produtos químicos, fertilizantes, entre outros. (REGO; MARQUES, 2005).

O plano assumia riscos, como, por exemplo, a aceleração do endividamento externo. No entanto, a estratégia do plano trazia consigo a idéia de que a crise mundial seria passageira, e a partir da aposta na chamada “Fuga para Frente”, o país sairia mais fortalecido ao final desse processo, pois teria criado uma estrutura industrial capaz de superar a crise e o próprio subdesenvolvimento da sociedade brasileira.

As prioridades do plano compreendiam o setor energético, com aumento da prospecção de petróleo e produção de energia elétrica e nuclear; os setores de siderurgia e petroquímica; e a indústria de dos chamados bens de capital. Conforme atesta Gremaud (2002), a base fundamental de apoio do II PND foi formada pelas empresas estatais, que ao mesmo tempo seriam produtoras e fonte de encomendas para as indústrias do setor privado; pelas grandes empresas privadas nacionais, via financiamentos do BNDE, incentivos fiscais e reserva de mercado para novos empreendimentos, como foi o caso da Lei da Informática; e pelas Empresas Multinacionais, que agora teriam um papel de menor destaque que o das empresas nacionais, dada o cenário de dificuldades na economia mundial.

8 Setor produtor dos chamados Bens de Capital, como máquinas e equipamentos.

Outro ponto importante do plano foi a estratégia de redução dos desequilíbrios regionais, com investimentos importantes em várias regiões do país, como a prospecção de petróleo no Nordeste, a siderúrgica no Maranhão, o minério de ferro no Pará, a usina hidroelétrica de Itaipú no Paraná, entre outros. Sendo que a base dos investimentos industriais foi formada por grandes empresas estatais como Eletrobrás, Petrobrás, Siderbras, Embratel, entre outras.

É importante observar que o Brasil, por meio de suas empresas estatais, foi um dos grandes depositários dos chamados Petrodólares – num cenário em que a demanda de crédito nos países desenvolvidos estava retraída, os países em desenvolvimento eram vistos como clientes preferenciais. Esses recursos externos ajudaram a financiar os déficits nas contas externas do país, cuja origem estava no aumento de déficits na balança comercial e, também, na balança de serviços. No entanto, deve-se considerar que o modelo de financiamento adotado estava atrelado a taxas de juros flutuantes, e num cenário onde os juros internacionais apresentavam tendência de alta, tem-se que a dívida externa passou a aumentar em ritmo cada vez mais acelerado. (REGO; MARQUES, 2005).

Cumpra finalmente mencionar que o II PND, pelo caráter ambicioso de suas metas, encontrou limitações no âmbito da sua própria execução, especialmente quando se tem em conta que, além do cenário internacional nebuloso, as condições internas são de aumento de gastos públicos e dificuldades cada vez maiores de financiamento por parte do Estado. Porém, o plano apresentou resultados importantes e coerentes com suas metas de dotar a economia com melhor estrutura de produção futura, ainda que os resultados mais efetivos começassem a aparecer em meados da década de 1980.

Cabe ainda observar que a premissa do desenvolvimento no II PND segue a mesma linha de planejamento para o crescimento econômico, observada nos planos anteriores, onde prevalece a “Teoria do Bolo”, ou seja, é preciso crescer economicamente para depois distribuir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontamentos introdutórios, o que se verifica nos planos apresentados é que o chamado desenvolvimento está atrelado à criação de ambientes de prosperidade, que seriam frutos do planejamento e adoção de medidas que propiciem a realização de investimentos e geração de oportunidades de emprego e renda.

Assim, o que vale é a busca pelo crescimento da produção em níveis elevados e em ritmo suficiente para permitir o acúmulo de capital, cuja distribuição seria uma consequência natural desse processo. Ou seja, para haver desenvolvimento, melhoria nas condições de vida das pessoas, é necessário um processo anterior de intensa atividade econômica, pois só com esse ambiente próspero e virtuoso é possível galgar maiores degraus na escala do desenvolvimento, cujos indicadores socioeconômicos passariam a refletir os efeitos benéficos do crescimento econômico.

Note-se que os planos mencionados alternam medidas de expansão e contração das atividades econômicas, porém com a mesma intenção, ou seja, criar sempre condições

favoráveis à continuidade dos investimentos e da produção. Logicamente, as preocupações ambientais passam longe desse processo, especialmente no período estudado, onde a ordem é exatamente no sentido oposto, pois um país rico em recursos naturais com o Brasil teria de buscar rapidamente o seu potencial máximo de produção e, portanto, a utilização irracional dos recursos é praticamente uma imposição.

Percebe-se que a lógica do desenvolvimento vinculada ao crescimento econômico não se altera. Não se verifica no período indicações que considerem alternativas de desenvolvimento desvinculadas da lógica capitalista mundial.

Merece menção o fato de a economia brasileira, a partir da segunda metade do século XX, está cada vez mais vinculada à ordem econômica mundial. Em que pese o Estado brasileiro ter aumentando sua participação nas atividades econômicas em todo o período analisado, o modelo de desenvolvimento segue a mesma linha desde o Plano de Metas, ou seja, segue-se um modelo dependente e associado ao capital externo. Todo esse processo resultou no estrondoso nível de endividamento público brasileiro, cujos efeitos se refletem até hoje na sociedade brasileira.

Por fim, cabe observar que a lógica do desenvolvimento, pelo menos socioeconômico, a partir da chamada “Teoria do Bolo” parece não se confirmar no período analisado, pois alguns indicadores sociais, com o de distribuição de renda, por exemplo, colocam o Brasil entre os países mais desiguais do mundo.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. 3. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CANONICE, Bruhmer Cesar Forone. Normas e padrões para elaboração de trabalhos acadêmicos. Maringá: EDUEM, 2005.

FROYEN, Richard T. Macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 1999.

GREMAUD, Amaury Patrick. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2002.

MINDLIN, Betty. Planejamento no Brasil São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. Economia Brasileira. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SOUZA, Nali de Jesus de Desenvolvimento Econômico. 5. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2005.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. Economia: Micro e Macro. 4. ed. 2. Reimpr. São Paulo: Saraiva, 2007.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. Fundamentos de Economia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Organizadores

Carolina Belli Amorim

Doutoranda em Psicologia Educacional Pelo Centro Universitário FIEO, com bolsa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Mestre em Psicologia Educacional Pelo Centro Universitário FIEO, Especialista em Administração Hospitalar pelo Centro Universitário São Camilo, MBA em Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade Metropolitanas – FMU, graduada em Administração e Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Estácio de Sá, graduada em Nutrição pelo Centro Universitário São Camilo. Atualmente é docente na Faculdade Capital Federal- FECAF, Docente e coordenadora de curso da Faculdade Estácio de Carapicuíba. Membro do grupo de avaliadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Lorenzo Petrocchi Charpinel

Formado em Comunicação Social, Jornalismo pela FAESA e em Administração pela Estácio. MBA em Gestão Empresarial pela FGV e em Gestão Financeira, Controladoria e Finanças pela Universidade Estácio de Sá. Com 10 anos de experiência em Educação, a frente da gestão de faculdades de médio e grande porte. Certificado Six Sigma e Lean, Green Belt, com experiência em implantação de programas de gestão da qualidade, planejamento estratégico e orçamentário.

Atualmente, é CO CEO da WIS Digital, uma startup de learntech com foco na aprendizagem.

Índice Remissivo

A

abordagem 18, 23, 35, 51, 64, 83, 84, 85, 87, 93, 101, 113, 115
agrícola 91, 93, 101, 109
alterocentrismo 92
ambiente 91, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 104, 105, 110
análise 11, 12, 16, 19, 29, 30, 31, 46, 48, 49, 51, 52, 59, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 83, 85, 86, 91, 102, 113, 114
antipatia 94
aprendizagem 67, 82, 83, 85, 99, 108, 112, 114, 116, 117
assessoria 40, 41, 42, 43, 46
autodisciplina 112, 114, 116

B

balanço 54, 61, 67

C

caixa 23, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38
capacitação 42
capital social 154, 156, 159, 160, 162
ciclo 14, 18, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 93, 135
ciclo financeiro 52, 53, 54, 55, 57
ciclo operacional 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58
ciclos operacionais 49, 51, 53
colaboradores 26, 91, 92, 93, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 115, 117, 118
comércio 164, 165, 168, 169, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182
competitividade 62, 67, 68, 92
confecções 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182
construção 162, 164, 165, 169, 170, 173
construção civil 62, 63, 68, 72, 78, 79
contábeis 14, 15, 16, 17, 24, 27, 28, 29, 30, 41, 42, 43, 46, 47, 49, 51, 52, 64, 67, 76, 121, 130, 132
contábil 13, 14, 15, 16, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 46, 47
contabilidade 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 28, 30, 31, 37, 43
crescimento 155, 156, 157, 162, 165, 184, 185, 186,

187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195
currículo 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90
custo 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 27, 28, 36, 37, 53, 54,
67, 68, 77, 78
custos 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 28, 32,
39, 57, 61, 63, 64, 65, 66, 68, 70, 72, 73, 74, 77, 79,
86, 100

D

débito 30
déficit 40, 41, 42, 43, 46
déficits 19, 131, 132
demonstrações financeiras 49
desenvolver 13, 15, 24, 45, 64, 68, 85, 86, 97, 112, 113,
114, 115, 116, 117, 118, 119
desenvolvimento 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 42, 47, 62,
63, 64, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 89, 91, 93, 94, 95,
96, 97, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 112,
115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 129, 141,
142, 143, 148, 149, 151, 154, 155, 156, 157, 158,
159, 160, 161, 162, 166, 173, 176, 177, 178, 184,
185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195
despesas 30, 31, 32, 36, 37
direitos humanos 42
dívidas 33, 65, 71, 77, 131

E

educação 42, 47, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89,
90, 111
eficiência 11, 13, 14, 15, 17, 18, 27, 28, 62, 63, 64, 72,
81, 85, 86
empreendedorismo 61
empreendimento 25, 38, 61, 62, 63, 67, 69, 71, 72, 73,
75, 77, 78
empresa 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35,
36, 37, 38, 39, 42, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58,
61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74,
75, 76, 77, 78, 91, 93, 101, 102, 103, 104, 105, 106,
107, 109
endividamento 71, 72, 77, 89, 132, 133
engenharia 61, 62, 68, 78
estado 151, 154
Estado 3, 148, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161,

162

estratégia 26, 55, 57, 61, 64, 67, 73

estratégias 15, 18, 50, 61, 64, 67, 68, 81, 84, 107, 109

estratégico 62, 63, 67, 78

estrutura gestacional 11

F

familiar 23, 24, 25, 26, 27, 29, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 94, 95, 100

feedback 93

ferramenta 27, 37, 38, 65, 66

ferramentas 11, 15, 17, 18, 19, 23, 24, 34, 38, 51

filantrópicas 30, 40, 41, 42, 43, 46

finanças públicas 19, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 136, 137

financeira 14, 15, 24, 31, 32, 41, 46, 47, 50, 51, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 120, 121, 122, 127, 128, 129, 131, 135

financeiro 23, 24, 27, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 65, 71, 77, 101

financeiros 14, 15, 16, 17, 19, 28, 29, 31, 32, 35, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 61, 63, 65, 66, 67, 71, 85, 92, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134

financiamentos 32, 66, 71

fluxo 23, 24, 25, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38

fluxo de caixa 24, 25, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 61, 65, 66, 74, 75, 77

G

gestão 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 24, 26, 29, 32, 37, 38, 39, 41, 46, 47, 48, 49, 54, 61, 64, 65, 66, 67, 72, 78, 83, 84, 85, 87, 89, 115, 121, 122, 123, 124, 128, 129

gestores 18, 19, 26, 31, 32, 102

H

habilidades 19, 81, 82, 83, 84, 88, 89, 97, 105, 106, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

I

inclusiva 88, 89
indicadores 15, 51, 52, 53, 54, 55, 59, 71, 72, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137
índice de liquidez 71
índices 49, 57, 61, 67, 71, 72, 73, 74, 76
inovação 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183
instituições 40, 41
instrumento 30, 31, 32, 36, 37, 101
interpessoais 91, 92, 93, 94, 95, 100, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 117, 118
interpessoal 91, 92, 93, 94, 95, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 109, 110
investimento 31, 32, 54, 61, 62, 66, 67, 68, 71, 72, 76, 77, 78

J

jurídica 43
justiça social 42

L

legislação 44, 121, 123, 130, 136
lucrativa 61
lucratividade 53, 68, 77, 81, 85
lucrativo 40

M

macroambiente 64
meio ambiente 42
meio social 92, 94, 95, 98, 105
método 30, 91, 99
métodos 18, 27, 34, 39, 48, 62, 85, 86, 99, 100, 102, 106, 107, 117, 130
mindset 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119
modelo mental 112, 113, 114, 115, 116, 118

N

negócio 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 38, 73

O

organização 13, 26, 27, 28, 33, 44, 64, 67, 68, 73, 84, 91, 92, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 114, 116, 117, 119

organizações 92, 93, 94, 95, 99, 100, 102, 107, 108, 109, 110

otimizar 12, 18, 19, 39, 54, 62

P

patrimonial 28, 29, 36, 54, 61, 67

pessoa física 43

planejamento 32, 36, 37, 39, 61, 62, 63, 67, 68, 77, 78, 155, 165, 184, 186, 187, 188, 191, 192, 193, 194

política fiscal 135

privatização 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89

processo 15, 16, 29, 35, 39, 41, 42, 57, 67, 78, 81, 83, 85, 86, 94, 95, 96, 103, 108, 109

produção 155, 156, 157, 158, 167, 176, 177, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 193, 194, 195

produtividade 93, 94

prosperidade 155, 157, 184, 185, 187, 194

psicólogos 97

Q

qualidade de vida 91, 109

R

radar da inovação 164, 175

recursos 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 27, 28, 29, 31, 32, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 53, 54, 64, 65, 66, 67, 70, 72, 75, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 92, 101,

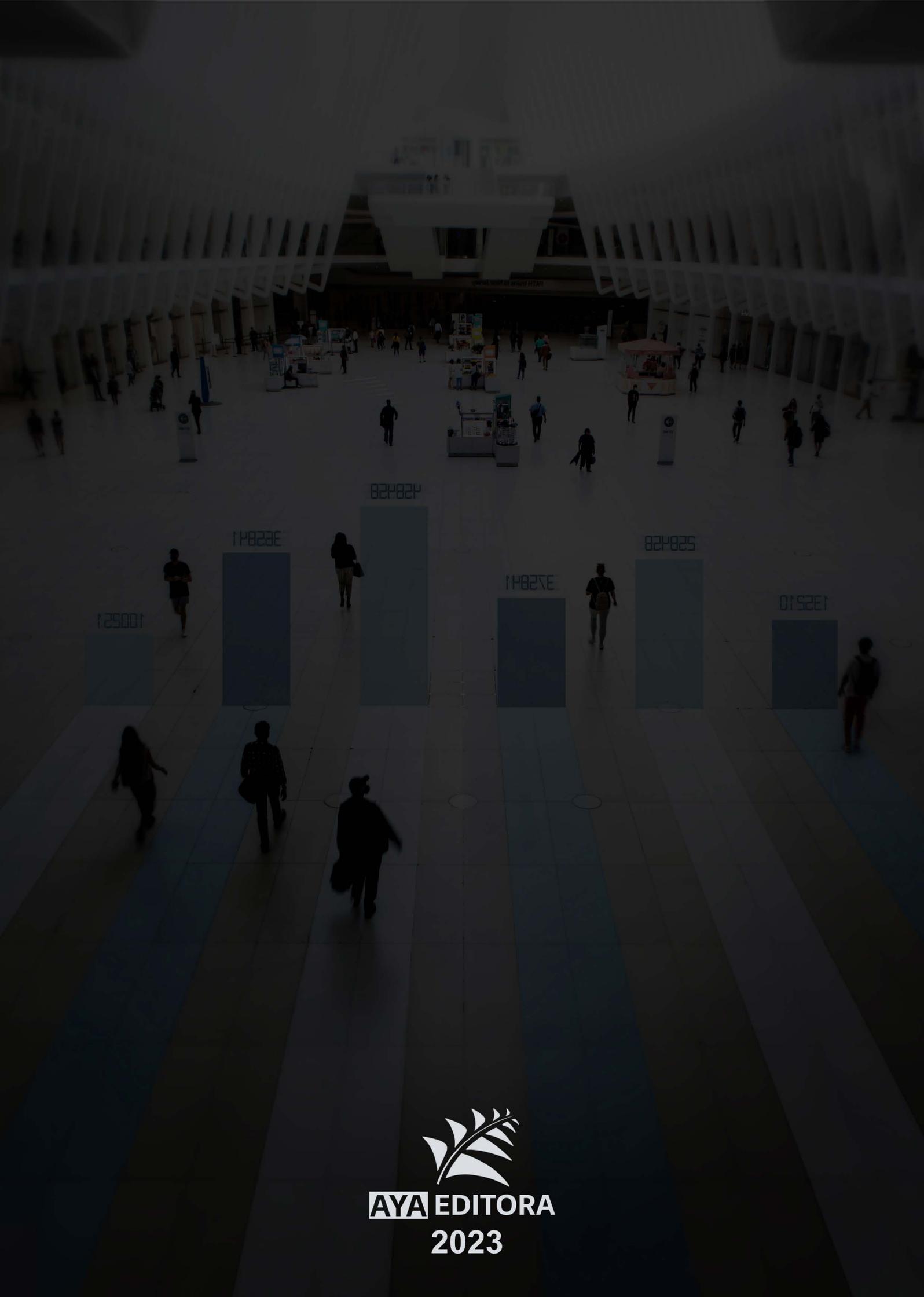
121, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135
relacionamento 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 101,
109, 110
relacionamentos 29, 92, 95, 112, 114, 116, 117, 118
relações interpessoais 92, 93, 94, 95, 102, 103, 106,
107, 108, 109, 110
relatórios financeiros 15, 43, 46

S

serviço público 11, 15
serviços 26, 30, 33, 37, 42, 44, 63, 65, 66, 68, 71, 72, 73,
75, 77, 78, 92, 102, 105
serviços públicos 12, 13, 18, 19
setor público 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 43, 85
sistema 5
sistemas 12, 13, 14, 16, 17, 18, 27, 62, 64, 81, 82, 83,
84, 85
sociedade 12, 18, 19, 28, 40, 41, 43, 44, 47, 48, 62,
63, 64, 80, 81, 82, 85, 86, 88, 92, 93, 95, 97, 98, 99,
100, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111
socioeconômico 19
sustentabilidade 24, 26
sustentável 42, 89, 116

T

tecnológicas 42, 102
trabalho 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 105, 109, 110
transparência 16, 28, 29, 41, 43, 46, 48, 66, 67, 105,
120, 121, 122, 124, 137



AYA EDITORA

2023